UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARINA TUCUNDUVA BITTENCOURT PORTO VIEIRA

**O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade
(1908-1931)**

São Paulo
2011

MARINA TUCUNDUVA BITTENCOURT PORTO VIEIRA

**O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade
(1908-1931)**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Educação.

Área de Concentração: História da Educação e
Historiografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta M. Chagas de Carvalho

**São Paulo
2011**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.94(81.61)Vieira, Marina Tucunduva Bittencourt Porto

V658a O asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931) / Marina Tucunduva Bittencourt Porto ; orientação Marta Maria Chagas de Carvalho. São Paulo : s.n., 2011.

250 p. : il., fotos.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : História da Educação e Historiografia) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

1. Orfãos – Assistência – Educação – Santos ,SP 2. Asilos – História – Santos, SP 3. Cultura escolar – Santos, SP -1908-1931 4. Historia da educação I. Carvalho, Marta Maria Chagas de, orient.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: História da Educação e Historiografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta M. Chagas de Carvalho

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Dedico este trabalho a meu avô Gito que me ensinou a gostar de
ler e à minha avó América com quem aprendi a amar a vida...*

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não seria possível sem a ajuda de algumas pessoas. A ordem dos agradecimentos não segue a ordem de importância das pessoas, nem o quanto contribuíram, o que seria difícil aquilatar.

Quero agradecer aos diretores da Casa da Criança de Santos, em especial os senhores José Carlos e Ramon que permitiram que eu manuseasse os documentos necessários à confecção dessa pesquisa e que, também, através de conversas, me ajudaram a conhecer algumas coisas que não se encontravam nas fontes impressas. Aos funcionários da Casa da Criança também tenho muito a agradecer, pois prestativamente me acolheram durante aproximadamente os cinco anos em que frequentei regularmente a instituição.

Devo muito à minha orientadora, Dra Marta Maria Chagas de Carvalho que, com muita paciência me ajudou a manter o foco durante a elaboração do trabalho e deu sugestões inestimáveis.

Muito desse trabalho tem as tintas de alguns professores da pós-graduação da FEUSP que, em suas aulas permitiram que eu assimilasse alguns ensinamentos trazidos para esse texto, como Carlota Boto, Maurilane Biccás e Diana Vidal. Ainda quero mencionar o NIEPHE, lugar de estudos e debates, onde colegas e professores ajudaram no meu crescimento.

Aos colegas do LIAME, em especial à professora Maria Aparecida Franco, agradeço a descoberta da História da Educação como campo de pesquisa.

Agradeço à Congregação do Puríssimo Coração de Maria, por disponibilizar, através da Irmã Ivoni, fotografias e informações que me ajudaram a compor essa tese.

Agradeço à minha companheira de caminhada, Inára Garcia, que ingressou comigo no doutorado e com quem pude trocar confidências, principalmente quando as coisas ficavam “feias”.

Muito devo, também aos meus eternos alunos de Iniciação Científica, Caleffi, Alcides e Mariana que, junto com os agregados Bruno, Mayra, Fabiana e Daniel me ajudaram a percorrer a história de Santos.

Quero agradecer também aos funcionários dos locais onde fui buscar algumas de minhas fontes, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundação Arquivo e Memória de Santos e Centro de Documentação da UNISANTOS. Com relação a este último tenho muito que agradecer à professora Wilma Therezinha de Andrade que, sempre solícita, atendeu prontamente meus pedidos.

Agradeço os minutos que roubei de minha família, especialmente de meu marido que, enquanto eu lia e digitava, não recebia a devida atenção, e ao meu filho Caio que me ajudou com relação às fotografias.

Santos

Rui Ribeiro Couto

*Nasci junto do porto, ouvindo o barulho dos embarques.
Os pesados carretões de café
sacudiam as ruas, faziam trepidar o meu berço.*

*Cresci junto do porto, vendo a azáfama dos embarques.
O apito triste dos cargueiros que partiam
deixava longas ressonâncias na minha rua.*

*Brinquei de pegador entre os vagões das docas.
Os grãos de café, perdidos no lajedo,
eram pedrinhas que eu atirava noutros meninos.*

*As grades de ferro dos armazéns, fechados à noite,
faziam sonhar (tantas mercadorias!)
e me ensinavam a poesia do comércio.*

*Sou bem teu filho, ó cidade marítima,
tenho no sangue o instinto da partida,
o amor dos estrangeiros e das nações.*

*Ah, não me esqueças nunca, ó cidade marítima,
que eu te trago comigo por todos os climas
e o cheiro do café me dá tua presença.*

RESUMO

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

Nesse trabalho trago a relação entre uma instituição, o Asilo de Órfãos de Santos, criado em 1889 quando as epidemias matavam muitos habitantes deixando crianças órfãs, e a cidade. A representação que se tinha então era de que a função do asilo era proteger essas meninas e meninos e tirá-los das ruas. A cidade se organizava em função do porto, escolhido para escoamento do café da Província de São Paulo, e era preciso disciplinar seus espaços. A construção de um cais acostável em substituição aos trapiches e a intervenção sanitária através da canalização de rios e da construção de canais transformaram Santos em seu aspecto sanitário, urbano e econômico. O capitalismo mudou as relações de trabalho e, ao mesmo tempo em que algumas pessoas ganharam muito dinheiro, outras conheceram a miséria. Dentro desse quadro, esta tese, que se insere na área de História e Historiografia da Educação, buscou conhecer alguns aspectos da cultura escolar do Asilo de Órfãos, entre 1908 e 1931. Verificou-se que o projeto de educação implantado em 1908 veio imbuído de nova representação sobre a função do asilo. Este deveria continuar, sim, a recolher crianças, mas agora não era suficiente protegê-las, mas sim prepará-las para ocupar de forma civilizada a nova cidade. As mudanças começaram com a entrada de Victor de Lamare na direção da Associação Protetora da Infância Desvalida, responsável pela manutenção do asilo. Esse engenheiro fazia parte de uma rede de sociabilidade que atuava em outras instituições de ensino da cidade. Foram introduzidos no asilo dispositivos disciplinares para a formação do cidadão civilizado, além do ensino seriado, a formação cívica, a educação doméstica para as internas e a educação física. A principal fonte primária foram as atas dessa associação, encontradas na Casa de Criança de Santos, nome como é conhecido hoje o asilo. Verificou-se que a modernização da cidade implicou em uma nova forma de educação.

Palavras-chave: cultura escolar, forma escolar, asilo, crianças desvalidas, cidade, Santos.

ABSTRACT

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **Santos Orphan's Home as a gear of the city (1908-1931)**. Thesis (Doctorate). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

This paper shows the relationship between an institution, the Santos Orphan's Home, created in 1889, when epidemics killed many inhabitants leaving orphan children, and the city. The representation that it was shown was that the Home had as duty to protect these boys and girls and take them from the streets. The city was focused on the harbour, chosen for the discharge of coffee in the province of São Paulo and, for this, it was necessary to discipline its spaces. The construction of a quay substituting the wharf and the sanitary intervention through the drainage system of Rivers and the construction of canals transformed Santos in its sanitary, urban and economic aspects. Capitalism changed the working relations and, at the same time people made a lot of money others saw misery. Looking from this point, this thesis, which is inserted in the area of History and Historiography of Education, is aimed to meet some aspects of the school culture of the Santos Orphan's Home between 1908 e 1931. It was verified that the project of education implanted in 1908 impregnated a new representation about the Home's function. This should actually keep collecting children, but then it wasn't enough to protect them, but it was necessary to prepare them to occupy the new city in an organized way. The changes started with the entrance of Victor de Lamare in the direction of Association of Protection of Out of Favour Children, responsible for the maintenance of the Home. This engineer was a member of a network that acted in other Educational institutions in Santos. Some disciplinary mechanisms were introduced in the Home for the formation of the civilized citizen, part from the regular teaching, the civic formation, the domestic education for the interns and physical education. The main primary source were the records of this association found at Children's Home in Santos, name that is it known as today. It was verified that the city modernization implied a new way of education.

Key-words: school culture, school way, Home, children out of favor, city, Santos.

ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida em 1914	99
Figura 2	Mapas da cidade de Santos com a localização do prédio do Asilo de Órfãos na Avenida Taylor	104
Figura 3	Prédio do Asilo de Órfãos de 1902	105
Figura 4	Planta do terreno do Asilo de Órfãos com o planejamento dos prédios a serem construídos	148
Figura 5	Projeto da fachada do Pavilhão Escolar	149
Figura 6	Projeto do recreio coberto, anexo ao Pavilhão Escolar	150
Figura 7	Planta do Pavilhão Sanitário	171
Figura 8	Planta do Pavilhão Principal	174/175
Figura 9	Planta do Pavilhão Escolar	207

TABELAS

Tabela 1	Escolas municipais de instrução primária, criadas em Santos, entre janeiro de 1902 e fevereiro de 1908	73/74
Tabela 2	Classes estaduais de instrução primária, em Santos, em 1907	83
Tabela 3	Classes estaduais de instrução primária, em Santos, em 1902	85
Tabela 4	Presença do grupo de intelectuais nas escolas	112
Tabela 5	Número de crianças internadas em 1916	165
Tabela 6	Previsão da capacidade de internação de crianças, feita em 1939	167
Tabela 7	Previsão da distribuição dos alunos pelas classes	196
Tabela 8	Disciplinas a serem ministradas na escola do Asilo de Órfãos a partir de 1910	198
Tabela 9	Conteúdos a serem abordados em Leitura, Aritmética e Português	198
Tabela 10	Conteúdos a serem desenvolvidos: conhecimento do mundo	199
Tabela 11	Número de alunos da escola do Asilo de Órfãos	201
Tabela 12	Bancas de exame da escola do Asilo de Órfãos entre 1910 e 1930	202/203
Tabela 13	Internas que entraram para a Congregação do Puríssimo Coração de Maria	215
Tabela 14	Internas que se casaram	220/221

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
PARTE 1	SANTOS, O PORTO DO CAFÉ	
1	O café impacta a cidade de Santos	23
1.1	A São Paulo Railway Co. traz novo ritmo à cidade	26
1.2	Um novo cais e novas relações de trabalho	33
1.3	A construção de uma cidade higiênica: as intervenções sanitárias	40
1.4	A expansão da cidade	50
1.5	Novos tempos/novas práticas	53
2	A expansão das instituições escolares na cidade de Santos	67
2.1	Aumento do número de escolas públicas	71
2.2	Aumento do número de escolas particulares	85
PARTE 2	O ASILO DE ÓRFÃOS DE SANTOS E A NOVA CIDADE	
3	Associação Protetora da Infância Desvalida: mudanças na gestão	100
3.1	Intelectuais de Santos e a educação	111
3.2	Afinidades	119
3.3	Locais de convivência	122
4.	O Asilo de Órfãos: rupturas	126
4.1	O contrato	130
4.2	O novo Regimento Interno	132
4.3	Implantação das novas normas	139
4.4	Novos Estatutos reforçam as mudanças	141
4.5	O período após 1914	146
5.	Aspectos da educação no Asilo de Órfãos	158
5.1	A rotina dos internos: tempos e espaços	159
5.2	O Asilo e a cidade	177
5.3	Aprender a se comportar: dispositivos disciplinares	184
5.4	A instrução	195
5.5	As internas e seus caminhos	210
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
	REFERÊNCIAS	233

INTRODUÇÃO

Era uma vez uma menina que nasceu em 1889, na região de Franca. Ela, ainda bebê, perdeu sua mãe, assassinada. Quem a criou foram seus avós maternos, donos de uma grande fazenda. Ela e seus irmãos moravam na sede da fazenda, cuja sala principal tinha o pé direito muito alto e, a sua volta, um mezanino. Nos raros dias de missa, visitantes chegavam de outras fazendas para participar da cerimônia, celebrada nesta sala, no térreo, de onde os homens a assistiam. As mulheres ficavam no mezanino.

Havia na casa da fazenda uma grande caixa, onde eram guardados colchões. Nestas ocasiões, e quando eram realizadas festas, eles acomodavam os visitantes à noite. Na cozinha, inúmeras mulheres, ex-escravas, dividiam complicadas tarefas. Enquanto algumas se ocupavam de matar porcos e galinhas e de prepará-los, outras cuidavam dos doces e, ainda outras, do preparo dos demais pratos a serem servidos.

A menina, única criança da casa, em suas brincadeiras, tinha a companhia de outra menina, filha de uma das libertas. Juntas, faziam diabruras. Os irmãos da menina, maiores, gostavam de andar a cavalo e, montados, entravam na sala, deixando exasperada a dona da casa. O avô, muito rico, com medo de que o roubassem, escondeu um baú, recheado de patacas de ouro, no subsolo de uma capela.

Essa menina cresceu e formou-se professora na Escola Normal de Casa Branca. Já lecionava em Franca, quando conheceu e se apaixonou por um farmacêutico recém-formado, que escrevia poesias, fazia caricaturas e tocava bandolim. Casaram-se e ele foi “montar farmácia” na cidade de Santos. Ela, professora pública, pediu remoção e passou a lecionar em Cubatão, bairro de Santos.

Esses e outros fatos, contados com riqueza de detalhes e de forma fascinante, despertavam a curiosidade de sua neta, maravilhada com coisas inusuais em sua infância. O contraste entre passado e presente levou a neta a se interessar pelas mudanças nos costumes com o passar do tempo e as formas como a infância pode ser vivida.

Foi esse interesse que a levou à Casa da Criança, nome pelo qual passou a ser chamado, em 1956, o Asilo de Órfãos. Essa instituição poderia levá-la a aproximar-se da história de outras crianças órfãs, nesse caso desfavorecidas pela sorte. Foi dessa forma que comecei a me envolver com o Asilo de Órfãos, inicialmente no Mestrado e, agora, no Doutorado.

Os eventos descritos por minha avó traziam mais do que sua história de vida, traziam costumes de um tempo distante, faziam-me uma forasteira. “Se o passado é um país estrangeiro, ele também é outra cultura. *Autre temps, autre mœurs.*” (SAHLINS, 2006, p. 10, grifo do autor)

Quando iniciei a pesquisa, comecei a ler as atas da Associação Protetora da Infância Desvalida, responsável pela manutenção do Asilo, em ordem cronológica. Ler o que descreviam equivalia à sensação que pude experimentar quando criança ao ouvir as histórias de minha avó. Comecei com a leitura das atas referentes às reuniões da Comissão de Instalação e acompanhei as providências tomadas por ela com relação à instalação oficial da Associação. Continuei a leitura das atas até 1914 e pude verificar que a instituição não se modificou muito entre 1889 e 1908, embora as mudanças na cidade tenham sido significativas. O fato mais notável na história do Asilo, nesse período, foi a mudança para um edifício próprio em 1898. As diretorias se sucediam, mas as pessoas eram praticamente as mesmas; os problemas se mantinham e a educação continuava a cargo das religiosas. As atas, monotonamente, registravam quais pedidos de internação haviam sido recebidos, quais crianças eram escolhidas e por qual motivo, quais dos internos foram entregues a tutores ou devolvidos pelos mesmos, quais foram entregues aos pais e quais haviam morrido. Registravam, também, a chegada, ou não, das subvenções a que o Asilo de Órfãos fazia jus, as dificuldades financeiras que atravessava, os donativos e convites recebidos. Foi a partir desse material e do Livro de Matrículas que escrevi minha dissertação de mestrado.

Durante esse período de leitura, encontrei acidentalmente recortes de jornal colados em uma pasta entre os Livros de Atas. Traziam notícias sobre a participação das crianças em vários eventos importantes da cidade e também faziam referências elogiosas à Escola do Asilo de

Órfãos. Além disso, encontrei fotos relativas a um período posterior àquele que estava descrito nas atas.

Continuando a leitura, subitamente a instituição pareceu acordar de uma prolongada letargia. O ritmo foi alterado, as pessoas ganharam vida, o Asilo de Órfãos se deu a ver. As atas passaram a trazer fatos do cotidiano, os nomes ganharam corpos. A leitura se tornou interessante, pois a escrita deixou de lado a formalidade. Como na leitura de um romance, comecei a conhecer os personagens daquela história e a acompanhar sua trajetória.

Essa mudança coincidiu com a entrada para a Diretoria, em 1908, de dois engenheiros da Companhia Docas, responsável pela construção e aparelhamento do Porto. Em 1909, foi assinado um contrato com a Congregação do Puríssimo Coração de Maria, alterando a participação das religiosas no Asilo. Naquele mesmo ano foi aprovado novo Regimento Interno, remodelando a forma de educação dos internos.

Essas alterações levaram à escolha do marco inicial do trabalho do Asilo o ano de 1908. Dando continuidade à leitura das atas, acompanhei-o até 1945. Pude verificar que mudanças políticas e econômicas importantes produziram um deslocamento no projeto inicial de educação, proposto a partir de 1908. Getúlio Vargas reduziu consideravelmente as subvenções destinadas às instituições filantrópicas. O apoio político, até então recebido dos políticos paulistas, perdeu força. Essas dificuldades implicaram no abandono de alguns projetos e na interrupção de muitos sonhos que sustentavam a proposta educativa do Asilo. Dessa forma, este trabalho, embora faça referências a períodos anteriores importantes para a compreensão de seu objeto de pesquisa, tem como marco inicial o ano de 1908 e como marco final o ano de 1931.

Na medida em que me aprofundei nos estudos e acompanhei o relato das atas, pude compreender que precisaria ampliar meu olhar e entender os fatos à luz de um contexto mais amplo. Como resultado, apresento este trabalho por meio do qual procuro mostrar que a proposta educativa do Asilo de Órfãos, implantada a partir de 1908, está diretamente relacionada com mudanças que ocorreram na cidade de Santos.

Esta sofreu importantes transformações no final do século XIX e início do século XX. Quando foi criado, em 1889, o Asilo se destinava a acolher crianças cujos pais houvessem sido

vitimados pelas inúmeras epidemias que eram recorrentes na cidade, na época bastante insalubre e com as residências e cortiços concentrados em uma área restrita junto ao cais. Em 1908, a fase das epidemias estava superada e a cidade havia se modificado profundamente graças, principalmente, à construção de um novo cais e às intervenções sanitárias.

Considere importante estudar as transformações da cidade e tentar entender o que elas significaram para a cultura local. Cultura aqui entendida como

estruturas de significado socialmente estabelecidas, nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles, não é mais do que dizer que esse é um fenômeno psicológico, uma característica da mente, da personalidade, da estrutura cognitiva de alguém, ou o que quer que seja [...] (GEERTZ, 1989, p.9).

[...] ela é o contexto, algo dentro do qual eles [as instituições e os processos] podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 1989, p.10).

Poderia ter me restringido à instituição, mas acreditei que dessa forma pudesse compreender melhor meu objeto de pesquisa.

Genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

As peculiaridades e transformações ocorridas no Asilo de Órfãos estiveram relacionadas a fatores extra-institucionais. Resolvi, então, deslocar meu foco e cheguei à cidade.

O objetivo geral desta pesquisa foi conhecer alguns aspectos da cultura escolar do Asilo de Órfãos nesse período, entendendo esta instituição como pertencente a uma rede de escolas que se estabeleceu na cidade de Santos a partir de 1902. Procuro relacionar o que consegui saber acerca da cultura escolar com as transformações da cidade desencadeadas por sua escolha como “o porto do café”. Não sei se consegui alcançar plenamente meu objetivo, mas foi ele que pautou meu percurso durante a elaboração deste trabalho.

A leitura de inúmeros documentos e o cruzamento das informações obtidas através de diferentes tipos de fontes foi uma tarefa trabalhosa. Certeau percebeu isso quando destacou que o trabalho do historiador

começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira”. A nova distribuição cultural “[...] consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 1982, p. 81, grifo do autor).

Confirmando o que Nunes e Carvalho (2005) haviam apontado, os documentos consultados, em sua maioria produzidos pela Associação Protetora da Infância Desvalida, têm o caráter de objetos comprobatórios para a instituição. Foi preciso operar sobre eles de forma a configurá-los dentro de uma nova lógica.

Desses documentos disponíveis no acervo da *Casa da Criança de Santos*, nome que assumiu o Asilo de Órfãos, a principal fonte foram 287 atas referentes ao período. Manuscritas, dispostas em vários livros, com números variados de páginas, permitem à instituição recuperar o seu passado, mas sem o compromisso com a verdade, uma vez que as atas não são imparciais. Registra-se o que interessa, o que não interessa é omitido, dentro de certos critérios que não são conhecidos. Embora ciente disso, foi o documento que forneceu-me melhores indícios do cotidiano do Asilo. Lidas com cuidado, permitiram-me unir “peças de um quebra-cabeças”.

As atas se referem a três tipos de reunião, da Assembléia Geral, do Conselho Geral e da Diretoria, apresentadas em ordem cronológica. As reuniões de Diretoria do período estudado aconteciam mensalmente, com raras exceções. As reuniões de Conselho Geral eram em número mais reduzido, aproximadamente quatro por ano, e as Assembleias Gerais eram realizadas anualmente.

As atas do período estudado trazem histórias embutidas, como apontam Nunes e Carvalho (2005). Através delas acompanhei acontecimentos da cidade, como a criação da Diocese de Santos e a chegada do primeiro e, anos depois, do segundo Bispo, a visita de Getúlio Vargas a Santos, a estadia de Rodrigues Alves no Guarujá, quando doente, entre outros. Também pude

acompanhar as crises econômicas ligadas ao café, a Primeira Guerra Mundial e muitos outros acontecimentos.

Entranhadas nos fragmentos arquivísticos e bibliográficos, estas histórias tecem pelo avesso as histórias da educação e nos ajudam a destacar a especificidade do objeto pedagógico que reside no seu caráter multifacetado, nem sempre percebido com clareza pelo pesquisador, a exigir o concurso dos vários domínios do saber para ser apreendido na sua inteireza (sempre fugidia) e na sua complexidade (sempre em aberto) (NUNES, CARVALHO, 2005, p. 34).

Outro documento da Associação Protetora da Infância Desvalida usado como fonte foram os Livros de Matrículas. Eles permitem à instituição, ainda hoje, pesquisar a passagem de determinadas pessoas pelo Asilo. Porém, constam desses livros além dos dados dos internos inscritos, dados sobre os prêmios recebidos, entrega a tutores ou parentes ou ainda o encaminhamento a escolas, data da formatura das professoras, casamento e ingresso na vida religiosa.

Os relatórios produzidos pelo Presidente têm por objetivo prestar contas ao Conselho Geral dos atos praticados durante determinado ano social. A publicação dos mesmos em jornais e o envio de exemplares aos sócios têm o objetivo de dar visibilidade às ações empreendidas, servindo também de “prestação de contas”. Foram usados como fonte apenas os de 1914, referente ao ano de 1913, e o de 1916, referente ao de 1915, embora tenham sido localizados alguns outros de anos posteriores. O primeiro foi publicado em um jornal e foi encontrado um exemplar do outro. Os relatórios feitos pelo Presidente fazem o balanço anual do ano anterior e trazem, no que diz respeito à Associação Protetora da Infância Desvalida, a relação dos bens, as melhorias feitas nos imóveis, os donativos recebidos de particulares e de firmas. Complementando, apresentam dados sobre o ensino: número de alunos matriculados em cada série, alunos que não frequentaram a escola no ano anterior e o que estavam fazendo. Os relatórios trazem, em anexo, o registro do movimento da enfermaria feito pelo médico, e do atendimento dentário, pelo dentista. A guarda desse documento pela instituição tem o mesmo sentido da preservação dos Livros de Atas. Os relatórios localizados foram usados como fonte.

O Contrato firmado com a Congregação do Puríssimo Coração de Maria, em 1909, serviu de fonte e de objeto de pesquisa. Embora esteja registrado em uma ata, foi localizada uma folha datilografada, à parte, com o mesmo. Esse contrato permitiu entender a forma como foram ressignificadas as relações entre a Associação Protetora da Infância Desvalida e as religiosas que trabalhavam no Asilo a partir de sua assinatura.

O Regimento Interno, aprovado em 1909, foi usado como fonte e como objeto de pesquisa. Esse documento apresenta as novas normas que passaram a reger o Asilo de Órfãos, embora mudanças já estivessem sendo inseridas gradualmente desde o ano anterior.

Os Estatutos, aprovados em 1914, também serviram como fonte e como objeto de pesquisa. O confronto entre os Estatutos aprovados antes da instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, em 1889, e aqueles aprovados em 1914 permitiram entender as rupturas introduzidas.

No acervo iconográfico da Associação Protetora da Infância Desvalida, foram encontradas fotos no início do trabalho. Com a mudança do acervo para outra sala, elas “desapareceram”, mas as plantas dos edifícios permitiram a análise dos espaços, servindo como fonte e objeto de pesquisa

Teria sido muito proveitosa a localização de materiais escolares, como cadernos e livros, ou mesmo planos de ensino feitos pelas professoras. Como a conservação desse tipo de material não é vista como importante, em geral é difícil encontrá-lo, o que também aconteceu nesta pesquisa.

Outro documento que foi usado como fonte foram as Crônicas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria. Embora dêem prioridade à vida religiosa do Asilo de Órfãos, em especial das Irmãs, trazem alguns fatos do cotidiano da instituição sob o olhar das religiosas, e permitiram complementar e mesmo confrontar dados trazidos pelas atas.

A religiosa responsável pelo acervo da Congregação do Puríssimo Coração de Maria contactada ajudou-me com algumas fotografias e a relação das religiosas que trabalharam no Asilo. Algumas das fotos contêm o conjunto dos internos acompanhados por religiosas ou diretores. Outras registram eventos, como a visita de autoridades religiosas, e a plateia presente

em uma solenidade realizada no Asilo. Fotos em três por quatro, de algumas irmãs também foram enviadas em um CD. A relação das religiosas contém sua identificação civil e religiosa. Esses documentos foram úteis na identificação de algumas pessoas presentes nas fotos de conjunto. As fotos, entretanto, não dispõem de data nem de autoria em sua maioria. É preciso perspicácia para encontrar nelas indícios que nos ajudem a compreender a instituição. Poucas dessas fotos, no entanto, puderam ser usadas como fonte.

Alguns impressos foram usados como fonte, como um Boletim da Federação das Pias Filhas de Maria, alguns exemplares do jornalzinho Estrela Azul publicado pela Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos e um exemplar do Indicador Santense, um anuário referente a 1912.

Foram realizadas pesquisas em jornais da cidade, disponíveis no Arquivo do Estado de São Paulo. Não foi pesquisado todo o período, pois, além de não ser essa a fonte principal deste trabalho, não tive fôlego para tal. Além disso, os exemplares referentes a alguns anos não foram disponibilizados, por estarem em restauração. Consegui explorar todos os exemplares do jornal *A Tribuna* referentes aos anos de 1913 e 1918, do *Diário de Santos* referentes aos anos de 1907 e 1913, e do *Cidade de Santos* de 1908. Alguns exemplares avulsos desses jornais também foram usados como fonte. A diversidade das fontes jornalísticas permitiu perceber as divergências e os alinhamentos existentes. Esse tipo de fonte traz o cotidiano da cidade e as ideias em circulação, ajudando-nos na compreensão das transformações da cidade.

Para complementar, consultei os Anuários de Ensino, que me forneceram um panorama da educação no Estado de São Paulo e, mais particularmente, em Santos.

Pelas atas da Câmara Municipal de Santos, disponíveis na Fundação Arquivo e Memória de Santos, acompanhei as várias intervenções feitas na cidade no período compreendido entre 1902 e 1908, entre elas na área da educação, que resultou na criação da rede municipal de ensino. Outra fonte relevante para a compreensão da cidade foram os Códigos de Posturas aprovados em Santos no final do século XIX. Eles me permitiram acompanhar e entender as decisões com relação ao espaço urbano e as práticas dos moradores.

O confronto das várias fontes foi bastante interessante, já que isso apresentou possibilidades e limitações. Confrontar o que diziam as atas da Associação com as notícias dos jornais, o que diziam as atas da Câmara com a bibliografia consultada, os Anuários de Ensino e as demais fontes tornou o percurso interessante e desafiador.

Verificou-se que a bibliografia existente sobre Santos nesse período podia nos aproximar de algumas das mudanças na cidade, mas as informações contidas nos livros podem ser comparadas a peças de um quebra-cabeças que seria necessário montar. Isoladamente não permitiam configurar a cidade. Entre outros, existem trabalhos sobre o Porto (HONORATO, 1996; ARAUJO FILHO, 1969), o movimento operário (GITAHY, 1992), as transformações urbanísticas (ANDRADE, 1989; LANNA, 1996; ROSEMBERG, 2006), saneamento (ANDRADE, 1992) e desenvolvimento econômico (SOARES, 1984; GONÇALVES, 2006), cada um trazendo uma peça importante para a compreensão da cidade.

Surgiram algumas dificuldades em decorrência desta opção de olhar o Asilo em um contexto mais amplo, entre elas saber até onde ir e qual período abarcar. A grande quantidade e a variedade de fontes também constituíram-se em um desafio. Escolhas foram feitas, embora não tenha certeza se as melhores.

Na intenção de conhecer a realidade educacional presente em outras instituições similares à que me serviu como objeto de estudo, me dediquei especialmente à leitura das pesquisas sobre o Asilo de Órfãos de Campinas (NEGRÃO, 1992) e o Asilo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (ROCHA, 2005), por considerá-los contemporâneos ao período desta pesquisa e localizados em cidades que, devido à expansão cafeeira, compartilharam problemas similares aos de Santos. O trabalho de Silva (1992), que analisou o Regimento Interno de 1909 do Asilo de Órfãos de Santos e fez o levantamento de toda a documentação disponível no Asilo de Órfãos também foi cuidadosamente examinado. Outros trabalhos sobre asilos poderiam ter sido analisados, mas escolhas precisaram ser feitas.

O Asilo de Órfãos de Campinas e o Asilo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo foram instituições ligadas às Santas Casas. A primeira atendeu, pelo menos durante o período inicial, meninas órfãs, e o segundo, meninos e meninas nessas mesmas condições. Posteriormente os dois asilos passaram a incluir crianças desvalidas. Em Santos, desde sua instalação, o Asilo atendeu

crianças órfãs e desvalidas, o que parece indicar que o processo de exclusão propiciado pela introdução do regime capitalista afetou inicialmente a cidade litorânea.

O Asilo de Órfãos possuía um número bem menor de internas do que o de Santos, atendendo, também, meninas externas. O asilo da cidade de São Paulo, de forma similar ao Asilo de Órfãos, não atendeu o público externo até se transformar na Escola São José. Embora os três asilos tenham começado a funcionar no final do século XIX, apenas o de Santos permanece como tal, recebendo crianças em situação de risco, como internas, e mantendo uma creche e uma escola maternal em regime de semi-internato para crianças pobres.

Pode-se perguntar o que o presente trabalho acrescenta com relação à história da educação. Acredito que sua principal contribuição seja evidenciar, reforçando o que Justino Magalhães bem apontou, que não se pode entender uma instituição fora do contexto mais amplo. O presente trabalho pretende mostrar o papel assumido por um projeto educacional na implantação de novos modos de ser e estar na cidade, a partir de mudanças econômicas, políticas e urbanísticas.

Ele também pode contribuir para o entendimento sobre como as normas se transformam em práticas educativas, já que nem sempre são apropriadas da forma como foram idealizadas. Esta pesquisa também pode esclarecer sobre as tensões que surgem quando um projeto de mudança encontra pessoas que não o entendem ou não concordam com ele, e como estas são superadas.

Do ponto de vista da história local, acredita-se que o registro do que se passou em uma instituição presente em Santos há 122 anos possa enriquecer a compreensão sobre a cidade, sua história e alguns de seus personagens.

Este trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte tratará das mudanças da cidade, desencadeadas a partir da escolha de Santos como “o porto do café” e abrangerá o período compreendido entre 1867 e 1908, quando é dada posse ao primeiro Prefeito após um período de Intendências. A segunda parte irá tratar mais especificamente do Asilo de Órfãos.

A primeira parte é composta por dois capítulos. No primeiro, apresentam-se as intervenções feitas na cidade que transformaram Santos, uma cidade “colonial”, em uma cidade

“moderna”. É abordada a inauguração da São Paulo Railway, a construção de um Porto moderno e a sua aparelhagem, as intervenções sanitárias, a expansão da cidade e as mudanças nas práticas dos moradores. A educação proposta em 1909 para o Asilo de Órfãos reflete tais mudanças.

O capítulo dois se concentra no final do período abordado anteriormente, de 1902 a 1908, considerando-se que foi nesses anos que um grupo de vereadores assumiu a Câmara Municipal e procurou não apenas cobrar o cumprimento das normas instituídas pelos Códigos de Posturas, mas também criar novas escolas municipais. Esse grupo apoiou iniciativas particulares e preparou a cidade para um novo período político. Foi nesse período que intelectuais, entre eles o vereador e Inspetor Literário Municipal Raimundo Sóter de Araújo, formaram uma rede de solidariedade que se fez presente em algumas instituições de ensino, incluindo o Asilo de Órfãos.

O primeiro capítulo da segunda parte tratará do ingresso desse grupo de intelectuais no Asilo de Órfãos, para mostrar, mediante breve histórico do mesmo, o que isto significou. Será abordada, também, a composição dessa rede, suas afinidades e locais de convivência. Mostrarei que as ações desses atores podem ser identificadas com o *filantropinismo* (HILSDORF, 2011).

O segundo capítulo da segunda parte descreverá a gestão de Victor de Lamare. Começará pelas estratégias (um novo contrato com a Congregação do Puríssimo Coração de Maria, um novo Regimento Interno e novos Estatutos) adotadas para alcançar o poder necessário à implementação das reformas no modo de conduzir tanto a Associação Protetora da Infância Desvalida quanto a educação dos internos no Asilo de Órfãos. Continuará apresentando suas principais ações até o ano de 1931, que transformaram a instituição e a valorizaram perante a cidade.

O terceiro capítulo da segunda parte irá adentrar a cultura escolar do Asilo de Órfãos, embora de modo não exaustivo devido às limitações das fontes, no período compreendido entre 1908 e 1931. Serão abordadas as dimensões tempos e espaços, dispositivos disciplinares, instrução, além da relação entre a instituição e a cidade e o destino das internas.

PARTE I - SANTOS, O PORTO DO CAFÉ

1. O café impacta a cidade de Santos

*A casa dos Martins vivia cheia
De convidados e de comensais
Tendo a alegria de quem presenteia,
Era herdada a franqueza de meus pais.*

*Até o rosar, doirar da madrugada,
A casa ilustre esplandecia, a arder.
E, nababescamente iluminada,
Era um solar no brilho e no prazer.
[...]*

*Mas do que se tratava nessa casa,
Qual a causa de tantas discussões?
Eram os corações fulgindo em brasa,
Sonhando a glória das revoluções.*

*E a abolição saiu, dez anos antes,
Dela, em pleito vivaz, luta febril,
Nela teve a Republica os amantes
Mais tenazes e puros do Brasil.*

*As mais altas virtudes socialistas
Eram chamadas com fervor e afã:
Nessa casa pregaram-se as conquistas,
As sagradas vitórias do amanhã.*

*Belos tempos heróicos, do heroísmo
Não de matar ou destruir, porém
Desse multimirífico altruísmo
De ser ativo e pobre – homem de bem.*

*Face a face, sem medo, nem abalos,
A verdade e a justiça defender.
Desprezar os governos, criticá-los,
Sem temor do dinheiro ou do poder.
[...]*

Martins Fontes (1936, p. 316)¹

¹Estas estrofes da poesia de Martins Fontes, *A Chácara dos Martins*, referem-se à casa de seus avós, situada em Santos. Médico e poeta, ele era filho do médico Silvério Fontes que junto com Carlos Escobar e Raimundo Sóter de Araújo fundaram o Clube Socialista, responsável pela publicação, nos anos de 1895 e 1896 do jornal “A Questão Social”. A poesia retrata a ambiência cultural da cidade, na qual a abolição e a república estiveram fortemente representadas.

Para que possamos compreender o projeto de educação implantado no Asilo de Órfãos de Santos, nosso objeto de estudo, no início do século XX, é necessário que tragamos o que aconteceu na cidade a partir do momento em que seu porto foi escolhido para embarque do café, produzido em São Paulo, rumo a outros países.

Começaremos em 1867, descrevendo as intervenções externas, relacionadas com essa escolha, e terminaremos no ano de 1908, quando os principais problemas referentes à infraestrutura da cidade estavam em vias de ser resolvidos. Este ano também representa o final do período de Intendências, iniciado com a proclamação da República em 1889. Foi quando um Prefeito, eleito no final do ano anterior, assumiu a direção da cidade.

As intervenções resultantes da escolha de Santos como o “Porto do Café” foram responsáveis, direta ou indiretamente, pelas grandes transformações ocorridas na cidade na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Situada em uma ilha do litoral do estado de São Paulo, a ilha de São Vicente, a cidade de Santos possui um estuário formado por dez quilômetros de canais, com profundidade entre nove e vinte e três metros. Segundo Araújo Filho (1969, p. 38) “o estuário de Santos apresenta-se como um ancoradouro privilegiado”. Essa condição, aliada à conformação geográfica que assume a Serra do Mar (mais facilmente transposta) nesta região, favoreceu a escolha da cidade como porto do café. Outro fator para a preferência foi a distância que passou a representar o porto do Rio de Janeiro; este serviu ao propósito portuário enquanto a produção cafeeira esteve concentrada no Vale do Paraíba, mas passou a ficar cada vez mais distante dos cafezais com a expansão destes rumo ao interior paulista.

A partir do momento em que a cidade passou a concentrar o embarque do café e o desembarque de mercadorias vindas do exterior, mudanças consideráveis ocorreram em vários aspectos. A circulação de pessoas aumentou, a economia foi fortalecida, reforçando as divisões de classe, as construções foram ganhando novos contornos e a cidade expandiu-se.

Não que Santos tenha sido ignorada até então, pois, no final do século XVIII, o açúcar produzido no “Quadrilátero do Açúcar” (formado pelas cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí) passou a ser exportado por seu porto. Entretanto, “até que o porto e sua área de

influência se entrosassem perfeitamente, não se notam sinais de melhoria nas paisagens urbana e portuária da terra de Brás Cubas²” (ARAUJO FILHO, 1969, p. 50).

A partir de meados da década de 1850, a exportação do café passou a superar a de açúcar, sendo essa, na década de 60, substituída pela de algodão, que passou a ser o segundo produto mais exportado. A quantidade de café exportado nos anos de 1854/55, 773.892 arrobas, comparada com o máximo de açúcar exportado nos anos 1846/47, 597.551 arrobas, dá-nos a dimensão do impacto que o café trouxe à região.

Algumas iniciativas tomadas na esfera estadual e na esfera federal contribuíram para as transformações da cidade e estão relacionadas com o café. São elas: a construção de uma estrada de ferro com vistas ao transporte de café do interior paulista para o litoral, a construção de um cais moderno para atender ao movimento de exportação cafeeira e de importação de mercadorias (inclusive máquinas para as primeiras indústrias que surgiam na capital) e as obras de saneamento da cidade (incluindo a construção de canais). A construção da via férrea e do porto foi decidida pelo governo Imperial, antes da proclamação da República, e as obras de saneamento na esfera estadual, anos depois. Estas intervenções podem ser atribuídas aos múltiplos interesses, principalmente econômicos, e à falta de recursos da cidade para comportar tais iniciativas.

Lanna (1996, p. 61) concorda que

[...] não se pode desvincular a tão reivindicada reforma do porto da situação geral do estado de São Paulo. Tanto nas reformas do porto quanto nas intervenções sanitárias mais do que a situação mesma da cidade de Santos, estava em jogo sua posição estratégica na relação com o planalto, seja para escoar a produção cafeeira, que significava a maior riqueza nacional, seja para importar trabalhadores.

Bresciani (1984/1985) analisou a forma como Londres sofreu transformações, no século XVIII, trazidas pela introdução das máquinas. A partir da observação de produções literárias, esta autora examinou o impacto da mudança das relações homem/natureza resultante da interposição de instrumentos mecânicos.

² Santos é conhecida como terra de Brás Cubas, pois foi ele seu fundador.

Thompson (2008) também faz análises no mesmo sentido. Ele aponta que os padrões de trabalho antes da introdução da indústria em grande escala era irregular. O autor destaca, entretanto, que “é suspeita a tentativa de fornecer modelos simples para um processo único, supostamente neutro, tecnologicamente determinado, conhecido como ‘industrialização’”.

Embora não estejamos tratando de uma indústria no seu sentido estreito, o negócio do café passou a demandar uma articulação entre os vários momentos da produção ao embarque, funcionando como “uma grande fábrica”. Honorato (1994) afirma que, embora as concessionárias da estrada de ferro e do porto fossem de ramos distintos, possuíam interesses capitalistas próximos, o que as levaria a integrar seus serviços para que as mercadorias mais rapidamente saíssem da produção e atingissem o mercado capitalista internacional.

A primeira via férrea, ligando Santos a Jundiaí, e a construção de um porto com organização capitalista desencadearam alterações profundas no cotidiano da cidade no final do século XIX. Essas intervenções contribuíram para alterar o ritmo e a organização da cidade, trazendo para seus moradores novas representações e novas práticas sociais que podemos acompanhar através dos diversos Códigos de Posturas municipais produzidos no período e das atas da Câmara Municipal, responsável pelo governo da cidade durante o período de Intendência. Além disso, pesquisas a partir de diversas fontes já publicadas permitem-nos acompanhar essas mudanças. Como é objetivo deste trabalho entender as mudanças no âmbito da educação, talvez possamos relacioná-las com as mudanças mais amplas na forma de ser e estar na cidade.

Para entendermos o impacto dessas obras, iniciaremos descrevendo a forma como foram concebidas e desenvolvidas. A seguir, abordaremos aspectos do cotidiano da cidade a partir de 1867, quando foi inaugurada a primeira dessas obras, a ferrovia.

1.1 A São Paulo Railway Co. traz novo ritmo à cidade

Foi em meados da década de 1850 que se inaugurou o primeiro trecho de estrada de ferro no Brasil, na Baixada Fluminense, construída pelo Barão de Mauá. Este personagem, em sociedade com o Barão de Monte Alegre e o Marquês de São Vicente, conseguiu do governo

Imperial autorização para fazer estudos sobre a possibilidade de construção de uma ferrovia que ligasse São Paulo a Santos.

Na década de 1830 já se discutia na Assembléia Legislativa provincial a criação de uma estrada de ferro que ligasse Santos à zona cafeeira. Os primeiros estudos, iniciados em 1835, foram interrompidos por falta de capital. Barão de Mauá, bem relacionado na Europa, principalmente na Inglaterra, em entendimentos com banqueiros ingleses, criou a São Paulo Railway Co., tornando-se um de seus maiores acionistas. O Decreto Imperial de 26 de abril de 1856 deu a essa companhia a concessão para a construção e exploração da ferrovia por 90 anos. Nesse mesmo ano o engenheiro Mackerson Fox deu início à construção da São Paulo Railway, concluída em 1867, ligando o planalto ao litoral, com ponto terminal na área do porto.

Para transpor a Serra do Mar, que se interpõe entre o litoral e o planalto, imensos viadutos foram construídos, criando, assim, um complexo sistema funicular que “consistia de quatro planos inclinados na encosta da serra, cada um com uma máquina fixa a vapor, que tracionava as composições por meio de cabos de aço, puxando os vagões para o alto, ou descendo-os, sob controle, para o porto de Santos” (MARTINS, 2008, p. 163).

Sua construção dependeu de material trazido da Europa e esteve sob comando de engenheiros ingleses. Parece ter sido considerada um investimento rentável por parte dos ingleses, e interessante ao imperador. De qualquer forma, ela foi cogitada pelo que poderia significar economicamente para a região e o país.

Segundo Martins (2008, p. 162), “cerca de mil homens participaram da obra, em sua maioria imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e ingleses, pois a força de trabalho escrava era proibida naquela tarefa”, já que os ingleses condenavam a escravidão. Trabalhar em uma firma inglesa significava para os operários se ajustar aos padrões de trabalho já vigentes naquele país.

Até a inauguração da São Paulo Railway, em 1867, o café era levado por tropas de muares das fazendas do interior da província até Jundiaí, onde os animais eram substituídos por outros, descansados, e transportado, então, até Santos.

Segundo essa mesma autora,

O tropeiro [...] era o único elo dos moradores da fazenda com o “mundo civilizado”. Ia levando café e vinha trazendo as novidades. [...] Com a entrega da mercadoria concluíam seu trabalho, imediatamente reiniciado com o retorno da caravana, transportando víveres para a fazenda. Traziam produtos de luxo para consumo dos fazendeiros, de porcelanas, vinhos especiais, tecidos e roupas finas, até mobiliário. Não se esqueciam também de vir com sal, pólvora e ferro, artigos que não eram produzidos nas grandes propriedades. Chegando ao litoral, carroções transportavam a mercadoria até os armazéns onde era preparada e aguardava o embarque (MARTINS, 2008, p. 105).

À medida que as fazendas de café avançavam para o interior, o custo do transporte aumentava, com consequente queda do lucro do fazendeiro. Além disso, as distâncias aumentavam a probabilidade de o café se deteriorar antes de chegar ao seu destino. Segundo esta autora, as tropas de mulas levavam três semanas a um mês para cumprir apenas o trajeto entre Campinas e São Paulo pela Serra da Mantiqueira. Só depois os grãos eram transportados, através das escarpas da serra, até o litoral.

Na época a população de Santos ocupava apenas a região próxima ao porto. Era uma cidade sujeita a chuvas constantes e cortada por inúmeros riachos, na qual o solo úmido predominava, o que prejudicava sua expansão.

Os navios costumavam ficar ancorados a mais de cem metros da margem do porto e eram acessados por meio de longas pontes de madeira. O café, já ensacado, era transportado nas costas de trabalhadores e escravos, dos armazéns até os navios fundeados no outro extremo da ponte. O conjunto de armazéns e ponte de madeira, conhecido na cidade como trapiche, era explorado por comerciantes locais. Em 1870, segundo Lopes (1974), existiam apenas nove pontes ou trapiches que já não davam conta da demanda. Muitos navios não conseguiam atracar e permaneciam meses ao largo da baía de Santos. Como forma de agilizar o embarque e desembarque de mercadorias, pontões³ e saveiros passaram a ser alugados das agências de vapores para imprimir maior agilidade ao processo de ligação entre o porto e os navios, mas isso encareceu o produto.

A entrada em cena da via férrea, de Jundiaí a Santos, modificou o ritmo e a quantidade de café que passou a chegar à cidade. Os cafezais, que anteriormente se situavam no Vale do Paraíba, aos poucos foram ocupando praticamente todo interior de São Paulo. O café produzido era levado a Jundiaí também por tropas de muares e lá era embarcado nos vagões rumo ao porto.

³ Barcos.

Representando principalmente os interesses dos grupos ligados ao café, no dia 22 de dezembro de 1870 foi fundada, por um grupo de comerciantes locais, a Associação Comercial de Santos, a mais antiga associação de classe do Estado de São Paulo e uma das primeiras do Brasil, denotando a importância econômica que o café assumia. No período compreendido entre sua criação e o ano de 1920, apenas dois de seus presidentes não foram comissários de café. Essa Associação tinha grande força política no município e funcionava quase como um poder paralelo.

Com a construção de um acesso ligando Jundiaí a Campinas pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, inaugurado em 1872, houve aceleração no transporte do café. Linhas férreas, gradualmente construídas, foram interligando as várias regiões paulistas a Campinas, de onde, por meio da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, o chamado “ouro verde” chegava a Jundiaí e lá era embarcado para Santos. O café passou a chegar em maior quantidade e em maior velocidade ao porto santista. Na ocasião a cidade já havia se firmado comercialmente como a grande praça cafeeira paulista.

O contínuo aumento do número de cidades no interior paulista e do volume de mercadorias, especialmente o café, a serem exportadas via porto de Santos, levou à construção de nova linha férrea pela São Paulo Railway; inaugurada em 1895, essa estrada de ferro seguia paralela à linha antiga, através da Serra do Mar.

A chegada maciça de grãos a serem armazenados, ensacados e embarcados esbarrou na falta de estrutura da cidade de Santos e de seu porto. Araújo Filho (1969, p. 68) afirma que

A partir de 1867, quando se inaugurou a primeira ligação ferroviária do litoral com o planalto, passando pela capital paulista, aquele movimento de barcos tornou-se, então, bem maior, trazendo cada vez mais sérios problemas de movimentação de cargas, em virtude das precárias condições do porto. As embarcações de alto mar ficavam a mais de 100 metros de distância dos locais onde eram depositadas as mercadorias e ligadas aos velhos trapiches por pontes de madeira, por onde transitavam os escravos e outros trabalhadores do porto, transportando nas costas a maior parte das espécies de carga, além das já centenas e milhares de sacas de café descidas do planalto, anualmente.

Embora novas pontes e novos armazéns fossem sendo gradualmente construídos, continuavam insuficientes para atender à demanda. Vapores mais modernos chegavam em número crescente. A quantidade de café vendida ao exterior aumentava. Como consequência do

enriquecimento produzido pelo café, também havia se ampliado “o consumo de mercadorias importadas, na maioria dos casos de bens de luxo” (HONORATO, 1996, p. 50). Esses bens de consumo desembarcados em Santos seguiam pela ferrovia até chegarem aos novos “Barões do Café”.

As condições oferecidas pela cidade, entretanto, estavam prejudicando o comércio do café. A abertura da estrada de ferro agilizou a entrega do café para ser comercializado e exportado, trouxe, porém, problemas à cidade. As sacas chegavam em quantidade superior à capacidade de embarque e a cidade não dispunha de número suficiente de armazéns. Costa e Silva Sobrinho (1953, p. 401), memorialista, relata que, em 1889, “o cais, por carência de armazéns, vivia abarrotado de mercadorias, cujos fardos invadiam a Rua Xavier da Silveira e ali ficavam ao sol e ao relento [...]”. Sacas de café eram roubadas, impostos deixavam de ser recolhidos, exposto ao sol e à chuva o café se deteriorava, o que trazia prejuízos aos produtores e comerciantes do grão. Além disso, as mercadorias prejudicavam a circulação das pessoas. O Código de Posturas de 1883, frente a esse problema, havia estipulado que:

Artigo 46. E’ prohibido conservar nas ruas, passeios das casas, praças e estradas qualquer corpo que obste ou difficulte o transito publico. A linha, madeiras e outros corpos volumosos de immediata utilidade só poderão conservar-se no cões da cidade até 24 horas depois de descarregadas, excepto sabbados e vespervas de dias santos em que a remoção deverá ser feita nesse mesmo dia. O infractor incorrerá na multa de 10\$, sendo a remoção feita a sua custa.

Em 1897 o problema persistia, pelo que sugere o Código de Posturas daquele ano

Art. 130. É prohibido conservar nas ruas, praças, passeios de casas, estradas ou caminhos qualquer corpo que obste ou difficulte o transito publico. O infractor será intimado para fazer a remoção immediata, e, si esta não fôr feita, incorrerá na multa de 30\$000 e a remoção se fará pela municipalidade, correndo as despesas por conta do infractor.

§Unico - A disposição deste artigo é extensiva aos materiaes de construcção, os quaes só poderão permanecer nas ruas, praças e logradouros mediante licença e satisfeitos os impostos.

Além disso, resultado do aumento do número de sacas desembarcadas, mais carroças passaram a circular pela cidade transportando mercadorias. As cocheiras nas quais eram alimentados os animais de tração usados nas carroças passaram a ser atraentes para as ratazanas,

pois havia fartura de alfafa. A proliferação dos roedores deu condições para o surgimento da peste bubônica.

A estrada de ferro, além de trazer o café e levar bens de consumo, passou a transportar pessoas entre o interior do estado, a capital e o litoral. O número de indivíduos circulando na cidade, por conseguinte, aumentou. Foi a presença dessa estrada que permitiu aos imigrantes que vinham trabalhar na lavoura paulista deslocarem-se até São Paulo e, de lá, partirem para os locais de trabalho. Foi essa mesma linha férrea que trouxe de volta aqueles que não se adaptaram ao trabalho nas fazendas. Além dos engenheiros e técnicos estrangeiros, a construção da estrada utilizou mão de obra de trabalhadores vindos de outras regiões e que passaram a residir em Santos. A cidade acanhada, até então com poucos habitantes, viu aumentar sua população fixa e flutuante.

Todos esses fatores, aliados às novas ideias trazidas pelos imigrantes, apressaram a necessidade da construção de um novo cais e a modernização das operações portuárias. Já não se concebia um porto operando de forma tão primitiva. Os armazéns e as pontes de madeira mostravam-se cada vez mais obsoletos face à intensa movimentação de mercadorias e pessoas. A construção de novas pontes não havia acompanhado a demanda crescente. A Associação Comercial (que poderia intervir no sentido de criar condições para a agilização das operações de embarque e desembarque), por defender os interesses da elite comercial da cidade (que incluía os proprietários de trapiches), nada fazia e pretendia apenas que eles fossem reformados.

Como consequência das oportunidades de emprego que surgiam, a cidade se adensou, ocupando praticamente toda a região portuária, devido às condições de seu solo. O número crescente de moradores e o pouco espaço para acomodá-los deram margem ao surgimento dos cortiços; insalubres e superpovoados, concorreram para a disseminação de epidemias que já assolavam a cidade há algum tempo.

O clima úmido e chuvoso da cidade, com temperatura estável superior a 25° e sem quedas de temperatura acentuadas no inverno, além da existência de muitos rios e mangues e de a cidade ficar no nível do mar concorreu para que mosquitos transmissores da febre amarela aqui encontrassem condições de reprodução. A deposição de lixo e de materiais fecais nos riachos contribuiu para que ficassem assoreados. O desconhecimento da forma como se propagava a doença levou à adoção de medidas ineficazes. Na época acreditava-se que os miasmas seriam os

responsáveis pela sua transmissão, o que levava a população a ser orientada sobre a necessidade de cuidados com a ventilação, vestuário, higiene, sono, entre outros, sem que se atacasse o principal foco transmissor, ou seja, o mosquito *aedes-aegypti*.

Com as epidemias, algumas pessoas com melhores condições financeiras passaram a residir em São Paulo. Comissários do café vinham de trem a Santos pela manhã e voltavam para a capital à tarde. As epidemias também levaram os navios a evitar a cidade, prejudicando o comércio.

Criadas melhores condições para o transporte do café, o final do século XIX trouxe para Santos dois grandes desafios: a erradicação das epidemias que por mais de sessenta anos assolavam a cidade e a preparação da infra-estrutura urbana e humana para o aumento do comércio e para a crescente exportação do café.

A Associação Comercial, representando os interesses da elite comercial da cidade de Santos, pressionou o governo do Estado, que acabou cedendo e criando comissões responsáveis pelo combate às epidemias e pelo saneamento do município.

As medidas para renovação do sistema portuário foram tomadas pelo governo Imperial por meio de concessão, que previa a construção de um cais acostável, e o fornecimento dos equipamentos necessários para transporte, guarda e embarque de mercadorias.

A cidade, que antes funcionava segundo o ritmo das tropas de muares e dos navios, precisou adequar-se ao ritmo dos horários das composições que chegavam e traziam sempre uma quantidade de café superior àquela à qual estavam acostumados os trabalhadores. A ferrovia impôs à cidade um novo ritmo de trabalho, que trouxe, como consequência, a necessidade de ela dar conta do transporte e da guarda de uma quantidade crescente de mercadorias. Ademais, a estrada de ferro passou a organizar os horários da cidade segundo os horários regulares do trem. Trazendo carga e pessoas, determinou alteração no funcionamento de alguns estabelecimentos comerciais e criou a necessidade de outros, como hotéis e restaurantes para atender os viajantes.

1.2 Um novo cais e novas relações de trabalho

O porto de Santos, na metade do século XIX, não era muito diferente de outros portos brasileiros. Honorato (1996) nos conta que o próprio porto do Rio de Janeiro, que a partir de 1850 passou a deter a maior parte das exportações brasileiras, era semelhante no que se referia à construção de pontes e armazéns para receber os navios com suas mercadorias. Os portos de São Luís, no Maranhão, e Salvador, na Bahia, entre outros, também usavam o mesmo sistema.

No limiar da década de 1860, podemos perceber claramente que os portos brasileiros se encontravam em uma situação similar ao do final do período colonial, dificultando o controle alfandegário das importações e exportações que se desenvolviam em razão da maior articulação da economia brasileira com as economias capitalistas centrais. (HONORATO, 1996, p. 83)

Como a carga tributária nacional dependia do controle dos impostos de importação e exportação, o Império passou a investir na melhoria dos postos alfandegários do país. Porém, não instalou um novo modelo portuário por não possuir recursos para arcar com os investimentos necessários à remodelação dos portos.

Concessões de construções de ferrovias vinham apresentando seus primeiros resultados, e, assim, o governo decidiu abrir concorrência pública para que os empresários interessados pudessem executar obras de melhoramentos dos portos brasileiros, recebendo, em contrapartida, o direito de explorar as tarifas de embarque e desembarque de mercadorias na forma de Concessão de Serviço Público.

De acordo com o Decreto número 1.746/1869, ao expirar o prazo da concessão, o governo recebia todas as obras e o material da empresa, e podia desapropriar o patrimônio da empresa após dez anos, indenizando-a.

Segundo esse mesmo decreto, aos empresários era permitido desapropriar os terrenos e benfeitorias de particulares que se achassem em regiões necessárias à construção das suas obras, contrariando decreto anterior, o de número 4.105/1865, que garantia os privilégios dos antigos proprietários de trapiches e demais benfeitorias nas regiões litorâneas.

Durante as primeiras décadas do século XIX, a melhoria e o reaparelhamento do porto de Santos não haviam se mostrado um problema para o Governo Imperial devido a pouca expressividade da região em face de outros portos exportadores, como o do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. No final da década de 1860, a expansão da cafeicultura e a concentração das exportações pela cidade de Santos começaram a modificar esse quadro.

Os paulistas Conde de Estrela e Francisco Praxedes de Andrade Pertence propuseram um projeto de melhorias dos atracadouros da cidade ao Governo Imperial, de forma que estes pudessem atender as novas demandas. Eles ganharam a concessão em 31 de agosto de 1870. O Decreto aprovado no ano anterior havia definido 90 anos o prazo máximo da concessão. Eles ganharam esse prazo e receberam o prazo de seis meses para o início das obras, sob pena de a concessão caducar. O projeto inicial apresentado na proposta foi modificado e o prazo para a organização da companhia, prorrogado até 1873. As obras sequer foram iniciadas e a concessão caducou.

A crise no embarque e desembarque de mercadorias vinha trazendo prejuízo ao comércio cafeeiro. Em vista disso, a Associação Comercial de Santos, representando os interesses dos produtores e comerciantes de café, solicitou providências ao Governo Imperial. Foi enviado, em 1879, um engenheiro com experiência em projetos portuários, William Milnor Roberts, chefe da Comissão Hidráulica do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Veio assessorado pelo engenheiro brasileiro Domingos Sérgio Sabóia, acompanhado por pessoal técnico, com o objetivo de examinar o porto, fazer o levantamento de sua planta, planejar e orçar as obras que fossem mais convenientes. Esse primeiro projeto serviu de base para todos os subsequentes.

Feito o planejamento, em 22 de dezembro desse ano foi aberta concorrência para execução das obras. Participaram da disputa comercial propostas de três grupos: a do Conde de São Salvador, Matosinhos e Visconde de Figueiredo; a do Major Benedito da Silva, Engenheiro Gonçalves e Engenheiro David Ellis; e a do Engenheiro D.M.Fox e José Ricardo Wright. Enquanto essas propostas eram estudadas, pressionada pela Associação Comercial de Santos, a Assembleia Provincial de São Paulo aprovou a Lei nº 13 de fevereiro de 1881, pela qual o Governo de São Paulo se arvorava no direito de melhorar e explorar o Porto de Santos.

Ignorando as três propostas apresentadas, D. Pedro II, mediante Decreto nº 8.800/1882 de 16 de dezembro, delegou as obras de melhoramento do porto de Santos ao governo da Província de São Paulo, concedendo-lhe um prazo de quatro anos para isso.

O Governo Provincial, entretanto, por dificuldades financeiras e técnicas, pediu alteração de parte do projeto inicial e prorrogação do prazo para início das obras. Em 1884 a diretoria da Associação Comercial, em relatório, manifestou seu desapontamento. Finalmente foram aprovados os planos para as obras e novos prazos foram concedidos. Em 27 de março de 1886 o Governo Imperial editou um decreto anulando a concessão ao governo da Província de São Paulo, já que nada havia sido feito.

A segunda metade da década de 1880 havia se tornado crítica para a cidade de Santos, já que tanto a peste bubônica quanto a febre amarela voltaram a grassar na população. Alegava-se que o surgimento das doenças estaria ligado aos problemas sanitários da cidade, que só seriam resolvidos com a execução das obras do porto.

Novos trapiches surgiam, os armazéns estavam saturados e havia crescente demora no embarque-desembarque de mercadorias dos navios, que chegavam a ficar meses ao largo. Pereira (1980) relata que em sessão da Câmara de 1880 o vereador Lucas Fortunato apresentou uma indicação de que fosse calçado um trecho junto ao cais, pois quando chovia era impossível o trânsito para as carroças de café, uma vez que a via transformava-se em um lodaçal enorme e intransitável. Nesse mesmo ano duas firmas estrangeiras solicitaram a intervenção da Associação Comercial de Santos para o apressamento da execução do calçamento da Rua Xavier da Silveira pelo mesmo motivo, porque essa rua margeava o cais e, da forma como se apresentava, dificultava o transporte de mercadorias.

O ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas solicitou ao engenheiro que compusera a equipe que acompanhou Milnor Roberts até Santos, Sabóia e Silva, a reelaboração do projeto e, em 19 de outubro de 1886, o Governo Imperial mandou publicar os editais para abertura de concorrência para as obras do porto de Santos.

Seis propostas surgiram. Houve demora na escolha do vencedor e somente dois anos depois, em 12 de julho de 1888, foi publicado o Decreto nº 9.979 autorizando o contrato com um dos concorrentes, José Pinto de Oliveira e outros, aprovado pela Secretaria de Agricultura.

Críticas foram feitas ao resultado da concorrência por meio dos jornais da época, visto que a proposta aprovada pelo Tesouro Nacional havia sido a de outro concorrente. O motivo que justificou a decisão da Secretaria da Agricultura foi a capacidade financeira dos ganhadores de arcar com os custos necessários à execução das obras.

Em 26 de julho de 1888, quatorze dias após a divulgação oficial do resultado da concorrência, foi constituída a firma Gafrée e Guinle Cia., criada com o objetivo de executar as obras do porto de Santos e composta por José Pinto de Oliveira, Cândido Gafrée, Eduardo Palassim Guinle, João José D'Avellar, Dr. Alfredo Camilo Valdetaro, Benedito Antônio da Silva, Francisco Justiniano de Castro Rabelo e Hippólito Veloso Pederneiras, com o capital de 4.000:000 (quatro mil contos de réis) (GITAHY, 1992).

Embora o porto santista fosse considerado inadequado para atender o embarque do café desde a década de 1860, houve diferentes, porém infrutíferas tentativas no sentido de superar o problema. Apesar das concessões dadas ao conde Estrela e a Francisco de Andrade Pertence em 1870, e também ao Governo da Província de São Paulo em 1882, nada foi feito durante aproximadamente 20 anos.

Pelo decreto que concedeu a construção e a exploração do porto pela firma Gafrée e Guinle Cia., as obras de modernização deveriam ser iniciadas em seis meses após a assinatura do contrato e ficar prontas em três anos. Elas começaram nesse mesmo ano, 1888. O contrato inicial previa a construção de 866 metros de cais acostável, armazéns e linha férrea, pela concessão para explorar o porto por 39 anos.

Em 1890, a empresa aumentou seu capital e reorganizou-se sob o nome Empresa das Obras dos Melhoramentos do Porto de Santos e comprometeu-se a construir 996 metros de cais, além da extensão contratada em 1888, tendo sido a concessão ampliada para 90 anos. Em 1892 a firma tornou-se a Sociedade Anônima Companhia Docas de Santos. Além da construção do cais acostável, a companhia também ficou encarregada de providenciar a infra-estrutura necessária para atender a crescente demanda do movimento portuário.

As obras a serem empreendidas pela concessionária, com sede na cidade do Rio de Janeiro, implicaram na demolição das pontes e armazéns, explorados por santistas. Grupos locais perderam em parte o controle do comércio do café, principal produto de exportação do porto de

Santos. Posteriormente, com a construção da amurada do cais, até mesmo o acesso passou a ser controlado pela Companhia Docas de Santos.

Muitos conflitos surgiram entre essa companhia e os comerciantes santistas, por conta da desapropriação e demolição dos trapiches e também da isenção do pagamento de tributos municipais concedida à Cia. Docas. A empresa entrou em litígio com os “donos” das 23 pontes e trapiches que se encontravam no local da construção, inclusive duas da São Paulo Railway Co. e duas da Alfândega, cujos interesses foram defendidos pela Câmara Municipal. Desta primeira batalha surgiu uma rivalidade entre a Companhia Docas e o comércio de Santos.

As tensões e disputas entre os governos municipal, estadual e federal decorriam do fato de estarem em jogo interesses desencadeados pelo café e pela expansão do cais. Os políticos locais questionavam a intervenção dos governos estadual e federal. A infra-estrutura da cidade, em descompasso com o desejado para o ingresso do país em uma economia capitalista, vinha prejudicando os negócios e afetando a arrecadação alfandegária; porém, a estrutura arcaica do porto era fonte de renda para muitos moradores, não interessando a eles a modernização. As intervenções dependiam de altos investimentos e a cidade não tinha condições de arcar com elas. Havia o interesse dos cafeicultores e dos políticos em uma transformação da infra-estrutura urbana e portuária, na contramão dos interesses de alguns moradores.

A concessionária tinha o apoio das duas esferas do governo: a federal e a estadual. Diante dos confrontos, recorreu ao Governo Federal, alegando que o contrato de concessão lhe dava o direito ao monopólio portuário e à isenção tributária, e saiu vencedora. O Governo Estadual concedeu-lhe posteriormente, também, o monopólio da Alfândega santista.

Em 2 de fevereiro de 1892 ficou pronto o primeiro trecho do novo cais, com a extensão de 260m e 20 metros de largura, no qual atracou, pela primeira vez um navio. Era inglês, da Companhia Lamport Holt, e possuía o nome “Nasmith”. Embora o início das obras tivesse honrado o acordo firmado com o governo Imperial, esse trecho foi entregue com um ano de atraso devido às dificuldades encontradas para a execução da obra, que incluía o aterramento entre o extremo da ponte velha da estrada de ferro e a Rua Braz Cubas. O aterramento se mostrou mais difícil e dispendioso do que a princípio se calculou.

Nesse mesmo ano houve uma crise de congestionamento que acarretou aumento nos preços do transporte e do armazenamento. A Companhia Docas se aproveitou da situação e propôs o apressamento do término das obras, com o prolongamento do cais até a região conhecida como Outerinhos, o que foi aprovado mediante Decreto número 942 de 15 de julho desse mesmo ano.

Em 1898 já estavam em funcionamento 1.545 metros de cais. Em 1909 ele atingiu sua extensão total e nele já existiam 25 armazéns internos, um armazém frigorífico, 23 pátios cobertos, 15 armazéns externos, 2 tanques para óleo combustível, linhas férreas e desvios.

“A construção e o monopólio do Porto pela Cia. Docas geram uma reorganização do trabalho e do próprio espaço da cidade empreendida sob o signo da disciplina e da eficiência capitalistas.” (GITAHY, 1992, p. 33) A Companhia Docas aos poucos foi absorvendo os trabalhos que eram executados por autônomos ao monopolizar todo o movimento portuário, assumindo o controle dos carregadores e dos outros trabalhadores. Passou a exigir deles a qualificação que desejava.

Honorato (1996, p. 157) afirma que

[...] a característica fundamental de um sistema portuário capitalista [como o que se instalou em Santos] está na racionalização do processo produtivo, como numa fábrica, diminuindo o tempo de armazenagem e de embarque. A meta, como de resto em toda atividade industrial capitalista, é a de aumentar os lucros pela ampliação do capital fixo em relação ao variável. Na realidade, o lucro maior de um sistema portuário capitalista reside na rapidez do embarque/desembarque de mercadorias, na rotatividade de mercadorias nos seus armazéns e, mais importante, na capacidade de receber um número cada vez maior de navios nas suas instalações, caracterizando, nesse caso, um aumento de produtividade.

A companhia, tendo em vista a máxima do lucro, estabeleceu um regime de trabalho organizado segundo os moldes da racionalidade técnica. Horários pré-determinados e a articulação entre as várias tarefas, como forma de evitar o desperdício de tempo e de trabalho, substituíram as antigas práticas.

A Companhia insiste em pagar os seus operários por tempo de trabalho e exige submissão à “disciplina” da empresa. Assim, com a chegada da grande companhia, os trabalhadores do Porto são submetidos a outro regime de trabalho, que envolve o cumprimento de um horário rígido (10 horas) e de um ritmo de trabalho determinado. A “disciplina” da empresa será gradativamente integrada ao processo de trabalho, através

de sua incorporação às instalações, máquinas e muralhas. Mas isto só se dá ao longo do tempo. Em 1905, esta “disciplina” aparece como uma política cotidiana da empresa, que submete os empregados pela forma como organiza o processo de trabalho (GITAHY, 1992, p. 87).

O fato, apontado por Honorato (1996, p.157), de que “a característica fundamental de um sistema portuário capitalista está na racionalização do processo produtivo, como numa fábrica, diminuindo o tempo de armazenagem e de embarque” levou os trabalhadores admitidos pela companhia a precisarem se enquadrar a esse novo modelo.

A relação entre ela e os operários era tensa, pois se por um lado era um privilégio conseguir um emprego na Cia. Docas, por outro suas condições de trabalho não eram as melhores. Submetidos a condições sub-humanas frente ao monopólio exercido pela companhia, esses trabalhadores foram se organizando e passaram a fazer exigências através de greves que, segundo Gitahy (1992), tinham o apoio da população pobre.

Em 1905 a Docas designou 90 trabalhadores, que compunham três turmas de 30 trabalhadores, para cobrir funcionários do mestre-estivador Porfírio Amazonas em greve. Como estes se recusaram a furar a greve, foram demitidos pela Docas, por “insubordinação”. Em consequência todos os estivadores entraram em greve. Para conter a greve, o couraçado *Tamandaré* e efetivos descem a serra e passam a atuar. Outros grupos de trabalhadores, em solidariedade, aderem à greve. A greve termina com um acordo. Os 30 trabalhadores demitidos por Amazonas são readmitidos e a Associação Comercial compromete-se a colocar os 90 trabalhadores demitidos pelas Docas. [...]

Quanto à grande empresa, na sua habitual intransigência, limita-se a classificar de “intromissão nos assuntos da empresa” as três reivindicações que lhe fazem os operários: readmissão dos 90 carregadores demitidos, equiparação à diária dos demais carregadores do Porto [...] e direito da Sociedade Internacional nomear o cobrador da Sociedade Beneficente Docas de Santos (GITAHY, 1992, p.86).

O monopólio dessa companhia sobre as operações portuárias imprimiu um ritmo que extravasou para outros setores comerciais da cidade ao alterar o horário das refeições, do despertar e do repousar da população. A Companhia não era uma fábrica, mas se organizava como tal, pois tratava-se, também, de um empreendimento capitalista.

As desavenças da Companhia com a Câmara Municipal só começaram a diminuir com o decorrer das greves operárias, quando a Associação Comercial e a Docas uniram suas forças

contra as paralisações dos trabalhadores do porto, que prejudicavam os interesses comuns. Em uma dessas greves, A Companhia aproveitou-se do fato que os ex-escravos do Quilombo do Jabaquara eram apadrinhados pela elite comercial da cidade e utilizou-os para o trabalho de extração de pedras de suas pedreiras, necessárias às obras do cais do porto, “furando” a greve.

A concretização da obra pela Companhia Docas de Santos trouxe grandes mudanças urbanas. “O limite da cidade, do lado do mar, não era mais a praia lodosa, das pontes, canoas e pontões, mas a superfície lisa do cais do Valongo, até os Outeirinhos.” (ANDRADE, 1989, p. 194) O cais se constituiu no que o engenheiro Saturnino de Brito chamou de “*Cinturão Sanitário*”, pois com a construção do cais e execução dos aterros, desapareciam os lodaçais da margem do estuário (...) fontes das endemias reinantes” (LOPES, 1974, p. 53). Por outro lado, “a reforma e ampliação dos serviços portuários significavam, necessariamente, uma interferência no espaço da cidade. Reformar o porto incluía alterar o sistema de transportes e rede de serviços a ele associado, a rede de moradia e ocupação urbana.” (LANNA, 1996, p.62)

Além das alterações urbanísticas que trouxe à cidade, a instalação de uma companhia capitalista, organizada de forma a dar conta do carregamento e descarregamento dos navios e do transporte e guarda de mercadorias com eficiência, trouxe alterações às formas primitivas como os serviços eram prestados.

A empresa gradualmente substituiu os trabalhadores avulsos, independentes, por empregados contratados, mediante regras de horário de trabalho e de salários dela. Os empregados, que trabalhavam em um ritmo e em horários estabelecidos pela Cia. Docas, trabalhavam e faziam as refeições nos horários determinados por ela, trajavam-se segundo as normas da mesma, viviam, portanto, segundo os moldes ditados por ela.

1.3 A construção de uma cidade higiênica: as intervenções sanitárias

No final do século XIX, várias epidemias atingiram a população urbana e começaram a prejudicar os negócios do café. Navios começaram a evitar a cidade, com medo das epidemias. Em 1889 a Associação Comercial de Santos enviou uma representação ao Presidente da Província descrevendo a péssima situação sanitária da cidade e pedindo providências. O

documento dizia “o saneamento de Santos torna-se uma necessidade inadiável para garantir, não só a vida da população, mas altos interesses de ordem econômica” (ANDRADE, 1989, p. 95). Era quase um apelo, já que a cidade não dispunha de recursos financeiros para empreender as obras necessárias.

Julio Ribeiro, renomado escritor que morou em Santos no período, trouxe ao seu romance, “A Carne”, imagens da cidade, no período, que corroboravam as péssimas condições sanitárias. Há um episódio desta obra em que um dos personagens vem a Santos comercializar café e escreve uma carta para sua namorada, na qual diz:

Em Santos, junto da cidade, não existe mar no sentido rigoroso do termo: existe um estuário de água salobra, que tende a diminuir, que se vai fazendo raso todos os dias. E não há obviar-lhe. [...]

Os enormes vapores transatlânticos alemães, os esquisitos e bojudos carregadores austríacos, as feias barcas inglesas e americanas de costado branco, os mil transportes de todas as nações, entram pela ria, encostam-se à praia, **varam quase em terra, afundam as quilhas no lado negro, constelado de cascas de ostras, de ossos, de cacos de louça, de garrafas, de latas, de ferros velhos, dessas mil imundícies que constituem como que os excrementos de uma povoação.** [...] (RIBEIRO, 1888, p. 46, grifo nosso).

Em 1889 a epidemia de febre amarela foi extremamente letal. Muitas crianças ficaram órfãs e algumas delas, inicialmente seis irmãos, foram instaladas em um Asilo Provisório⁴, em abril daquele ano. A iniciativa coube a José Xavier Carvalho de Mendonça, na época Juiz de Órfãos, e a Aureliano Coutinho Nogueira da Gama, a conselho do conde D’Eu, que havia vindo a Santos prestar solidariedade. No dia 13 de maio daquele mesmo ano foi instalada a Associação Protetora da Infância Desvalida, responsável pela manutenção do Asilo. Em meados daquele mesmo ano, as trinta e três crianças que se encontravam no Asilo Provisório foram transferidas para um novo imóvel, recebido em doação, dando início ao Asilo de Órfãos de Santos.

⁴Carvalho de Mendonça convocou uma reunião à qual compareceram autoridades e inúmeros homens da elite comercial da cidade. Foi decidida, nessa reunião, a criação da Associação Protetora da Infância Desvalida que seria responsável pela administração e manutenção do Asilo de Órfãos. Nesse sentido foi constituída uma comissão, responsável pelas providências cabíveis, tais como a elaboração dos Estatutos e a escolha do local para a instalação definitiva do asilo. No dia 13 de maio deste ano, aprovados os Estatutos, foi realizada a cerimônia oficial de instalação da Associação.

A primeira comissão de estudos sobre a situação sanitária da cidade e as formas de superá-la foi constituída em 1892, quando nova epidemia de febre amarela se manifestou. Os políticos locais já haviam tentado resolver os problemas urbanos, mas os projetos e obras realizadas haviam sido ineficazes.

[...] em 1896, a Câmara Municipal elabora um projeto de expansão da cidade que, no entanto, foi sistematicamente desrespeitado, com a construção de prédios nos locais das ruas projetadas. Por outro lado, resolver a questão dos esgotos sanitários torna-se emergencial, levando à implantação da primeira rede, através de concessão municipal, já em 1889, tendo-se adotado então o sistema separador parcial (a rede de esgotos receberia os despejos domiciliários e as águas pluviais das áreas calçadas e dos telhados). [...] O abastecimento de água potável, embora insuficiente, se fazia desde 1870 (ANDRADE, 1992, p. 135).

Naquele ano, a rede de esgotos, que funcionava precariamente em mãos particulares lançando os dejetos no porto sem depuração, foi encampada pelo Estado.

Em 1889, a epidemia de febre amarela chegou a Campinas, ameaçando atingir, através das ferrovias, outras regiões produtoras. A questão dos esgotos sanitários havia se tornado emergencial e, naquele mesmo ano, foi implantada em Santos a primeira rede, por meio de concessão municipal. Para esta foi adotado o sistema separador parcial, pelo qual a canalização de esgotos recebia tanto despejos domiciliários como águas pluviais das áreas calçadas e dos telhados.

O governo estadual encomendou a um engenheiro sanitário americano, Estevan Fuertes, da Universidade de Cornell, em 1891, um projeto para o saneamento geral de Santos. Posteriormente, com o mesmo propósito, constituiu outras duas comissões: a de Thomas Cochrane, em 1896, e a de Alfredo Lisboa, em 1897. As obras, entretanto, deviam ser autorizadas para que fossem iniciadas. Isso se deu com a publicação da lei nº 431 em 27 de julho de 1896, que autorizava a execução de obras necessárias ao saneamento, não apenas de Santos, mas também da capital, de Campinas e demais cidades acometidas pela febre amarela.

Para a execução delas foi constituída, pelo estado de São Paulo, a Comissão de Saneamento de Santos, cuja direção foi inicialmente entregue, em 1903, ao engenheiro José Pereira Rebouças, substituído, em 1905, pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de

Brito⁵, que modificou o projeto anterior, propondo a adoção do mesmo sistema sugerido por Fuertes: o sistema separador absoluto (uma rede para águas cloacais e outra para águas pluviais). Entretanto, incluiu estações elevatórias distritais no projeto de Fuertes. Essa Comissão planejou e executou a canalização de córregos que cortavam a cidade, a construção de canais para a drenagem do solo, um sistema de esgotos e de abastecimento de água e a construção de um novo cemitério.

Entre 1905 e 1914, “a um custo vultoso para a época”, foram executadas, com verba do governo do estado, as obras destinadas a coletar os esgotos de Santos, conforme o plano de Brito, “transformando o entreposto comercial em uma das cidades mais saudáveis do país” (ANDRADE, 1992, p. 137).

Para coletar as águas pluviais e de ribeirões que cortavam a cidade, foram construídos 17 quilômetros de canais de superfície, de mar a mar, de tal forma que as marés se encarregassem de manter a higiene, o que possibilitou a drenagem das áreas pantanosas e a expansão da cidade. Para a coleta de esgoto foi construída uma rede subterrânea, com 80 quilômetros de extensão, parte dela sob esses canais. As obras do primeiro canal, chamado na época Grande Canal, foram iniciadas em 1905 e em 28 de agosto de 1907 ele foi inaugurado, com a presença de autoridades e do público em geral. Na ocasião houve o lançamento da pedra fundamental do novo prédio do Grupo Escolar Cesário Bastos⁶, que até então vinha funcionando em um imóvel alugado pela Câmara, a ser construído na Rua Rangel Pestana, por onde passava aquele canal.

⁵ Saturnino de Brito formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1887. De sua formatura até 1892 ele construiu ferrovias no nordeste. Começou suas atividades como engenheiro sanitário em 1893, quando iniciou seus estudos da rede de esgotos para Piracicaba. Ano seguinte, no Rio, participou da elaboração da Carta Cadastral. Em 1894 e 1895, atuou como chefe da seção de abastecimento d'água na Comissão de Construção da Nova Capital de MG. Em 1896 elaborou o projeto de melhoramentos para Vitória. Entre 1896-97 foi Engenheiro-Chefe na Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo: elaborou projetos para Campinas, Ribeirão Preto, Limeira, Sorocaba e Amparo. Foi o autor do projeto de saneamento para Petrópolis (RJ) em 1898 e para Paraíba do Sul (RJ) em 1899. Ainda no Rio, em 1900, foi o responsável por projetos em Itaocara e, entre 1902-1903, em Campos (nesta, também fez estudos para abastecimento de água). Deu o parecer sobre os esgotos de Niterói em 1905. Entre 1905 e 1909 foi responsável pelo plano de extensão e saneamento de Santos. Em 1909, fez o projeto de saneamento de Rio Grande (RS) e emitiu parecer sobre o sistema de esgotos de São João da Boa Vista (SP). Entre 1909-1915 foi responsável pelo projeto de saneamento de Recife (PE). Em 1913 deu o parecer sobre o abastecimento de água de São Paulo; foi responsável pelo projeto de saneamento de João Pessoa (PB). Continuou em atividade até 1928, com projetos e pareceres para diversos estados brasileiros.

⁶ O lançamento da pedra fundamental do novo prédio daquela escola, cujo projeto arquitetônico previa 30 salas de aula, nos moldes do que Souza (1998) chamou de “Templos de Civilização” deu visibilidade às ações do Estado na cidade.

O projeto de saneamento proposto por Brito incluiu reformas na parte antiga da cidade, mas também obras de infra-estrutura necessárias à sua expansão e que, de certa forma, deram a Santos a conformação que hoje ela apresenta. Um dos princípios urbanísticos prescritos por esse engenheiro e aplicado por ele no município foi o de que é fundamental que se preveja a expansão da rede de esgotos para o futuro desenvolvimento da cidade. Os canais iam do “centro” da antiga cidade colonial à orla marítima e acompanhavam o sentido das duas vias já existentes, as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias. O projeto, entretanto, respeitava algumas vias já existentes, como a Rua Carvalho de Mendonça, na Vila Matias, e o curso de alguns ribeirões.

Pode-se afirmar que

[...] as obras públicas realizadas por Saturnino de Brito não só estruturam fisicamente a cidade e seu processo de crescimento, mas também introduzem novas visibilidades. Meios de construção de visibilidade, os canais de drenagem a céu aberto [...] com seus passeios e avenidas laterais, operam tanto o fluxo das águas e da circulação urbana, quanto o fluxo dos olhares. Ao olhar enclausurado na praça colonial ou na rua curva e estreita, insinua-se um olhar estirado, linearizado, nem convexo, nem côncavo, mas regulado, ordenado. [...] não se muda apenas o modo de olhar, mas também o que se olha (ANDRADE, 1992, p. 64).

Inspirado em Camilo Sitte, adepto da teoria pinturesca, o engenheiro projetou jardins e avenidas ao longo dos canais, criando uma paisagem artificial a ser admirada.

Um princípio da teoria pinturesca a ser ressaltado é aquele que recomenda ao arquiteto fazer uso, e não ignorar ou encobrir, os acidentes naturais. Manifesta-se neste procedimento a relação que o pinturesco estabelece com a natureza. [...] Integrar a arquitetura na paisagem apenas desdobrava uma aproximação dos artistas com a natureza, que tinham na importância dos esboços do natural, no campo, um ponto cardeal da teoria neoclássica da paisagem (ANDRADE, 1992, p. 46).

A intervenção urbana, portanto, possuía outras intenções além daquela de sanear a cidade. Um propósito de criação de novas formas de sociabilidade e de relação com a cidade esteve presente no projeto que previa a construção de parques e jardins.

As operações de reforma da cidade, que marcaram de modo decisivo a história urbana capitalista, redefinindo periodicamente sua forma, vão se caracterizar pela introdução de algo novo na cidade. Expressão de uma nova classe que ascende ao poder, manifestação de interesses econômicos emergentes e de inovações técnicas, as reformas urbanas pioneiras são constitutivas do próprio processo de formação da cidade capitalista (ANDRADE, 1992, p. 66).

Segundo Andrade (1992, p. 96),

As cidades brasileiras na República Velha, vinculadas de alguma maneira ao comércio exportador, como as cidades portuárias, foram palco de profundas transformações sócio-econômicas, resultado tanto do novo regime político, como as mudanças na estrutura produtiva nacional e na divisão internacional do trabalho, que implicaram na emergência de problemas novos – o rápido crescimento populacional e a expansão desmesurada das áreas urbanas, a falta de condições sanitárias adequadas e o alojamento da classe operária nascente.

A concessão dada à Companhia Docas havia completado a alteração da organização econômica da cidade, instituindo um sistema produtivo que, procurando ser eficiente sob a ótica do capitalismo, necessitava de trabalhadores “disciplinados”. A higiene social foi um dos objetivos das reformas urbanísticas levadas a cabo.

A intervenção do estado pretendeu dar uma solução definitiva aos problemas. Procurou evitar que interesses mais imediatos dificultassem as obras necessárias, já que elas eram extremamente importantes para fazendeiros e comissários de café. Estes acreditavam que o saneamento da cidade, tanto em termos de construção das redes de escoamento da água e do esgoto, como de promoção do ordenamento da população, ou seja, da higiene social, criaria melhores condições para o comércio com o exterior.

Segundo Veiga (2007, p. 402), Saturnino de Brito, encarregado do saneamento de Santos, “pertencia ao grupo dos higienistas ligados ao positivismo mais ortodoxo”. Segundo essa autora, a cidade era concebida por eles “não apenas como um meio físico, mas também social e moral”. As obras realizadas por este engenheiro não só estruturaram fisicamente a cidade e seu processo de crescimento, mas também introduziram novas visibilidades. Segundo Andrade (1996, p. 138), “As realizações de Saturnino de Brito deram origem a uma nova cidade com um desenho

extremamente moderno para a época, aproximando a paisagem urbana santista daquela de cidades européias”.

Se atentarmos hoje à cidade, veremos um jardim que se estende ao longo da praia, considerado o maior pelo Guinness, inspirado no projeto de Brito, que previu a construção de um parque acompanhando a orla, junto à Avenida Beira Mar que, “como as demais avenidas-parques, também deveria ser utilizada para a instalação de equipamentos de uso público, campos de esporte e ‘bosques’” [...] (ANDRADE, 1996, p.141). Como previsto por ele, este é, atualmente, um espaço de convivência.

Todos os moradores foram atingidos pelas reformas urbanas. O Código de Posturas de 1897 exigia que “recuos, atendendo às demandas higiênicas relativas à insolação, iluminação e ventilação, promoverão o isolamento das moradias, particularmente as da burguesia.” (ANDRADE, 1996, p.141).

Delineia-se, com as obras de Brito, uma paisagem ordenada, ao mesmo tempo que suas redes de saneamento unem as dimensões privada e pública da vida social, levando à intimidade dos lares, a água corrente, as latrinas, o banho diário, as lavagens freqüentes, em um processo de disciplinalização de gestos e corpos pela higiene, concomitante ao fim das fossas, mas também dos chafarizes, fontes e bicas d’água de uso coletivo, produzindo, desse modo, os modernos hábitos cotidianos (ANDRADE, 1996, p. 258).

O Código de Posturas de 1883 já havia tentado modificar algumas práticas correntes na cidade, como vemos nos seguintes artigos:

Art. 78. E’ prohibida a lavagem de roupa nas praças, fontes, chafarizes e tanques da cidade, salvo nos locaes determinados pela camara. As roupas de doentes de molestias contagiosas, serão conduzidas em caixões fechados, e lavadas fóra da cidade. Os infractores da primeira parte deste artigo incorrerão na multa de cinco mil réis e os da segunda na de trinta mil réis.

Art. 91. Aquelles que se banharem nas fontes publicas ou n’ellas e nos encanamentos de agua destinado ao abastecimento publico, lançarem corpos immundos ou nocivos, incorrerão na multa de trinta mil réis.

Ao que parece, a despeito da existência de multa para quem lavasse roupas fora dos locais designados para isso e se banhasse nas fontes públicas, a prática se manteve, pois o Código de Posturas de 1897 voltou ao assunto

Art. 199. É prohibida a lavagem de roupas na ruas, praças, fontes, chafarizes e tanques da cidade, salvo nos locais designados pelo Intendente Municipal.

Art. 200. Aquelle que se banhar nas fontes publicas, damnificar ou lançar objectos immundos ou nocivos nas fontes, tanques, reservatorios e aqueductos de onde sahem ou por onde passam as aguas destinados ao abastecimento publico ou particular, incorrerá na multa de 50\$000.

A intervenção sanitária, com as obras de Brito, criou condições para que a lavagem das roupas e o banho fossem trazidos para dentro dos lares.

Andrade (1992, p. 17), citando Breciani, diz que

[...] o movimento higienista do século XIX foi, sobretudo, um movimento de reforma da vida cotidiana, no bojo das estratégias que, conforme Bresciani, visavam “arrancar o homem do tempo regulado pela natureza e pela lógica da necessidade”. Embora as classes pobres e dominadas tenham sido objeto privilegiado das ações higienistas, estas atingiram o conjunto do corpo social, estipulando modos de ser ou viver, isto é, modos de morar, de se comportar em público e no âmbito familiar, que foram testados e adotados em setores diversos da população.

O aparecimento do regime de trabalho livre levou a cidade a expressar as diferenças sociais, como já acontecia “na Europa há mais de um século, nas quais as propostas e intervenções dos sanitaristas se nutriam” (ANDRADE, 1996, p. 100).

Graças à intervenção sanitária de Brito, foi concretizada a separação entre os locais de trabalho e moradia e também dos moradores, segundo suas características sociais.

Segundo Gambeta (1984, p. 25):

Cada pedaço de solo em Santos teve redefinidas suas funções: o lazer nas praias, o comércio no centro, o transporte de café ao longo do estuário, as fábricas na direção da serra etc. Fora do arruamento ficaram os indesejáveis: hospitais de doenças contagiosas,

o cemitério, o matadouro, a hospedaria dos imigrantes, o mercado, o depósito de lixo, as cocheiras e os barracos de madeira.

À medida que as distâncias sociais dos moradores foram se acentuando, estas foram ficando mais evidentes na região ocupada por eles, o que não acontecia nas cidades coloniais. A elite passou a residir inicialmente na Vila Nova, próximo ao centro antigo e, posteriormente, na Barra junto à praia. O comércio passou a dominar o centro velho da cidade junto ao terminal ferroviário. As pessoas de classes sociais mais baixas passaram a ocupar os espaços menos valorizados, como os morros, o bairro do Macuco e outras regiões cada vez mais afastadas daquela que inicialmente concentrava a população.

O delineamento classista dos bairros já era claro no início do século XX. Segundo Gambeta (1984, p.16),

Talvez até mais evidente do que em nossos dias, quando tais limites muitas vezes aparecem borrados. Distinção geográfica que não transparecia somente na fachada das casas. Era igualmente denunciada pela diferente topografia e saneamento do solo. Pela distribuição desigual dos serviços urbanos (iluminação, calçamento, água/esgoto, gás, coleta de lixo, bonde, telefones, ajardinamento e correios). Pelas distâncias guardadas em relação a indústrias e ferrovias.

Parte da população foi privilegiada, passando a residir em moradias “modernas”, dotadas de comodidades. Os trabalhadores passaram a residir em terrenos mais desvalorizados, destituídos de melhoramentos públicos, próximos a fábricas, ferrovia, rios e também nos morros.

A população pobre, que residia nos cortiços improvisados no centro da cidade, passou a ser considerada um incômodo, principalmente pelas suas condições higiênicas. Com o objetivo de controlar os cortiços e as cocheiras, assim como vacinar a população, em 1893 o governo do estado criou a Comissão Sanitária, cuja direção foi entregue ao médico Guilherme Álvaro, “com um poder paralelo, senão preponderante à Intendência Municipal” (GAMBETA, 1984, p.22).

Em 1897, reforçando as mudanças pretendidas, foi aprovado pela Câmara Municipal de Santos um novo Código de Posturas que, ao lado do Código Sanitário do estado, reforçava o poder da Polícia Sanitária.

Segundo Gambeta (1984), as intervenções higienistas sobre os cortiços existentes na cidade sucederam-se de modo violento e autoritário, conjugando-se com propostas de construção de vilas para os operários, que não foram levadas a termo. O próprio projeto de Brito incluía a construção de familiastérios⁷.

A Comissão Sanitária, criada com a finalidade de coadjuvar a intervenção através das obras de saneamento, começou a demolição desse tipo de moradia.

Postos abaixo, um a um, os cortiços eram paulatinamente banidos do meio urbano. Uma luta longa e surda se travou entre a higiene, os proprietários e moradores desalojados. Batalha miúda, entre forças desiguais, só esporadicamente ganhava manchetes nos jornais. Os higienistas foram fortalecidos pelo Código Sanitário e pelo novo Código de Posturas de 1897. Em prol da saúde pública ficava prejudicada a inviolabilidade do domicílio. A liberdade individual não poderia, se dizia, por em risco a saúde coletiva. Os desalojados, todavia, não tinham para onde ir. Desmantelado o cortiço, os numerosos moradores atirados à rua procurariam acomodações ainda mais provisórias em outro ponto da cidade. Multiplicariam os pontos visados pelas indesejáveis visitas higienizadoras. Constantes foram os apelos de inspetores para a construção de vilas operárias: [...].

Escorraçados e sem escolha, os trabalhadores passaram a construir nos arrabaldes barracos idênticos aos que alugavam nos quintais da cidade. Espalharam-se pelos morros vizinhos [...] ou pelos vargeados das Vilas Macuco e Mathias, ainda não urbanizados. O perímetro urbano os alcançaria, empurrando-os sucessivamente para mais longe, para os mangues. [...] os barracos de periferia passaram a constituir uma forma comum de habitação operária. Destituída dos equipamentos urbanos que a cidade estava acabando de receber, parte da população foi segregada. O mesmo processo que introduzia melhoramentos públicos, elegia os excluídos desses benefícios (GAMBETA, 1984, p. 22 *et seq.*).

Concluídas as obras de saneamento, Santos havia se transformado. O antigo “centro”, no qual dividiam-se espaços de moradias e comércio, remodelado passou a apenas ser espaço de transações comerciais, embora alguns cortiços teimassem em lá permanecer. Esses imóveis, entretanto, precisaram se adequar às rígidas normas impostas pelo Código de Posturas de 1897 que, em seu Capítulo 1, legislava sobre arruamentos, alinhamentos e nivelamentos. Definia, entre outras coisas, a largura das ruas, avenidas e travessas a serem abertas no perímetro urbano e fora dele, assim como determinava a adequação das existentes ao novo padrão; determinava o nivelamento das construções, os recuos a serem respeitados, de forma que o alinhamento fosse mantido; instituía a simetria na construção de praças e largos e sujeitava à Intendência a

⁷ Familiastérios seriam vilas operárias.

aprovação da divisão dos terrenos, a fiscalização, e a aplicação das multas previstas a quem não cumprisse as regras. As casas sem recuo, típicas das cidades coloniais, deveriam dar espaço a casas mais distantes da rua, criando condições para a intimidade familiar, desejável aos padrões burgueses.

Além disso, esse Código de Posturas determinava a forma de calçamento das ruas e praças, a construção de sarjetas, a largura e calçamento dos passeios, a construção de muros nos terrenos vazios ou ocupados situados no perímetro urbano, à frente dos arruamentos. Determinava também a construção de calhas, a drenagem dos terrenos e proibia o plantio de capim no perímetro urbano. Procurava transformar a cidade e, com isso, os hábitos “indesejáveis” de uma população tida como “perigosa” à ordem.

1.4 A expansão da cidade

Em 1902 a conclusão das obras do primeiro trecho do novo cais já havia transformado a zona central da cidade. O desadensamento do centro, que havia começado no início dos anos 90, prosseguia. Muitas famílias haviam deixado a parte antiga da cidade e passado a residir em outras regiões. Permaneceram no centro, principalmente casas comerciais e cortiços, estes a despeito dos esforços da Comissão Sanitária em extingui-los. Muitas residências passaram a abrigar novos cortiços, casas de comércio e casas de pasto.

Graças às obras de saneamento que drenaram o solo, e à construção e ampliação do cais acostável, a cidade pode expandir-se. A intervenção sanitária de Brito ajudou a concretizar a separação entre os locais de trabalho e moradia. O comércio permaneceu no centro velho da cidade, junto ao terminal ferroviário.

As novas moradias da cidade, obedecendo a lógica das diferenças sociais, foram ocupando diferentes espaços. Segundo Araujo Filho, o início da expansão da cidade deu-se com a saída dos mais abastados do centro para residências que passaram a ser construídas no Paquetá ou na Barra, área onde ficam as praias. Hoteis luxuosos também surgiram, como o Grande Hotel Internacional, à beira-mar, próximo à divisa entre Santos e São Vicente.

A ocupação da Vila Matias, atravessada pelo Grande Canal, deu-se entre 1880 e 1910. Foi fruto de um loteamento, o primeiro da cidade, feito pelo proprietário daquelas terras, Matias Costa. O sucesso do loteamento deveu-se ao fato de ele ter disponibilizado uma linha de bondes para fazer o transporte entre o centro e a região loteada.

Na década de 1890, acompanhando a construção do novo cais, começou a se constituir o bairro do Macuco. À medida que as obras avançavam, esse bairro foi se expandindo⁸. Em 1909 o cais já possuía a extensão de 4.720 metros. As intervenções da Comissão Sanitária junto aos cortiços e a facilidade de acesso ao trabalho levaram muitos trabalhadores da Companhia Docas de Santos a ocupar aquela área.

Sem muitas posses e espulsas dos cortiços, as camadas mais pobres passaram a ocupar espaços menos valorizados, como os morros e outras regiões afastadas. Outros espaços da cidade puderam ser, graças às intervenções sanitárias, pouco a pouco ocupadas, onstituindo os bairros da Vila Belmiro (aproximadamente entre 1910 e 1915), Campo Grande (entre 1915 e 1925) e Vila Santista (em 1915) (ANDRADE,1986).

Os canais projetados por Brito atravessavam a cidade, do porto até a Barra, praticamente paralelos à avenida Conselheiro Nébias, e Ana Costa, já existentes, organizando e definindo o traçado da cidade e a preparando para uma futura expansão, com a construção de um sistema de coleta de esgotos, e de águas servidas.

O projeto de saneamento respeitou o traçado de algumas das ruas existentes, incorporando-as. Ao lado dos canais foram projetadas largas avenidas arborizadas e parques. Embora o projeto não tenha sido cumprido na íntegra, após as intervenções sanitárias a cidade mudou radicalmente. As intervenções feitas em Santos, entretanto, não foram de forma alguma comparáveis às intervenções feitas na cidade do Rio de Janeiro.

Contra um higienismo despótico – presente nas primeiras campanhas de vacinação pública, com Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro – Brito preconizava um higienismo pedagógico, que deveria recorrer em primeiro lugar ao cérebro: “A fim de que ele mesmo admita como salutar o que se queira adotar, em nome da higiene, no meio ou no organismo” (ANDRADE, 1992, p. 238).

⁸ O aumento do número de famílias naquele bairro levou à instalação, em 1907, de duas escolas municipais mistas.

A expansão urbana e o aumento populacional trouxeram à cidade também novas necessidades. As despesas públicas aumentaram, eram vias para serem calçadas, a necessidade de um serviço de coleta e destinação do lixo mais elaborado, as solicitações de iluminação pública e a expansão do serviço telefônico que demandavam a colocação de postes e de fios, a criação de um Mercado que aglutinasse os antigos vendedores que se espalhavam pela cidade, a remodelação e colocação de equipamentos em praças públicas, a construção de pontes sobre córregos. A Câmara Municipal, responsável pelo governo da cidade, ocupava suas sessões com decisões que importavam um aporte de dinheiro cada vez maior.

A Câmara Municipal passou a investir no acompanhamento do cumprimento, pelos moradores, das normas estabelecidas em Código de Posturas de 1897, principalmente no que diz respeito às construções, licenças de funcionamento de casas comerciais e melhoramentos urbanos, além do investimento em novas escolas.

Entre outras providências, nesse período, a Câmara se preocupou com a construção de um novo Mercado Municipal, com o fornecimento de gás para os moradores da Barra e do bairro do José Menino, discutiu sobre a destinação do lixo e sobre a iluminação das ruas, fez a entrega oficial da iluminação elétrica das avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, discutiu a questão da vacinação obrigatória das vacas leiteiras, aprovou a instalação de um salão de patinação no Miramar pela Empresa *Columbia Skating Rink*, efetuou obras de calçamento e iluminação na avenida Taylor⁹. Também foram instalados pontos de bondes naquela via.

Foram promovidas algumas demolições de prédios coloniais no centro da cidade, como a do prédio da Igreja Matriz e do antigo Colégio dos Jesuítas, criando o espaço necessário à Praça da República e à instalação de uma nova Alfândega, adequada ao intenso movimento portuário. A integração do país ao mercado internacional motivava os políticos locais, apoiados pelo governo estadual, a transformar Santos no cartão postal do Estado. Buscou-se transformar a cidade no território da técnica e da razão.

⁹ Onde ficava localizado o Asilo de Órfãos.

1.5 Novos tempos/novas práticas

Ao findar a primeira década do século XX, Santos conservava ainda todo o seu antigo aspecto colonial, com ruas estreitas e tortuosas, sobrados acanhados, casas baixas e de largos beirais. Mas toda a gente, entretanto, concordava que Santos estava se transformando, crescendo continuamente sua população, intensificando-se patentemente a vida urbana, surgindo usos e costumes novos [...] (GUILHERME ÁLVARO, apud LANNA, 1996, p. 31).

Veiga (2007, p. 399) aponta que, especialmente em fins do século XVIII e durante o século XIX, “o deslocamento e a circulação marcaram as cidades”, trazendo “o medo das multidões, dos seus hábitos e gestos grosseiros, das suas formas de protesto [e] tornaram as cidades uma experiência de fascínio e medo”. No Brasil, esse fenômeno foi observado mormente no final do século XIX e início do século XX. A cidade de Santos, segundo Soares (1984, p.100), em 1886 possuía 16.696 habitantes. Em 1900 já eram 54.393 e, em 1920, 110.245. Podemos considerar que esse aumento populacional, decorrente principalmente da vinda de imigrantes nacionais e estrangeiros e de negros, em geral sem raízes na cidade, assim como de prostitutas que viam em uma cidade portuária a chance de maiores ganhos, a tenha impactado de forma semelhante. Veiga afirma que nesse contexto “se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade da formação de um novo homem, para a definição do que deveria ser o cidadão” (Ibid, p. 400).

Várias iniciativas foram tomadas no sentido de educar esta população heterogênea, composta por negros fugidos das fazendas ou libertos, imigrantes pobres, carroceiros, moradores dos cortiços, doentes, loucos, pessoas que trabalhavam nas ruas vendendo quitandas, frutas, peixes e que se misturava pelas ruas com as pessoas envolvidas com o alto comércio do café. Segundo Julio Ribeiro, em seu romance *A Carne* (1888, p. 46),

Pelas ruas vai e vem, encontra-se, esbarra-se um enxame de gente de todas as classes e de todas as cores, conduzindo notas de consignação, contas comerciais, cheques bancários, maços de cédulas do tesouro, latinhas chatas com amostras de mercadorias. Enormes carroções articulados, de quatro rodas, tirados por muares possantes, transportam da estação do caminho de ferro para os armazéns, e deles para as pontes, para o embarcadouro, os sacos de loura aniagem, empanturrados, regurgitando de café. Homens de força bruta, portugueses em sua maioria, baldeiam-nos para bordo, sobre a

cabeça, de um a um, ou mesmo dois, em passo acelerado, ao som, por vezes, de uma cantiga ritmada, monótona, excitativa de movimento como um toque de corneta.

As primeiras medidas vieram na forma de Códigos de Posturas e na formação de comissões encarregadas da vigilância sanitária e da vistoria de residências, assim como de fornecer orientações sobre saúde e higiene. Veiga (2007, p. 400) diz que “as grandes cidades foram palco de tensão entre uma perspectiva racionalizadora de entendimento dos sujeitos, auto-regulados, e as práticas transgressoras que escapavam às leis e às normas”. Embora se possa questionar se Santos era uma grande cidade em termos populacionais, o era pela importância que tinha naquele momento; logo a ela se aplica a afirmação acima.

A população se dividia em um segmento com maior poder aquisitivo, ideais civilizatórios, e outro formado pela grande massa dos trabalhadores braçais (que sempre encontrava forma de transgredir as normas estipuladas). No final da primeira década do século XX, a cidade e sua população haviam ficado praticamente irreconhecíveis. Vários fatores contribuíram para isso, entre outros, as obras de saneamento e a progressiva extensão do cais.

Rosemberg (2006) ressalta que as mudanças na cidade de Santos não ocorreram em uma sucessão passível de ser linearmente descrita não aconteceram ao mesmo tempo, assim como não atingiram de forma similar todos os moradores. Esse autor afirma que, de acordo com a documentação que examinou referente à década de 1880 portanto a meio caminho entre a inauguração da ferrovia e o início do século XX pode apreender vários ritmos e temporalidades que imbricam em um mesmo cenário, com personagens que, “mesmo sob o fustigo de ponteiros dessincronizados, permutam vivências ímpares, embora coetâneas” (ROSEMBERG, 2006, p. 32).

Segundo esse mesmo autor, as mudanças que a cidade sofreu no final do século XIX trouxeram “a reboque movimentos socioeconômicos que, em comparação com grande parte das cidades da província de São Paulo, despontam com muito vigor em Santos” (Ibid, p. 19). Entre as transformações sofridas pela cidade de Santos, Rosemberg (Ibid, p. 19) destaca:

- a) a intensa movimentação portuária e a chegada em massa de imigrantes vindos de todo planeta, cambiando idéias subversivas e novos ideais;
- b) as copiosas possibilidades de trabalho abertas na cidade, mesmo instável e informal, subvencionadas pela economia cafeeira;

- c) o movimento abolicionista e republicano que concorreu para levar centenas de escravos fugidos e negros forros para a cidade;
- d) as severíssimas epidemias de febre amarela, varíola e peste que tiveram início no final da década de 1880.

A intensa movimentação portuária a que o autor se refere foi desencadeada pela exportação do café, produzido em escala cada vez maior em São Paulo, embarcado em Santos, em cujo porto chegavam produtos importados destinados a abastecer principalmente os barões do café, que viam crescer seu patrimônio.

Adicione-se ao movimento de cargas a entrada de imigrantes pelo porto. A expansão cafeeira, somada à abolição do trabalho escravo em 1888, levou os cafeicultores a reforçarem a busca por mão de obra para as lavouras em países da Europa. Havia uma crença de que o europeu, civilizado, branco, seria melhor trabalhador que o negro e ajudaria a purificar a raça do brasileiro. Mesmo antes de 1888, inúmeros europeus já haviam chegado à província e estavam trabalhando. Os imigrantes chegavam a Santos e eram logo embarcados por trem para a capital, de onde seguiam para as fazendas cujos donos haviam subvencionado sua vinda.

A cidade estava em franca expansão e oferecia várias oportunidades de trabalho. Portugueses e espanhóis, trazidos pela família ou pela rede de relacionamentos da mesma para trabalhar nos pequenos negócios que estes haviam montado na cidade, engrossaram a população. Veio a Santos em busca de trabalho um grande contingente de negros libertos ou fugidos das fazendas. Rosenberg (Ibid, p. 37) identifica nas ruas de Santos, através dos relatos dos processos da década de 1880, “uma horda de ex-escravos [...], os imigrantes formigando no porto em construção, os marinheiros bêbados recolhidos das ruas nas horas mais impróprias [...]”.

Os negros encontravam na cidade trabalho e acolhida. Existiu na cidade uma agremiação, a “Boemia Abolicionista”, criada em 1881 por jovens, e que se manteve até 1888, e que organizava espetáculos literários e artísticos para arrecadar dinheiro e comprar a liberdade dos escravos. Segundo Santos (1986), os anos entre 1881 e 1885 constituíram a “fase de ouro” do movimento abolicionista. Vários jornais, como A Notícia, O Guarani, O Periquito e também jornais manuscritos, como “O Embrião”, “O Porvir”, “O Alvor”, “O Piratiny”, “O Patriota”, “A Idéia Nova”, circularam na cidade, divulgando as ideias dos integrantes do movimento.

Com o apoio de parte dos moradores locais, os escravos fugidos formaram quilombos na cidade, o mais conhecido o Quilombo do Jabaquara, em terreno cedido por um influente morador no local onde hoje está situado o bairro com o mesmo nome. Outro Quilombo, o do Pai Felipe, ficava na Vila Matias, e era reduto de batuques e do samba. Esses locais eram frequentados por jovens brancos da cidade. Os moradores eram atendidos em suas necessidades por médicos como Raimundo Sóter de Araújo e Silvério Fontes.

As Lojas Maçônicas, a Associação Comercial de Santos, assim como os Clubes Éden e XV, eram locais de sociabilidade e de discussões sobre a abolição. Nas residências de determinadas pessoas também eram promovidas discussões filosóficas e políticas e saraus lítero-musicais. Uma dessas residências foi a referida por Martins Fontes, chácara na qual moravam seus avós e que era frequentada por inúmeros intelectuais¹⁰.

O movimento abolicionista deu ensejo ao fortalecimento do movimento republicano em Santos. Em 26 de outubro de 1886, havia falecido, em São Paulo, José Bonifácio (o moço). Ao completar-se um ano de sua morte, Martim Francisco (III) e Silva Jardim, com outros parentes e numerosos amigos, resolveram comemorar a efeméride com uma missa solene no convento do Carmo, em Santos, e com outras cerimônias no correr do dia, entre as quais a fundação de um clube republicano, à noite, em casa de Henrique Porchat, na ilha de sua propriedade, em São Vicente. Para esse evento mandaram convite a Quintino Bocaiuva, que veio especialmente do Rio de Janeiro. Ao término do banquete, oferecido por Porchat, os abolicionistas de Santos haviam aderido ao movimento republicano.

Em Campinas ninguém havia sido informado oficialmente, nem recebera qualquer informação do que estava acontecendo. Dos republicanos paulistas, apenas um, Bernardino de Campos, recebeu convite para o banquete, redigido como se fosse em solidariedade ao abolicionismo, sem qualquer referência à ideia republicana, nem ao P.R.P.. Informado de que

¹⁰ Santos (1986) relata que outro local era a chácara dos Silva Gordo, conhecida como “Chácara da Filosofia”, na qual aconteciam “tertúlias políticas, literárias e filosóficas”. Situada no Morro do Sabão, “concentrava a flor dos intelectuais santistas da época [...] e onde se discutiam todas as idéias novas, religiosas, políticas, filosóficas”. Um das filhas do casal Silva Gordo, Adelaide, casou-se com Prudente de Moraes em maio de 1866.

ninguém mais de Campinas havia sido lembrado, Bernardino de Campos resolveu não comparecer. Campos Sales, em Campinas, reuniu-se com a Comissão Permanente do Partido e resolveu vir a Santos fazer uma conferência abolicionista. Silva Jardim, presente no Teatro Guarani, local onde foi realizada a conferência, interpelou-o, como um dos dirigentes do P.R.P., propondo que se nenhum republicano possuísse mais escravos, o município iria aderir ao seu partido. Existem controvérsias sobre os desdobramentos dessa proposta, mas sabe-se que Santos aderiu ao P.R.P.

O movimento republicano de Santos manteve-se unido até o início de 1889. Naquela oportunidade, o grupo se rachou e muitos republicanos que haviam apoiado em outras oportunidades Bernardino de Campos para Deputado, resolveu que, naquela ocasião, apoiaria Julio de Mesquita. Essa ruptura se deu porque, em abril, quando a cidade havia atravessado uma grande epidemia de febre amarela¹¹, a ajuda veio através de Julio de Mesquita, que promoveu uma mobilização popular através do jornal *A Província de São Paulo*¹².

Os dissidentes do movimento organizaram o Clube Republicano e passaram a fazer oposição ao nascente governo do estado e ao Conselho de Intendência, indicado pelo outro grupo, o Clube Nacional. Apoiaram Julio de Mesquita os bacharéis em Direito, Vicente de Carvalho¹³ e

¹¹ Artigo publicado na primeira página deste jornal, em 8 de abril de 1889, escrito por Vicente de Carvalho, com o título *A Febre Amarela em Santos* diz: “É pavoroso o estado sanitário de Santos. A febre amarela, o terrível *typho icteróide*, ganha proporções assustadoras; outras febres secundam a epidemia em sua obra de destruição. Calcula-se em 1.400, dez por cento da população, o número de pessoas atualmente enfermas na cidade. Esse cálculo consta de um documento oficial.[...] As classes preferidas do terrível mal são exatamente as classes desprovidas de recursos; é principalmente nos casebres sem ar e sem sol, onde se aglomeram dezenas de indivíduos próximos da miséria, que a epidemia vai fazer sua colheita de vidas.[...]”

¹² Trechos do artigo publicado no jornal *A Província de São Paulo*, em 27 de julho de 1889, intitulado *Caridade Pública*: “A exemplo de alguns jornais europeus, abrimos hoje em nossas colunas espaço para a expansão da caridade pública que acode sempre a minorar os sofrimentos dos desfavorecidos da sorte, dos quais só encontram abrigo nos corações magnânimos, sacrários abertos a todos os sentimentos generosos. [...] Receberemos todas as ofertas que o público nos queira encarregar de dirigir ao seu destino e reclamamos desde já a sua generosidade para duas instituições dignas de apoio. O Asilo de Órfãos de Santos e de Campinas, destinados a acolher as pobres crianças que a peste deixou ao desamparo, sem as ternuras da mãe e proteção do pai. Não estamos, é certo, em um país em que reine a miséria, em que se morra de fome, mas não se trata somente de assegurar a essas pobres crianças a subsistência material; o fim das beneméritas instituições é mais elevado. Trata-se de fazer desses entes desprotegidos futuros cidadãos úteis à pátria e mães de família dignas desse nome sagrado, mães que compreendam os seus deveres de educadoras da infância a quem incumbe a difícil mas consoladora tarefa de regenerar a sociedade pelo exemplo de constantes virtudes [...]”

¹³ Vicente de Carvalho nasceu em Santos a 5 de abril de 1866, filho do Major Higino José Botelho de Carvalho e de Augusta Carolina Bueno de Carvalho. Coursou o Seminário Episcopal em São Paulo e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, quando estava com 21 anos incompletos. Fez parte da Boêmia Abolicionista. Em 1855 publicou seu primeiro livro de versos: *Ardentias*. Casou-se em 1887 com Ermelinda Ferreira de Mesquita. Foi eleito

José Cesário da Silva Bastos que, posteriormente, ocuparam postos importantes no governo do Estado. Mantiveram o apoio a Bernardino de Campos o médico Raimundo Sóter de Araujo que, a partir de 1902, como vereador, exerceu a função de Inspetor Literário Municipal e o advogado Carvalho de Mendonça. Essa cisão no Partido Republicano Santista se manteve durante alguns anos, com integrantes dos dois grupos se revezando no poder.

Dois jornais passaram a representar as ideias das duas facções do Partido Republicano em Santos. O *Diário da Manhã*, dirigido por Vicente de Carvalho, era o órgão oficial do Clube Republicano. O administrador desse jornal era Miguel Ribeiro que viera de *O Estado de São Paulo*. O Clube Nacional, cujos integrantes até então haviam usado as colunas do jornal *Diário de Santos* resolveram fundar um jornal próprio, *O Nacional*, de cuja produção participavam também pessoas vindas de São Paulo.

Quando Américo Brasiliense apoiou o golpe de Estado de Deodoro, em 1890, o Clube Republicano de Santos se revoltou contra ele, lançando uma Moção escrita por Vicente de Carvalho mobilizando a população no sentido de que fosse deposto. Chegou a se iniciar um movimento armado, apaziguado pela polícia. Quando Cerqueira César assumiu, Vicente de Carvalho foi escolhido Secretário do Interior.

Em 6 de setembro de 1893, quando houve a Revolta da Armada, Bernardino de Campos já governava São Paulo e Vicente de Carvalho ainda era Secretário do Interior. Santos foi palco de um dos episódios e o Presidente do Estado chegou a vir à cidade. A partir desse evento, segundo Santos (1986), os dois grupos republicanos se reconciliaram.

Deputado ao Congresso Constituinte do Estado e fez parte da Comissão que elaborou a Constituição. Em 1892, ao organizar-se o primeiro Governo Constitucional do Estado foi nomeado para a Secretaria do Interior, deixando-a por ocasião do golpe de Estado desfechado por Deodoro. Tornou-se fazendeiro de café em Franca e retornou a Santos em 1901, onde dedicou-se à advocacia, além de fundar com João da Silva Martins, em 1902, a firma Silva Martins & Cia, que explorava a navegação no Ribeira de Iguape. Esteve na Europa em 1905, 1909 e 1912. Em Santos escreveu para o *Diário de Santos* e fundou o *Diário da Manhã* e *O Jornal*, além de colaborar com *A Tribuna* e *O Estado de São Paulo*. Em 1907 precisou amputar o braço por causa de um ferimento em um dedo ocorrido em uma pescaria. Tornou-se Ministro do Tribunal de Estado e Jurisconsulto de renome. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras e à Academia Paulista de Letras. Quando Secretário do Interior, durante o governo do Vice-Presidente em exercício Dr. Cerqueira César, participou da Reforma da Instrução Primária e profissional, da organização da Estatística do Estado, da organização do serviço sanitário e montagem dos primeiros hospitais de isolamento. Faleceu em Santos em 22 de abril de 1924.

O Regime de Intendências, instituído pela República, vigorou em Santos até 14 de dezembro de 1907, quando em decorrência da Lei Estadual nº 1.103, foi realizada a primeira eleição popular para Prefeito Municipal da cidade, criando, assim, a Prefeitura Municipal de Santos.

Com relação à política local, um fato não muito conhecido diz respeito à redação e aprovação, em 1894, de uma Constituição Municipal por políticos locais¹⁴. Essa Constituição, de forma inovadora, já previa a participação feminina nas eleições.

Rosemberg aponta que as grandes epidemias foram um dos fatores responsáveis pelas transformações da cidade de Santos. Precisamos, no entanto, atentar para o fato de que, embora os fatores apontados pelo autor terem estado presentes nas transformações da cidade, não são suficientes para explicá-las. Não só Santos se transformava. Outras cidades brasileiras também atravessavam remodelações na mesma ocasião, como o Rio de Janeiro e Juiz de Fora. As mudanças estão mais diretamente ligadas à chegada ao país e à cidade de novidades como as máquinas, e à disseminação de um modelo capitalista de trabalho.

Bresciani (1984/85), analisando a retórica poética e literária produzida por homens cultos do século XIX, conclui que convencidos “de estarem vivendo no limiar de uma “nova era”, prenhe de um potencial transformador ainda não avaliado, eles se lançaram à empresa de anotar em seus escritos os sinais visíveis dessa novidade de dimensões desconhecidas e assustadoras”, qual era da mudança na relação entre homem e natureza com a introdução das máquinas.

Segundo essa autora perdeu-se, então, a *representação do tempo* regido pela natureza e “com ela a medida do tempo relacionada às tarefas cíclicas e rotineiras do trabalho”. Uma nova concepção do tempo, abstrato, linear, “uniformemente dividido a partir de uma convenção entre os homens, medida de valor relacionada à atividade do comerciante e às longas distâncias” (BRESCIANI, 1984/85, p. 38). O tempo deveria ser, a partir de então, produtivamente empregado, seria o tempo do trabalho, regido pelo relógio.

¹⁴ O texto foi de autoria de Vicente de Carvalho, mas diversos vereadores fizeram suas contribuições e/ou assinaram a Constituição. Entre eles Manuel Maria Tourinho, então presidente do Conselho de Intendência, os jornalistas Antônio Manuel Fernandes, Olímpio Lima e Alberto Veiga, e mais José André do Sacramento Macuco, José Caetano Munhoz, Alexandre José de Melo Júnior, João Braz de Azevedo, Antônio Vieira de Figueiredo e Augusto Filgueira.

Houve também, segundo essa autora, uma perda na *atividade do trabalho*, pois partiu-se a “unidade do homem com suas condições de produção e a finalidade dessa produção definida pelas suas próprias e limitadas necessidades”. O homem “passa a ser uma das engrenagens de um processo que objetiva repor a própria produção”.

Também se desfizeram os *sistemas de trabalho* baseados em relações pessoais. Em seu lugar apareceu a impessoalidade das relações do mercado. Se antes os trabalhadores negociavam o preço de seus serviços diretamente com quem os contratava, agora os preços eram decididos pelas empresas ou pelo valor de mercado.

A inauguração da ferrovia, em 1867, trouxe profundas alterações nos hábitos e costumes da população de Santos, e mesmo em sua composição. Antes da inauguração da ferrovia, o ritmo do trabalho em Santos era ditado pela chegada das tropas e dos navios, nem sempre previsíveis, pois dependiam de fatores climáticos, entre outros, o que se assemelha ao que Thompson (2008) afirma a respeito dos povos primitivos, para os quais a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares, no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas.

As tarefas diárias para eles se desenrolam segundo a lógica das necessidades. A notação de tempo, descrita como orientação pelas tarefas, é interpretada como “mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado, [...] parecendo haver pouca separação entre ‘o trabalho’ e a ‘vida’”, e, para os homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, “essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência” (THOMPSON, 2008, p. 271-2).

Assim, o antigo morador da cidade, ainda autônomo, podia escolher se queria ou não trabalhar em determinado momento e podia permanecer em casa até que fosse anunciada a chegada de oportunidade de trabalho.

Com a inauguração da São Paulo *Railway*, o trabalho passou a girar em função do horário da chegada e saída das composições, regido pelo relógio. Estacionados os vagões com as sacas de café, trabalhadores deveriam esvaziá-los, transferindo a carga para outros meios de transporte, como carroças e carroções que levavam a carga para seu destino, sendo o pagamento pelo serviço regido pelo mercado.

O trabalho de embarque e desembarque dos navios também foi se modificando a partir do momento em que a Companhia Docas gradativamente absorveu as atividades ligadas ao cais. Sendo uma iniciativa capitalista, o trabalho era regido pelo relógio, regido pela lei da máxima rentabilidade, as tarefas distribuídas entre os vários cargos e funções, o pagamento definido pela companhia.

A vinda de maquinário do exterior contribuiu para a automatização de alguns serviços. Alterou-se a forma de gestão das empresas estabelecidas na cidade, a forma de tratamento dispensado aos empregados, o ritmo de produção, e passou a existir maior controle através de uma escrituração mais eficiente. As empresas, em número crescente, exigiam dos funcionários uma produção constante e alta em troca da estabilidade que o trabalhador autônomo não possuía.

A geração da energia elétrica, por meios mais modernos e eficientes, também possibilitou a instalação de empresas que dela dependiam e que podiam manter resfriadas mercadorias perecíveis. As gráficas e jornais puderam modernizar-se.

As transformações da cidade foram impulsionadas pelo desejo das autoridades e da elite de que a cidade se pautasse pelos modelos europeus e norte-americanos, que se tornasse “civilizada”. Muitas dessas pessoas, principalmente as que haviam vivido na Europa ou a tinham visitado, trouxeram representações de uma “cidade ideal” e tentaram implantar esse modelo em Santos. Vitrine do Brasil, já que em Santos desembarcavam muitos estrangeiros, a cidade deveria passar ao mundo uma imagem de prosperidade e modernidade. Foi a tentativa de impor uma nova ordem que levou à aprovação de sucessivos Códigos de Posturas.

Por atender clientes e fornecedores estrangeiros, tornou-se necessário o conhecimento sobre câmbio e sobre leis, referentes à importação e exportação, de diferentes países. O conhecimento de línguas também se tornou valorizado, pois chegavam documentos do exterior e muitas vezes havia a necessidade de as pessoas negociarem com estrangeiros. Os trabalhadores menos qualificados deviam ser capazes de preencher documentos, decodificar códigos, ler informações. Não podiam mais ser totalmente analfabetos.

Ainda com relação ao trabalho, a inclusão de equipamentos, depois de máquinas, passou a exigir maior cuidado no manuseio de mercadorias, certa “técnica” ao lidar com elas. O

trabalhador braçal passou a ter que se refinar como condição para ser admitido para certos afazeres.

Instalado um sistema de trabalho com vínculo empregatício, os operários passaram a se organizar enquanto classe social. Em 1877 os carregadores se uniram em greve por aumento de salário. Em 1888 a greve reuniu os trabalhadores da construção civil. Em 1889 os cocheiros dirigiram sua greve contra a Associação Comercial, representante de seus patrões, contra as casas exportadoras de café, muitas vezes donas, elas mesmas, de trapiches na área do Porto, ou contra os donos de trapiches que serviam a estas casas. Nesse mesmo ano ocorreu a greve dos trabalhadores da Companhia Docas para a construção do cais.

A greve de 1891 foi utilizada na disputa pelo controle do processo de embarque e desembarque do café entre os exportadores e a Docas. No decorrer desta greve, segundo Gitahy (1996, p. 81), *O Diário de Santos* e *O Estado de São Paulo* não pouparam “insinuações sobre sonegação de impostos aduaneiros nas mercadorias que trafegam nos velhos pontões e trapiches”. Logo após a greve, a Docas ganhou prioridade na manipulação das mercadorias provenientes do exterior ou para lá destinadas, a maior parcela das mercadorias que trafegavam pelo Porto de Santos, passando a controlar diretamente algumas turmas de carregadores do Porto.

Resistindo às pressões das elites, outras greves foram promovidas, até que, em abril de 1904, dezesseis trabalhadores da indústria de construção civil resolveram organizar um sindicato e fundaram a Sociedade Primeiro de Maio. Outro grupo organizou, em 7 de agosto do mesmo ano, uma segunda associação, a Sociedade Internacional União dos Operários, formada, em sua maioria, por trabalhadores do setor cafeeiro. Esta última, em contraste com a Primeiro de Maio, tentou agrupar todos os trabalhadores de Santos e não apenas um grupo profissional ou uma indústria específica. Apesar da existência de dois sindicatos e das tensões entre os trabalhadores a eles associados, os sindicatos passaram a comandar as greves subsequentes, inclusive as de caráter mais geral, em apoio a categorias ou a colegas de outras localidades, o que fortaleceu o movimento operário na cidade.

Face às novas exigências com relação ao chefe de família, agora com horários para acordar, tomar as refeições, algumas mulheres mudaram sua atividade de trabalho, acomodando-se a elas. Algumas passaram a exercer profissões como costureiras, bordadeiras, que permitiam compatibilizar as duas funções, de dona de casa e a profissional. A tripulação chegada nos

navios, os viajantes e o crescente número de hotéis demandavam quem lavasse suas roupas. Com a introdução de água encanada nas casas, as roupas, antes lavadas nas bicas e rios, puderam passar a ser cuidadas nas residências das lavadeiras.

As novas residências da elite agora demandavam novos profissionais para sua manutenção: jardineiros, copeiras, cozinheiros, costureiras, bordadeiras, babás e outros profissionais que precisaram mudar seus modos rudes, tornando-se afáveis no trato, capazes de seguir novas regras de acordo com os padrões civilizados de seus patrões.

Como resultado das transformações no mundo do trabalho, alterou-se a relação trabalho/lazer. Se antes não havia nítida separação entre estar trabalhando e estar exercendo o lazer, já que, ao carregar e descarregar carroças, catar o café e outras atividades as pessoas podiam brincar, conversar, o novo modo de trabalho, ao exigir maior eficiência e rapidez, passou a exigir maior seriedade. O lazer deveria ser praticado nos horários em que não se estivesse trabalhando e em outro local que não o de trabalho.

Com relação a ele, algumas práticas foram alteradas. Uma forma de lazer eram as batucadas dos negros, nas quais se dançava com movimentos sensuais de quadris, que terminavam em umbigada. Tais batuques eram frequentados pelos rapazes abolicionistas. Após a abolição, essa forma de lazer passou a ser condenada.

Outro costume, de origem portuguesa, era o entrudo. Consistia inicialmente em um transeunte jogar água em outro, dentro de certas regras. Assim, os homens não jogavam em mulheres, os empregados em seus patrões etc. Posteriormente começou-se a confeccionar bolas de cera com água de cheiro em seu interior e a se arremessar tais bolas. No entrudo costumavam se misturar pessoas de várias camadas sociais. No final do século, o entrudo passou a ser proibido pelo Código de Posturas (1897) e seu praticante passou a receber multa. Mesmo assim, como diz Lanna, essa prática se manteve.

Em substituição ao entrudo, começou-se a incentivar o carnaval, nos moldes de Veneza. Essa comemoração, em contraste com o entrudo, exigia uma participação e uma observação disciplinadas e distintas. O participante deveria percorrer determinado trecho de rua, em certo sentido, dentro de certo ritmo, vestido com determinadas fantasias, especialmente pierrô e arlequim. O observador deveria permanecer parado, quieto.

Com as transformações, a cidade passou a receber companhias de teatro, espetáculos de ópera frequentadas pela elite. Em 1886, Sarah Bernhardt interpretou, no Teatro Guarani, Margarida Gautier, no drama *A dama das camélias*. No ano seguinte, Emmanuel Giovanni, ator italiano, representou *Otelo* no mesmo local. Em 1907, Artur de Azevedo assistiu à representação de sua peça, *O dote*. Em 1917, Antonieta Rudge Miller, pianista de fama internacional, interpretou peças de Beethoven, Lizt, Chopin e outros compositores clássicos no Coliseu Santista.

O esporte foi introduzido na cidade de Santos, nesse período, como forma de lazer. A grande presença de estrangeiros na cidade, assim como a proximidade do mar, propiciou a disseminação de práticas esportivas. Além disso, o movimento higienista favorecia a valorização das atividades físicas.

O café vinha trazendo firmas estrangeiras de exportação e importação, companhias de navegação, consulados e bancos para a cidade de Santos. Capital estrangeiro foi aplicado na melhoria da infra-estrutura urbana, tendo se responsabilizado, como vimos, pela construção da ferrovia, pela implantação da iluminação urbana, pelo transporte, entre outros serviços. Eram firmas de várias procedências, tendo nos postos de comando estrangeiros. A São Paulo *Railway* foi construída e explorada por uma companhia inglesa. A Companhia *Light* era uma empresa canadense.

Foram trazidas para a cidade muitas das práticas culturais dos ingleses e canadenses. Chegaram a fundar três clubes na região, o *Santos Athletic Club*, em Santos e, em São Vicente, cidade vizinha, o *Golf Club* e o *Anglo American Club*¹⁵, criando espaços para a reunião de pessoas que praticavam esportes. Os sócios do *Santos Athletic Club* de início usavam a praia, próximo à divisa com São Vicente, como local de atividades atléticas, como corridas e o críquete.

O ciclismo tornou-se popular na cidade. Jovens de posses usavam pedalar na Avenida Conselheiro Nébias. As bicicletas, entretanto, como eram importadas, estavam fora do alcance dos trabalhadores.

A grande presença de estrangeiros na cidade também facilitou a popularização das regatas. Inicialmente dois clubes de remo foram criados no final do século XIX, um por ingleses

¹⁵ Em 1932 o *Anglo American Club*, cujo presidente era na época Arthur Richards, fundiu-se com o *Santos Athletic Club*. Ata de reunião de diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, de 04/12/1932.

e alemães, outro por brasileiros e portugueses. Outros clubes foram surgindo e, em 1907, a Federação Paulista de Sociedades de Remo promoveu uma regata oficial na cidade, disputada por três clubes náuticos locais e três da cidade de São Paulo.

A prática do remo passou a servir como atividade distintiva de uma nova categoria social, enriquecida pelo café, que se formava na cidade. Os praticantes e sua família, amigos e pessoas de suas relações participavam da “festa” na qual o esporte estava incluído. Isto significava não só assistir as provas, mas participar da confraternização e dos bailes. Às pessoas pobres que não podiam participar desses eventos era fornecido transporte gratuito para que pudessem assistir. Era uma forma de os praticantes se mostrarem modernos, já que esse esporte era praticado na Europa e no Rio de Janeiro. Além disso, era uma oportunidade de os praticantes mostrarem suas posses, já que o equipamento necessário era encomendado a firmas da Europa a um alto custo. Ratificando a importância atribuída a esse esporte pela cidade, foi instituída a Taça Câmara Municipal de Santos, premiando anualmente o clube cuja equipe fosse vencedora. O prêmio foi oferecido entre os anos de 1910 e 1920.

Como o remo, o futebol também foi um esporte distintivo de classe social. Clubes da cidade disputavam partidas cujos comentários, nos jornais, mesclavam termos na Língua Portuguesa e em Inglês, indicando o processo de aculturação dessa prática esportiva. Conquista das greves dos trabalhadores da cidade, a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, em 1908, permitiu a eles a prática do futebol e a criação de clubes.

As pessoas vindas de outras localidades traziam representações e práticas correntes em seu local de origem, o que possibilitava contato com outras culturas aos diversos moradores de Santos. Dessa forma a cidade conheceu touradas, o anarquismo, esportes praticados na Europa. Através da hibridação cultural, na forma entendida por Canclini (2003, p. XIX), ou seja, “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas”, a cultura da cidade foi se transformando. Segundo Andrade (1989, p.119), “a história das influências estrangeiras em Santos está para ser estudada metodicamente”, com o que concordo.

Também podemos relacionar as mudanças com as intervenções urbanas. Até a construção dos canais e a distribuição de água encanada às casas, as roupas eram lavadas nas fontes, chafarizes distribuíam água aos moradores, dejetos eram depositados nos vários cursos d’água

existentes, excrementos eram atirados à noite no estuário. No final do século XIX alguns costumes já haviam se alterado, mas a conclusão das obras de saneamento contribuiu para novos hábitos.

As normas e sanções legalmente instituídas também foram importantes na transformação das práticas dos moradores. Os Códigos de Posturas foram instrumento de educação informal da população, estabelecendo normas disciplinares. No final do século XIX foram aprovados três Códigos de Posturas em Santos, em 1883, em 1895 e em 1897. Os textos dos mesmos retratam as mudanças nos costumes locais. Certas práticas, vetadas em 1883, já não são indicadas em 1897, indiciando mudanças no cotidiano da cidade.

A expansão urbana, o capitalismo, as novas ideias que foram chegando a Santos, passaram a exigir um novo morador para essa cidade. A educação formal poderia ser um instrumento nesse sentido. O próximo capítulo tratará de algumas iniciativas que expressam a intenção do uso da educação como forma de preparação de homens e mulheres civilizados.

2. A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA CIDADE DE SANTOS

No capítulo anterior, mostramos que a escolha de Santos como “o porto do café” levou a importantes alterações na infra-estrutura da cidade e nas práticas dos moradores. Neste capítulo focalizaremos o período compreendido entre 1902 e 1908, decisivo no que se refere à remodelação da cidade e à educação de seus habitantes, graças à atuação de um grupo de vereadores eleitos para a Câmara Municipal.

Com a proclamação da República, havia assumido a direção da cidade um Governo Provisório Municipal, que se manteve no poder apenas até o dia 19 de novembro. Nomeado o triunvirato que assumiu o governo de São Paulo, sob a chefia de Prudente de Moraes, posteriormente nomeado Presidente, foi criado¹⁶ o Primeiro Conselho de Intendência da cidade de Santos escolhido a partir da lista apresentada pelo Clube Nacional¹⁷, em detrimento da lista apresentada pelo Clube Republicano¹⁸, dissidência do movimento republicano oficializado na residência de Henrique Porchat.

No período que decorreu entre a instalação do Primeiro Conselho de Intendência e o ano de 1902, representantes dos dois grupos republicanos, os municipalistas e os cesaristas, revezaram-se no poder em permanente tensão. Esse período, entretanto, carece de maiores estudos, posto que a documentação existente está em fase de organização na Fundação Arquivo e Memória de Santos.

¹⁶ Ofício datado de 19/02/1890.

¹⁷ Grupo que apoiou Bernardino de Campos nas eleições que antecederam a proclamação da República e que usava o jornal *O Nacional* como porta-voz.

¹⁸ Santos (1986) nos conta que o Clube Republicano, formado por membros que apoiaram Julio de Mesquita, cujas indicações não foram atendidas, continuou atuante. Em 1890, quando Américo Brasiliense de Almeida e Melo apoiou o Marechal Deodoro, esse grupo liderado por Vicente de Carvalho e aquartelado na sede do jornal *Diário da Manhã* (usado para divulgar suas ideias) insurgiu-se e escreveu uma moção contra a permanência do Presidente do Estado. Tiroteios chegaram a acontecer entre os seus membros, apoiados por populares e a polícia, que pretendia prender Carvalho como chefe do movimento armado. Com a deposição de Américo Brasiliense no dia 15 de dezembro de 1891, assumiu o Vice-Presidente Cerqueira César e Vicente de Carvalho foi escolhido para Secretário do Interior, permanecendo no cargo durante a presidência de Bernardino de Campos.

Com a “política dos governadores”, “concebida e depois consolidada na prática política, por Campos Sales”, os grupos não oligárquicos foram excluídos da política (SAES, 1975, p. 52). Na Presidência da República, entre 1898 e 1902, Campos Sales procurou garantir o alinhamento entre o governo federal e os governos estaduais. A “política dos governadores” possibilitou a chamada “política do café-com-leite”, em que republicanos paulistas e mineiros se revezavam nos postos-chaves da política nacional.

Nas eleições de 1902, os doze vereadores¹⁹ eleitos para a Câmara Municipal de Santos eram, em sua maioria, cesaristas²⁰, corrente política local ligada ao PRP. Foram escolhidos como Presidente, o Coronel Francisco Correa de Almeida Moraes²¹ e como Intendente, Francisco Malta Cardoso. Demonstrando mudanças no comando, Almeida de Moraes, com a aprovação dos demais vereadores, demitiu inúmeras pessoas que ocupavam cargos públicos e substituiu-as por outras.

Os vereadores compunham três comissões: Justiça e Poderes²², Obras e Viação²³, Comissão de Fazenda e Contas²⁴. Elas analisavam as indicações e pedidos encaminhados à

¹⁹ Eram eles: Narciso de Andrade, Dr. Manoel Galeão Carvalho, Antonio Candido Gomes, Joaquim Mariano de Campos Moura, Teodorico d’Almeida, Francisco Antonio de Souza Junior, Henrique Porchat de Assis, Hermenegildo Antonio Ablas, Gil de Souza Rodrigues e Raimundo Sóter de Araujo. Tomaram posse no dia 7 de janeiro.

²⁰ Corrente assim chamada em alusão a José Cesário da Silva Bastos que dirigiu o Partido Republicano de Santos. José Cesário Bastos nasceu em São Vicente em 16 de setembro de 1849. Formou-se, em 1872, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi Promotor Público na comarca de Araraquara. Vindo para Santos, exerceu a advocacia e participou do Conselho de Intendência Municipal, tomando posse em 14 de março de 1891. No mesmo ano foi eleito Deputado à Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo. No ano seguinte foi eleito para a Câmara Municipal de Santos na legislatura 1892-1896. Chefe do Partido Republicano, criou a corrente “cesarista” que, invariavelmente, se tornava vitoriosa nos pleitos do município. Em 1894 foi eleito Senador do Estado, reeleito mais duas vezes e voltou à Câmara Paulista após a reforma constitucional. Foi jornalista. Faleceu em 8 de outubro de 1937.

²¹ Francisco Correia de Almeida Moraes nasceu em uma fazenda de açúcar em Tietê, em 1837. Passou a residir em Santos em 1886, onde já era comissário de café desde 1878. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico, em cuja revista publicava artigos. Podemos ler um texto de 1913 de sua autoria sobre Brás Cubas. Apaixonado por História, costumava promover reuniões em sua casa para discutir fatos históricos. Fazendeiro e comerciante, esse vereador foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico, em cuja revista publicava artigos. Podemos ler um texto de 1913 de sua autoria sobre Brás Cubas. Apaixonado por História, costumava promover reuniões em sua casa para discutir fatos históricos. Faleceu em dezembro de 1913 (SANTOS, 1986).

²² Composta por Raimundo Sóter de Araujo (maçon), Manuel Galeão Carvalho e Joaquim Mariano de Campos Moura (maçon).

²³ Composta por Narciso de Andrade, Teodorico de Almeida e Hermenegildo da Silva Ablas.

²⁴ Composta por Antonio Candido Gomes, Gil de Souza Rodrigues, Francisco Antonio de Souza Junior.

Câmara e pertinentes ao que era de sua responsabilidade e, em seguida, apresentavam ao plenário sua posição.

Os políticos que assumiram o poder, em Santos, em 1902, pertenciam ao que Saes (1975, p. 25) denominou “camadas médias urbanas”²⁵. Eram pessoas ligadas aos setores cafeeiros, corretores de café, médicos, advogados, ligados por “laços de sociabilidade”²⁶ (GALDINO, 2006) através de parentesco e casamentos com pessoas da elite cafeeira ou através da maçonaria. Algumas das pessoas em cargos importantes em instâncias superiores do governo, como Senado e Câmara dos Deputados, haviam saído da vereança local. Eram cidadãos influentes na cidade, capazes de congregar pessoas em momentos de decisão.

Há evidências de que o período compreendido entre 1902 e 1908 foi preparatório para que a cidade atingisse um patamar de desenvolvimento que permitisse a separação entre o poder legislativo e executivo através da eleição de um prefeito realizada em dezembro de 1907. Inúmeras intervenções urbanísticas e administrativas foram colocadas em prática, aliadas à intervenção do governo do Estado que havia designado o engenheiro sanitário, Saturnino de Brito, para as obras de saneamento da cidade. Simultaneamente ocorreu a ampliação do cais acostável.

Inúmeras medidas estipuladas pelo Código de Posturas de 1897 foram objeto de decisões na Câmara Municipal nesse período. Eram questões ligadas à abertura e pavimentação de ruas, alinhamento das casas, características dos edifícios, costumes, licenças e horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, valor e forma de cobrança dos impostos, higiene e saúde em geral, iluminação, transporte, entre outras.

O alinhamento entre a política estadual e a política local²⁷ favoreceu a expansão do número de escolas na cidade e esta fortaleceu politicamente o estado de São Paulo, pioneiro não só na ampliação da rede de ensino, mas também no estabelecimento de um modelo escolar.

²⁵ Pessoas que viviam nas cidades, que realizavam trabalho predominantemente não manual e que formavam grupos heterogêneos do ponto de vista social, cultural e ideológico.

²⁶ Pessoas que conviviam na cidade e cujas famílias foram se entrelaçando, o que as levou a constituir um modo de vida com comportamentos, valores e amizades compartilhadas.

²⁷ Uma demonstração da ligação desse grupo de vereadores à política vigente no Estado e no país foi a forma como a cidade se preparou para o regresso de Bernardino de Campos da Europa no dia nove de fevereiro de 1905. A Câmara Municipal providenciou para que as repartições municipais estivessem embandeiradas e iluminadas à noite, assim

Segundo Carvalho (2007, p. 225), “a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação”.

Na cidade de Santos, houve a expansão tanto da rede estadual, quanto da rede municipal. Acompanhando o pensamento do grupo de republicanos de Campinas, Santos definiu-se pela obrigatoriedade do ensino e pela necessidade da instrução pública primária.

Contribuiu para a expansão educacional o fato de que uma das incumbências das Câmaras Municipais, na época, era também a supervisão e inspeção das escolas situadas no município, através de um Inspetor nomeado pela mesma, conforme previsto pelo Regulamento da Instrução Pública, decorrente da aprovação da Lei número 520, e estabelecido através do Decreto número 518 de 11 de janeiro de 1898, que dizia em seu artigo segundo:

Na inspecção e fiscalização do ensino, será o Governo auxiliado pelas seguintes autoridades escolares:

- a. Um inspetor geral
- b. Dez inspectores escolares
- c. As **camaras municipais**²⁸.

A forma de escolha do inspetor literário era decidida por cada município. Em Santos, ele era eleito anualmente entre os vereadores e recebia a designação *inspetor literário municipal*. Nos mandatos da Câmara, entre 1902 e 1908, foi mantido nesta função o médico baiano residente há muitos anos em Santos, Raimundo Sóter de Araujo²⁹.

A Câmara desempenhou papel primordial no processo de escolarização da cidade, quer através da criação de escolas, quer através de subvenção a alguns estabelecimentos escolares de

como a Praça dos Andradas. A Banda do Corpo de Bombeiros foi encarregada de tocar na sua chegada em presença do governador Jorge Tibiriça e de outros membros do governo que vieram a Santos com esse propósito.

²⁸ Grifo nosso.

²⁹ Raimundo Sóter de Araujo nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, no dia 22 de abril de 1853. Doutorou-se em Humanidades e depois, em 1877, em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Passou a residir em Santos em 1882, quando foi designado cirurgião da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santos pela Armada Nacional. Com os médicos Silvério Fontes, Ramires Esquivel e Manuel Tourinho, participou do atendimento aos doentes acometidos pela febre amarela na epidemia de 1889. Foi um dos fundadores, em 1892, junto com Silvério Fontes e o professor Carlos de Escobar, de um Centro Socialista, responsável pelo periódico “A Questão Social”, publicação quinzenal. Faleceu em Santos no dia sete de junho de 1924. Atuou como médico do Hospital da Beneficência Portuguesa durante mais de 40 anos, criou a Secção de Atendimento aos Tuberculosos no Hospital da Santa Casa de Santos, foi médico do Asilo de Órfãos, do Instituto D. Escolástica Rosa e da Sociedade União Operária.

iniciativa particular. Foi durante esse período que se criou uma rede municipal escolar para atendimento à população. Foi também neste período, que uma rede de pessoas foi se formando e assumiu papel importante com relação à educação na cidade. Esse grupo promoveu alterações significativas no Asilo de Órfãos de Santos. Essa rede incluiu alguns dos vereadores da Câmara Municipal, como Almeida de Moraes e Raimundo Sóter de Araujo, ligados, como vimos, ao político Cesário Bastos, que já batalhava em prol da educação da cidade.

2.1 Aumento do número de escolas públicas

No início de 1902, ano em que Raimundo Sóter de Araujo assumiu o cargo de Inspetor Literário, foram criadas cinco Escolas Municipais Noturnas para o sexo masculino, resultado de um projeto de Narciso de Andrade³⁰, vice-presidente da Câmara, apresentado no dia 29 de janeiro daquele ano e aprovado na mesma ocasião. Visavam dar instrução aos trabalhadores e foram instaladas no centro e em bairros notoriamente ocupados pela classe operária. Em consonância com isso, Sóter de Araujo, na sessão de cinco de março de 1902,

comunicou também que, tendo sido consultado pelo professor da 3ª zona se devia admitir a matrícula de alunos das aulas diurnas, disse que **conquanto a lei não proibisse explicitamente, todavia, era intenção do legislador fornecer nas aulas noturnas instrução aos que não pudessem freqüentar durante o dia as escolas**. Além disso, achava que sendo aulas diárias, sobrecarregam-se muito o organismo das crianças com este trabalho intelectual dia e noite, pedia, portanto, a opinião da Câmara a respeito³¹.

Quatro dessas escolas urbanas foram reunidas em 1906, por decisão da Câmara Municipal, em um único Grupo Escolar com um curso de quatro anos de duração, “ficando em vigor para a divisão do ensino a lei estadual que regula o ensino primário preliminar”³². Os alunos foram divididos por grau de adiantamento, formando quatro novas classes de ensino simultâneo. Foi criado o cargo de zelador e o ordenado dos professores fixado em Rs185\$000 mensais.

³⁰ Narciso de Andrade era vereador e foi diretor do Clube Republicano de Santos.

³¹ Ata da Câmara de 05/03/1902.

³² Lei Municipal nº 208 de 7/02/1906.

Uma das atribuições do Inspetor Literário era investigar denúncias e mesmo afastar professores que ainda usavam métodos considerados ultrapassados, como infligir castigos físicos aos alunos. No princípio de sua atuação como Inspetor Literário, Sóter de Araújo foi cobrado quanto à fiscalização das escolas. Entre os problemas encontrados por ele, houve o de uma escola particular, cujo nome não foi possível apurar. Sóter de Araujo trouxe ao conhecimento dos demais vereadores³³ que,

em visita que fez à escola particular que funciona à rua Marques de Herval número 133, encontrou as aulas funcionando em aposentos que não ofereciam as necessárias condições higiênicas, tendo determinado que fossem feitos os reparos precisos, a fim de serem cumpridas as determinações do Regulamento escolar.

A autoridade conferida ao inspetor escolar municipal permitia que ele não apenas fiscalizasse as escolas públicas, mas também as particulares, cobrando das mesmas adequação às novas propostas educacionais.

Entre 1902 e 1908 foram criadas, além das escolas noturnas, vinte e três escolas municipais. A instalação dessas escolas reforça a existência de uma intencionalidade por parte da Câmara Municipal, já que as leis que criavam as escolas deviam ser aprovadas em plenário. A concordância da Secretaria do Interior, com a criação desse número de escolas, também é indício de que a iniciativa era aprovada pelas instâncias governistas superiores. O alinhamento entre as várias instâncias, característica dessa fase política, parece ter ocorrido neste caso.

Os projetos e indicações para a criação de escolas e outras providências relativas a elas eram encaminhados à Câmara Municipal e analisados pelas comissões de Justiça e Poderes e de Fazenda e Contas que davam seu parecer com relação à necessidade e à viabilidade do que estava sendo proposto. A existência de menores em idade escolar, impedidos de frequentarem escola por residirem em local distante, foi um dos argumentos usados, por exemplo, na indicação da criação de uma escola no Bairro Juqueí.

Embora tenham sido criadas 23 escolas municipais, pelos vereadores que compuseram a Câmara Municipal antes da posse do primeiro Prefeito eleito (a última delas no início de 1908), existe contradição entre os dados do Anuário do Estado de 1908 referentes a 1907, que apontam a

³³ Ata da Câmara de 28/10/1903.

existência de 14 escolas municipais³⁴, e o orçamento aprovado pela Câmara Municipal para o ano de 1908, que previa o pagamento de 22 professores, entre os quais os das quatro classes que foram agrupadas no Grupo Escolar do município.

As escolas municipais, a data de criação e os professores designados para elas foram:

Tabela 1. Escolas municipais de instrução primária, criadas em Santos, entre janeiro de 1902 e fevereiro de 1908

	ESCOLAS	ANO	PROFESSOR NOMEADO
1.	Escola Municipal Noturna (1ª zona)	1902	Francisco Rodrigues de Melo (Ramiro Vianna)
2.	Escola Municipal Noturna (2ª ³⁵ zona)	1902	Olyntho Paiva
3.	Escola Municipal Noturna (3ª ³⁶ zona)	1902	Archimedes Ferraz Moreira
4.	Escola Municipal Noturna de Villa Mathias (4ª zona)	1902	Antonio de Oliveira Passos Sobrinho
5.	Escola Municipal Noturna (5ª zona)	1902	Ramiro Vianna (Francisco Rodrigues de Melo)
6.	Escola Masculina do Bairro da Bocaina	1902	Virgilio Schutel Ambramer (José Alves de Melo)
7.	Escola Feminina do Bairro da Bocaina	1902	Isabel Sampaio
8.	Cadeira do ensino primário feminino no Bairro da Ponta da Praia	1902	Pedrina Fernandes Pimentel
9.	Cadeira do ensino primário feminino no Bairro do José Menino	1902	Rosa Victor de Almeida
10.	Cadeira de instrução primária para o sexo masculino no Bairro da Cachoeira	1902	Gabriel Bento de Oliveira Filho
11.	Escola de instrução primária do sexo masculino no Bairro do José Menino	1903	João Christiano de Oliveira
12.	Escola mista de instrução primária na Vila Macuco ³⁷	1903	Herthildes dos Santos Lima
13.	Escola de instrução primária do sexo masculino do Bairro Juquei ³⁸	1904	Manoel Ferreira de Mattos

³⁴ Dez escolas masculinas, três femininas e uma mista.

³⁵ Informações contraditórias.

³⁶ Informações contraditórias.

³⁷ Lei Municipal n. 193 de 23/11/1903.

³⁸ Lei Municipal n. 196 de 9/03/1904.

14.	Escola mista de instrução primária no Bairro da Enseada de Santo Amaro ³⁹	1906	Rita de Nardis
15.	Escola de instrução primária para o sexo masculino no Bairro da Bertioiga ⁴⁰	1906	
16.	Escola mista de instrução primária no Bairro Nova Cintra ⁴¹	1907	Afonsina Proost de Souza
17.	Escola de instrução primária para o sexo masculino no Bairro Itutinga - Cubatão ⁴² (suprimida no início do ano seguinte) ⁴³	1907	
18.	Escola de instrução primária para o sexo masculino na Rua Marques de Herval (a ser suprimida quando for criado o Grupo Escolar na região) ⁴⁴	1907	
19.	Escola mista de instrução primária no bairro Vila Macuco ⁴⁵	1907	
20.	Escola mista de instrução primária (zona compreendida entre Avenida Conselheiro Nébias e Paquetá) ⁴⁶	1907	Semiramis Moreira Domingues
21.	Escola mista de instrução primária (zona compreendida entre as ruas General Câmara, Luiza Macuco, Av. Conselheiro Nébias e Rua do Rosário – lado do mar) ⁴⁷	1907	Judith Bittencourt Brito
22.	Escola mista de instrução primária no Bairro do Cubatão ⁴⁸	1907	Anna Dias Pinto e Silva
23.	Escola mista de instrução primária na Rua de São Bento ou imediações ⁴⁹	1908	Candida Flora de Oliveira

Fonte: Atas da Câmara Municipal e Livro de Registro de Leis do período.

³⁹ Lei Municipal n. 211 de 14/03/1906.

⁴⁰ Lei Municipal n. 242 de 11/11/1906. Salário do professor: R150\$000.

⁴¹ Lei Municipal n. 272 de 03/07/1907. Salário do professor: R200\$000 e de Itutinga R150\$000.

⁴² Leis Municipais n. 272 de 03/07/1907 e 273 de 10/07/1907. A primeira criou uma escola mista, a segunda a revogou e criou uma para o sexo masculino.

⁴³ Lei Municipal n. 291 de 02/01/1908.

⁴⁴ Lei Municipal n. 274, de 31/07/1907.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Lei Municipal n. 282, de 13/11/1907. Salário: Rs200\$000.

⁴⁷ Lei Municipal n. 287, de 27/11/1907.

⁴⁸ Lei Municipal n. 290, de 27/11/1907.

⁴⁹ Lei Municipal n. 292, de 02/01/1908. Salário: Rs250\$000.

Com relação ao número de escolas municipais existentes antes da criação das Escolas Municipais Noturnas e dessas listadas acima, não temos informações precisas. Cabe lembrar que a descentralização do ensino, através do ato adicional de 1834, havia possibilitado que os municípios, através de suas Câmaras Municipais, criassem escolas.

Pereira (1996) relata que, em 1897, o município havia criado cinco Escolas Noturnas, mas essas foram extintas em junho de 1900. A autora também faz referência à existência de oito classes da Escola Olavo Bilac, criada pela Lei nº 97 de 12/05/1897, composta por oito classes diurnas não reunidas, mas estas não aparecem no cômputo geral das escolas de 1908. Não foram encontradas alusões à existência dessa escola nas atas consultadas.

Embora no início do século XX o número de escolas municipais aparentemente não fosse grande, não podemos dizer que o município não valorizava a educação. José N. de Camargo, inspetor escolar da 14ª Zona chegou a destacar que “a Câmara Municipal de Santos recebe com todas as honras a palma da vitória. É a que maior número de estabelecimentos tem funcionado e mantido no Estado, embora com enorme sacrifício, como todos reconhecemos” (ANUÁRIO, 1918, p. 827).

O próprio inspetor reconhece as dificuldades financeiras da cidade, decorrentes de alguns privilégios fiscais do Estado e da Companhia Docas de Santos. Se, antes da concessão, as taxas de exportação recolhidas ficavam em grande parte na cidade, após a extinção dos trapiches elas passaram a reverter a favor da concessionária e do Estado.

O trabalho de ampliação da rede municipal de ensino foi coroado com a proposta de Antonio Azevedo Junior, vice-presidente da Câmara Municipal de Santos, da criação da Secretaria da Inspetoria Literária do Município. A Lei nº 302, resultante desse projeto, foi aprovada em 26 de março de 1908, quando a cidade já era administrada por um prefeito. Esse órgão municipal foi instalado no Paço Municipal e foram designados seis funcionários para a mesma.

Os professores do município não recebiam a mesma remuneração⁵⁰. Segundo Lourenço e Razzini (2010, p. 506), quando o governo regulamentou o “curso preliminar”, em 1893,

⁵⁰ O orçamento da Câmara para o exercício de 1908, ao prever os gastos com professores, reforça a ideia de que a remuneração dependia da formação do professor e do tipo e localização da escola, pois os contratados para trabalhar

estabeleceu que este seria ministrado em “escolas preliminares” e em suas auxiliares: as “escolas intermédias” e as “escolas provisórias”. Segundo esses autores, a hierarquia entre as escolas seria feita com base na formação dos professores. As “escolas preliminares” seriam regidas por professores normalistas, as “intermediárias” por professores habilitados pelas leis imperiais de 1869 e 1887, e as “provisórias” por professores interinos.

Segundo Silva (2004), na tentativa de solucionar os problemas da formação docente pela insuficiência do número de professores normalistas, houve uma mudança na legislação através da lei n. 374 de 3 de setembro de 1895, que ampliou as funções do curso Complementar, concedendo a ele um caráter profissional, na medida em que estipulou que os concluintes desse curso que tivessem um ano de prática de ensino cursado nas Escolas Modelo do Estado poderiam ser nomeados professores preliminares.

Em 1904, o Decreto n. 1.239 de 1904 classificou as escolas primárias como “Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas”, em função da localização geográfica e do número de habitantes (LOURENÇO e RAZZINI, 2010, p. 508).

As diferenças na remuneração talvez possam ser atribuídas, portanto, à formação do professor e ao local da escola onde lecionavam. É importante frisar que, naquele período, o Município de Santos incluía bairros localizados na zona rural, com Cubatão, Guarujá e Bertioga, hoje municípios. Mesmo os bairros atualmente conhecidos e bastante populosos, como José Menino e Ponta da Praia ficavam, naquela época, na zona rural da cidade.

Até certo tempo, as despesas com a instalação e o material escolar das escolas de instrução primária eram de responsabilidade dos professores. Gradualmente isso foi mudando. Aparentemente o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, passou a destinar verbas nesse sentido. A Câmara Municipal também assumiu algumas despesas com instrução. Como o Inspetor Literário era responsável pela inspeção e fiscalização das escolas públicas municipais e estaduais, muitas vezes, pelas atas da Câmara, não fica claro a quais ele se refere.

nas escolas isoladas da zona urbana receberiam salários superiores aos dos professores do Grupo Escolar (também na zona urbana) e aos da zona rural. A previsão de gastos foi a seguinte: mensalmente, 12 professores receberiam Rs250\$000, 4 professores receberiam Rs185\$000, 2 professores receberiam Rs150\$000 e 4 professores receberiam Rs200\$000.

Um exemplo é o fato de, em maio de 1902, Sóter de Araujo, tendo recebido de Alvaro de Toledo três exemplares do trabalho “A Higiene na Escola”, pediu a remessa de mais nove exemplares para serem distribuídos pelos professores das escolas de Santos, no que foi prontamente atendido⁵¹. Não sabemos se os livros foram doados pelo autor, se fornecidos pela Secretaria do Interior ou se adquiridos pela Câmara. Também não sabemos a quais professores foram entregues, se aos municipais ou aos estaduais.

Outro indício de que algumas despesas com instrução estavam sendo assumidas pelo governo Estadual foi a solicitação feita pelo Inspetor Literário ao Intendente Municipal no segundo semestre de 1902, que este insistisse junto à Secretaria do Interior no sentido de reforçar seu pedido de fornecimento de móveis e livros para a escola da Vila Matias. O primeiro pedido feito em 12 de julho ainda não havia sido atendido. O Intendente prontificou-se a enviar novo ofício⁵² às instâncias superiores, o que indica que, naquele caso, gastos com equipamento escolar e material didático estavam correndo por conta do Estado. Ainda nesse sentido, em maio de 1904, Sóter de Araujo comunicou que havia repassado aos professores um aviso do Secretario do Interior relativo à distribuição de livros escolares e à remessa de boletins⁵³.

Uma demonstração de que a Câmara Municipal estava passando a assumir despesas com relação às escolas municipais ocorreu em 1904. Ela recebeu um ofício de Tancredo do Amaral propondo a adoção de sua obra, “Livro das Escolas”, que, segundo o autor, havia sido aprovado e adaptado pelo governo do Estado para os estabelecimentos de ensino público⁵⁴. O livro foi encaminhado a Sóter de Araujo para análise. De sua aprovação resultou o Parecer nº 75 da Comissão de Justiça e Poderes⁵⁵ no qual

concorda plenamente com a abalizada e douta opinião do digno Sr. Dr. Inspetor Literário que julga de grandes e reais vantagens para a educação da infância a sua adoção nos **estabelecimentos municipais de ensino**⁵⁶.

⁵¹ Ata da Câmara de 07/05/1902.

⁵² Ata da Câmara de 13/08/1902.

⁵³ Ata da Câmara de 25/05/1904.

⁵⁴ Ata da Câmara de 08/06/1904.

⁵⁵ Ata da Câmara de 03/08/1904.

⁵⁶ Grifo nosso.

O digno Sr. Dr. Inspetor Literário, cuja alta competência nos domínios da Pedagogia moderna é incontestável, considera o “Livro das Escolas” como uma ótima antologia, especialmente adaptável ao ensino do 3º e 4º anos e por isso, ante essa esclarecida e abalizada opinião pensa a Comissão de Justiça e Poderes que essa obra deva ser adotada nas escolas municipais. Assim, pois, a Comissão de Justiça e Poderes opina pela aceitação da proposta do Sr. Tancredo do Amaral, submetendo-a no entretanto à apreciação da ilustre Comissão de Fazenda e Contas que estudará os preços estipulados pelo autor do “Livro das Escolas” para a aquisição da sua obra, que de fato possui subido valor didático.

A Comissão de Fazenda e Obras concordou com a aquisição, pela Câmara, de 300 exemplares da obra a serem usados pelos alunos. Entretanto, foi apenas a partir da Lei nº 287⁵⁷ do final de 1907, que passou a constar no texto das leis relativas à criação de escolas municipais a atribuição à Câmara Municipal das despesas com instalação e manutenção dessas escolas, caracterizando-se, assim, a criação gradativa de uma rede escolar municipal.

A cidade de Santos, à medida em que o número de escolas de instrução primária se ampliava, continuava seu processo de crescimento e modernização. A capacitação, em nível secundário e superior, passou a ser desejada. A existência de uma escola que preparasse para o exercício de profissões ligadas ao comércio já vinha sendo cobrada por parte da população, especialmente os comerciantes⁵⁸, com o apoio de educadores, embora não houvesse consenso sobre a real prioridade de sua criação⁵⁹. Com a entrada em um sistema capitalista, as diferenças sociais se faziam também pela capacitação para o trabalho. A formação para o comércio propiciava oportunidades novas de ascensão social.

Em 1907, Raimundo Sóter de Araujo, em seu último ano como Inspetor Literário, atendendo ao pedido que a Associação Comercial de Santos, há tempos, fazia com relação à criação de uma escola que preparasse mão de obra qualificada para o trabalho no comércio, apresentou indicação para a criação da Academia do Comércio de Santos à Câmara.

A indicação foi aceita e, no dia 24 de abril daquele mesmo ano, a Lei nº 258 foi aprovada pela Câmara e sancionada pelo Intendente Municipal, o tenente-coronel Cincinato Martins Costa. A lei previa a criação de cursos diurnos, com a possibilidade de oferecer aulas noturnas

⁵⁷ Lei aprovada em 27/11/1907.

⁵⁸ Através da Associação Comercial de Santos.

⁵⁹ Algumas pessoas, entre elas o professor Carlos Escobar, argumentavam que a instrução elementar era prioridade.

livres. Além dos cursos, a escola teria um museu, um laboratório de análises e uma biblioteca. A lei previu que a organização da escola, a escolha do diretor e do corpo docente fossem normatizadas por meio de um regulamento a ser aprovado pela Câmara que iria destinar uma verba anual de 25 mil contos de réis para a manutenção da Academia de Comércio. O restante do dinheiro necessário seria proveniente das taxas de matrícula, expedição dos diplomas e donativos. Antonio Martins Fontes, deputado, conseguiu apoio de Jorge Tibiriçá, presidente de São Paulo, para que a escola fosse subvencionada pelo Estado.

A Academia de Comércio de Santos ofereceria, segundo a lei que a criou, dois cursos. O primeiro, *geral*, teria por objetivo formar guarda-livros, peritos judiciais e profissionais habilitados em funções da Fazenda. O segundo, considerado *especial superior*,

habilitando mais, para os cargos de agentes consulares, funcionários do Ministérios das Relações Exteriores, actuários, de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas commerciaes⁶⁰.

Essa instituição de ensino daria uma formação não tão especializada, destinada ao público em geral, e outra mais aprofundada, que possibilitaria, aos concluintes, oportunidades de ocupar postos de destaque junto à elite comercial e política da cidade.

O primeiro regulamento da Academia do Comércio foi apresentado à Câmara Municipal, por Sóter de Araújo, no dia 15 de maio de 1907, tendo sido ampla e veementemente discutido em várias reuniões do plenário. Com relação a ele, Sóter de Araujo declarou que consultou “regulamentos de estabelecimentos congêneres existentes no país”⁶¹, como os do Rio de Janeiro e de São Paulo. Rebatendo uma das críticas que lhe vinham sendo feitas, afirmou “Não tive o intuito de confeccionar o regulamento aumentando o número de doutores, mas unicamente propiciar indivíduos aptos para exercerem as funções que se propõem”⁶². Talvez a resistência se devesse ao fato de que o grupo de intelectuais a que vinha se ligando Sóter de Araujo ser formado por médicos, engenheiros, advogados. As críticas ao regulamento sugerem o receio de que a

⁶⁰ Ata da Câmara de 24/04/1907.

⁶¹ Ata da Câmara de 24/07/1907.

⁶² Idem.

escola não atingisse os fins a que se destinava, ou seja, preparação da mão de obra necessária às novas demandas da cidade com relação ao comércio.

Com o início das aulas previsto para agosto de 1907, no dia 31 de julho, foram nomeados um secretário⁶³, um amanuense, um porteiro, dois bedéis, os funcionários do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas e escolhido o corpo docente⁶⁴ para a Academia de Comércio.

A Academia do Comércio foi solenemente instalada no dia 4 de agosto de 1907 com a presença de autoridades civis e militares e representantes de diversas associações. Apenas no dia 8, após a inauguração, Almeida de Moraes, Presidente da Câmara, nomeou Diretor da Academia do Comércio, Aquilino do Amaral Coutino, advogado e jornalista, e Sub-Diretor, Adolfo Porchat de Assis, este integrante da rede que se formava a partir de Raimundo Sóter de Araujo e de Almeida de Moraes.

Alguns fatos levaram Adolfo Porchat de Assis a assumir a direção da escola. O regulamento aprovado pela Câmara, antes da inauguração da escola, previa a permanência do mesmo diretor por pelo menos três anos. No segundo semestre de 1907, a Câmara aprovou uma mudança neste regulamento, que possibilitou a demissão do diretor e de seu secretário no início de 1908. Adolfo Porchat de Assis assumiu o posto de diretor com protestos, especialmente do vereador e advogado e professor da escola, João Galeão Carvalhal. Adolfo Porchat de Assis manteve-se no cargo durante o resto de sua vida, até 1933.

Já ocupando o novo cargo, Porchat de Assis propôs⁶⁵ nova alteração do Regimento Interno, com a justificativa de que o antigo regulamento continha falhas em “pontos didáticos imprescindíveis”. O novo regulamento proposto por Adolfo Porchat de Assis continha 110 artigos que detalhavam a organização da escola, das disciplinas e cursos oferecidos, os equipamentos de auxílio pedagógico como Biblioteca, Laboratório, Museu Comercial. Constavam, também, do documento as normas administrativas, o funcionamento do colegiado de

⁶³ João de Abreu e Silva.

⁶⁴ Tarquinio Silva, Antenor de Campos Moura, Alfredo Tabyra, Adolfo Porchat de Assis, Delfino Stockler de Lima, José Caetano Munhoz, Benedito de Moura Ribeiro, João Carvalhal Filho, Valdomiro Silveira, Tomaz Catunda, Mário de Oliveira Ribeiro. Ata da Câmara Municipal de Santos de 31/07/1907.

⁶⁵ No dia 10 de junho de 1908.

professores, o ensino, a forma de matrícula, as aulas e exames, a disciplina, as penalidades e prêmios.

A Biblioteca teria livros voltados ao comércio, com leis, regulamentos e livros técnicos. O Laboratório de Análises seria destinado “não só aos estudos físico-químicos das falsificações, como também para servir à fiscalização municipal”⁶⁶. O Museu Comercial⁶⁷ teria coleções *in natura* dos produtos brasileiros, à semelhança do museu do Rio de Janeiro, dando visibilidade ao progresso da cidade de Santos àqueles que o visitassem.

Porchat de Assis, pelos jornais, solicitou amostras de colheita e fabricação originários da cidade aos produtores de Santos, acompanhados de memorial de esclarecimentos e especificações, procurando valorizar os produtos locais. Ao expor a grande fonte de renda da cidade, o Museu teria uma seção especial para a exposição dos diversos tipos de café do Estado, ao lado dos produzidos em outros países. Além de instruir alunos e visitantes, o Museu serviria de núcleo de informações comerciais, sistematizando os produtos do município e paulistas e permitindo estudos comparativos.

Após a posse de Adolfo Porchat de Assis, os professores responsáveis por disciplinas profissionalizantes foram mantidos, como José Caetano Munhoz e Valdomiro Silveira; mas foram chamados outros, como Sóter de Araujo e Victor de Lamare.

Um ano após a criação da Academia de Comércio, Adolfo Porchat de Assis e Sóter de Araujo pediram sua equiparação às escolas que serviram de modelo, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Academia de Comércio de São Paulo, visando ao reconhecimento oficial dos diplomas do curso *superior*.

Acompanhando o crescimento do número de escolas municipais, o Estado também vinha ampliando a rede escolar em Santos. Quando Sóter de Araujo foi escolhido como inspetor literário, em 1902, providências vinham sendo tomadas com relação à criação de um grupo escolar na cidade, cuja verba para construção e manutenção foi legada por testamento de Barnabé Francisco Vaz Carvalhaes (rico comerciante local) em 1894. Após vários trâmites burocráticos, a

⁶⁶ Academia de Commercio: Museu Commercial, Jornal *Cidade de Santos*, de 22/05/1908.

⁶⁷ Conforme Borges (2007), este tipo de museu, nos moldes das instituições europeias, tinha a função pedagógica de levar os visitantes a se interessarem sobre os produtos, forma de trabalho e consumo da localidade, e também de dar publicidade à produção regional, dando suporte à ampliação do mercado.

Câmara repassou a verba⁶⁸ para que o Estado contruísse o prédio e arcasse com as despesas de manutenção, sob alegação de não ter condições de levar adiante o empreendimento, já que o valor legado era insuficiente.

No dia cinco de maio de 1902, após longa espera, foi criado o Grupo Escolar “Barnabé”, instalado no dia primeiro de julho daquele ano, em prédio⁶⁹ construído para esse fim. A edificação atendeu aos padrões adotados na época para os grupos escolares. Com dez salas de aula, imponente, construído sobre um porão, era uma vitrine do progresso, um *Templo do Saber*. A direção desse grupo escolar foi inicialmente entregue ao professor normalista Carlos Escobar⁷⁰.

Na ocasião em que Sóter de Araujo assumiu como inspetor literário em 1902, já estava em funcionamento na cidade o Grupo Escolar “Dr. Cesário Bastos”. Seu nome foi uma homenagem prestada ao político que conseguiu, junto ao governo do Estado, a criação da escola. Mantido pelo Estado, havia sido instalado em imóvel alugado pela Câmara⁷¹. O grupo escolar, formado pela reunião de quatro escolas já existentes, foi criado por decreto de 28 de abril de 1900, e inaugurado no dia 13 de outubro do mesmo ano. Sua primeira diretora foi a professora normalista Eunice Caldas.

A ata de inauguração do grupo escolar, publicada no jornal *Cidade de Santos* no dia seguinte, descreveu a festa como um acontecimento regado a champagne, “sanduíches, doces, vinho, cerveja, licores, figos, passas” [...], (CIDADE DE SANTOS, *apud* HILSDORF, 1999, p.108-109), com direito a discursos, poesias e hinos. Pretendia destacar, para os convidados e a população em geral, a importância do evento.

⁶⁸ O projeto de lei, aprovado em 28 de Janeiro de 1895 pela Câmara Municipal, em seu artigo primeiro dizia: “Fica a disposição do dr. Secretario do Interior a importância de Rs 51:428\$558, deixado ao Municipio pelo falecido Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes, para a construção de um predio destinado ao funcionamento de um Grupo Escolar e regido pelo systema das Escolas-Modelo, da capital, podendo o governo do estado entrar na posse da importância logo que dê começo aos trabalho.” A resposta ao officio enviado pelo governo do Estado, em 3 de março de 1895, dizia: “O Governo do Estado aceitou com lovôres a deliberação d’Assembléa e trata de tornal-a uma a validade com todo o patriotismo.”

⁶⁹ O responsável pelas obras foi o engenheiro Samuel Augusto das Neves.

⁷⁰ Carlos Escobar nasceu em São José dos Campos em 24 de março de 1862, e faleceu em Santos em 22 de setembro de 1941. Exerceu o Magistério por muitos anos na cidade. Criou e dirigiu várias unidades escolares. Com Sóter de Araujo e Silvério Fontes fundou o primeiro partido de tendência socialista do Brasil. Foi Diretor do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos e do Grupo Escolar Barnabé. Deixou vários trabalhos sobre política e pedagogia.

⁷¹ O proprietário do imóvel era Julio Conceição, pessoa que aparece ligada a vários empreendimentos educacionais.

Este jornal identificou os responsáveis pelas mudanças que vinham ocorrendo na educação estadual, em outra matéria, da mesma data, na qual se dizia:

[...] o Estado de São Paulo, graças à influência do dr. Bernardino de Campos, e a dedicação sublime de Cesário Mota e a abnegação santa de um punhado de professores paulistas, pôde reformar, radicalmente, o seu ensino público, instituindo o ensino verdadeiramente popular (CIDADE DE SANTOS, *apud* HILSDORF, 1999, p. 107)

A cerimônia da criação dessa escola parece ter tido a intenção de dar visibilidade política às pessoas citadas, republicanos, para quem o ensino público, por ser laico e gratuito, atendia melhor seus ideais. Isto pode ter fortalecido o grupo de vereadores que, em 1902, assumiu a Câmara Municipal.

A criação de dois grupos escolares acarretou um aumento significativo no número de classes estaduais de instrução primária existentes na cidade.

Tabela 2. Classes estaduais de instrução primária, em Santos, em 1907

	Classes masculinas	Classes femininas	Classes mistas	Total
Grupos Escolares	11	11		22
Escolas Estaduais Isoladas (providas)	4	4	2	10
Escolas Estaduais Isoladas (vagas)	3	1	1	5
TOTAL	18	16	3	37

Fonte: Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1908-1909.

Observe-se que $\frac{1}{4}$ das escolas estaduais isoladas estavam vagas, ou seja, as cadeiras foram criadas, mas não havia nenhum professor lecionando nas mesmas. Com relação a isso, João Lourenço Rodrigues, Inspetor Geral do Estado, em relatório publicado no Anuário de 1907-1908, atribuiu esse problema à regulamentação da carreira do Magistério de 1904, que estabeleceu as condições de promoção dos professores. Segundo o Anuário do Estado de São Paulo de 1908 (p.27), Rodrigues afirmou que

Os professores não permanecem nos bairros senão de uma maneira incompleta [...] senão o tempo marcado para a promoção, tempo inteiramente insuficiente para ensinar a ler seus alunos. O tempo de bairro é considerado como um prazo de desterro. Terminado ele, o professor se remove, e os materiais da escola se extraviam ou deterioram.

Podemos deduzir, a partir da leitura dos relatórios de vários inspetores, que esse não era um problema local, mas de todo estado de São Paulo. Se considerarmos que as obras de saneamento facilitaram a expansão da cidade de Santos e que não houve a implantação de um sistema de transporte mais eficaz entre os vários bairros, entenderemos as dificuldades enfrentadas pelos professores ao assumir classes distantes do centro urbano.

Em 1908, houve uma alteração na distribuição das classes dos dois grupos estaduais. O inspetor escolar Benedicto Candido Costa Brilho, em relatório publicado no Anuário do Estado de 1907-1908, afirmou que, visitando o Grupo Escolar “Cesário Bastos” em abril de 1907, verificou que ele estava funcionando com dez classes, divididas em dois períodos. Lembremos de que esta escola não funcionava em prédio próprio, mas em um imóvel alugado pela Câmara e que possuía espaço apenas para seis classes.

Por outro lado, o Grupo Escolar “Barnabé”, cujo prédio foi construído para abrigar a escola, possuía dez excelentes salas de aula onde funcionavam dez classes. Decidiu-se que permaneceriam no Grupo Escolar “Cesário Bastos” apenas as classes de primeiro e segundo anos, em um total de seis classes, sendo as demais transferidas para o outro grupo. Assim, o Grupo Escolar “Barnabé” passou a ter dezesseis classes, com funcionamento em dois turnos, das oito horas da manhã ao meio dia, e do meio dia às quatro da tarde. Para atender tal decisão, os professores também foram transferidos.

Para que possamos estimar o crescimento com relação ao número de escolas estaduais nesse período em Santos, podemos nos reportar a Costa e Silva Sobrinho (1957) e Pereira (1996). O primeiro aponta que, em 1885, havia duas escolas públicas com seis cadeiras, três para o sexo masculino e três para o sexo feminino⁷². Ainda segundo esse autor, na Barra existia uma escola com duas cadeiras, uma masculina e outra feminina⁷³. Em Cubatão havia uma escola para meninos, cuja cadeira estava vaga, e outra para meninas⁷⁴. A segunda diz que, em 1897, existiam

⁷² As cadeiras eram ocupadas, respectivamente, pelos professores Joaquim Carneiro da Silva Braga, Tobias Jardim Martins da Silva, Aprigio Carlos de Macedo (criador do *Baralho Alfabético*), Gabriela Augusta da Rocha Guimarães, Ermelinda Rosa de Toledo e Joana Francisca Machado de Macedo.

⁷³ Professores: Daniel Teotonio Ferreira e Justina Arouche do Espírito Santo.

⁷⁴ Da professora Cristina Pia.

apenas três cadeiras masculinas e três femininas estaduais. Assim, podemos supor que ao entrar o século XX não chegavam a dez as escolas públicas estaduais de primeiras letras em funcionamento na cidade. A tabela abaixo mostra, inclusive, apenas seis classes.

Em 1902, com a abertura do Grupo Escolar Barnabé, passaram a existir, segundo Pereira, 22 classes de instrução primária estadual.

Tabela 3. Classes estaduais de instrução primária em Santos em 1902

	Classes masculinas	Classes femininas	Classes mistas	Total de classes
Grupo Escolar “Cesário Bastos”	3	3		6
Grupo Escolar “Barnabé”	5	5		10
Escolas Provisórias	2 (Cubatão e Enseada)	1 (Guarujá)		3
Escolas Isoladas		1 (Ponta da Praia)	2 (Vila Matias e Vila Macuco)	3
TOTAL	10	10	2	22

Fonte: Pereira (1996)

Analisando a tabela, podemos perceber que a criação dos dois grupos escolares foi fundamental para o aumento da oferta do ensino público estadual na cidade. Esse número, conforme podemos verificar na tabela 2.1, aumentou de dezesseis classes em 1902, para vinte e duas em 1907. Pode ter contribuído para tal o fato de os grupos escolares estarem localizados na zona urbana da cidade, onde se concentrava grande parte da população.

2.2 Aumento do número de escolas particulares

Durante o período de 1902 e 1908, a expansão do número de escolas de iniciativa privada também foi grande. Segundo Moraes (1990, p. 131),

O crescimento do setor privado na área educacional foi imenso, nos primeiros anos da República. Embora a maioria concentrasse sua atuação no ensino primário, as escolas particulares apresentavam características bem diferenciadas. Havia as que atendiam à elite, à população pobre e trabalhadora, as que possuíam objetivos puramente comerciais e outras, gratuitas, sem fins lucrativos, expressando intenções políticas e ideológicas.

Para que possamos aquilatar o crescimento do número de escolas particulares, trago algumas informações referentes a escolas existentes antes de 1902.

Costa e Silva Sobrinho (1957) aponta a existência, em 1885, do Colégio Santista⁷⁵, do Colégio Nacional, para meninos e meninas, do Colégio São Luiz, só para meninos, dos Colégio Alemão e Tarquínio, mistos. Pereira (1996) menciona a existência do Colégio Alemão.

No Indicador Santense de 1912, Trindade aponta que o Externato Trindade de ensino elementar, fundado em 1880, era o mais antigo da cidade. Outras escolas ainda existentes eram o Colégio Lisboa, de 22 de abril de 1891, a Escola Internacional, de janeiro de 1885 e a Escola Alemã (*Deutscher Schulverein*), fundada no dia 16 de novembro de 1893.

As notícias sobre a cidade de Santos, localizadas e transcritas por Hilsdorf (1999), revelam a existência, entre 1899-1900, de algumas escolas particulares de ensino elementar, como o Colégio Vianna (para meninos e meninas), o Colégio José Bonifácio (para meninas), o Colégio Santista (para meninos e meninas) e o Colégio Lisboa.

Segundo os apontamentos dessa autora, professores também se ofereciam para ensinar na residência de famílias. A instrução de Maria e Luiza Macuco, pelo menos até 1900, foi ministrada por uma professora francesa moradora da residência de José André de Sacramento Macuco. Costa e Silva Sobrinho (1957) também relata a existência de professores particulares que ensinavam desenho, latim, francês, alemão, música.

Em 1902, a professora Eunice Caldas⁷⁶, diretora do Grupo Escolar “Dr. Cesário Bastos”, propôs a criação de um Liceu e de escolas maternas, filiados à Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. Conseguiu autorização para usar as dependências do Grupo Escolar “Cesário Bastos” à tarde, período ocioso da escola, para abrigar a sede santista da Associação e para que pudessem

⁷⁵ O professor era Canuto Thormann.

⁷⁶ Eunice Caldas era professora formada pela Escola Normal de São Paulo e irmã de Vital Brasil.

ser ministradas as aulas do Liceu⁷⁷, já que o grupo escolar as utilizava apenas no período da manhã.

Lodi-Corrêa (2009), ao estudar material de divulgação daquela Associação, trouxe a público que a autorização para o funcionamento do Liceu de Santos e do de São Paulo criados em prédios dos grupos escolares no mesmo ano foi dada pelo Presidente do Estado, Bernardino de Campos⁷⁸.

O objetivo do ensino do Liceu, escola gratuita, era o de formar professoras para as escolas preliminares e diretoras para as escolas maternas, antevendo que o aumento da população da cidade e do número de escolas iria demandar um número crescente de professores. Vemos aqui também uma iniciativa que fugia da proposta do ensino apenas das primeiras letras e que dava oportunidade de continuação dos estudos às moças da cidade. Naquela ocasião, a Câmara Municipal de Santos, alinhada com o governo do Estado, tendo Raimundo Soter de Araujo como Inspetor Literário, vinha criando inúmeras novas escolas na cidade. A rede estadual também vinha sendo ampliada. O Liceu poderia fornecer as professoras necessárias para assumir essas novas escolas.

Pode-se entender a preocupação com a formação de professoras pela importância que se dava ao papel do professor como educador dentro de uma nova visão de educação que se impunha, na qual não se pretendia apenas que o professor instrísse, mas que o fizesse com eficiência, além de servir de modelo a ser imitado.

O Liceu feminino foi planejado para oferecer dois cursos, Curso de Industriais, com dois anos de duração, e Curso de Professoras, com três anos. As disciplinas do primeiro ano seriam compartilhadas pelas alunas dos dois cursos. No segundo ano as disciplinas seriam específicas e incluiriam uma parte prática.

⁷⁷ No dia primeiro de agosto de 1902 foram abertas as matrículas e 55 meninas com mais de doze anos inscreveram-se.

⁷⁸ Além da autorização para o funcionamento dos liceus em grupos escolares, o governo se propôs a fornecer passes gratuitos para que as diretoras pudessem percorrer as escolas maternas.

Foram também instaladas duas escolas maternais⁷⁹, para atender crianças pobres, no edifício da Sociedade União Operária. Uma terceira escola maternal começou a funcionar, na rua Braz Cubas, 180 em novembro daquele ano.

No dia 8 de dezembro de 1902, entretanto, um desentendimento entre as sócias de Santos e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva levou ao rompimento com Anália Franco⁸⁰. Algumas sócias-fundadoras tomaram a resolução de retirar-se da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. Foi formada uma comissão composta por Adolfo Porchat de Assis, Vicente de Carvalho, Luiz Porto Moretz-Sohn⁸¹, Miguel Pregrave, Adolfo Millon e João Vicente Marcondes com a finalidade de elaborar os Estatutos da nova Associação. A nova sociedade constituída recebeu o nome de Associação Feminina Santista e, além das 146 sócias, possuía 66 benfeitores⁸², entre eles os que participaram da comissão que elaborou os estatutos. A primeira Diretoria e o primeiro Conselho eleitos⁸³ eram compostos apenas por mulheres⁸⁴.

Após a criação da Associação Feminina Santista e a definição uma nova grade curricular para o Liceu, o corpo docente deixou de ser totalmente feminino. Adolfo Porchat de Assis, Raimundo Sóter de Araujo e Victor de Lamare, entre outros, tornaram-se professores da escola ao lado de professoras como: Vitalina Caiaffa, Adelaide Brito e Eunice Caldas.

A partir dessa dissidência, foram se estreitando as relações entre Raimundo Sóter de Araujo, Adolfo Porchat de Assis e Diva de Lamare Porchat de Assis. O primeiro, como Inspetor

⁷⁹ A direção das escolas maternais foi entregue a Iracema Presgrave, irmã de Eunice Caldas.

⁸⁰ Apesar dos protestos do professor normalista Carlos Escobar, que publicou na primeira página do jornal *A Tribuna*, de 12 de dezembro, um artigo em que criticava duramente esta decisão e elogiava a proposta de Anália Franco.

⁸¹ O Dr. Luiz Porto Moretz-Sohn de Castro foi Juiz de Direito e de Órfãos da 2ª Vara de Santos (1890-1912). Nascido em 2 de novembro de 1861, em São Paulo, era filho do Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn (maçon, grau 33), que assumiu a direção do Colégio Culto à Ciência de Campinas em 1874. Em 1876 Luiz foi aluno dessa escola. Em novembro de 1882 diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. (MORAES, 1981). O Dr. Luiz Porto Moretz-Sohn de Castro foi Juiz de Direito e de Órfãos da 2ª Vara de Santos (1890-1912).

⁸² Jornal *A Tribuna* de 19 de março de 1903.

⁸³ A diretoria eleita para a primeira gestão da Associação Feminina Santista era formada por: Alzira Fonseca (Presidente), Robertina Cochane Simonsen (Vice-Presidente), Adelaide de Brito (1ª Secretária), Irene Moretz-Sohn (2ª Secretária), Iracema Presgrave (1ª Tesoureira), Serafina Millon (2ª Tesoureira), Eunice Caldas (Diretora Geral da Instrução). Foram eleitas conselheiras: Eunice Caldas, Judith Caldas, Sebastiana Patusca, Mariana Conceição, Diva Porchat de Assis, Júlia Martins, Carolina M. Ribeiro, Cyomara Nogueira, Ermelinda Carvalho, Candida Inglez de Souza, Francisca de Faria, Maria C. Belegarde, Maria C. Sodré. Fonte: Jornal *A Tribuna* de 16 de junho de 1903.

⁸⁴ Os maridos de muitas delas pertenciam à maçonaria.

Literário, por ter apoiado a criação da Associação Feminina Santista; o segundo, como professor e membro da Comissão que elaborou os Estatutos da nova associação; Diva, sua esposa, como conselheira; e Victor de Lamare, irmão dela, como professor.

O novo Liceu passou a oferecer um *curso superior*⁸⁵ com quatro anos de duração para formação de professoras para as escolas preliminares e diretoras de escolas maternais e um *curso complementar*⁸⁶, também com quatro anos para formação de professoras para as escolas maternais⁸⁷. O Curso de Industriais previsto pela entidade anterior deixou de ser oferecido.

O motivo da troca de um corpo docente exclusivamente feminino por outro composto também por professores do sexo masculino com formação superior (como médicos, advogados, engenheiros), por professores formados pela Escola Normal e a causa do aumento do curso de três para quatro anos com uma grade curricular semelhante à da Escola Normal de São Paulo⁸⁸, pode ter sido uma decisão tomada na tentativa de obter o reconhecimento oficial do Liceu como formador de professoras.

Este intuito fica mais evidente pelo fato de Adolfo Porchat de Assis e Raimundo Sóter de Araujo, na época Inspetor Literário, assumirem o desafio de conseguir a equiparação do diploma do curso superior do Liceu ao da Escola Normal de São Paulo, no caráter de Escola Normal Livre

⁸⁵ Para o curso superior foram previstas as seguintes disciplinas: Português (3 anos), Francês (2 anos), Inglês (dois anos), Latim (2 anos), Geografia do Brasil (2 anos), Música (2 anos), Astronomia e Mecânica, História Universal, Caligrafia, Pedagogia, Economia Doméstica, Ginástica e Desenho (1 ano) e dois anos de Exercícios de ensino. Fonte: Jornal “A Tribuna” de 28 de junho de 1903, p. 2.

⁸⁶ O Curso Complementar também passou a ter a duração de 4 anos, mas era mais aligeirado, com a seguinte grade curricular: Português (3 anos), Francês (2 anos), Música (2 anos), Piano (2 anos), Inglês, Aritmética, Geometria, Física e Química, História Natural, Geografia Geral, Geografia do Brasil, História Universal, História do Brasil, Pedagogia, Caligrafia, Ginástica, Trabalhos, Desenho (1 ano) e dois anos de Exercícios de Ensino. Fonte: Jornal “A Tribuna” de 28 de junho de 1903, p. 2.

⁸⁷ Segundo Silva (2004), a Escola Normal de São Paulo não estava conseguindo prover todas as vagas e, para superar o impasse, a lei n. 374 de 3 de setembro de 1895 permitiu que os professores pudessem ser também formados em curso complementar. Propiciando um curso superior de formação de professores e outro complementar, o Liceu poderia se candidatar para habilitar um grande número de professoras, atendendo, dessa forma, ao crescimento da demanda.

⁸⁸ Disciplinas da Escola Normal: Português, Francês, Inglês ou Alemão (facultativo), História, Geografia, Matemáticas Elementares – compreendendo Elementos de Mecânica, Astronomia Elementar, Generalidades sobre Anatomia e Fisiologia – Física, Química, História Natural, Escrituração Mercantil, Desenho, Caligrafia, Música, Exercícios Ginásticos e Manuais, Geografia do Brasil, História do Brasil, Economia Doméstica (apenas para as mulheres), Agrimensura, Economia Política e Exercícios Militares (as três últimas apenas para os homens). Também duas cadeiras com disciplinas de caráter profissional: Psicologia, Moral e Educação Cívica e Pedagogia e Direção de Escola. Lei n.88 de 08-09-1892 (TANURI, 1979).

com direito às leis vigentes. Redigiram, a conselho de José Cardoso de Almeida, Secretário do Interior, uma representação ao Congresso do Estado solicitando equiparação com data de primeiro de agosto de 1903 e, no dia 3 de novembro, em reunião da Congregação da Associação Feminina Santista, Porchat de Assis apresentou a proposta aos sócios e benfeitores. Ainda naquele ano foi lançada a pedra fundamental do prédio da Associação Feminina Santista, procurando criar um “espaço próprio”, ou seja, independente dos poderes públicos.

O pedido de equiparação entre os cursos do Liceu e os da Escola Normal foi alvo de discussão no Congresso durante três anos, tendo o senador Cesário Bastos e o deputado Martins Fontes, santistas, como defensores. Em 1906, Veiga Filho chegou a apresentar projeto de lei nesse sentido, mas no final daquele ano seu projeto foi rejeitado.

Em vista disso, no ano seguinte, o vereador José Monteiro apresentou uma indicação à Câmara de Santos de que, a partir daquela data⁸⁹, as professoras municipais fossem escolhidas, preferencialmente, entre as formadas pelo Liceu Feminino Santista. Sua indicação foi encaminhada à Comissão de Justiça e Poderes e aprovada, mas com a restrição de que elas tivessem igualdade de condições ao invés de preferência.

Outras escolas, particulares e confessionais, se instalaram na cidade a partir de 1902. No dia primeiro de setembro de 1904 começou a funcionar, na Praça José Bonifácio, o Colégio Coração de Maria, feminino, sob direção da Irmã Clementina, Superiora do Asilo de Órfãos⁹⁰. Nesse mesmo ano, instalou-se na cidade o Colégio Santista do Sagrado Coração, destinado à educação masculina. Segundo Pereira (1996), como os primeiros irmãos maristas eram franceses, a escola passou a ser procurada pelas pessoas mais abastadas da cidade que desejavam dar uma educação europeia a seus filhos. As duas escolas confessionais passaram a atender uma camada social diferenciada, reforçando as divisões de classe que se estabeleciam em Santos.

Ainda particulares, mas leigas, segundo Trindade (1912), foram criadas algumas escolas. O Colégio Imaculada Conceição⁹¹ foi criado em 1903. Em 1907 surgiu o Externato Nossa Senhora do Carmo, escola que oferecia um curso preparatório para o Exame de Suficiência do

⁸⁹ Dia 8/05/1906.

⁹⁰ Ata da Câmara de 31/08/1904.

⁹¹ Sua diretora era Maria Guimarães.

Liceu Feminino Santista. Foram ainda criados o externato Santa Cruz (1908) e o Externato Borba (1910).

Antes de 1902 existiram na cidade várias escolas religiosas ou que funcionavam em locais religiosos. Pereira (1996) aponta a existência do Colégio Camargo, da Escola Santo Antonio, do Colégio Nossa Senhora do Monte Serrat⁹² e da Escola de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro⁹³. Dessas, apenas as duas últimas permaneceram em funcionamento por cerca de vinte anos, as demais aparentemente tiveram duração efêmera.

Costa e Silva Sobrinho (1957) reforça a existência do Colégio Nossa Senhora do Monte Serrat⁹⁴, mencionado por Pereira, e acrescenta que era para ambos os sexos. Segundo ele, na Escola Santo Antonio, o Padre Francisco Gonçalves Barroso dava aulas de português, francês, latim, alemão, inglês, italiano, geografia, história e aritmética.

Trindade, ao traçar o panorama educacional da cidade de Santos em 1912, relata que, das escolas que funcionavam em locais religiosos criadas ainda no século XIX, restava apenas a Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro fundada em 1888. Deixa de ser mencionada por Trindade a Escola Paroquial Nossa Senhora do Rosário, fundada em 7 de janeiro de 1907, que funcionava na Igreja do Rosário com atendimento a meninos e meninas.

Esses autores, embora utilizem o nome “escola”, referem-se às escolas com apenas uma sala de aula. Já as escolas confessionais abertas a partir de 1902 abrigavam várias classes de alunos. Há indícios de que as iniciativas de criação de classes em locais religiosos se manteve como alternativa para a instrução primária enquanto a oferta do ensino público e particular ainda era incipiente na cidade.

Com relação à instrução de crianças pobres, devemos nos reportar à existência da escola do Asilo de Órfãos, funcionando regularmente desde 1890 sob a direção das religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria. Como já foi mencionado no capítulo anterior, em 1889, violenta epidemia de febre amarela vitimou um número muito grande de moradores, a maioria pessoas pobres, muitas delas imigrantes oriundos da Europa em busca de trabalho. A

⁹² Funcionava nos salões da Venerável Ordem Terceira do Carmo

⁹³ Funcionava no Convento Santo Antonio, no Largo Monte Alegre, e a diretora era Mariana Rosina Hamberger.

⁹⁴ O professor era João de Carvalho Anta.

morte dos adultos deixou muitas crianças órfãs, levando-as a permanecer nas ruas prejudicando a circulação de pessoas e mercadorias, o que ia contra a ideia que se impunha de que a rua era um espaço público no qual as pessoas deveriam transitar.

No final do ano, devido à escassez dos recursos e às dificuldades em administrar os funcionários leigos contratados, o Presidente, Carvalho de Mendonça, com a aprovação da diretoria, resolveu delegar a administração do Asilo e a educação das crianças dos dois orfanatos existentes no prédio, masculino e feminino, às religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria. As Irmãs, vindas de Porto Alegre, assumiram suas funções em fevereiro de 1890. As religiosas passaram a determinar as rotinas, ministrando a educação formal e informal. Inicialmente a escola atendeu alguns alunos externos. Em 1898, o Asilo foi transferido para um novo prédio no bairro do Macuco. Durante todo esse tempo a escola funcionou nos moldes de uma escola isolada. Em 1909, evidenciando as mudanças na forma de pensar a educação que vinham ocorrendo na cidade, foi aprovado um novo Regimento Interno que introduziu o ensino simultâneo, sendo os internos divididos em cinco séries. Foi criado, também, um Jardim da Infância.

Pereira (1996) menciona a existência, antes de 1902, de escolas ligadas a colônias de imigrantes. O Real Centro Português e o Centro Espanhol foram fundados em 1895 com fins de beneficência, instrução e recreação e, com os mesmos propósitos, foi fundada a Società Italiana de Beneficenza em 1897. Essas três entidades ofereceram aulas ainda no século XIX, mas há necessidade de maiores pesquisas sobre o ano de criação das classes e a duração das mesmas.

Segundo essa mesma autora, em 1909, o Centro Espanhol possuía uma escola preliminar, mista, com 30 alunos, com frequência de 15, e a escola da Società Italiana de Beneficenza era mista, com dois professores e 115 alunos.

Segundo Pereira (1996), em 1910, o Real Centro Português possuía um curso primário e uma escola de música. A escola já estava em funcionamento em 1902 e suas aulas estavam sob regência de Alberto Veiga⁹⁵ e José Antonio Correa. Sóter de Araujo, como inspetor literário, assistiu a aulas ministradas pelo segundo professor, “tendo ocasião de ver os alunos exibirem

⁹⁵ Pertencia à Maçonaria.

ótimas provas de leitura, etc, notando que todos eles dão provas de adiantamento, tendo essa visita causado agradável impressão pela boa direção que existe por parte dos professores”⁹⁶.

Segundo Trindade (1912), em 25 de maio de 1890, foi criada a Sociedade União Operária da Santos. Pereira (1996) aponta que, criada com fins de instrução e beneficência, ofereceu aulas noturnas a partir daquele mesmo ano, mas a escola acabou fechando. Em 1900, as aulas noturnas retornaram. Em 1906, passou a oferecer aulas diurnas para o sexo masculino e, em 1908, para o sexo feminino, sempre com um número razoável de alunos, que eram filhos de comerciantes e de trabalhadores menos qualificados.

Esta mudança na procura da escola parece indicar que as representações sobre a necessidade de instrução vinham se modificando na cidade. Ademais, a procura de estudo para as meninas mostra que novas demandas estavam surgindo no espaço urbano com relação às mulheres. Os trabalhadores percebiam a crescente necessidade de qualificação para o trabalho.

A Maçonaria, através da Loja Brás Cubas, inaugurou uma escola primária noturna em 7 de setembro de 1902, que funcionava na Rua Ipororó, nº1. Presidiu a inauguração o venerável da Loja, o jornalista Olímpio Lima, compondo a mesa principal: Raimundo Sóter de Araújo, Inspetor Literário, Alberto Veiga, representante do jornal *O Oriente* e Pereira Guimarães, da Loja Fraternidade. Por ser noturna, a escola se destinava aos alunos trabalhadores.

Durante esse período, os sindicatos de trabalhadores criados na cidade investiram na instrução de seus associados. Em abril de 1904, os trabalhadores da construção criaram a Sociedade Primeiro de Maio. Em ofício dirigido à Câmara⁹⁷ relataram ser sua intenção, além de cuidar dos direitos de seus afiliados, criar um biblioteca e proporcionar aulas aos associados.

Em agosto do mesmo ano, foi criado um segundo sindicato, a Sociedade Internacional União dos Operários, constituída, em sua maioria, por trabalhadores ligados ao café (GITAHY, 1992). Em ofício dirigido à Câmara, sua diretoria comunicou que ficou definitivamente instalada em 28 de agosto e que buscava “promover o adiantamento cultural e moral de seus membros, defender seus interesses e direitos, e garantir-lhes o livre exercício das suas profissões”⁹⁸. Esse

⁹⁶ Ata da Câmara de 16 de abril de 1902.

⁹⁷ Ata da Câmara, de 22/06/1904.

⁹⁸ Ata da Câmara, de 14/09/1904.

sindicato solicitou⁹⁹, à Câmara, que lhe fosse consignada, no orçamento do ano seguinte, uma subvenção em auxílio à escola de instrução primária que mantinha e pretendia desenvolver, no que foi atendido.

Em 1907 a Federação Operária fundou uma escola de instrução primária. Passou também a oferecer curso de desenho e formou um grupo dramático.

A mobilização dos operários e dos sindicatos no sentido de oferecer instrução primária em paralelo àquela oferecida pelo município pode ser compreendida de duas formas: por um lado, a necessidade de capacitar seus associados para as novas demandas do trabalho, por outro, controlá-los ideologicamente, uma vez que o movimento operário estava se fortalecendo na cidade.

Aparentemente na tentativa de se contrapor às influências dos sindicatos, os diretores da Companhia Docas de Santos criaram, em 1905, a Associação Beneficente Docas de Santos que tinha entre seus objetivos o de “criar escolas de ensino primário, secundário e profissional para os sócios e filhos” (SANTOS SILVA, 1930, p. 3). Eleito Presidente da associação, o engenheiro e funcionário daquela Companhia, Victor de Lamare foi o responsável pela implantação da Escola Docas, destinada a atender os funcionários da empresa e seus familiares, considerando que levantamento preliminar havia indicado existirem mais de 150 pedidos de matrículas nas diversas classes.

Em 1908, foi inaugurada a Escola Docas de Santos, cujas aulas começaram a ser ministradas no prédio da Associação¹⁰⁰ no dia 5 de janeiro. A escola oferecia um curso diurno masculino¹⁰¹ e também um curso masculino noturno¹⁰². A classe feminina começou a funcionar no dia 1º de agosto do mesmo ano. Ainda nesse ano, em junho, foi criada mais uma classe na seção de Itatinga, onde ficava a usina de energia da Companhia Docas. Em 1909, foi aberta outra classe em Pelaes. As matrículas foram significativas no ano de sua fundação. Matricularam-se 120 alunos no curso noturno, 50 no diurno e 31 alunas na classe feminina.

⁹⁹ Ata da Câmara, de 21/09/1904.

¹⁰⁰ O mobiliário da escola foi doação dos principais sócios da Companhia Docas de Santos, Cândido Gafre e Guilherme Guinle.

¹⁰¹ O professor era Luiz Gonzaga de Oliveira Costa.

¹⁰² O professor era Delfino Stockler de Lima, lente na Academia de Comércio de Santos.

A instrução primária, necessária ao trabalho qualificado na Companhia Docas, passou a ser ministrada aos funcionários e familiares de seus empregados, sugerindo a intenção de que fosse criado nos mesmos reconhecimento com relação à empresa. Pelo número de funcionários que possuía, concorrer com escolas dos sindicatos era uma tentativa de neutralizar os movimentos operários.

Reforçando o número de escolas, nesse mesmo ano, o Ministério da Marinha decidiu-se pela implantação de uma Escola de Aprendizes de Marinheiro na cidade. A Câmara aprovou a iniciativa e destinou verba para auxiliar na sua instalação, que se deu no dia seis de julho de 1908.

Ainda em 1907 foi proposta a criação de uma escola de instrução primária na cadeia pública da cidade “destinada ao ensino dos respectivos presos, observado o programa sugerido nas escolas municipais”. O projeto de lei proposto pelo vereador Francisco Hayden previa, inclusive, a montagem de uma “pequena biblioteca, destinada à leitura e desenvolvimento da instrução dos detentos”¹⁰³ nesse espaço.

Outra escola inaugurada em Santos nesse período foi o Instituto D. Escolástica Rosa, internato destinado à moradia e profissionalização de meninos órfãos ou desvalidos. Esta instituição, também gratuita, foi criada em 1908, por desejo de João Otávio dos Santos, rico comerciante local. Solteiro, sem herdeiros, em testamento datado de 12 de dezembro de 1899, expressou o desejo de que fosse criado um “instituto destinado à educação intelectual e profissional de meninos pobres semelhante ao D. Ana Rosa, existente na capital deste Estado, e que se denominará Instituto D. Escolástica Rosa”, nome de sua falecida mãe.

Seu testamenteiro foi o amigo dele, Julio Conceição¹⁰⁴, responsável pela construção ou aquisição de um prédio que abrigasse a escola. Este deveria ser repassado à Santa Casa de Misericórdia de Santos, assim como seus bens, que seriam empregados na criação e manutenção da escola. Atendendo seu desejo, Julio Conceição tomou as providências expressas no testamento e, após um longo período de deliberações, decidiu-se, em 1904, que o prédio fosse erigido no bairro da Ponta da Praia em Santos. O projeto da escola foi encomendado ao escritório de Ramos

¹⁰³ Ata da Câmara de 22/10/1907.

¹⁰⁴ Julio Conceição nasceu em Piracicaba em 1864. Veio jovem para Santos, tendo atuado no comércio cafeeiro. Pertencia à maçonaria. Foi vereador e era presidente da Câmara por ocasião da proclamação da República. Faleceu em Santos no dia 10 de dezembro de 1933.

de Azevedo em São Paulo. O Instituto D. Escolástica Rosa foi inaugurado e entregue à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos no dia 1º de janeiro de 1908.

O primeiro diretor da escola foi o Juiz de Direito aposentado, Francisco Xavier Moretz-Sohn¹⁰⁵, que havia sido diretor do Colégio Culto à Ciência em Campinas entre 1874 e 1878, além de fundador do Colégio Moretz-Sohn na capital do Estado. Dois anos após assumir o cargo, em 24 de junho de 1910, faleceu. Artur Porchat de Assis¹⁰⁶, irmão de Adolfo Porchat de Assis e também professor do Liceu, substituiu-o. Atendendo a determinações expressas no testamento, passou a residir em casa situada no terreno da escola com sua família.

Pelas determinações do idealizador, a matrícula deveria ser de meninos com mais de 9 e menos de 14 anos de idade, os quais seriam desligados dos pais ou tutores no ato de matrícula. Era também seu desejo que os meninos não fossem submetidos a castigos físicos, recebessem enxoval completo e freqüentassem, obrigatoriamente, além das aulas do curso preliminar, pelo menos uma oficina profissionalizante de acordo com sua vocação. Foi prevista, também, a criação de uma banda de música. O tempo de escolarização seria de quatro anos e os alunos só poderiam ser desligados do Instituto por doenças que prejudicassem sua aprendizagem, por mau comportamento ou pelo término do curso.

O Regimento Interno, em seu artigo 19, previa que fossem oferecidos *curso preliminar e cursos práticos*. As matérias do curso preliminar seriam:

a) leitura e caligrafia; b) língua portuguesa, exercícios de composição, regra gramatical e lógica; c) noções de geografia geral e, muito em particular, estudos de história e geografia do Brasil; d) numeração, operações sobre frações, números inteiros e decimais, frações ordinárias e decimais, sistema métrico, noções de proporções, de quadrado, de cubo e de desenho linear; e) ensinos ou

¹⁰⁵ Francisco Xavier Moretz-Sohn era pai de Luiz Porto Moretz-Sohn, Juiz de Órfãos da cidade naquele período.

¹⁰⁶ Arthur Porchat de Assis era bacharel em Direito. Nasceu em Santos no dia 13 de agosto de 1863. Foi Promotor Público em Limeira, cidade na qual permaneceu por alguns anos. Retornou à Baixada Santista no início do século XX e tornou-se Consultor da Câmara Municipal de Santos. Era membro do Conselho de Ensino de Bruxelas. Em 6 de outubro de 1902 passou a acumular os cargos de advogado da Câmara de Santos e de oficial da Secretaria da Intendência Municipal. Irmão de Adolfo Porchat de Assis, cunhado de Diva de Lamare Porchat de Assis e concunhado de Victor de Lamare, tinha experiência em educação já que, desde 1905, foi o professor responsável pelas disciplinas Pedagogia e Metodologia no Liceu Feminino Santista. Em 1915, para uso de suas alunas, futuras professoras, publicou a obra *Eduquemos – um manual para a formação de professores*, no qual expôs suas ideias sobre a educação usando, para fundamentar seu pensamento, autores como Claparède e Froebel. Lecionou no Liceu até 1919.

regas de boa educação, de sentimentos afetivos e compassivos, de temperança, de civismo e doutrina cristã; f) lições de coisas; g) ensino de natação, ginástica – com especialidade a sueca, manobras militares, tiro ao alvo, esgrima e outros exercícios aconselhados pela higiene; h) ensino de música e solfejo; i) noções de história natural, física e química aplicadas. (CONCEIÇÃO, 1908 *apud* SILVA, 2010, p. 25)

Foram previstos dois tipos de *cursos práticos*: agrícola e profissional. No *curso agrícola*, os alunos aprenderiam noções de geologia, botânica, zoologia aplicadas à agricultura tropical, em especial à jardinagem, fruticultura, horticultura, avicultura e apicultura. Não se tem notícias sobre a efetivação do curso agrícola.

O curso profissional constaria do ensino de escrituração mercantil e industrial; mecânica; eletricidade; tipografia, impressão e encadernação; alfaiataria; pintura comum; carpintaria e marcenaria; serralheria; funilaria; sapataria e selaria; vidraçaria; arte de cabelereiro; arte culinária; serviços domésticos (copa). Entretanto, nem todos os cursos profissionais foram oferecidos. Em 1912, eram oferecidos apenas os de alfaiataria, sapataria, carpintaria e marcenaria (TRINDADE, 1912).

Chegamos a 1908, com um número de escolas muito superior ao existente em 1902. No período compreendido entre 1902 e 1908, portanto, foram criadas vinte e três escolas municipais, um Grupo Escolar Municipal, o Grupo Escolar “Barnabé”, um Liceu para a formação de professoras, escolas maternais, uma Academia de formação para o comércio, um instituto para profissionalização de meninos pobres, um colégio confessional para meninas e outro para meninos, escolas destinadas ao operariado, além de várias escolas particulares leigas destinadas a atender pessoas de diferente poder aquisitivo. Foram escolas públicas e particulares, pagas e gratuitas, de instrução primária ou profissionalizantes. Com relação aos espaços escolares pré-existent, foram reabertas escolas de várias entidades beneficentes e foi dada forma escolar à do Asilo de Órfãos. Os presos também ganharam uma escola.

Não devemos nos esquecer que Santos recebia continuamente, graças às oportunidades de trabalho braçal, imigrantes e negros cujos comportamentos não eram aceitos pela elite intelectual. A população da cidade crescia assustadoramente. Entre 1886 e 1900 o aumento foi da ordem de 8,8 por cento ao ano (SOARES, 1984, p. 100). A proximidade do cais favorecia a

prostituição. Os cortiços, as epidemias, os hábitos rudes da população de Santos no final do século XIX precisariam ser esquecidos. Novas ameaças surgiam com o fortalecimento da união entre os trabalhadores através de inúmeras greves¹⁰⁷. Era necessário, para uma cidade que era porta de entrada para os estrangeiros, causar melhor impressão sobre o país.

Por outro lado, mudanças nas formas de trabalho demandavam pessoas que fossem capazes de ler e escrever e de se comportar apropriadamente. Havia a concepção de que escolarizar essa população e seus filhos era uma forma de prepará-la para a nova cidade que havia sido criada.

Moraes (2006) aponta que, segundo o ideário republicano, a instrução deveria beneficiar a erradicação da ignorância, o encaminhamento profissional e a criação de uma opinião pública, já que a intenção era que o novo regime fosse um governo do povo. Entre os republicanos havia a crença na capacidade de a educação “regenerar, moralizar, disciplinar e unificar as diferenças” (VEIGA, 2007, p.405). Poderemos acompanhar a concretização dessas aspirações através das iniciativas relacionadas à educação na cidade de Santos.

Esse período foi importante não só pelo aumento do número de escolas, mas também pela aproximação de alguns intelectuais que constituíram uma rede ligada às iniciativas educacionais. As intervenções feitas no Asilo de Órfãos podem ser entendidas se levarmos em conta as ligações entre esses intelectuais e as modificações da cidade.

¹⁰⁷ Para conhecer melhor sobre as greves na cidade de Santos, consultar Gitahy (1992).

PARTE II - O ASILO DE ÓRFÃOS DE SANTOS E A NOVA CIDADE

Figura 1. Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida em 1914.
(Em pé, à esquerda, Victor de Lamare; sentado, à esquerda, João Manuel Alfaya Rodrigues; os demais são Arlindo Aguiar Junior, Álvaro Bittencourt e Eduardo Machado)
(Fonte: AG-ICM - Acervo Iconográfico)

3. ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA: MUDANÇAS NA GESTÃO

Em 1908¹⁰⁸, como se dava anualmente, foi convocada a Assembleia Geral da Associação Protetora da Infância Desvalida para a escolha de treze Conselheiros, com a presença de apenas dez sócios¹⁰⁹. Por unanimidade de votos, entre os escolhidos estavam Ulrico Mursa e Victor de Lamare, engenheiros da Companhia Docas de Santos. A admissão desses engenheiros na Associação Protetora da Infância Desvalida havia ocorrido de forma inusual em fevereiro daquele ano. Não consta da ata de reunião do dia em que foram aceitos quem foi o proponente, como previam os estatutos e como era o costume. O motivo da escolha não foi registrado em ata.

Eleitos em Assembléia Geral os Conselheiros, na reunião destes para a escolha da Diretoria, estiveram presentes apenas nove. Almeida de Moraes foi reeleito Presidente, Ulrico Mursa, Vice-Presidente e Victor de Lamare, Primeiro-Secretário. Todos os três receberam oito votos, o que sugere ter sido uma eleição “de cartas marcadas”.

Podemos acreditar que a escolha deles para a diretoria pudesse ser apenas resultado da esperança de que resolvessem os problemas financeiros enfrentados pela Associação Protetora da Infância Desvalida. Eram engenheiros da Companhia Docas responsáveis pela construção do cais de atracação, pela construção da infra-estrutura necessária ao seu funcionamento segundo os princípios da eficiência, já que trabalhavam para uma empresa com fins lucrativos. Talvez houvesse a esperança de que poderiam trazer a mesma racionalidade técnica à administração da Associação Protetora da Infância Desvalida.

Podemos também atribuir a entrada para a diretoria de altos funcionários da Companhia Docas à necessidade de união dos empresários locais com esta como forma de enfrentamento do crescente movimento operário. A Companhia Docas, a princípio vista como uma intrusa nos negócios da cidade, possuía grande poder junto ao governo federal e era interessante unir forças a

¹⁰⁸ Dia 3/05/1908.

¹⁰⁹ Presentes: Almeida de Moraes, Joaquim Fernandes Pacheco, Dr. Manoel Galeão Carvalhal, Carlos Weber, Bernardo Gonçalves da Costa, Carlos Luiz de Affonseca, Benedicto Pinheiro, Arthur Thomaz Coelho, Carlos A. de Vasconcellos Tavares e Francisco Máximo de Oliveira.

ela. Apesar dessas cogitações, o motivo principal, conforme veremos adiante, pode não ter sido esse.

Por outro lado, a aceitação do desafio por parte dos engenheiros pode ser atribuída à representação que essa categoria tinha de si mesma. “[...] O processo de modernização que se intensificava a partir de meados do século [XIX] serviu de base sobretudo à constituição de sua identidade [engenheiros] específica enquanto *intelectuais*, no sentido de portadores de uma determinada visão explicativa da sociedade brasileira e de um projeto próprio no qual eles se auto-reconheciam como agentes diretos desta modernização” (KROPF, 1996, p.76-77).

Ulrico Mursa, eleito Vice-Presidente em maio de 1908, passou a ocupar o cargo de Presidente em maio de 1909. No ano seguinte, afastou-se da Diretoria. Victor de Lamare, que ingressou na Diretoria como Primeiro Secretário em 1908, tornou-se Vice-Presidente em 1909 e foi eleito Presidente no ano seguinte, tendo permanecido neste cargo até afastar-se definitivamente por motivo de doença no início de 1945.

Na época, Ulrico Mursa era o engenheiro superintendente e Victor de Lamare um dos engenheiros chefes da Companhia Docas de Santos. Candido Gafrè e Eduardo P. Guinle, seus maiores acionistas, haviam sido admitidos como sócios do Clube de Engenharia (criado em 1880) em 1882 e 1886, respectivamente. Em 1909, faziam parte da Diretoria como sócios beneméritos. O Clube de Engenharia, segundo Kropf (1996, p. 73), “pretendia diferenciar-se pela atenção preferencial às questões práticas que envolviam o exercício e os interesses da profissão” e cuja trajetória foi construída e identificada com a “promoção do progresso e da modernização da sociedade brasileira”. Ulrico Mursa havia se afiliado em 1896 e Victor de Lamare¹¹⁰ em 1902, o que indicava compartilharem ideias acerca de seu papel como engenheiros na construção da sociedade.

Segundo Kropf

Afirmando-se como portadores de um saber supostamente objetivo e demonstrável em seus encadeamentos, capaz de desvendar os princípios que regem não só o mundo da natureza, mas também o mundo da sociedade [...] os engenheiros construíam sua identidade em oposição ao que, segundo eles, apresentava-se como o condenável

¹¹⁰ Victor de Lamare, formado engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi admitido na Companhia Docas em 1895.

predomínio de uma cultura fundada na valorização da retórica e do saber livresco, em detrimento da observação criteriosa das condições concretas da realidade social (KROPF, 1996, p. 80).

A concepção de engenheiros, como eles, formados no Rio de Janeiro, sobre o papel que tinham no processo de modernização foi analisada por Kropf (1996, p. 76):

[...] o processo de modernização que se intensificava a partir de meados do século XIX significou não apenas o alargamento do campo de inserção profissional da categoria dos engenheiros, mas serviu de base sobretudo à constituição de sua identidade específica enquanto *intelectuais*¹¹¹, no sentido de portadores de uma determinada visão explicativa da sociedade brasileira e de um projeto próprio no qual eles se auto-reconheciam como agentes diretos desta modernização.

Se para esses engenheiros fazia sentido assumirem a direção de um Asilo, podemos questionar a razão da escolha desses e não de outros profissionais da Engenharia. Podemos também tentar entender o motivo pelo qual a Associação Protetora da Infância Desvalida permitiu que assumissem cargos em sua diretoria. Na tentativa de compreensão de sua admissão e de sua escolha para comporem a diretoria, será feita uma retrospectiva da história do Asilo de Órfãos e da Associação Protetora da Infância Desvalida, sua mantenedora.

O Asilo foi criado em 1889, por ocasião de uma grave epidemia de febre amarela. Naquela época, Santos ainda não havia sido saneada, o porto ainda funcionava precariamente, imigrantes chegavam, muitos para substituir os escravos na lavoura cafeeira, e outros fixavam residência na cidade quando trabalhavam em atividades ligadas ao porto. Os que aqui permaneciam abrigavam-se em cortiços infectos e superpopulosos.

Como resultado daquela epidemia, muitas crianças ficaram órfãs. José Xavier Carvalho de Mendonça, Juiz de Órfãos, e Aureliano Coutinho Nogueira da Gama instalaram, inicialmente em uma casa alugada, um Asilo Provisório, para o qual foram trazidas muitas crianças estrangeiras (muitas delas da mesma família), cujos pais foram vitimados pela doença.

Carvalho de Mendonça convocou uma reunião realizada em 21 de abril daquele ano, à qual compareceram sessenta e um homens. Nela foi decidida a criação da Associação Protetora da Infância Desvalida, nome sugerido por Carvalho de Mendonça, para assumir a

¹¹¹ Grifo da autora.

responsabilidade pela manutenção do Asilo. Na ocasião foi escolhida uma Comissão de Instalação com cinco membros¹¹² (entre eles os idealizadores da mesma), responsável pela elaboração dos Estatutos, arrecadação de donativos e escolha de um imóvel apropriado para o Asilo. Os Estatutos foram discutidos em Assembleia Geral realizada no dia 5 de maio e a eleição da primeira diretoria ocorreu no dia seguinte, quando foi escolhido Carvalho de Mendonça para Presidente. A solenidade de instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida foi realizada no Teatro Guarani no dia 13 de maio daquele ano.

Em meados do ano as crianças foram transferidas para um novo imóvel na mesma rua, doado¹¹³ à Associação Protetora da Infância Desvalida, no qual permaneceu por aproximadamente dez anos. Quando a ampliação das instalações foi necessária, a esse imóvel foi incorporado outro, vizinho e, posteriormente, um terreno nas mesmas condições.

Inicialmente foram contratadas pessoas leigas para cuidar do Asilo, substituídas, no ano seguinte, pelas religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria a quem foi entregue a direção dos dois orfanatos, masculino e feminino, e atribuída a responsabilidade pela educação dos internos. Às religiosas foi dada autonomia com relação às formas de educar, alimentar, vestir os asilados e à disciplina interna do estabelecimento.

O contrato que só foi feito por carta, consistia em que as irmãs se encarregassem do cuidado interno, educação e instrução dos órfãos e a Associação cuidaria do externo e despesas da casa, dando como gratificação a mensalidade convencionada e, além disto, casa, cama, móveis e comida. A Rvma Priora Geral não exigiu um contrato formal e escrito. (CRÔNICAS I, 1908, p.1-3)

As religiosas, governadas por uma Superiora Geral, dividiam entre si as responsabilidades. Algumas se ocupavam prioritariamente da infra-estrutura do Asilo, atuando como cozinheiras, lavadeiras e outras, como professoras. Estas, auxiliadas por internas mais habilitadas, ministravam instrução às crianças.

¹¹² Fizeram parte da Comissão de Instalação: Julio Conceição, Coronel Proost de Souza, João Carvalhal, Saturnino Cândido Gomes e João Nepomuceno Freire Junior.

¹¹³ Doado por Eduardo Ferreira e sua mãe, a Viscondessa do Embaré.

Desde sua criação, o Asilo esteve instalado na Rua Xavier Silveira, junto ao porto. Com a construção do cais, aquela rua foi se tornando imprópria para a permanência das crianças e das religiosas. Em 13 de maio de 1898 o Asilo foi instalado em um imóvel com capacidade para abrigar 150 internos, mas em uma região distante, a Vila Macuco, na Avenida Taylor. Esta mudança de endereço pode ser interpretada como o desejo de “esconder” uma instituição criada no derradeiro ano do Império e testemunha de uma época que se pretendia esquecer: a das epidemias.

Figura 2. Mapas de Santos com a localização (círculo) do Asilo de Órfãos. (Fonte: FAMS-Acervo Iconográfico)

Podemos, pelos mapas acima, estimar a distância¹¹⁴ entre o novo prédio do Asilo de Órfãos (local assinalado com um círculo) e o centro urbano. Distante dos olhos da cidade, o Asilo de Órfãos ganhou “invisibilidade”. Mesmo as reuniões da Diretoria e do Conselho da Associação Protetora da Infância Desvalida eram realizadas no centro comercial. Esta só era rompida pela eventual chegada da Piora Geral, vinda de Porto Alegre, ou de alguns padres que

¹¹⁴ A distância entre esse prédio e o centro urbano, durante muitos anos, era tal que as religiosas tinham dificuldades para conseguir padres que as atendessem espiritualmente.

esporadicamente apareciam por lá. Mesmo nesses momentos o foco era o atendimento espiritual às religiosas que lá viviam¹¹⁵.

Figura 3. Asilo de Órfãos de Santos em 1902 (Fonte: AG-ICM - Acervo Iconográfico)

O Asilo de Órfãos foi se tornando cada vez mais uma “instituição total”, na forma descrita por Goffman¹¹⁶ (1974). A enorme distância, coberta por um solo arenoso, servia de barreira entre ele o mundo externo. Além dos religiosos, médicos e dentistas voluntários faziam o contato entre o Asilo com o mundo externo. Havendo no prédio uma enfermaria, era aquele o espaço destinado à recebê-los.

Segundo nos aponta Goffman (1974, p. 91), nas instituições totais, no recinto destinado às visitas,

¹¹⁵ Como forma de ter um religioso que prestasse atendimento espiritual às religiosas, a Superiora Geral da Congregação comprou um terreno próximo ao Asilo em 1905, e construiu nele uma residência, cedendo-a a uma ordem religiosa para que nela se instalasse um padre.

¹¹⁶ [...] seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico [...]. A tais estabelecimentos dou o nome de *instituições totais*. [...] (grifo do autor)

tanto a decoração quanto o comportamento geralmente estão mais próximos dos padrões externos do que dos predominantes nos locais em que o paciente [aqui o órfão] efetivamente vive. O que os estranhos vêem ajuda a reduzir a pressão que poderiam fazer contra a instituição.

Dessa forma, o contato com o mundo externo era apenas aparente. Com a expansão do bairro do Macuco, embrionário em 1894, a zona urbana passou a incluir o local ocupado pelo Asilo.

Em 1907, denúncias feitas através de um jornal local¹¹⁷ trouxeram a público algumas das práticas do Asilo de Órfãos, revelando à cidade o interior daquela instituição, incompatível com a racionalidade técnica e científica que vinha dominando o imaginário dos intelectuais. Foram feitas denúncias de que as religiosas castigavam os internos e não cuidavam apropriadamente de sua saúde, revelando uma instituição obsoleta para a nova cidade. Embora através de outro jornal, o *Diário de Santos*, essas denúncias tenham sido contestadas, a suspeita estava posta. O interior da instituição havia sido “revelado”. Na nova cidade “moderna” que havia começado a surgir, práticas antes compatíveis com a antiga cidade colonial deveriam ser substituídas por outras, atuais.

A população, pelo menos parte dela, havia começado a mostrar insatisfação e desconfiança quanto à gestão da Associação Protetora da Infância Desvalida instalada oficialmente em 13 de maio de 1889 e responsável pela manutenção do Asilo de Órfãos e também quanto às práticas vigentes naquele internato, ainda regido pelas mesmas regras do século anterior.

Referente à Associação Protetora da Infância Desvalida, seus estatutos previam a escolha anual, por meio de Assembleia Geral, do Conselho Geral responsável por eleger os cinco membros da diretoria. Dos quinze membros do Conselho Geral, dois não eram eleitos diretamente: um era indicado pela Câmara Municipal de Santos e outro pelo Juiz de Órfãos. Os membros do Conselho eram em geral pessoas ligadas ao comércio e bacharéis. Ao Conselho

¹¹⁷ Jornal *Cidade de Santos*, 01/07/1907.

Geral cabia a escolha da diretoria e deliberações relativas ao patrimônio e reformas dos documentos que regiam a Associação (Regimento Interno e Estatutos).

Havia dois tipos de internação no Asilo de Órfãos, a definitiva e a provisória. No primeiro caso, as crianças ficavam sob a responsabilidade do Asilo até que atingissem determinada idade ou até que fosse determinada sua saída. A internação provisória destinava-se ao acolhimento de crianças cujos pais estivessem hospitalizados ou impedidos temporariamente de cuidar delas ou que aguardavam o retorno ao país de origem dos pais a pedidos de consulados.

Durante quase vinte anos, várias crianças foram entregues a tutores, especialmente meninas órfãs de pai e mãe ou abandonadas. Cada pedido de tutela era estudado pela Diretoria e, se o solicitante de tutela fosse considerado com predicados suficientes para assumir a educação da criança, esta passava a residir com a família dele depois dos trâmites legais. Elas, quando “devolvidas”, eram encaminhadas a novos tutores. Essa prática revela a representação de que cabia ao Asilo cuidar dos internos até que outra pessoa pudesse assumi-los, e foi expressa na cerimônia de instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, pelas palavras de Carvalho de Mendonça, seu idealizador. O fundador do Asilo e da Associação, em seu discurso, disse que tinha esperança de que os órfãos pudessem “encontrar nas senhoras e cavalheiros desta terra outras mães e pais providentes do seu bem estar”¹¹⁸.

Coerentemente com esta representação, no período compreendido entre 1889 e 1908, ocorreram várias internações provisórias de crianças, como em casos de hospitalização de um dos progenitores ou a pedido de consulados.

Carvalho de Mendonça, na sessão da instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, destacou, com relação ao Asilo de Órfãos, que se tratava de uma “iniciativa particular desse país, onde o Governo nada provê”¹¹⁹. Apesar de ser uma “iniciativa particular” dos quinze membros do Conselho Geral, um era indicado pela Câmara Municipal de Santos e outro pelo Juiz de Órfãos. A inclusão desses representantes representava uma tentativa de participação do poder público que, aceita pelas autoridades, formalizou a aliança entre esse e a iniciativa particular.

¹¹⁸ Ata da sessão de instalação, 13/05/1889.

¹¹⁹ Idem.

Podemos identificar essa transferência de responsabilidade não apenas nesse caso, mas, posteriormente, através da destinação de verbas, pelas várias instâncias do governo, a entidades particulares. Recebiam verbas municipais o Asilo de Órfãos, o Asilo de Mendicidade, a Associação Feminina Santista, o Instituto Pasteur (este localizado em São Paulo) e várias outras instituições privadas. Recebiam verbas estaduais, entre outras instituições de Santos, a Academia de Comércio e o Asilo de Órfãos. Perissinoto (2010) nos aponta que, no período compreendido entre 1889 e 1930, foi implantada no Estado de São Paulo a Polícia Civil de carreira e deu-se a burocratização do Judiciário. Esse autor menciona que esse processo pode ser interpretado como o desejo de atribuir ao Estado o controle total dos recursos do governo, assim como ao partido que o comandava. Tratava-se de fortalecer o Poder Executivo, em detrimento dos poderes privados dos coronéis e demais forças sociais organizadas na sociedade paulista. Ele afirma também que “[...] as reformas burocratizantes promovidas ao longo do período em análise não produziram a imediata supressão das práticas políticas tradicionais da administração paulista, por outro lado, foram colocadas a serviço do processo de burocratização do Estado.” O poder privado dos coronéis estava subordinado à lógica estatal. Assim, a destinação de verbas atendia a interesses políticos, mas também viabilizava a organização do Estado de São Paulo para enfrentar novos desafios que se apresentavam, aos quais ainda não estava suficientemente preparado. Por outro lado, mantinha o alinhamento entre o PRP e o executivo estadual.

Até 1908, os membros da Associação Protetora da Infância Desvalida haviam se responsabilizado apenas pelo equilíbrio financeiro do Asilo e haviam lutado com dificuldades para isso. Dependendo da quitação das mensalidades pelos sócios, de donativos e de verbas públicas (que não chegavam regular e pontualmente), nem sempre a receita cobria as despesas. A Diretoria, frequentemente, precisou decidir quantas e quais crianças poderiam ser admitidas ou deveriam ser eliminadas, tendo em vista o repasse ou não de verbas. Assim, em 1902 o número de internos, que era de aproximadamente 150, foi reduzido para 130 e, em 1904, para 70, número incompatível com os pedidos de internação que aumentavam constantemente.

Em abril de 1906, havia assumido a Presidência da Associação Protetora da Infância Desvalida o Coronel Francisco Almeida de Moraes. O problema no recebimento de verbas continuava, além das quantias serem insuficientes para a manutenção do Asilo. Como agravante,

durante sua gestão foram admitidas várias crianças, número que chegou a 180 em fevereiro de 1908.

No ano anterior, Almeida de Moraes havia conseguido que a verba enviada pelo governo do Estado de São Paulo aumentasse de Rs15:000\$000 para Rs24:000\$000, valor ainda insuficiente para cobrir as despesas. A penúria em que se encontrava a instituição¹²⁰ motivou Benedicto Pinheiro, Presidente da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, a convocar uma reunião com a finalidade de ajudar o Asilo de Órfãos, expondo a fragilidade da gestão administrativa do Asilo pela Associação Protetora da Infância Desvalida. Conforme relatou o Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida, Almeida de Moraes,

foi nomeada uma comissão composta dos Srs. Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, Juiz de Direito da 1ª Vara, Frederico Junqueira e Coronel Francisco Correa de Almeida Moraes, Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida para angariarem donativos e, ao principiarem em sua incumbência, o Commercio angariou a importante quantia de Rs58:000\$000 cuja importância se acha em conta corrente com Theodor Wille & Cia¹²¹.

A quantia que a Sociedade conseguiu angariar junto ao comércio santista foi bem superior às verbas que o governo costumava destinar à instituição. Além de dinheiro, gêneros alimentícios foram doados por comerciantes. Campanha junto ao comércio, realizada na mesma ocasião, levou à admissão de 172 novos sócios. Eram tentativas no sentido de prover maiores recursos para as despesas.

As medidas no sentido de superação da crise, entretanto, eram paliativas, pois com uma despesa anual da ordem de Rs63:000\$000 e contando com apenas Rs48:000\$000 em verbas públicas, seria necessária uma arrecadação de mensalidades que propiciasse aproximadamente Rs15:000\$000 por ano.

Na tentativa de encontrar outras fontes de renda para a Associação Protetora da Infância Desvalida, Almeida de Moraes propôs que, com a verba arrecadada junto ao comércio, fossem construídos pequenos armazéns para negócios, junto ao cais, no terreno da Rua Xavier da Silveira

¹²⁰ O aumento da verba do governo do Estado de Rs15:000\$000 para Rs24:000\$000, mesma quantia enviada pela Câmara Municipal de Santos, permitia a previsão de uma receita anual de Rs48:000\$000.

¹²¹ Ata da Sessão de Conselho Geral de 13 de outubro de 1907.

onde ficava o palacete que havia abrigado anteriormente o Asilo. O aluguel desses armazéns poderia se constituir em outra fonte de renda para a Associação.

Nos fundos deste terreno havia outro na Rua Eduardo Ferreira, comprado para ampliar as instalações do Asilo. O Presidente propôs que, como forma de ajudar nas despesas da construção, a área fosse vendida, além de duas ações do Teatro Guarani¹²². A saída para as sucessivas crises financeiras parecia estar sendo encontrada, ou seja, a Associação Protetora da Infância Desvalida deveria procurar novas fontes de renda.

Assim, às denúncias envolvendo as religiosas e o tratamento que vinham dispensando aos internos, somaram-se os problemas financeiros. Havia também o fato de o preparo dos internos para a inserção social não vir atendendo às necessidades dessa nova cidade. Quando o Asilo de Órfãos foi criado, foi expressa a intenção de dar preparo profissional aos internos, mas isso não havia sido cumprido¹²³.

As meninas vinham aprendendo apenas a ler e escrever. Algumas aprendiam a costurar, bordar e cozinhar, mas mesmo essas habilidades não atendiam às novas regras atravessadas pela higiene e racionalização. As irmãs preocupavam-se mormente com o preparo espiritual das mesmas e a descoberta de “vocações”¹²⁴.

Enquanto o Asilo esteve “escondido” da cidade, isolado em um bairro despovoado, ficou esquecido por parte da população da cidade. Manteve-se presente, entretanto, para outra. Muitos operários, entre eles os afastados por doenças causadas pelo trabalho portuário, na impossibilidade de arcar com as despesas com a criação dos filhos, viam como saída sua internação. Autoridades “higienizavam” a cidade enviando para o asilo filhos de prostitutas e

¹²² O terreno da Rua Eduardo Ferreira foi comprado pela Sociedade Anônima Moinho Santista e as ações pela Santa Casa da Misericórdia de Santos.

¹²³ Um terreno foi oferecido por João Francisco de Sacramento Macuco à Carvalho de Mendonça, em 19 de abril de 1889, com 30 metros de frente para a Avenida Conselheiro Nébias e fundos para a Rua da Constituição, para que nele fosse construído o edifício do Asilo e suas dependências. A decisão da Associação Protetora da Infância Desvalida foi que, em tal espaço, devia ser instalado o orfanato masculino e as oficinas necessárias para o preparo dos meninos. Em agosto daquele ano a escritura foi lavrada. Em 1891 a Associação Protetora da Infância Desvalida concluiu sobre a impossibilidade de se construir o prédio, conforme pretendeu a diretoria anterior.

¹²⁴ Nos seus Livros de Crônicas o ingresso de moças na Congregação é registrado, assim como o nome que assumiram.

menores encontrados nas ruas. Para a população que tinha acesso aos jornais e que pretendia que a cidade adotasse modos considerados “modernos”, a descoberta de que havia uma instituição que havia “parado no tempo”, tanto no que se refere às práticas educativas, como à gestão, causou estranheza.

Em face de tudo isso e considerando-se que a cidade se renovava, a Associação Protetora da Infância Desvalida necessitava repensar a forma como vinha sendo administrada e os cuidados e a educação que vinha proporcionando aos internos. A saída para a crise parece ter sido encontrada na abertura da instituição à rede de sociabilidade à qual pertenciam Victor de Lamare e Almeida de Moraes.

3.1 Intelectuais de Santos e a educação

Victor de Lamare pertencia a um grupo de pessoas residentes em Santos que vinham tomando iniciativas com relação à educação. O que unia esses intelectuais, pelo que suas ações demonstram, era o desejo de uma educação mais condizente com a modernidade. Talvez possamos considerar as pessoas desse grupo como *intelectuais da educação*, cuja rede de sociabilidade possa ser entendida na forma proposta por Gomes (1993, p. 64),

como um conjunto de formas de conviver com os pares, como um ‘domínio intermediário’ entre a família e a comunidade cívica obrigatória. As redes de sociabilidade são entendidas assim como formando um ‘grupo permanente ou temporário, qualquer que seja seu grau de institucionalização, no qual se escolha participar’.

Em primeiro lugar, serão identificados os principais membros desse grupo. Além de Victor de Lamare, pertenciam ao grupo Adolfo Porchat de Assis, Raimundo Sóter de Araujo, Artur Porchat de Assis e Diva de Lamare Porchat de Assis. Os principais personagens periféricos do grupo foram Delfino Stockler de Lima, Benedito Calixto, Almeida de Moraes, Julio Conceição, Vicente de Carvalho, Azevedo Junior e Cesário Bastos.

Quase todos os principais membros desse grupo exerceram cargos de comando junto a algumas escolas. Adolfo Porchat de Assis foi diretor da Academia de Comércio de Santos até o ano de sua morte, 1933. Artur Porchat de Assis foi diretor do Instituto Dona Escolástica Rosa durante mais de 20 anos. Victor de Lamare foi Presidente da Associação Protetora da Infância

Desvalida de Santos desde 1910 até 1945. Victor de Lamare criou a escola Docas quando Presidente da Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos¹²⁵. Várias vezes retornou à Presidência, procurando melhorar as condições das escolas e ampliar o número de vagas. Diva de Lamare Porchat de Assis entrou para a Diretoria da Associação Feminina Santista, revezando-se com Elisa Sodré de Affonseca, Robertina Simonsen e Gertrudes Schmidt Whitaker na Diretoria do Liceu no período compreendido entre 1902 e 1920, portanto quase 20 anos. Raimundo Sóter de Araujo, o único que não dirigiu escolas, foi Inspetor Literário entre 1902 e 1908.

O quadro abaixo mostra a presença desses elementos nas instituições mencionadas:

Tabela 4. Presença do grupo de intelectuais nas escolas

	ADOLFO PORCHAT DE ASSIS	RAIMUNDO SÓTER DE ARAUJO	ARTHUR PORCHAT DE ASSIS	VICTOR DE LAMARE	DIVA DE LAMARE PORCHAT DE ASSIS
LICEU FEMININO SANTISTA	Professor	Professor	Professor	Professor	Conselheira (Diretoria)
ACADEMIA DE COMÉRCIO	Diretor e professor	Professor		Professor	
INSTITUTO “DONA ESCOLÁSTICA ROSA”	Médico e professor	Médico	Diretor		
ASILO DE ÓRFÃOS	Médico	Médico		Presidente	
ESCOLA DOCAS	Médico (Associação dos Empregados da Cia Docas de Santos)			Fundador da Escola (Presidente da Ass. dos Empr. da Cia Docas de Santos)	

Fonte: Construído pela autora, a partir da consulta a fontes primárias.

Alguns elementos do grupo mantiveram ligações com várias dessas instituições; Adolfo Porchat de Assis com todas as cinco instituições, Sóter de Araujo e Victor de Lamare com quatro

¹²⁵ Foi seu Presidente em 1906, 1907, 1909, 1911, 1921, 1922, 1923, 1928 e 1929.

e Artur Porchat de Assis com duas. Dessas pessoas, apenas Diva de Lamare Porchat de Assis permaneceu ligada a uma única instituição de ensino.

Outros fatos sugerem a existência de um projeto compartilhado de educação. Houve circulação de crianças entre essas instituições. Todo início do ano, a Associação Protetora da Infância Desvalida recebia da Santa Casa de Misericórdia de Santos a indicação do número de vagas disponibilizadas para novos internos. Os meninos escolhidos eram examinados naquele hospital e, se considerados aptos, eram matriculados no Instituto Dona Escolástica Rosa. As moças do Asilo de Órfãos que desejavam se tornar professoras estudavam gratuitamente no Liceu ao lado de alunas pertencentes a famílias tradicionais da cidade. Eram isentas do pagamento de matrícula, embora prestassem o exame de admissão como as demais. A primeira delas foi Estefânia Menezes que, admitida em 1908 e formada em 1913, foi contratada como professora da Escola Maternal do Liceu Feminino Santista¹²⁶ no ano seguinte, quando a Presidente era Diva de Lamare Porchat de Assis.

As crianças se visitavam em solenidades. Em 1917 as crianças do Asilo de Órfãos cantaram na festa de encerramento do ano letivo da Escola Docas. Na celebração do aniversário de morte de João Otávio dos Santos, as meninas do Asilo de Órfãos compareceram ao Instituto “Dona Escolástica Rosa” e depositaram uma coroa de flores em seu mausoléu.

Muitas vezes o Asilo de Órfãos utilizou os serviços da tipografia e da marcenaria do Instituto D. Escolástica Rosa. Adolfo Porchat de Assis e Raimundo Soter de Araujo, médicos do Asilo de Órfãos, também trabalhavam como tal no Instituto D. Escolástica Rosa. O hino do Instituto “Dona Escolástica Rosa” de 1930 tinha a melodia composta pelo maestro Aurélio Prado e, à semelhança do hino do Asilo de Órfãos, tinha letra de Martins Fontes.

Dessas pessoas, além das afinidades intelectuais, algumas possuíam parentesco. Adolfo Porchat de Assis era casado com Diva de Lamare Porchat de Assis, que, por sua vez, era irmã de Victor de Lamare. Artur Porchat de Assis era irmão de Adolfo Porchat de Assis.

¹²⁶ Outras meninas formaram-se professoras no Liceu e trabalharam no Asilo de Órfãos, como Alzira Ravazzani, Augusta Rodrigues, Carolina Monteiro.

Dos personagens periféricos do grupo, circularam pelas escolas Delfino Stockler de Lima e Benedito Calixto. Delfino foi professor da Academia de Comércio e da Escola Docas. Benedito Calixto de Jesus foi professor de desenho no Liceu Feminino Santista e da Academia de Comércio de Santos. Ambos participaram de bancas examinadoras do Asilo de Órfãos. Delfino chegou a ser Inspetor Municipal de Ensino e Diretor da primeira Escola Normal da cidade. Existem quadros do pintor Benedito Calixto no Asilo de Órfãos, no Grupo Escolar “Barnabé” e outros foram localizados na residência de Cesário Bastos em São Bernardo do Campo, outro personagem ligado ao grupo.

Entre os indivíduos periféricos temos políticos que apoiaram as iniciativas desse grupo. Uma dessas pessoas foi, como já apontado anteriormente, Francisco Corrêa Almeida de Moraes, presidente da Câmara entre 1902 e 1908 (período durante o qual Sóter de Araujo foi Inspetor Literário e pode instalar várias escolas no município). Foi iniciativa dele a encomenda do primeiro monumento da cidade dedicado a Brás Cubas¹²⁷, fundador de Santos, de cujo planejamento participaram os vereadores da Câmara Municipal de Santos. Uma leitura semiótica do monumento, feita por Andrade, talvez possa elucidar algumas das representações vigentes na época e compartilhadas pelos vereadores que o idealizaram¹²⁸.

Com oito metros de altura, valorizado num largo espaço, mostra o fundador vestido como cavaleiro fidalgo, de costas para o Outeiro, isto é, para o passado. Na base da estátua há um grupo de três figuras em mármore. Uma criança pequena, sentada, observa atentamente uma grande bússola marítima e representa a Navegação e o Povoado – nascendo junto e por causa do porto. De pé, um menino que segura o caduceu, simboliza o Comércio e a Medicina, numa referência à Santa Casa, a mais antiga e permanente instituição da cidade, depois da Câmara Municipal. A terceira figura é de um jovem de pé, ligeiramente coberto por um panejamento clássico, com o braço levantado, indica a estátua de Brás Cubas, que lhe está acima. O jovem segura um brasão decorado com a esfera armilar e a faixa enviesada, referência a José Bonifácio, o Patriarca. O jovem adolescente representa a cidade ainda em crescimento. Brás Cubas está com o rosto ligeiramente voltado para o lado, na direção onde a cidade se expandia, como se o fundador estivesse observando a cidade crescer. [...] o monumento representa toda a evolução histórica da cidade (ANDRADE, 1989, p. 141).

Almeida de Moraes era presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida e da Câmara Municipal de Santos quando Ulrico Mursa e Victor de Lamare foram admitidos como

¹²⁷ Planejado e executado em Gênova, por Lourenço Mazza, é de mármore branco de Carrara e bronze. Cartas foram trocadas entre os dois países até que se chegasse a um consenso sobre seus detalhes.

¹²⁸ O monumento foi inaugurado em 26 de janeiro de 1907.

sócios. Pode-se pensar na possibilidade de ter sido ele o responsável pelo ingresso desses engenheiros na Associação.

Outra pessoa também importante na consecução dos objetivos desse grupo, embora tenha permanecido *à sombra*, foi Julio Conceição. Um dos sócios-instaladores da Associação Protetora da Infância Desvalida, foi ele quem alugou o prédio para a instalação do primeiro grupo escolar estadual na cidade à Câmara Municipal, em 1900. Participou, em vários momentos, do Conselho de Intendência da cidade. Como Presidente da Sociedade União Operária, em 1902 cedeu salas para o funcionamento das escolas maternas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, depois Associação Feminina Santista, encomendando, na Europa, o material didático para uma dessas escolas.

Foi ele que, ao atender as disposições do testamento de seu amigo, João Otávio dos Santos, assumiu a construção do Instituto “Dona Escolástica Rosa”. Em 1908, entregou à Santa Casa de Misericórdia de Santos as instalações necessárias para o funcionamento do internato destinado à moradia e profissionalização de meninos pobres, especialmente os órfãos. Segundo Silva (2010, p. 25), redigiu o Regimento Interno desse internato. Em mais de uma ocasião recebeu a visita e os cumprimentos das crianças internas do Asilo de Órfãos. Em um Natal, ofereceu uma festa para todos os internos na sua residência; nessa festa natalina, além das iguarias, foram distribuídos presentes.

Outra pessoa muito importante para o grupo foi Vicente Augusto de Carvalho. Este intelectual foi contemporâneo de Julio de Mesquita na Academia de Direito do Largo de São Francisco, e de Luiz Porto Moretz-Sohn, que foi Juiz de Órfãos em Santos. Político combativo, fez parte, em sua mocidade, da Boemia Abolicionista, movimento forte na cidade responsável pela declaração de que Santos não aceitava mais a escravidão. Teve grande ligação com o movimento republicano santista. Publicou suas ideias em inúmeros jornais locais e no *O Estado de São Paulo*. Fazendeiro, passou alguns anos em Franca afastado da política¹²⁹.

Quando retornou a Santos em 1901, passou a lecionar no Liceu Feminino Santista, não sem antes participar da Comissão que elaborou os Estatutos da Associação Feminina Santista, entidade de cujo Conselho participou sua esposa, Ermelinda Mesquita de Carvalho.

¹²⁹ Do ano de 1891 a 1901.

Há fortes indícios de que ele servia de elo do grupo de intelectuais mencionado e o grupo republicano do *O Estado de São Paulo*, já que era cunhado de Julio de Mesquita e articulista daquele jornal, além de amigo pessoal de Euclides da Cunha (outro intelectual que escrevia no jornal e que costumava frequentar sua residência em Santos).

Vicente de Carvalho é mais conhecido em Santos como poeta, mas como político foi convidado por Bernardino de Campos a assumir o cargo de Secretário do Interior e, assim, tornou-se o primeiro secretário responsável pela educação do Estado de São Paulo. Foi responsável pelo encaminhamento do projeto de Regulamento da Instrução Pública em 1892. Participou, também, da elaboração da Constituição Municipal de Santos de 1894. O prosseguimento de sua carreira como advogado e político levou-o a se mudar novamente de Santos, mas nunca deixou de frequentar os mesmos locais que esse grupo de intelectuais, procurando-os sempre que vinha à cidade. Há registro de suas passagens pela cidade e pelo Asilo nas atas da Associação Protetora da Infância Desvalida.

Esse grupo recebia o apoio de políticos do Partido Republicano, como João Galeão Carvalhal, Cesário Bastos, Azevedo Junior e César de Vergueiro. João Galeão Carvalhal, advogado, foi influente vereador e deputado. Cesário Bastos foi um dos fundadores do partido em Santos, deputado e depois senador. Azevedo Junior foi vereador, deputado estadual e senador. César de Vergueiro foi deputado federal. Em diversas ocasiões, eles intercederam junto aos poderes públicos para conseguir liberação de verbas, fornecimento de livros escolares e cadernos. Quando em Santos, visitaram o Asilo de Órfãos.

A força política desses estadistas pode ser atribuída às mudanças na política brasileira, a partir do momento em que os governos militares de Marechal Deodoro e Floriano Peixoto deram lugar ao que se convencionou chamar “política do café com leite”. Os paulistas passaram a ter mais força de decisão quando a participação política de elementos oriundos dos estados de São Paulo e Minas Gerais aumentou.

Outra grande força ao grupo foi dada pela maçonaria. As primeiras Lojas Maçônicas de Santos, Harmonia, Humanidade e Sete de Setembro, foram fundadas na primeira metade do século XIX. A única Loja ainda existente na cidade, no final do século XIX, foi a Fraternidade de Santos, criada em cinco de janeiro de 1853. A partir dessa data, novas Lojas foram criadas, mas nem todas sobreviveram. Em 1912 houve a fusão das três Lojas existentes na cidade, Renascença

(resultante de uma fusão entre as Lojas Autonomia e Liberdade e Brás Cubas), Moderação e Cinco de Abril com a Loja Fraternidade, resultando na Loja Fraternidade de Santos.

Esta Loja tem se mostrado presente na criação e manutenção de certas instituições da cidade. Em agosto de 1904 fundou o Asilo de Mendicidade, hoje Asilo dos Inválidos. Em 1922, face às dificuldades financeiras que atingiam o Asilo Anália Franco, a Loja “encampou-o” com a reforma de seus Estatutos e de um novo Regimento, desvinculando-o de São Paulo. Em 1927, a Fraternidade de Santos inaugurou a sede provisória do Grupo Escolar Fraternidade no Macuco.

Dos membros centrais do grupo, pertenciam à maçonaria Adolfo Porchat de Assis e Raimundo Sóter de Lima. Dos personagens periféricos, sabe-se que Julio Conceição, João Galeão Carvalhal, Vicente de Carvalho e Delfino Stockler de Lima, também maçons.

Outra pessoa pertencente à maçonaria¹³⁰ responsável pela divulgação do que acontecia nessas escolas foi Olímpio Lima, proprietário do jornal *A Tribuna*, em cujas páginas foram divulgadas, inúmeras vezes, notas e fotos sobre a Academia do Comércio de Santos (depois Colégio José Bonifácio), sobre o Liceu, o Instituto Dona Escolástica Rosa, a Escola Docas e o Asilo de Órfãos. Além de matéria paga, referente à publicação dos donativos recebidos e relatórios anuais, o jornal publicou reportagens sobre solenidades, passeios e casamentos.

Algumas das escolas pelas quais circularam tinham a presença da maçonaria. Dos sessenta e um sócios-instaladores da Associação Protetora da Infância Desvalida, faziam parte da maçonaria, segundo foi apurado, os Irmãos: Américo Martins dos Santos, Ascendino da Natividade Moutinho, Ernesto Cândido Gomes, Francisco Martins dos Santos, João Francisco do Sacramento Macuco, João Galeão Carvalhal, Joaquim Xavier Pinheiro, Julio Conceição, Manoel Augusto de Oliveira Alfaia. Quando foi criado em 1889, o Asilo de Órfãos recebeu doações através de Julio Conceição do Grande Oriente Brasileiro, do Rio de Janeiro, e da Loja Estrela do Oeste, de Ribeirão Preto¹³¹. Desde sua fundação, em todas as diretorias eleitas, pelo menos um dos diretores era maçom.

O Asilo de Órfãos pertence à maçonaria. A partir de 1956, por determinação legal, passou a se chamar Casa da Criança de Santos. Pertenceu à Loja Fraternidade e hoje pertence à

¹³⁰ Ele era o Venerável da Loja Brás Cubas quando esta inaugurou uma escola de instrução primária noturna, em 1901.

¹³¹ Dinheiro proveniente da venda do jornal Poliantéa Ribeirão Pretense.

Loja D. Pedro I¹³², criada em 19 de abril de 1924, federada ao Grande Oriente do Brasil, com o número 1.133, e jurisdicionada ao Grande Oriente de São Paulo. Em seu edifício encontramos símbolos maçons como, no jardim, uma Pedra Bruta ao lado de outra Cúbica. No interior encontramos outros símbolos, como a Pirâmide.

O *site* atual da Associação Casa da Criança de Santos¹³³ relata que são seus associados todos os membros da “Benemerita, Benfeitora, Grande Benfeitora da Ordem, Cruz da Perfeição Maçônica, Augusta e Respeitável Loja Simbólica Dom Pedro I.” Além disso, diz que a Associação Casa da Criança de Santos “foi reconhecida como de Utilidade Maçônica, pelo Decreto nº 0204, de 24 de setembro de 1998, do Grande Oriente do Brasil¹³⁴”.

A maçonaria também esteve presente na criação da Associação Feminina Santista. O rompimento com a entidade de Anália Franco não foi aceito passivamente por todos na cidade. Carlos Escobar, professor normalista, acusou a maçonaria, através do jornal *A Tribuna*¹³⁵, de a haver tramado. Para a criação de uma nova entidade com estatutos próprios, foi nomeada uma comissão composta por Adolfo Porchat de Assis, Vicente de Carvalho, Luiz Porto Moretz-Sohn, Miguel Pregrave, Adolfo Millon e João Vicente Marcondes. Parece que Escobar tinha razão, pois Vicente de Carvalho, Adolfo Millon e Adolfo Porchat de Assis pertenciam à maçonaria, assim como os maridos de muitas das sócias.

A forma de ingresso das pessoas desse grupo na maioria das instituições também reforça as suspeitas de participação da maçonaria. A criação da Associação Feminina Santista, através do rompimento com Anália Franco, e a formação de uma comissão para elaboração dos Estatutos, com a participação de Adolfo Porchat de Assis e outros membros da maçonaria, além da permanência de suas esposas à testa da mesma por muitos anos sugerem isso.

A destituição do primeiro diretor da Academia do Comércio também causa estranheza, uma vez que, para que isso tenha acontecido, foi modificado o regulamento pela Câmara, mediante anulação de algumas cláusulas da lei que criou a escola; essa lei previa sua permanência

¹³² Uma das cláusulas do Regimento Interno da Loja aponta que todos os membros dela são sócios da Associação Casa da Criança de Santos.

¹³³ A Associação Protetora da Infância Desvalida teve seu nome alterado para Associação Casa da Criança de Santos em 1956, mas continua funcionando nas mesmas instalações.

¹³⁴ Endereço do *site*: <http://www.lojadpedro1.com.br/>.

¹³⁵ Jornal *A Tribuna* de 12 de dezembro de 1902.

no posto por pelo menos três anos e, logo em seguida a sua saída, assumiu Adolfo Porchat de Assis, sub-diretor.

A escolha de Artur Porchat de Assis, em substituição ao primeiro Diretor do Instituto “Dona Escolástica Rosa”, foi uma decisão tomada segundo certos critérios não bem conhecidos e claros. O fato de ser bacharel em Direito pode ter sido relevante na decisão, já que o primeiro diretor também era. Artur, porém, era praticamente desconhecido (embora nascido na cidade), pois viveu fora de Santos até quase a época em que foi nomeado para o cargo. Pode-se pensar ter sido importante para a escolha seu pertencimento a esta rede de solidariedade, assim como a influência, em favor do seu nome, de Julio Conceição.

A forma como Victor de Lamare e Ulrico Mursa, apesar de não pertencessem à maçonaria, ingressaram na Associação Protetora da Infância Desvalida em 1908 e logo assumiram cargos de comando também é estranha. As propostas para sócios costumavam ser analisadas nas reuniões de Diretoria e constarem em ata. No caso deles, a ata registra apenas que ingressaram como sócios. Isto se deu pouco antes da realização da Assembleia Geral destinada a escolher o Conselho Geral. Sendo uma instituição mantida pela Maçonaria e frequentada por maçons, como Adolfo Porchat de Assis e Raimundo Sóter de Araujo, tudo indica que a decisão tenha sido tomada em outra instância.

A posterior fusão entre a direção da Associação Protetora da Infância Desvalida e o Asilo de Órfãos, promovida por Victor de Lamare através de modificações em documentos, pode ter sido uma forma de a Maçonaria passar a ter maior controle sobre essa instituição.

3.2 Afinidades

Sirinelli aponta que “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (1996, p. 248). Existem pontos em comum entre as ações desencadeadas por esses intelectuais e que são indicativas de suas afinidades.

Nesse sentido, Adolfo Porchat de Assis participou da elaboração dos Estatutos da Associação Feminina Santista, quando ela se desligou da entidade fundada por Anália Franco.

Também foi ele que propôs um novo Regulamento para a Academia de Comércio de Santos, quando assumiu a diretoria daquela escola e a Victor de Lamare a criação de um curso para formação de enfermeiras no Asilo de Órfãos de Santos. Adolfo foi professor do Liceu, da Academia de Comércio e do Instituto Dona Escolástica Rosa.

Adolfo Porchat de Assis formou-se médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde defendeu uma tese cujo título foi “Das Emoções”. Esta escola foi um dos redutos nos quais se propagaram as ideias comtianas. O fato de ser conhecido em Santos como “Pai da Instrução”, indica que assumiu para si não apenas a responsabilidade pelo saneamento da cidade, de cujo processo participou, mas também pela higienização social por meio da educação.

Victor de Lamare foi quem definiu, a partir do Regimento Interno proposto por Freire Junior, as alterações na educação do Asilo de Órfãos de Santos. Ademais, implantou a Escola Docas e definiu seu funcionamento. Foi professor do Liceu Feminino Santista e da Academia de Comércio de Santos. Filho de um contra-almirante, formou-se na Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, lugar onde as ideias positivistas estavam presentes. Seu pertencimento ao Clube de Engenharia indicia ter compartilhado das ideias que circulavam no Rio de Janeiro de que os engenheiros eram responsáveis pela grande obra de construção de um novo Brasil.

Artur Porchat de Assis pertencia ao Conselho de Bruxelas e dominava autores como Rousseau, Claparède, Froebel e outros pensadores europeus, citados em seu livro sobre educação, “Eduquemos”, publicado em 1915¹³⁶. Foi Diretor do Instituto Dona Escolástica Rosa e professor do Liceu.

Um fator que contribuiu para que compartilhassem ideias sobre educação foi o fato de terem tido contato com outros ambientes culturais. A formação desses intelectuais incluiu a leitura de mestres do positivismo, do liberalismo, da moderna pedagogia e a troca de ideias com pessoas *cultas*. Adolfo Porchat de Assis estudou na Faculdade de Medicina e Victor de Lamare na Escola de Engenharia, ambas no Rio de Janeiro e redutos do positivismo. Artur Porchat de Assis, autor de um livro didático, era Membro do Conselho de Educação de Bruxelas.

¹³⁶ Seria interessante contrapor o Regimento Interno do Asilo de Órfãos, aprovado em 1908, e o livro em que Artur apresenta um projeto de educação. Deixo esse trabalho para outro instante.

Um fator comum aos membros principais dessa rede é o fato de se dedicarem à educação como segunda opção em suas vidas, sem a expectativa de dependerem financeiramente dela. Embora recebesse uma quantia como Inspetor Literário, Raimundo Sóter de Araujo tinha seu salário oriundo de sua atividade como médico da Sociedade Portuguesa de Beneficência e da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Adolfo Porchat de Assis era funcionário municipal e trabalhava na Santa Casa. A lei que previu a criação da Academia de Comércio não considerou remuneração ao diretor e aos professores da escola. Diva Porchat de Assis de Lamare também nada recebia em pagamento pelo que fazia. Esposa de Adolfo Porchat de Assis e mãe de oito filhos, dividia-se entre a Academia Feminina Santista e o lar. Victor de Lamare obtinha seus rendimentos como engenheiro da Companhia Docas de Santos, nada recebendo por seu trabalho na Associação Protetora da Infância Desvalida. Artur Porchat de Assis, advogado, era funcionário da Câmara Municipal e residiu em uma casa situada no terreno do Instituto Dona Escolástica Rosa com sua família como exigência para que assumisse a direção da escola.

Verificando-se que o ensino que propunham era leigo e que altruisticamente se dedicaram a instituições que não visavam lucro, talvez possamos identificar as ações desses personagens com o que Hilsdorf identificou como *filantropinismo*, ou seja, “[...] uma linha pedagógica incentivadora da ação do Estado no ensino elementar, e por esta incentivada, pelo menos dentre seus nomes que se apresentavam como modernos, ilustrados, liberais, benevolentes e voltados ao aperfeiçoamento do gênero humano” (HILSDORF, 2011, p. 101).

Raimundo Sóter de Araujo foi responsável pela implantação de inúmeras escolas de ensino elementar enquanto foi Inspetor Literário. Como mostra de sua benevolência, trabalhou como médico voluntário nas várias dessas instituições de ensino às quais a rede esteve ligada. Passou a receber uma remuneração da Associação Protetora da Infância Desvalida a partir de 1908, não porque pleiteou, mas por decisão da diretoria. Com Silvério Fontes e Carlos Escobar foi diretor do jornal *A Questão Social*, que defendia os interesses do operariado e divulgava aspectos do socialismo. Foi professor do Liceu Feminino Santista e da Academia de Comércio.

Adolfo Porchat de Assis, além de ter sido diretor da Academia do Comércio praticamente até o dia de sua morte, também foi médico voluntário do Asilo de Órfãos, do Instituto Dona Escolástica Rosa e da Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos.

Lecionou gratuitamente no Liceu Feminino Santista e na Academia de Comércio de Santos. Foi um dos idealizadores da realização dos Jogos Florais no Liceu na década de 1910, semelhantemente àqueles que aconteciam na França, onde concorrentes inscreviam poesias e outras produções literárias e artísticas. Ele mesmo, com seu irmão Artur, escreveu uma peça de teatro que apresentou naquele evento em 1914. Como diretor da antiga Academia de Comércio, reuniu, em 1913, um grupo de pessoas naquela escola e fundou o Clube Atlético Santista, demonstrando, dessa forma, que valorizava os esportes, conforme o esperado de uma pessoa com ideias “modernas”.

Victor de Lamare foi Presidente em várias gestões da Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas, foi um dos fundadores do Conservatório Municipal de Santos, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos e do Tiro de Guerra. Suas ações no Asilo de Órfãos (que pude acompanhar mais de perto) demonstram sua identificação com as causas humanitárias. Foi professor do Liceu Feminino Santista e da Academia de Comércio.

3.3 Locais de convivência

Gomes (1993, p. 64) aponta que as redes, além da dimensão simbólica, “têm igualmente uma dimensão organizacional: elas se ‘institucionalizam’ em uma variedade de *loci* de diferentes naturezas. Conhecer um certo meio intelectual em determinado momento e espaço implica obrigatoriamente conhecer essa dimensão organizacional, que não é aleatória aos significados contidos em uma dada interpretação da realidade social”. Ela esclarece que o termo “rede” vem sendo usado para definir os vínculos que unem o “pequeno mundo” intelectual.

A criação da Associação Feminina Santista contribuiu de duas formas para a aproximação dos elementos do grupo de intelectuais aqui mencionados. As discussões relativas ao desligamento da entidade fundada por Anália Franco, a elaboração dos novos Estatutos, as discussões sobre a equiparação dos diplomas, as reuniões de Congregação puderam propiciar espaço para o debate de ideias. O reconhecimento de que as pessoas compartilhavam a mesma visão favoreceu a constituição de uma dimensão simbólica do grupo. Por outro lado, a existência de um lugar situado geograficamente favoreceu a dimensão organizacional. O Liceu passou a ser um dos *loci* do grupo.

A Academia de Comércio tornou-se um segundo espaço de sociabilidade daquele grupo de pessoas que se aproximou no Liceu. A convivência nas reuniões de colegiado, nas bancas de exame e na discussão de problemas que surgiam possibilitou o fortalecimento do grupo. A Academia de Comércio atravessou diversas dificuldades. Inicialmente precisou rever o horário em que os cursos eram oferecidos, pois a maioria dos interessados trabalhava durante o dia e os cursos eram diurnos. Posteriormente abriu um ginásio e precisou de novas instalações. Enfrentou também dificuldades de ordem financeira.

O ingresso de Victor de Lamare na Associação e, por extensão, no Asilo de Órfãos abriu um novo espaço para a convivência do grupo. Como professores, Victor de Lamare, Adolfo Porchat de Assis e Raimundo Sóter de Araujo circulavam pelo Liceu e pela Academia de Comércio. Como médicos, Porchat de Assis e Sóter de Araujo circulavam pelo Asilo e lá conviviam com Victor de Lamare.

O Instituto Dona Escolástica Rosa passou a ser o quarto *locus* de convivência e de atuação desses intelectuais. Raimundo Sóter de Araujo foi médico e professor nessa escola, assim como Adolfo Porchat de Assis. Lá encontravam Artur Porchat de Assis, diretor da escola.

Estes e novos espaços de sociabilidade foram importantes para o debate de ideias. Durante o período em que estiveram ligadas a essas escolas, aproximadamente até 1930, convites foram trocados entre as diretorias das instituições para a formação de bancas de exame, cerimônias de formatura e outras festividades, aceitos em sua quase totalidade. O encontro também se fazia em outros ambientes, pois trocavam visitas por ocasião de aniversários, doenças, comemorações e outras efemérides.

O grupo continuou participando ativamente dos debates educacionais. Em 1915, reflexo do Censo realizado em 1913 que mostrou que uma grande parte das crianças de Santos em idade escolar estava sem instrução¹³⁷, o jornal *A Tribuna* promoveu um debate sobre a aprovação de um imposto municipal. A taxa foi prevista para que houvesse recursos para o aumento da rede escolar do município e para a criação de um ginásio e de uma escola Normal em Santos.

¹³⁷ O Censo de 1913 apontou que, do total da população infantil em idade escolar entre 6 e 15 anos, 6.763 recebiam instrução e 11.131 não recebiam.

Participou do debate a elite letrada da cidade¹³⁸ da qual esse grupo fazia parte, além de alguns comerciantes¹³⁹, provavelmente convidados porque a taxa seria angariada junto ao comércio.

Embora houvesse alguma divergência entre os integrantes do grupo, todos se mantiveram unidos quando se tratou de defender o Liceu Feminino Santista como local de formação de professoras e a utilidade da Academia de Comércio.

Frente à proposta da criação de uma escola Normal na cidade feita por alguns debatedores, divergindo, Artur Porchat de Assis argumentou ser sua criação inconstitucional, entendendo que para isso haveria a necessidade de uma lei especial do Congresso que a equiparasse à Escola Estadual. Para ele, se a escola fosse ter fins meramente regionais, seria preferível criar uma Escola de Artes e Ofícios e anexar a ela o Liceu Feminino.

Adolfo Porchat de Assis argumentou que, em relação ao Liceu Feminino, sua existência dispensava a criação de uma Escola Normal na cidade, defendendo a manutenção e o aumento da subvenção dada à Associação Feminina Santista pela municipalidade. Propôs que o município encaminhasse um pedido ao Congresso, em nome do povo, de permissão para as egressas do Liceu prestarem exames na Escola Normal da capital e terem seus diplomas reconhecidos oficialmente.

Sugeriu também a criação de outras escolas profissionais, já que em Santos só havia o Instituto Dona Escolástica Rosa, e de um Conselho Municipal de Educação como órgão dirigente da instrução em Santos.

Em defesa da Escola de Comércio, acusada de ter seu colegiado composto na maioria por médicos e advogados, disse ser essa uma realidade presente na Escola Normal de São Paulo e no ginásio do Estado. Argumentou que, sendo frequentada por 829 alunos, tinha o caráter de utilidade pública e vinha satisfazendo os fins para os quais havia sido criada, rebatendo acusações de outro debatedor, José Monteiro.

Delfino Stockler de Lima, outro intelectual ligado à educação e que se aproximou do grupo, argumentou, com relação à utilização da verba que se pretendia arrecadar, que ela deveria

¹³⁸ Manuel M. A. Alfaya, Artur Porchat de Assis, Delfino Stockler de Lima, Adolfo Porchat de Assis, Tarquínio Silva, Alfredo Tabyra, Alexandre Coelho.

¹³⁹ Manuel Fins Freixo, Roberto Doubek, Heitor Moraes, José Monteiro, J. Aires Queiroz.

ser empregada na remuneração dos professores, na construção de prédios escolares, em mobiliário e material didático. Como Inspetor Literário do Município, suas preocupações revelam o que pode verificar em termos de carência na rede municipal de ensino. Não defendeu nem a criação de uma Escola Normal, nem de um ginásio. Manteve-se à parte dessa discussão, sem entrar em confronto com os irmãos Porchat de Assis e sua rede de solidariedade.

Podemos perceber, portanto, que Victor de Lamare, quando ingressou na Associação Protetora da Infância Desvalida, não era apenas um engenheiro da Companhia Docas, mas um dos personagens de uma rede de solidariedade envolvida com propostas educacionais. Essa rede tinha o apoio da Maçonaria, à qual pertencia o Asilo de Órfãos, o que leva a crer que tenha sido uma decisão da Loja que o mantinha.

Sua ligação com essa rede de solidariedade reforça o que Kropf observou acerca do envolvimento dos engenheiros com um projeto de nação. A entrada dele na Associação Protetora da Infância Desvalida na realidade significou a inclusão do Asilo de Órfãos na rede de escolas partilhadas pelo grupo. Não foi um investimento individual, mas de um grupo de pessoas.

Embora a entrada de Victor de Lamare na Associação Protetora da Infância Desvalida tenha sido aparentemente tranquila, o mesmo não se deu com relação ao Asilo de Órfãos. Houve resistências por parte das religiosas às mudanças que imprimiu no Asilo de Órfãos. O período inicial foi de turbulência e desafios.

O próximo capítulo irá tratar da gestão de Victor de Lamare à frente da Associação Proterora da Infância Desvalida, começando pelas modificações iniciais sugeridas ou introduzidas por ele e, em seguida, abordando as disputas que se deram pelo poder. Depois, o seguinte capítulo trará aspectos de sua gestão que, embora tenha se estendido até 1944, será analisada apenas até o ano de 1931.

4. O ASILO DE ÓRFÃOS DE SANTOS: RUPTURAS

Vimos, no capítulo anterior, que a Associação Protetora da Infância Desvalida, até 1908, passou por uma série de dificuldades na manutenção do Asilo de Órfãos. Dependente da chegada de verbas públicas e do pagamento de mensalidades pelos associados, muitas vezes precisou recusar a matrícula ou mesmo entregar crianças internas à família, por não dispor dos recursos necessários a sua manutenção. Mostramos também que a educação dos internos havia sido delegada a religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, que tinham total autonomia na gestão do asilo e na forma de educar as crianças internadas.

Apontamos que em 1908 dois engenheiros da Companhia Docas de Santos, Ulrico Mursa e Victor de Lamare, ingressaram na diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida. Ulrico Mursa manteve-se na diretoria por dois anos, e Victor de Lamare permaneceu ligado a ela por mais de trinta anos. Expusemos a ligação de Victor de Lamare com um grupo de intelectuais que tinham ideias próprias a respeito da educação. A partir da entrada de Victor de Lamare, uma série de transformações foi introduzida no Asilo de Órfãos e na Associação Protetora da Infância Desvalida. O foco deste capítulo são as rupturas nessa instituição a partir da entrada dos engenheiros, embora não ignoremos a existência de permanências.

Uma das características desses profissionais, nesse período, era seu antagonismo aos *bacharéis*, grupo intelectual até então dominante. Um dos elementos fundamentais nas suas representações era “a idéia da superioridade da ciência como chave para o conhecimento do real e para a sua consequente transformação em benefício dos homens” (KROPF, 1996, p. 81).

A Associação Protetora da Infância Desvalida havia sido criada por um advogado e de cujas sucessivas diretorias participaram vários bacharéis. Victor de Lamare usou de *estratégias* para adquirir *poder* (aqui entendido na acepção de Foucault, ou seja, uma relação de forças entre pessoas, na qual quem detém o poder consegue que o outro a ele se sujeite) na instituição.

Entendemos *estratégias* no sentido de Certeau, ou seja, dispositivos usados por aqueles que detêm o poder para governar aqueles despossuídos do poder. Uma das estratégias empregadas por Victor de Lamare foi provar “cientificamente” que a Associação Protetora da Infância Desvalida não vinha administrando com eficácia o Asilo de Órfãos. Segundo os Estatutos aprovados em 1889, era uma das atribuições da Diretoria, mais especificamente do Primeiro Secretário, “ter

sempre em dia o livro de matrícula geral dos protegidos pela Associação nos dois Orfelinatos a seu cargo [...]”.

Na primeira reunião de Diretoria da qual participou, Victor de Lamare relatou à Diretoria que, em companhia do Segundo Secretário, Nicanor Leite do Amaral, “procedeu uma chamada geral de todos os asilados e não encontrou estes de acordo com o Livro de Matrículas, sendo por isso necessário fazer-se a correção”¹⁴⁰. Verificou que havia crianças morando no Asilo sem que tivessem sido matriculadas. Outras, matriculadas, não se encontravam mais na instituição¹⁴¹. Relatou, também, que havia crianças que, embora matriculadas, estavam em casa de parentes ou em casas das religiosas em Santos e no interior, com autorização destas e sem conhecimento da diretoria. Face a estas irregularidades, foi proibido que as religiosas dessem permissão aos asilados para que se retirassem a casa de parentes.

Victor de Lamare também constatou a presença de asilados e asiladas que, segundo a Irmã Superiora, estavam recolhidos provisoriamente há mais de três anos sem que, até então, ninguém tivesse aparecido para retirá-los, o que novamente demonstrava a falta de controle sobre os internos.

Outro fato apresentado na reunião, procurando-se evidenciar que as religiosas não estavam sendo responsáveis com relação às atribuições confiadas a elas pela Associação Protetora da Infância Desvalida, foi o estado em que se encontrava o prédio do Asilo: repleto de cupins e com ameaça de desabamento do teto em alguns aposentos. Esse fato não havia sido levado ao conhecimento da Associação, embora fosse bastante relevante para a segurança das crianças e a preservação do patrimônio.

Esse engenheiro, vistoriando os internos, verificou que algumas internas maiores de idade permaneciam residindo no Asilo, o que contrariava os Estatutos. Também identificou asilados,

¹⁴⁰ Ata da reunião de Diretoria de 7/06/1908.

¹⁴¹ Imprecisões referentes à escrituração já haviam sido objeto de constatação. Em 1899, Narciso de Andrade, Presidente, e o Tesoureiro, Coronel Proost de Souza, desconfiaram da exatidão dos registros. Conferiram os internos e verificaram que no Livro de Matrículas não constavam 32 crianças e 52 já haviam saído do asilo sem que houvesse sido dada baixa. Das presentes, para muitas não constava a data de admissão. Buscaram no arquivo elementos para suprir a falta dos dados, mas não os conseguiram, pois o arquivo estava muito desorganizado. Naquela ocasião, dados ausentes foram anotados a lápis ou caneta nas próprias folhas na página destinada a cada aluno; mas não foi tomada qualquer medida concreta no sentido de manter a escrituração atualizada.

segundo ele “em estado de completo idiotismo, e que assim nada aproveitam no Asilo”. Por meio de “provas”, Victor de Lamare convenceu a Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida de que a administração do Asilo precisava ser reformulada. Essas sucessivas denúncias fragilizaram não apenas as diretorias anteriores, mas também as religiosas.

Em meados daquele ano de 1908 faleceram quatro crianças internas, todas com idade entre três e quatro anos, no período de aproximadamente um mês. A *causa mortis* foi a mesma para duas destas crianças e, diante disso, a Diretoria resolveu que o médico devia visitar diariamente os orfanatos para observar a saúde das crianças e “aconselhar medidas higiênicas”¹⁴², além de comparecerem ao Asilo sempre que seus serviços fossem necessários. Raimundo Sóter de Araujo foi contratado, na ocasião, como médico efetivo do Asilo com ordenado mensal de 300 mil réis. Esta decisão parece ter apoiado o pedido feito por carta por um leitor e dirigida à Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, publicada em jornal local no ano anterior. As mortes indicaram que as denúncias acerca da falta de cuidados com a saúde das crianças tinham algum fundamento.

A entrada dos engenheiros na Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida anunciou-se pela instalação de 52 lâmpadas elétricas no prédio do Asilo, em meados de 1908, “devido à falta de luz que havia durante a noite no dito prédio”¹⁴³. Pode-se fazer uma analogia entre a iluminação e o desejo de integrar o Asilo em uma cidade que se modernizava.

Outras providências foram tomadas, como o início das obras de recuperação do prédio (incluindo a reforma de todo madeiramento do telhado), a substituição dos caibros e vigas atacados pelos cupins, a reforma das colunas ou sua emenda com chapas de ferro, o reboco na volta do prédio entre o telhado e o forro.

Para aumentar o controle sobre os gastos do asilo, decidiu-se que as contas de fornecimento fossem acompanhadas dos pedidos, assinados pela Irmã Superiora, mediante uso de formulário impresso anteriormente utilizado no Asilo, e visados pelo Presidente.

¹⁴² Ata da reunião de Diretoria de 12/07/1908.

¹⁴³ Idem.

Ademais, mudanças foram introduzidas no sentido de reorganizar a ocupação do prédio do Asilo, como a transferência das aulas dos meninos para uma dependência isolada, construída para servir de enfermaria, passando esta para o local onde eram dadas as aulas. A destinação de algumas salas foi alterada. O local ocupado pela Capela passou a abrigar o Salão Nobre da Associação. Novos dormitórios foram criados. Foi reformado o banheiro¹⁴⁴. Essas reformas no uso do espaço são indicativas de novas concepções na gestão do Asilo. A ocupação do espaço da Capela pelo Salão Nobre indica que a religião, na figura das Irmãs, teve seu poder transferido para a Diretoria. A separação física dos internos, com o deslocamento dos meninos para uma dependência isolada, reflete as mudanças com relação ao entendimento das relações de gênero.

Outra evidência das mudanças na relação entre a Associação Protetora da Infância Desvalida e o Asilo aparece nas atas. No período anterior, dificilmente havia referência sobre o cotidiano. A partir de então, as reuniões de Diretoria, que passaram a ser mensais, começam com o relato dos fatos do dia-a-dia do Asilo segundo uma ordem cronológica.

Medidas também foram tomadas no sentido de manter as finanças equilibradas. Algumas propriedades da Associação que se encontravam em processo de deterioração sofreram intervenções e passaram a ser fonte de renda. O controle dos gastos passou das mãos da Madre Superiora para o Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida.

Um novo Livro de Matrículas foi aberto em substituição ao antigo, que estava incompleto. Foram registrados os nomes dos internos que permaneciam no Asilo, com um novo número de matrícula constando ao lado deste entre parênteses, o número antigo. O outro livro foi abandonado. As páginas desse livro passaram a funcionar como *prontuários*, já que, na página reservada a cada interno, além dos dados pessoais (como nome, filiação, características físicas) eram registrados os fatos considerados relevantes na vida de cada um (como morte da mãe, casamento, prêmios recebidos, entre outros).

Isso foi possível porque, a partir das denúncias, Victor de Lamare conseguiu convencer a Diretoria de que fosse elaborado um contrato escrito a ser firmado pela Congregação, na pessoa

¹⁴⁴O Regimento estabeleceu que todas as crianças deviam tomar banho quando acordassem, mas o número de chuveiros não era suficiente. A partir de um pedido do Presidente, o Secretário de Agricultura forneceu o material necessário para a reforma, ficando a mão de obra a cargo da Associação Protetora da Infância Desvalida.

da Superiora Geral, e a Associação Protetora da Infância Desvalida¹⁴⁵. A proposta de um contrato escrito atendia a nova lógica que havia passado a vigorar nas relações, a da “modernidade”. O tempo de acordos verbais havia ficado no passado.

4.1 O contrato

O contrato foi redigido pela Associação Protetora da Infância Desvalida, sem a participação das religiosas. Contendo dezesseis cláusulas, foi aprovado pela Priora Geral na forma como foi inicialmente apresentado.

Esse contrato alterou completamente a relação entre a Associação Protetora da Infância Desvalida e a Congregação do Puríssimo Coração de Maria, na medida em que subordinou as decisões da Superiora, com relação ao Asilo, à autoridade do Presidente¹⁴⁶. O Presidente seria a autoridade suprema, a quem a Superiora deveria prestar contas e a quem deveria solicitar, por escrito, quaisquer objetos necessários ao Asilo. As demais religiosas estariam sob o comando e responsabilidade da Superiora.

Se antes a Congregação tinha autonomia, podendo agir como parceira da instituição, o contrato colocou-as hierarquicamente sujeitas ao Presidente da Associação. O contrato as caracterizou como funcionárias da Associação Protetora da Infância Desvalida. A Madre Superiora, como Diretora do Asilo, devia submeter seus atos ao Presidente, assim como prestar contas do que acontecia no Asilo. Ela era a Superiora das Irmãs para a Congregação, enquanto a administração da Congregação e a administração do Asilo de Órfãos eram consideradas independentes.

Como empregadas, não podiam hospedar, no edifício do Asilo, pessoas estranhas sem autorização escrita do Presidente o que, até então, era costume. Além das obrigações e deveres que tinham como religiosas, as Irmãs e a Superiora deviam ser empregadas apenas do Asilo, dedicando-se exclusivamente aos serviços dos asilados. Lembremo-nos que em 1904 a

¹⁴⁵ O acordo para a vinda das primeiras religiosas, em 1889, havia sido feita por carta entre Carvalho de Mendonça e a responsável, na época, pela Congregação.

¹⁴⁶ O contrato dizia em seu artigo 3º. “A Superiora deverá cumprir todas as ordens emanadas da Diretoria a quem prestará contas de todos os atos e fatos passados nos Asilos.”

Congregação havia inaugurado uma escola e, naquela ocasião, algumas religiosas e algumas internas foram diariamente, durante alguns meses, lecionar no prédio em que esta funcionava. A Congregação também havia instalado uma escola para atender crianças do bairro em uma casa próxima ao Asilo. A partir do contrato, isso não mais era permitido.

O número das Irmãs que trabalhavam no Asilo passou a ser decidido pela Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, de acordo com a Priora Geral. Esta não poderia aumentá-lo ou diminuí-lo sem autorização da Diretoria. A Associação Protetora da Infância Desvalida, como empregadora, se comprometia a pagar às Irmãs o ordenado mensal de 40\$000 (quarenta mil réis), além de casa, comida, tratamento e despesas de viagem. Como funcionárias, caso qualquer Irmã adquirisse algo sem ordem expressa da Diretoria da Associação, deveria arcar com as despesas. A Associação contratou, portanto, formalmente os serviços da Congregação do Puríssimo Coração de Maria¹⁴⁷.

Pelo contrato, a Diretoria, expondo seus motivos, poderia requerer a substituição de qualquer religiosa à Priora Geral, correndo, neste caso, as despesas de transporte por conta da Associação. No impedimento temporário por moléstia de uma religiosa, esta poderia ser substituída neste período por uma aspirante da Congregação, sem perda dos vencimentos.

Atendendo ao fato de serem religiosas, o documento prevê a existência no Asilo de uma Capela, que seria mantida pelas Irmãs. A Associação Protetora da Infância Desvalida apenas se comprometeu a pagar um ordenado mensal de Rs150\$000 a um Capelão. Ele seria sugerido pela Superiora Geral, que submeteria a escolha à Diretoria. Aprovado, seria nomeado pela Autoridade Diocesana.

O contrato também limitou a autonomia das religiosas com relação à distribuição do tempo e aos métodos de ensino, programas e compêndios. As escolhas deviam ser submetidas à aprovação do Presidente, o que permitia que apenas as práticas condizentes com a forma de pensar do grupo de intelectuais tratado no capítulo anterior fossem aprovadas.

¹⁴⁷ Artigo 14º. “A Superiora e Irmãs, além das obrigações e deveres que o seu estado de religiosas impõe, somente poderão ser **empregadas** no Asilo e se dedicarão exclusivamente aos serviços dos Asilados”. (grifo nosso)

Um dos itens do documento causa estranheza, pois se refere à proibição expressa do emprego de **castigos corporais**¹⁴⁸ para correção dos asilados. Como este item iria constar do Regimento Interno que estava sendo elaborado, não precisaria estar no contrato. Sua presença neste sugere a urgência na mudança de uma provável forma de punição empregada pelas religiosas.

No dia 29 de novembro de 1908, o Presidente recebeu carta da Madre Margarida de São José, Superiora Geral da Congregação, comunicando que o contrato havia sido unanimemente aprovado, nos termos como foi proposto. Em agosto de 1909, o contrato, assinado, foi recebido pelo Presidente.

Continuando sua investida sobre o sistema “arcaico” da Associação Protetora da Infância Desvalida e o Asilo de Órfãos, Victor de Lamare comunicou aos colegas de Diretoria que, dando busca no arquivo, encontrou o Regimento Interno, que “apesar de completo e perfeitamente bem elaborado, pede uma reforma de modo a ser adaptado à nova orientação que tomou o Asilo **ou mais precisamente a atual direção**”¹⁴⁹.

Entre as cláusulas do contrato assinado com a Congregação do Puríssimo Coração de maria, havia uma que dizia que a “Superiora e Irmãs ficam obrigadas a cumprir todas as disposições do Regimento Interno que for organizado e aprovado pela Diretoria e Conselho”. Essa cláusula deu condições para que Victor de Lamare pudesse assumir as rédeas da educação oferecida pelo Asilo de Órfãos. No dia 24 de outubro do mesmo ano um novo Regimento Interno, cujo teor era desconhecido pelas religiosas, foi aprovado em reunião de Conselho Geral¹⁵⁰.

4.2 O novo Regimento Interno

O novo Regimento Interno cuja redação foi entregue inicialmente a João Nepomuceno Freire Junior, advogado e conselheiro da Associação Protetora da Infância Desvalida foi revisto e modificado por ele e por Victor de Lamare antes de ser levado à reunião do Conselho Geral para

¹⁴⁸ Grifo nosso.

¹⁴⁹ Ata da sessão de Diretoria de 07/06/1908. Grifo dos autores.

¹⁵⁰ O Regimento foi aprovado pelo Conselho Geral no dia 24/10/1909. Na ocasião destacou-se “que foi resultado dos extremos esforços e dedicação dos Drs. João Nepomuceno Freire Jr. e Victor de Lamare”.

ser lido e aprovado. O Regimento Interno, com 86 artigos, estipulava as novas normas não apenas para admissão e saída dos internos, como também para a educação a ser ministrada e as funções das pessoas que trabalhavam no Asilo de Órfãos.

A primeira parte do documento (17 artigos) estabelece as regras e trâmites para admissão, permanência e saída dos internos, estabelece que a decisão do número de internos cabe à Diretoria e que a direção dos orfanatos fica sob responsabilidade da Superiora Geral. Curiosamente, um dos artigos prevê que os internos possam ser contratados para a realização de trabalhos manuais por terceiros, fazendo jus à metade do que ganharem, ficando a outra para a Associação Protetora da Infância Desvalida. Não se encontrou nada que indique que esse artigo do documento tenha dado origem a essa prática.

As quatro partes seguintes (26 artigos) referem-se à disciplina educativa e à educação. Os artigos classificados como disciplina educativa referem-se à educação física que inclui, além de exercícios e jogos, o asseio do corpo, do vestuário e da alimentação. A educação intelectual prevê a introdução do ensino seriado para meninos e meninas, com dois cursos, Jardim da Infância e Curso Primário. As meninas, além desses, podem optar por continuarem seus estudos no Curso Complementar que também seria oferecido. Para o Jardim está prevista a adoção do método de ensino adotado nas escolas do Estado. A grade curricular a ser cumprida no curso primário também consta do Regimento Interno. A organização do horário das aulas cabe à Irmã Superiora, com a condição de que cada aula não tenha duração superior a uma hora e um intervalo mínimo de quinze minutos entre as aulas. Os métodos de ensino são organizados pelas professoras, mas devem ser aprovados pelo Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida, o que coloca em suas mãos a última palavra sobre a educação intelectual a ser ministrada.

À educação moral são dedicados apenas quatro artigos. Segundo o primeiro deles, deveria ser resultado não só da disciplina interna do estabelecimento, “onde os asilados despertarão seus sentimentos afetivos, dirigirão sua vontade, como também pelo ensino cívico e moral [...]”. Valores como “patriotismo, respeito, obediência às leis de ordem social, política, jurídica e econômica” e “princípios de justiça” [...] também devem ser cultivados. Um curso especial de educação religiosa, com “prédicas sobre a Religião Cristã” e “ofícios religiosos segundo a liturgia católica”, também fazem parte da educação moral. A presença das religiosas na direção do asilo, somada à organização imposta pelo documento ao estabelecimento e a algumas práticas cívicas

garantem a educação moral. A religião católica é colocada como aliada na transmissão de valores morais. Nesta parte do documento também é fixada a idade em que os alunos passam a ter educação religiosa (sete anos), os dias em que podem ser celebrados ofícios religiosos (domingos e dias santificados pela igreja) e os momentos e lugares em que as orações podem acontecer (de manhã e à noite, nos dormitórios), normas que tentam impedir que a religião ultrapasse certas fronteiras.

A seguir o documento passa a normatizar a educação doméstica. Até a entrada em vigor do documento, as internas aprendiam e executavam tarefas domésticas na medida em que voluntariamente resolviam ajudar as Irmãs. Trabalhos de agulha também faziam parte do cotidiano feminino desta instituição. O novo regimento institucionalizou essas práticas que, pelo Regimento, foram transformadas em disciplinas e tornaram-se obrigatórias para todas as internas. O documento prevê quais habilidades serão aprendidas pelas internas, a idade em que se iniciará a aprendizagem e, visando incorporar essas práticas à rotina diária, institui que o serviço interno do Asilo, tais como asseio, preparo de refeições, o lavar e passar roupas, seja compartilhado pelas internas em sistema de rodízio.

Em seguida, o documento estabelece regras com relação ao vestuário. Determina as roupas de uso diário dos internos, as de dormir e os uniformes para saídas e atos festivos. Cada orfanato teria uma rouparia onde seriam guardadas as roupas devidamente identificadas com o número de matrícula de cada interno. Em cada dormitório, sob responsabilidade da Irmã responsável, ficariam os pentes, escovas de dentes, calçados, tesouras de unhas e sabonetes. Cada cama, de ferro, teria colchão e travesseiro, lençol e cobertor, sendo que as roupas de cama seriam trocadas duas vezes por semana. Estas normas procuram garantir a manutenção da higiene dos internos.

Os artigos que tratam da alimentação preveem o fornecimento de “alimentação sã, abundante e preparada com asseio¹⁵¹”. Está previsto que será montado um cardápio, sob orientação do médico, e são estabelecidos os horários das refeições. Ficam proibidas refeições extraordinárias e alimentos especiais, devendo todos que moram no Asilo usufruírem o mesmo tipo de alimentação.

¹⁵¹ Artigo 52.

Depois o Regimento passa a tratar das atribuições das pessoas que atendem o Asilo de Órfãos. A primeira pessoa a ter normatizada sua atuação é a Irmã Superiora. Reforçando o que foi decidido pelo contrato, ela deverá cumprir o regimento “no que diz respeito à administração interna¹⁵²”, cumprir todas as ordens da Diretoria, cumprir todas as ordens do Presidente e ser a responsável pela ordem e moralidade dos orfanatos, comunicando ao Presidente qualquer irregularidade. O documento continua detalhando o que cabe ou não a ela. O Regimento também prevê que poderiam residir e se hospedar no Asilo apenas as Irmãs e os internos.

Com relação às demais Irmãs, elas deveriam prestar os serviços que lhes fossem atribuídos pela Superiora e atender as disposições do regimento. Elas também deveriam colaborar para manter a disciplina do Asilo. Àquelas a quem fossem atribuídas aulas, deveriam organizar mensalmente um boletim sobre a aplicação e o comportamento dos alunos para ser apresentado à Diretoria. Essas normas reforçam a hierarquia estabelecida pelo Regimento.

Com relação ao médico e ao dentista, a cada um coube um artigo especificando suas atribuições. Além dos serviços próprios de sua profissão, o médico seria responsável por duas enfermarias, uma em cada orfanato, e deveria manter um livro com o registro do movimento delas. O dentista cuidaria da higiene bucal dos internos. O médico deveria estar presente diariamente e o dentista semanalmente no asilo.

Reforçando que o Capelão trabalhava para a Associação Protetora da Infância Desvalida e que o internato era leigo, as normas estipulam que aquele deveria rezar missas e demais solenidades quando solicitadas pela Superiora ou pela Diretoria, não podendo celebrar qualquer ato religioso sem autorização do Presidente.

As normas relativas ao trabalho do escriturário estabelecem quais suas atribuições, entre elas algumas que até então haviam sido de responsabilidade das religiosas, como, por exemplo, fazer compras. Regem que essas seriam ordenadas pelo Presidente. O escriturário fica responsável também pela escrituração de livros como o Livro de Matrículas e o Livro de Atas, e é o responsável pela conservação e arquivamento de papéis e documentos. Dessa forma procura-se garantir que os livros se mantenham atualizados e os documentos não se extraviem.

¹⁵² Artigo 57.

Outra parte do Regimento Interno estabelece normas para a Comissão de Sindicância. Embora existente desde os primeiros anos de funcionamento do Asilo, nunca haviam sido determinadas as regras de seu funcionamento. Foi estabelecido que esta continuaria a ser composta por três pessoas, que não fizessem parte da Diretoria, mas sim do Conselho Geral. Caberia à Comissão a triagem cuidadosa das crianças cujas matrículas fossem solicitadas, e dos documentos apresentados, para verificação dos fatos apresentados justificando o pedido. O mesmo cuidado deveria ter com relação aos pedidos de retirada ou entrega: a decisão deveria ser encaminhada à reunião de Diretoria, podendo o relator comparecer à mesma para eventuais esclarecimentos.

Com o nome “disposições diversas”, aparecem normas que aparentemente não se enquadram nas categorias em que foi dividido o documento. Entre elas a atribuição à Superiora da distribuição dos horários a serem cumpridos no Asilo, que posteriormente deveria submeter sua decisão à aprovação do Presidente. Mais uma vez a decisão final sobre a distribuição do tempo é do Presidente. Entre essas disposições, há a proibição expressa de castigos corporais, com a especificação de quais devem ser as punições e qual sua hierarquia. As faltas mais graves poderiam ser punidas com a exclusão de passeios e do recreio, ou até a reclusão solitária. De qualquer forma, as faltas graves deveriam ser comunicadas pela Superiora ao Presidente.

Entre as disposições diversas, temos a divisão dos internos em turmas, conforme as acomodações do estabelecimento, a idade e o desenvolvimento físico. Essa divisão facilitava o controle, era o que Foucault (2001, p. 118) chamou de “disciplinas” e se enquadravam na “arte das distribuições” dos indivíduos no espaço, em que

[...] o princípio da “clausura” não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Eles trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e fina. E em primeiro lugar, segundo o princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo. [...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar, utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2001, p.123).

O tempo foi dividido e seu uso inteiramente planejado: hora de acordar, de fazer orações, de tomar banho, de fazer as refeições, de frequentar a escola, atendendo ao que Foucault (2001)

chamou de “o controle da atividade”, uma das formas de “disciplinar”. Os dias de feriados e as férias, assim como a forma de usar o tempo nessas ocasiões também foram regulados pelo documento.

O Regimento Interno também decide sobre as datas de visitação pública e a forma como essas serão divulgadas. Para controlar o que entra no estabelecimento, nenhum visitante poderia entregar pessoalmente qualquer objeto aos educandos, devendo, nesse caso, entregá-lo à Irmã Superiora ou ao Presidente, que o remeteria à Diretoria. O dia de visita dos pais, tutores ou protetores dos internos seria definido pelo Presidente e haveria um livro de registro dos visitantes.

Entre as disposições gerais há, por fim, a previsão da organização de uma pequena biblioteca e de um museu escolar.

O Regimento Interno reforça a autoridade do Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida sobre o Asilo de Órfãos, estabelecendo, assim, uma hierarquia. O chefe supremo é o Presidente, a quem deve prestar contas a Irmã Superiora. A esta cabe a responsabilidade pelos demais funcionários, exceto o escriturário. Devem prestar contas a ela as demais Irmãs, o médico, o dentista e o capelão. O escriturário e a Comissão de Sindicância estão sujeitos à Diretoria. Os internos estão sob responsabilidade das religiosas.

O documento, ao manter a educação religiosa no Asilo, expressa a crença que a religião pode contribuir para a educação dos internos, mas limita seu poder. A educação intelectual e a educação física ganham importância, mostrando, desse modo, que as representações sobre a função do asilo na educação dos internos incluíam a preparação de pessoas dotadas de alguma instrução e preparadas para participar da sociedade, embora destinadas a ocupar postos inferiores, demonstrando-nos o que se esperava da educação dos internos.

Uma das grandes alterações introduzidas foi com relação às relações de gênero. Impregnado de um novo entendimento sobre relações de gênero, entendido aqui como “[...] a organização social da diferença sexual [...] o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais¹⁵³” (SCOTT, 1999, p. 2), o documento mudou completamente a forma de organização do Asilo de Órfãos e sua rotina.

¹⁵³ Tradução nossa.

Dentro da representação de que homens e mulheres deveriam desempenhar papéis diferentes na sociedade, a educação prevista para as meninas diferia em parte daquela prevista para os meninos. Indiciando isso, os internos foram divididos em dois orfanatos, masculino e feminino. Para facilitar o controle, as crianças de cada orfanato foram divididas em grupos segundo a idade, complexão física e capacidade dos dormitórios, sendo cada um deles entregue a uma prefeita, ou seja, uma religiosa responsável por ele.

A diferença entre feminino e masculino atendeu as representações da burguesia. A educação feminina priorizou a preparação das internas para o papel de esposas, donas de casa e mães. Mesmo as religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, mulheres que até então tiveram o poder para decidir sobre a educação dos internos através do contrato firmado em 1908, passaram a ter papel secundário com relação ao Presidente do Asilo, um homem.

A direção das mudanças nas representações de gênero segue no sentido apontado por Rago (1985) que, em estudo feito a partir da imprensa anarquista e libertária, mostrou-nos as modificações trazidas pela modernização para as representações sobre o papel feminino das mulheres pobres.

Diz a autora:

Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social. (RAGO, 1985, p. 26-27)

Meninos e meninas frequentariam as mesmas salas de aula, mas deveriam permanecer separados no recreio. Apareceriam reunidos apenas em eventos externos. O regimento também criou a possibilidade de prosseguimento dos estudos por parte das moças que assim o desejassem. A ressalva é que todas que quiseram optaram por cursar o magistério, preparando-se para um ofício que passou a ser considerado “feminino”. O Liceu Feminino Santista apoia a iniciativa do Asilo de Órfãos ao conceder isenção de matrículas àquelas que se candidatavam e eram aprovadas no exame de admissão.

Apesar de prosseguirem nos estudos, tais moças não foram dispensadas da aprendizagem das tarefas domésticas nem da avaliação de suas “prendas”, e tudo indica que esse fato contou para que pudessem prosseguir os estudos, pois foram as mesmas moças que ganharam prêmios em tarefas domésticas. Essas novas professoras gradualmente passaram a integrar o corpo de professoras do Asilo e a servir de modelo para as internas mais jovens.

“Na empresa de construção de um mundo à sua imagem, a domesticação do novo operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa.” (RAGO, 1985, p. 61) Essas práticas sugerem a representação de que a mulher deveria ser preparada para seu papel “natural” e que qualquer outra formação não a dispensava dele.

Os meninos, cujos pais haviam falecido ou cujo paradeiro era ignorado, tão logo concluíam o curso primário com idades entre 11 e 14 anos eram transferidos para o Instituto Dona Escolástica Rosa, onde, além do prosseguimento dos seus estudos, eram preparados para exercerem as funções de marceneiro, carpinteiro, sapateiro, gráfico e outras atividades predominantemente manuais. Os que possuíam família eram, em geral, “devolvidos” a ela quando atingiam a idade limite à estada no Asilo para o sexo masculino, 14 anos.

4.3 Implantação das novas normas

Para atender às novas regras com relação à instrução, a destinação de algumas salas foi alterada. Dormitórios foram transformados em salas de aula. Novos dormitórios foram criados. Foram encomendados quadros-negros, escrivaninhas, cavaletes, materiais necessários para o ensino e foram equipadas as cinco salas de aula de instrução primária.

Foi previsto o início das aulas para 1910, ano seguinte à aprovação do Regimento. Victor de Lamare havia sido encarregado, pela Diretoria, de organizar a escola nos moldes apontados pelo Regimento Interno. Na primeira reunião de 1910, realizada em janeiro, comunicou que “de acordo com a Irmã Superiora e conforme as habilitações demonstradas nos exames realizados em 12/12 próximo passado¹⁵⁴”, havia classificado os 127 alunos que deveriam cursar o Jardim da

¹⁵⁴ Ata da reunião de Diretoria de 31/01/1910.

Infância, as cinco séries do ensino primário e o curso complementar. Comunicou, também, que, junto com a Superiora, estava organizando o horário das aulas, que deveriam começar no dia primeiro de fevereiro, assim como a programação dos estudos, ambos dentro das novas regras¹⁵⁵. Em maio daquele ano, Victor de Lamare assumiu a Presidência da Associação Protetora da Infância Desvalida.

Entre suas cláusulas, o Regimento determinava a presença diária de um médico contratado, o que levou à contratação do médico até então voluntário do Asilo, Dr. Raimundo Sóter de Araújo. Ele passou a ter direito à remuneração e sua presença deveria ser diária na instituição. Adolfo Porchat de Assis foi contratado como médico substituto, cargo no qual permaneceu até 1924 quando, com a morte de Sóter de Araújo, assumiu seu lugar. A contratação desses dois médicos, a presença diária de pelo menos um deles, assim como a atribuição de novas responsabilidades a eles, como orientar as religiosas sobre o cardápio das refeições dos internos e sobre cuidados higiênicos, garantiu à dupla maior participação nas práticas do Asilo de Órfãos.

Não foi fácil a ruptura com os costumes anteriores. O novo Regimento não foi prontamente aceito pela Superiora, acostumada a ter autonomia em suas decisões, isso porque algumas normas pareciam contrárias às suas atribuições como religiosa, como, por exemplo, as determinações sobre a necessidade de obtenção de licença, por parte dela e do capelão, para a realização de celebrações religiosas na capela do Asilo. Várias *táticas*, entendidas na acepção de Certeau (1985) como formas que o mais fraco utiliza para “fugir” das estratégias, foram empregadas por ela no sentido de burlar regras do Regimento, todas infrutíferas. Várias vezes a Superiora, Madre Clementina dos Anjos, foi repreendida.

O que piorou as relações com a Superiora foi o fato de esta ter trazido para morar consigo duas sobrinhas, não se sabe se no orfanato feminino ou na clausura. Elas estavam no Asilo desde 1906 sem que a Associação Protetora da Infância Desvalida tivesse sido consultada e sem inscrição no Livro de Matrículas. A Diretoria, ao tomar ciência do fato, permitiu que permanecessem, mas decidiu que fossem regularmente matriculadas.

A alegação da Superiora Geral de que, ao assinar o contrato, ignorava o conteúdo do Regulamento Interno e que nele havia artigos que as religiosas não poderiam cumprir por serem

¹⁵⁵ Quando a escola do asilo começou a funcionar em 1910, estavam internadas 151 crianças.

contrários às regras santas, não obteve acolhida. Madre Maria Clementina de Jesus, a Superiora do Asilo, não se ressentiu apenas de ter cerceada sua liberdade com relação a questões religiosas, mas também com relação à disponibilidade de dinheiro para as despesas¹⁵⁶ e à possibilidade de receber convidados¹⁵⁷. O período de tensões foi sendo gradualmente superado, havendo, por parte das religiosas, a apropriação de algumas regras, como, por exemplo, dirigir requerimentos escritos ao Presidente sempre que se pretendia fazer celebrações religiosas no Asilo¹⁵⁸.

Aparentemente devido às situações de tensão entre o Presidente, na época Victor de Lamare, e a Madre Superiora, em 1913 esta foi afastada de suas funções pela Superiora Geral e passou a atuar apenas como professora da escola do Asilo. A Superiora Geral, recém-eleita, Maria Inês de São Luiz, nomeou nova Superiora para o Asilo, Madre Helena de Santa Cruz, mais política na condução das questões envolvendo a Associação e a Congregação. Esta parece ter sido a solução encontrada para evitar novos desentendimentos entre as religiosas e a diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida. Dessa forma, a hierarquia com relação ao Asilo acabou se definindo.

4.4 Novos Estatutos reforçam as mudanças

Em 1914, Victor de Lamare apontou aos demais diretores da Associação Protetora da Infância Desvalida que era necessária a reforma dos estatutos. Justificou dizendo que

¹⁵⁶ Chegou a pedir ao Presidente uma verba mensal para as despesas com miudezas, mas a resposta foi que “deveria fazer as despesas necessárias e apresentar a conta, com especificações, a fim de poderem ser tomadas deliberações a respeito”.

¹⁵⁷ Em dezembro de 1911 o Presidente dirigiu uma carta à Irmã Superiora “censurando-a pelo fato de ter sem consentimento da Presidência consentido pessoas estranhas assistirem na noite de Natal uma festa (presépio) feita para as asiladas”. Ela, por carta, deu explicações sobre o acontecido.

¹⁵⁸ O Regimento previa que nenhuma pessoa estranha à Congregação poderia morar ou se hospedar no asilo. Houve uma ocasião em que a Superiora pediu para receber uma religiosa e uma menina que vinham de Porto Alegre em direção a Rio Claro, cidade na qual estava havendo uma epidemia de varíola. O Presidente autorizou, dizendo que o fazia excepcionalmente, mas, para deixar claro que se tratavam de hóspedes, determinou que fossem isentas de qualquer serviço e trabalho escolar.

datam de 25 anos, não foram cumpridos os fins para que o Asilo foi criado na parte do ensino profissional masculino, sendo que hoje esse ensino é proficientemente feito em instituto especial; outros artigos têm sido modificados pelas sucessivas administrações do Asilo; que esse tem evoluído e que tem se transformado e como, finalmente, é imprescindível que a administração bitole seus atos pela sua lei fundamental, acho que a reforma deve ser feita quanto antes mesmo porque está a terminar o prazo da atual Diretoria¹⁵⁹.

Os Estatutos em vigor haviam sido aprovados em 1889, portanto havia 25 anos. A construção de um prédio destinado à profissionalização dos meninos não havia se consumado e estes estavam tendo sua aprendizagem profissional no Instituto Dona Escolástica Rosa. Inicialmente eram recebidas crianças com idade inferior a dois anos, mas, face às dificuldades encontradas, ainda em 1889 a Diretoria passou a aceitar apenas crianças com mais de dois anos. A Diretoria era renovada anualmente em maio. O Presidente em exercício, Vitor de Lamarare, apresentou justificativas para a alteração dos estatutos que se sustentavam. Ademais, como seria comemorado naquele ano as “bodas de prata” do Asilo, a oportunidade de mudança nos estatutos era politicamente interessante.

Os Estatutos estão divididos em Capítulos, como os anteriores, atendendo ordem similar. A redação de alguns artigos já havia sido alterada, ajustando-se à passagem do tempo, aos costumes e às novas normas. Foi alterada a redação do artigo primeiro que dizia:

A Associação Protetora da Infância Desvalida, instituída na cidade de Santos, Província de S. Paulo, Império do Brasil, em 21 de abril de 1889, tem por fim acolher órfãos e meninos desvalidos, de ambos os sexos e sem distinção de nacionalidade, proporcionando-lhes:

§1º. Educação moral e religiosa.

§2º. Instrução relativa à inteligência de cada um e profissão a seguir.

§3º. Aprendizagem de um ofício ou arte de sua escolha e vocação.

§4º. Proteção e colocação convenientes, depois de terminada a aprendizagem e até a maioridade.

O artigo primeiro dos novos Estatutos passaram para:

A Associação Protetora da Infância Desvalida de Santos, instituída em 21 de abril de 1889 e solenemente instalada em 13 de maio do mesmo ano, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, República dos Estados Unidos do Brasil, tem por fim acolher órfãos e crianças desvalidas, de ambos os sexos, residentes em Santos e sem distinção de nacionalidade e religião, proporcionando-lhes:

¹⁵⁹ Ata de reunião de Diretoria de 01/04/1914.

§1º. Educação física e moral.

§2º. Instrução relativa à inteligência de cada um, sendo a instrução primária obrigatória a todos.

§3º. Aprendizagem obrigatória dos ofícios domésticos para educandos do sexo feminino e facultativo de artes conforme a vocação de cada um.

§4º. Colocação conveniente e de acordo com as aptidões demonstradas, para os educandos que tenham atingido a idade em que são obrigados a deixar o Asilo, isto é, 12 anos para o sexo masculino e 18 para os do sexo feminino.

Embora aparentemente se assemelhe ao anterior, parecendo dar continuidade ao que havia sido anteriormente estabelecido, algumas alterações desse artigo denotam uma ruptura. Algumas delas, como de Província para Estado de São Paulo, e a introdução da data 13 de maio, posterior à aprovação dos Estatutos de 1889, eram esperadas. A restrição do atendimento às crianças residentes em Santos já vinha sendo adotada e o artigo sobre o assunto apenas o ratificou.

Entretanto, a educação religiosa como objetivo da Associação deixou de constar do parágrafo primeiro, e foi introduzida a possibilidade de matrícula de crianças, independentemente de sua religião. Ao invés de educação religiosa, ganha intencionalidade a educação física, que não constava dos Estatutos anteriores. Esta modificação reforça o que havia sido estipulado no Regimento Interno aprovado em 1909, e introduz uma ruptura com as práticas anteriores a ele. A educação moral, por sua vez, foi mantida.

O segundo parágrafo retira a educação profissional como meta e introduz a obrigatoriedade da instrução primária para todos os internos. Os meninos passaram a ter educação profissional fora do Asilo, no Instituto Dona Escolástica Rosa. A instrução primária obrigatória denota a importância que passou a ter a educação intelectual, o que também indica uma ruptura.

O terceiro parágrafo ratifica a obrigatoriedade da educação doméstica das internas, instituída pelo Regimento Interno, e mantém a possibilidade da aprendizagem de artes. A proposta de educação feminina reforça a então nova concepção existente sobre o papel da mulher.

O último parágrafo retira o termo “proteção” como objetivo da instituição. A finalidade da Associação Protetora da Infância Desvalida havia passado a ser a educação. A proposta de colocação conveniente dos internos, após o período de permanência no Asilo de Órfãos, manteve-se. A novidade nesse parágrafo é a determinação da idade máxima para permanência no Asilo,

sendo às mulheres permitido permanecer até a maioridade. Essa norma indica que há um entendimento de que as mulheres são mais vulneráveis.

O terceiro artigo, sobre quais educandos seriam aceitos, também sofre algumas modificações, instituindo uma ordem de prioridade que já vinha sendo seguida pelas Diretorias anteriores, e ganha uma redação mais clara.

Com relação ao Capítulo que trata dos sócios, foram introduzidas modificações quanto às categorias de sócios e suas respectivas contribuições financeiras. O valor das contribuições foi atualizado, pois estava defasado. Os sócios que contribuía mensalmente foram divididos em duas categorias de acordo com o valor da contribuição. Novas categorias de sócios, sem pagamento de mensalidade, mas com contribuições significativas, foram criadas. A inadimplência, tolerada por três meses, passou para seis. As modificações introduzidas com relação aos sócios visavam uma arrecadação mais condizente com as necessidades da Associação Protetora da Infância Desvalida.

Com relação ao Capítulo que trata do Conselho Geral, passou a vigorar que ele se reuniria ordinariamente duas vezes por ano, uma para as eleições de Diretoria, Comissão Fiscal, Comissão de Sindicância e de Protetores, e outra para discussão e aprovação do parecer da Comissão Fiscal, leitura do relatório do Presidente, posse da nova Diretoria e da Comissão de Sindicância. A discussão e aprovação do parecer da Comissão Fiscal e do relatório do Presidente não constavam de suas atribuições. Esta mudança introduz maior controle sobre a administração da Associação Protetora da Infância Desvalida por parte da Diretoria. Foi introduzida, nesse Capítulo, a figura dos Protetores, coadjuvando o trabalho das Protetoras.

Com relação à Diretoria, essa ganhou a obrigação de tomar conhecimento dos atos do Presidente e de julgá-los, passando, assim, a ter maior controle sobre o dia-a-dia do Asilo. Quando da entrega da direção do Asilo de Órfãos às religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria em 1890, não houve alteração do item que dizia que o Presidente exerceria a suprema direção e superintendência sobre os orfanatos da Associação e serviços. Embora com aqueles Estatutos em vigor, as religiosas passaram a ter amplos poderes sobre internos. Os novos Estatutos sedimentaram o poder do Presidente, reafirmando ser de sua responsabilidade a suprema direção e superintendência sobre o Asilo de Órfãos e todo o movimento da Associação. Com relação às atribuições do Vice-Presidente e dos demais membros da Diretoria, os Estatutos não introduziram modificações.

O Capítulo XII que, nos Estatutos de 1889 trata das Protetoras, teve sua redação alterada para “Das protetoras e protetores”. Eram eleitos anualmente, desde a instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, uma para cada mês do ano; deixava então de existir apenas a Protetora, que passava a dividir suas responsabilidades com um Protetor. Esta mudança indicia novas representações sobre gênero. Não houve, entretanto, mudanças em suas atribuições, ou seja, visitar o Asilo para dar sugestões, angariar donativos, prestar conta deles à Diretoria e procurar promover a Associação Protetora da Infância Desvalida.

Com relação aos capítulos que tratam da Comissão Fiscal e da Assembleia Geral, foram alteradas algumas datas. A Assembleia Geral, realizada no primeiro domingo de maio, passaria a acontecer no primeiro domingo de janeiro. A cerimônia de posse da Diretoria, realizada todo ano no dia 13 de maio, data da instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, foi alterada para janeiro. A mudança da data para o início do ano civil instituiu uma nova tradição, assinalando a adoção pela instituição de uma forma “moderna” de registro do tempo, mais condizente com a nova realidade da instituição.

O capítulo que trata do patrimônio da Associação Protetora da Infância Desvalida foi ajustado de forma a contemplar os bens, móveis e imóveis, inexistentes em 1889. Há uma estimativa de desvalorização anual dos móveis e utensílios de 10 % de seu valor.

Com relação à receita, os novos Estatutos aboliram algumas previsões que não se realizaram, como 50% sobre o produto líquido dos artefatos e manufaturas dos orfanatos e sobre a metade do salário de cada menor aprendiz, e incluíram as subvenções do governo Federal, Estadual e Municipal. Com relação às despesas, tendo A Associação Protetora da Infância Desvalida, em 1914, prédio próprio e outros bens, as despesas com aluguel foram substituídas pelas despesas com a conservação do patrimônio.

No capítulo que trata das Disposições Gerais, um dos artigos diz que são considerados sócios beneméritos os fundadores da Associação, José Xavier Carvalho de Mendonça e Aureliano de Souza Nogueira da Gama. Está prevista a comemoração do aniversário da instalação da Associação no dia 13 de maio, com a participação de todos os educandos. Há a previsão da colocação de um ou mais quadros para a inscrição dos nomes dos sócios benfeitores e beneméritos na sala da Associação. Um dos artigos estipula que, para a realização de qualquer evento beneficente ou para angariar donativos, com exceção dos promovidos pelos Protetores, seria necessária a aprovação da Diretoria. Os Estatutos também vetam que qualquer membro do

Conselho mantenha relações comerciais com a administração da Associação. Os Estatutos finalizam prorrogando o mandato daquela gestão de 13 de maio de 1914 para 31 de dezembro do mesmo ano.

Assim, dando respaldo às novas práticas que foram introduzidas na Associação Protetora da Infância Desvalida, foi assinado um novo contrato com as religiosas, foi aprovado um novo Regimento Interno, foi aberto um novo Livro de Matrículas e, em 1914, foram propostos e aprovados novos Estatutos para a Associação Protetora da Infância Desvalida.

4.5 O período após 1914

Como engenheiro, Victor de Lamare não se descuidou das obras de conservação e adequação dos imóveis da Associação Protetora da Infância Desvalida. Em 1913 foram executadas obras de reparo no refeitório e no dormitório dos meninos, na Capela, no refeitório das Irmãs e das meninas e na sala da 2ª série. Também foram substituídas as camas dos meninos, que eram antigas e estavam muito estragadas, por sessenta camas novas, adquiridas com dinheiro angariado entre as firmas comerciais da cidade, por Robertina Simonsen e Roberto Simonsen. Em 1916, as dependências do fundo do prédio do Asilo foram completamente reformadas, tendo sido construído um quarto para o jardineiro e um compartimento para depósito dos objetos que ainda pudessem ter algum uso. A reforma incluiu a substituição das madeiras contaminadas por cupins.

Em 1918, resultado da gripe espanhola, muitas crianças ficaram órfãs. Como o prédio não comportava mais internos, Victor de Lamare propôs à Diretoria a compra de um imóvel¹⁶⁰, localizado à rua Antonio Macuco 107, nos fundos do Asilo. A casa, cujo proprietária era a Congregação do Puríssimo Coração de Maria, foi adquirida por Rs20:000\$000. Para que pudesse abrigar os internos foram necessárias obras de adaptação, providenciadas pelo engenheiro¹⁶¹. Este

¹⁶⁰ Esse imóvel havia sido construído em 1904, para que nele pudesse residir um padre que pudesse dar atendimento às religiosas. Na ocasião estava sendo ocupado por uma escola, mantida pelas religiosas, “denominada Externato S. Geraldo que (sic) lecionavam às crianças não asiladas” (CRÔNICAS, 1918).

¹⁶¹ A Associação Protetora da Infância Desvalida dispunha de uma quantia em dinheiro doada pela população como forma de ajuda por ela ter acolhido crianças doentes durante a epidemia de gripe espanhola.

edifício recebeu o nome de Pavilhão Soares Gomes e o prédio original passou a ser designado como Pavilhão Principal.

Diretorias anteriores, quando enfrentavam problemas de falta de espaço, pediam aos familiares das crianças maiores que as levassem do asilo. Victor de Lamare valeu-se de verbas recebidas em testamento e investiu no aumento do patrimônio da Associação Protetora da Infância Desvalida.

Novos pedidos de internação continuavam chegando. Tendo adquirido a casa das religiosas, Victor de Lamare se interessou em comprar um terreno que ficava no fundo do Pavilhão Principal e propôs à Diretoria que concordou com a ideia. Havendo divergências sobre o valor do imóvel, as negociações prosseguiram até junho de 1920.

Enquanto se davam as negociações para a compra do terreno, considerando que o Pavilhão Soares Gomes ficava separado do Pavilhão Principal pelo último trecho da Rua Luiz Gama, Victor de Lamare propôs à Diretoria que se pleiteasse junto aos poderes públicos a incorporação daquele trecho de rua¹⁶² ao Asilo de Órfãos. Ainda em 1919, ano em que os internos maiores foram instalados no Pavilhão Soares Gomes, a Associação Protetora da Infância Desvalida encaminhou um requerimento à Câmara Municipal nesse sentido. Obtida a autorização, após aprovação pela Repartição de Saneamento de Santos, a Prefeitura deu seu parecer, de n.º. 74, em 24 de outubro. Em março de 1920, estando a documentação resolvida, foi dado o consentimento definitivo para o fechamento da via, como se mantém até hoje. Na ocasião, Victor de Lamare encomendou ao Dr. José Tangary as plantas do terreno do Asilo e suas dependências, considerando um provável aumento das instalações. A incorporação do trecho de rua, possibilitou a expansão da propriedade do Asilo.

O projeto de ocupação previa a anexação de dois quarteirões, aquele que era originalmente ocupado pelo Asilo de Órfãos e aquele onde ficava o Pavilhão Soares Gomes. As plantas referentes ao Asilo de Órfãos apresentadas neste texto foram concebidas naquela ocasião.

¹⁶² Situado entre as ruas João Macuco e Antonio Macuco.

Figura 4. Planta do terreno do Asilo de Órfãos com o planejamento dos prédios a serem construídos (original no acervo da Casa da Criança)

À direita, no meio, temos o prédio original do Asilo de Órfãos. Olhando para ele, à sua direita temos a previsão do local onde seriam construídos a escola e o recreio. À esquerda, o local da Capela. Atrás da Capela está esboçado o local do prédio destinado a funcionar como Pavilhão Sanatório. Além dele, o Pavilhão Soares Gomes. Entre esses dois prédios, está um trecho de rua que foi incorporado ao Asilo de Órfãos. À direita, atrás da escola, está o esboço das dependências destinadas aos serviçais e à guarda de materiais.

Com a aquisição do terreno e do prédio que era das Irmãs, a Diretoria considerou¹⁶³ “conveniente dar uma solução sobre o terreno pertencente à Estrada de Ferro Sul São Paulo e que fica encravado no que o Asilo está morando [...]”. O terreno, com 30 metros de frente para a rua João Alfredo e cinquenta metros de fundo, portanto com a área de quinhentos metros quadrados, ficava na esquina das ruas Borges e Senador Dantas. Victor de Lamare procurou o gerente da companhia de estradas de ferro e propôs que a Associação Protetora da

¹⁶³ Ata de reunião de Diretoria de 09/11/1922.

Infância Desvalida comprasse um terreno de tamanho e valor equivalente e fosse feita uma permuta. Em fevereiro de 1924 foi adquirida, de Antonio Domingues Pinto, “a faixa de terreno entre as ruas Luiz Gama e Borges, junto à estação da Estrada de Ferro Juquiá [...]”, com 10 metros de frente e 50 metros de fundo. Em dezembro de 1924, com autorização do Secretário de Obras Públicas do Estado, foi feita a permuta. Isto permitiu que o projeto de aumento do Asilo fosse feito, já que a Associação Protetora da Infância Desvalida ficou com a posse integral da quadra de terreno limitada pelas ruas Borges, João Alfredo, Senador Dantas e Avenida Rodrigues Alves. As obras da construção de um muro fechando o terreno foram concluídas no dia 30 de agosto de 1925, dando ao terreno a configuração final.

Enquanto tratava da ampliação do terreno, em 1923¹⁶⁴, Victor de Lamare resolveu encomendar o projeto de um pavilhão destinado às aulas e de um pátio, coberto, para exercícios de ginástica, aulas do Jardim da Infância e recreio. Encomendou os desenhos ao arquiteto H. Fillinger e os apresentou à Diretoria que aprovou o projeto. Pediu, então, “preço a várias firmas construtoras desta cidade para a construção do Pavilhão para aulas e recreio anexo, de acordo com o projeto organizado com o sr. H. Fillinger¹⁶⁵”. Foram três as propostas apresentadas e, considerando os preços e serem todas igualmente competentes, foi escolhida a dos srs. Bittencourt-Maronna e Cia. que deu início às obras.

Figura 5. Projeto da fachada do Pavilhão Escolar (original no acervo da Casa da Criança)

¹⁶⁴ Ata de reunião de Diretoria de 11/03/1923.

¹⁶⁵ O projeto e os desenhos ficaram em Rs650\$000.

Figura 6. Projeto do recreio coberto anexo ao Pavilhão Escolar (original no acervo da Casa da Criança)

A ampliação do terreno do Asilo foi possível graças a doações feitas através dos testamentos de Soares Gomes, em 1919, e de Angelo Lhamas, no ano seguinte. A primeira doação foi em dinheiro. A segunda se deu de uma forma curiosa. Lhamas doou um prédio, localizado na rua Braz Cubas 202, centro da cidade, metade para a Associação Protetora da Infância Desvalida e metade para a Associação à Infância de Santos, responsável pela Gota de Leite. As Diretorias das duas entidades fizeram um acordo de que, feito um sorteio, a parte sorteada deveria adquirir a parte da outra. O preço foi definido por avaliadores escolhidos por ambas e combinou-se que, caso houvesse concordância, seria definida por um árbitro escolhido de comum acordo.

Pronto o Pavilhão Escolar, a Diretoria resolveu que não deveria inaugurá-lo sem que fossem pintadas as paredes externas do Pavilhão Principal. Finalmente, no dia 25 de Dezembro de 1924, “com a presença de autoridades, associados e grande número de pessoas gradas, foi solenemente inaugurado o Pavilhão Escolar e o Recreio Coberto anexo¹⁶⁶”. Adolfo Porchat de Assis foi convidado a cortar a fita simbólica e a cerimônia incluiu discursos, apresentação do corpo de asilados, demonstração de Ginástica Sueca, danças e (como era dia de Natal) entrega de presentes.

¹⁶⁶ Ata da reunião de Diretoria de 15/02/1925.

Com a inauguração do Pavilhão Escolar¹⁶⁷, a capacidade do Asilo passou a ser de 250 crianças, pois as classes deixaram de ocupar espaços do Pavilhão Principal, dando lugar a novos dormitórios.

Como a capacidade do asilo havia aumentado e as doenças contagiosas exigiam o isolamento dos internos contaminados, Victor de Lamare propôs que a enfermaria ganhasse prédio próprio. Em 1926 Victor de Lamare apresentou à Diretoria o projeto do Pavilhão Sanitário. Em outubro daquele ano foi contratado um engenheiro para dirigir a obra e a Diretoria conseguiu, através de Guilherme Guinle, presidente da Companhia Docas de Santos, pedra de alvenaria, pedra britada e areia para a construção. As instalações elétricas do novo prédio foram feitas gratuitamente pela *City of Santos Improvements Co. Ltd.*¹⁶⁸, por iniciativa de seu gerente, Bernardo Browne.

A construção do Pavilhão Sanitário deu ensejo à cogitações acerca da instalação de uma clínica dentária naquele prédio. O dentista passaria a receber honorários mensais, com a obrigação de fornecer assistência diária aos internos. O médico já visitava diariamente o Asilo, tendo sido esta prática mantida.

Durante as obras de construção do Pavilhão Sanitário, Victor de Lamare propôs que “para a boa ordem, disciplina e melhor aproveitamento do serviço interno do Asilo seria de toda conveniência que a Capela estivesse em Pavilhão isolado, embora ligado ao Asilo¹⁶⁹”. Argumentou que, já que o Asilo estava em obras, sob o ponto de vista econômico seria conveniente que a Capela fosse construída naquela ocasião. O projeto definitivo da Capela ficou pronto em 1927. As fundações foram feitas em junho daquele ano.

No final do ano as obras da Capela e do Pavilhão Sanitário estavam praticamente concluídas e foram tomadas providências no sentido de mobiliar os dois prédios. Foram adquiridos equipamentos para o gabinete dentário¹⁷⁰ e para a sala de curativos¹⁷¹. Para mobiliar as

¹⁶⁷ A discussão sobre os espaços do Pavilhão Escolar serão feitas adiante, quando for abordada a instrução dos internos.

¹⁶⁸ Companhia canadense, responsável pela distribuição de energia elétrica e pelos transportes na cidade de Santos.

¹⁶⁹ Ata de reunião de Diretoria de 20/02/1927.

¹⁷⁰ Um equipo, um esterilizador, um armário, uma mesa-armário para ferros e material dentário.

¹⁷¹ Material cirúrgico, pequena mesa para curativos, um forno Pasteur, alguns ferros e outras miudezas.

enfermarias foram encomendadas 36 camas, 22 criados mudos, três mesas, nove cadeiras, uma mesa para exames, três mesas para refeição dos doentes, 30 portas e três biombos, todos os móveis de ferro esmaltado.

O prédio da Capela, a ser inaugurado no mesmo dia do Pavilhão Sanitário, levou a Diretoria a discussões acerca das treze janelas, pois parte dos diretores desejava que fossem fechadas por vidros foscos, por economia, e parte queria que fossem colocados vitrais. A solução foi dada pelo Tesoureiro que propôs a encomenda dos caixilhos e que fosse pedido às pessoas “de fé católica que frequentam e protegem o Asilo, a cada uma o donativo de um vitral¹⁷²”, como foi feito nas Igrejas do Embaré e na do Coração de Jesus, no que houve concordância. O côro da antiga Capela, no interior do Pavilhão Principal, foi desmanchado e aproveitado na nova Capela. A Capela, externa, deu ao Asilo um ar de colégio religioso. Ao mesmo tempo criou um espaço próprio para as cerimônias católicas.

Prontos os novos prédios, providenciou-se a construção de jardins externos em 1930. O Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Santos e a Prefeitura forneceram terra, esta última originária daquela retirada para a construção do Canal 4. O Serviço Florestal do Estado enviou, a pedido da Diretoria, 300 mudas de eucalipto e 50 de cedro. Com as obras levadas adiante por Victor de Lamare o asilo havia dobrado de tamanho. Além do Pavilhão Principal e do Pavilhão Soares Gomes, haviam mais três prédios: o Pavilhão Escolar, o Pavilhão Sanatório e a Capela. Esses prédios ainda existem e são ocupados pela Casa da Criança de Santos. O Pavilhão Principal continua servindo de moradia, o Pavilhão Soares Gomes atende crianças com HIV, o Pavilhão Escolar está alugado a uma firma, no Pavilhão Sanatório funciona a escola maternal em período de semi-internato.

Além de ter investido em obras, Victor de Lamare procurou atender determinações legais. Em 1917, atendendo o que determinava o novo Código Civil, entrou em contato com João Nepomuceno Freire Junior, advogado da Associação Protetora da Infância Desvalida para que providenciasse no sentido da mesma se transformar em pessoa jurídica. Como parte das providências, já havia mandado publicar no Diário Oficial os Estatutos da mesma. A certidão de

¹⁷² Ata da reunião de Diretoria de 04/12/1927.

inscrição¹⁷³ foi recebida do Cartório de Registros, através do escrivão Alvaro Bittencourt naquele mesmo ano.

Em maio de 1918, a Associação Protetora da Infância Desvalida recebeu um ofício enviado por Oscar Thompson, Diretor Geral da Instrução Pública pedindo que, conforme estipulava a Lei nº 1579 de 19 de dezembro de 1917, fossem enviadas as plantas do prédio e outros documentos para que as aulas pudessem continuar a funcionar. Como as religiosas trabalhavam como professoras sem qualquer certificação¹⁷⁴, Victor de Lamare expediu ofícios para as pessoas que faziam parte de sua rede de solidariedade, e que vinham servindo como examinadores em vários anos letivos. Foram pedidos que emitissem atestados sobre a competência das Irmãs como professoras a Adolfo Porchat de Assis, diretor da Escola de Comércio “José Bonifácio”, Artur Porchat de Assis, Diretor do Instituto “Dona Escolástica Rosa, Padre Gastão de Moraes, professor do Liceu Feminino Santista, Benedito Calixto, professor do Liceu e da Associação Instrutiva José Bonifácio, Drs. Abel de Castro, José B. Pereira das Neves e Sóter de Araujo e para o Professor Delfino Stockler de Lima, Inspetor Literário Municipal. Recebidos os atestados, foram enviados ao Diretor da Instrução Pública, junto com o restante da documentação exigida. O Dr. Oscar Thompson enviou ofício autorizando o funcionamento das escolas mantidas pela Associação Protetora da Infância Desvalida.

Em 1921, Victor de Lamare enfrentou uma situação delicada com relação às religiosas que o levou a tomar providências com relação aos Estatutos. Recebeu naquele ano um ofício da Superiora Geral da Congregação em que esta relatava as dificuldades das religiosas em cuidar dos meninos maiores de sete anos, que “ geralmente, esses meninos asilados, chegando a uma

¹⁷³ Os documentos foram registrados sob o número 139, no livro 3, em 28 de novembro de 1917.

¹⁷⁴ O Decreto n. 2944 de 8 de agosto de 1918, que aprova o regulamento para a execução da Lei n. 1579, em seu capítulo IV, trata da regulamentação do ensino particular. Determina no artigo 45 que “Nenhum estabelecimento particular de ensino, primário ou secundário, poderá ser instalado no Estado, sem prévia autorização da Diretoria Geral de Instrução Pública, que somente poderá concedê-la mediante requerimento a que o interessado juntar os seguintes documentos: a) atestado ou títulos que provem a capacidade moral e técnica do diretor e dos professores. Esse atestado, referente à capacidade moral ou técnica do diretor e dos professores, será firmado pelo presidente ou diretor de associações que mantenham escolas; por pessoas diplomadas pelos cursos secundários ou superiores do Estado ou da República; por autoridades judiciárias; por autoridades escolares municipais, estaduais ou federais; e, finalmente, quando se tratar de estabelecimentos religiosos, por autoridade ou ministros das respectivas confissões; b) planta do prédio em que haja de funcionar a escola, instruída com relatório do inspetor médico escolar sobre as condições higiênico-pedagógicas do mesmo; c) compromisso de confiar a professores brasileiros o ensino de português, geografia e história do Brasil, bem como de fazer que todo o ensino, salvo em se tratando de línguas estrangeiras, seja ministrado em idioma pátrio. [...]”

certa idade, tornam-se difíceis de se deixar guiar, precisando então duma mais enérgica direção que não compete às Irmãs” . Pedia que os meninos acima daquela idade fossem eliminados do asilo. Discutida a questão pela Diretoria, resolveu-se que “preliminarmente, o Asilo de modo algum abandonaria a assistência que vinha prestando aos menores do sexo masculino. Victor de Lamare foi procurado, aproximadamente dois meses depois, por um padre que se disse encarregado pelo Arcebispo responsável pelas casas da Congregação. Este trouxe a autorização para que as religiosas cuidassem dos menores do sexo masculino até os doze anos. O caso foi levado a uma reunião de Conselho Geral na qual relatou que, após a autorização do padre, “a Diretoria procurou colocação para todos os menores, de idade superior a 12 anos, e exceção feita de órfãos de pai e mãe e casos especiais, e continuou a não receber menores do sexo masculino até o conselho pronunciar-se a respeito [...]”. O Conselho, após ligeiro debate, resolveu, por proposta da Diretoria, modificar a redação da primeira parte do artº 3 do Regimento Interno para a seguinte forma “O orfanato masculino só receberá menores de 2 a 7 anos de idade sendo órfãos de pai e até 10 anos incompletos quando órfão de pai e mãe, e nos dois casos dar-lhes-á a educação até 12 anos”¹⁷⁵.

Além de cuidar da parte de manutenção dos imóveis e da parte legal da instituição, Victor de Lamare também se mantinha ligado às questões da educação. Em várias ocasiões pediu que as Irmãs Professoras visitassem escolas estaduais¹⁷⁶ como forma de observarem seu funcionamento. Em março de 1918, em comum acordo com Sóter de Araújo, abriram um curso de enfermagem no Asilo. Também foi iniciativa dele a abertura de uma creche, em 1920, destinada a “recolher [crianças] durante o dia, dando-lhes alimentação e instrução, as crianças cujas mães necessitam empregar-se”¹⁷⁷. Apesar das resistências do Conselho Geral que condicionou sua abertura à ampliação do edifício do Asilo, Victor de Lamare continuou insistindo. A proposta foi aprovada pelo Conselho Geral¹⁷⁸, “somente a título de experiência, ficando a Diretoria encarregada de estudar o assunto e fazer o respectivo regulamento, ficando desde já estabelecido, também

¹⁷⁵ Ata de reunião do Conselho Geral de 26/03/1922.

¹⁷⁶ Entre outras visitas, em 1917 estiveram no Grupo Escolar Cesário Bastos e, no ano seguinte, na Escola Normal e no Jardim da Infância, em São Paulo.

¹⁷⁷ Ata da reunião de Conselho Geral de 09/05/1920.

¹⁷⁸ Ata de reunião do Conselho Geral de 04/10/1920.

provisório, que o Abrigo recolherá crianças de ambos os sexos, sendo do sexo masculino de 2 a 7 anos e feminino de 2 a 12 anos”.

Foi também iniciativa de Victor de Lamare a inclusão de internas no quadro de funcionárias do Asilo. Foi ele quem sugeriu, em 1919, que Alzira Ravazzani substituisse interinamente o escriturário do Asilo e que fosse posteriormente contratada para a função e também como professora de piano dos educandos. No início do ano seguinte, demorando-se a Irmã que deveria assumir a 1ª série, Augusta Rodrigues, formada pelo Liceu, se ofereceu para substituí-la até que chegasse. Victor de Lamare considerando que o número de alunos era grande, dividiu a classe em duas, ficando a 1ª Divisão a cargo dela e a 2ª Divisão a cargo de Carolina Monteiro, que cursava o 4º ano do Liceu.

O relacionamento entre as religiosas e Victor de Lamare foi se alterando ao longo do tempo. O asilo foi ficando parecido com uma escola religiosa. Nesse interim muitas das internas ingressaram na Associação Pia Filhas de Maria. As reuniões eram feitas no prédio do Asilo. Aos poucos passou a ser visitada por padres e autoridades religiosas. Em 1925 a Diretoria, religiosas e educandos foram convidados para receber o primeiro Bispo da diocese de Santos, Dom José Parreira de Lara, tendo Victor de Lamare representado o Asilo de Órfãos.

Ratificando a proximidade entre o Presidente e o Bispo recém-nomeado, aquele foi encarregado de procurar um prédio que pudesse acomodar a matriz provisória do bairro da Vila Macuco. Como não conseguiu e o Bispo recém-nomeado estivesse em más condições financeiras, o Presidente permitiu, provisoriamente, que o mesmo realizasse casamentos, batizados e rezasse missas na capela do Asilo. A mesma acolhida recebeu o Bispo que o sucedeu, em 1935, Dom Paulo de Tarso Campos.

Canclini (2003, p.XIX) chamou de hibridação “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas”. Talvez possamos considerar que os anos de convivência entre o engenheiro formado nos moldes positivistas com as religiosas, tenha transformado esses dois atores.

Victor de Lamare permaneceu à frente da Associação Protetora da Infância Desvalida até 1944, re-eleito anualmente Presidente¹⁷⁹. Para Kropf (1996, p. 132), esse engenheiro assumiu a postura de *missionário do progresso*.

As metáforas religiosas traduzem de forma clara a auto-representação dos engenheiros como *missionários*¹⁸⁰ cujas idéias deveriam ser levadas à sociedade para que todos se convencessem de que elas eram “ensinamentos” que continham, tal como os dos apóstolos, a *verdade*.

Suas ações na Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida são típicas de quem assumiu esta postura. Além de seu envolvimento com a Associação Protetora da Infância Desvalida, havia sido um dos fundadores da Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos. Foi um dos fundadores do Tiro de Guerra de Santos e do Conservatório Municipal. Foi também um dos fundadores da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos. Envolveu-se, portanto, em diversos empreendimentos da cidade, dando visibilidade às suas ações. Confirmou o que Kropf (1996, p. 139) afirmou a respeito desses profissionais:

[...] quando desejam destacar ou sintetizar o que julgam ser o caráter elevado dos traços que definem sua identidade e prática, os engenheiros comparam-se com frequência a categorias de indivíduos cujo perfil socialmente reconhecido está diretamente relacionado a qualidades consideradas moralmente superiores, como **honra, mérito, patriotismo, responsabilidade e altruísmo**¹⁸¹. Associando-se aos significados socialmente atribuídos às figuras do homem religioso ou do militar combatente, eles constroem e propagandeiam sua própria imagem como profissionais que, para além da competência técnica, distinguem-se, sobretudo pela tenacidade moral com que pretendem cumprir sua *missão* de lutar em nome dos interesses gerais da sociedade.

Como Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida, preocupou-se em prestar contas mensalmente de suas ações à população, através da publicação nos jornais dos donativos recebidos pelo Asilo e, anualmente, dos relatórios anuais. Fomentou durante sua gestão o patriotismo, a responsabilidade e moralidade. Os discursos elogiosos, pronunciados por pessoas

¹⁷⁹ Afastou-se temporariamente do cargo em 1944, por recomendação médica, tendo se afastado definitivamente em 1945. Faleceu em 1946.

¹⁸⁰ Grifo da autora.

¹⁸¹ Grifo nosso.

de peso em eventos do Asilo de Órfãos, eram publicados pela imprensa. Participou, sozinho ou em companhia dos internos, de atividades cívicas e religiosas.

5. ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO ASILO DE ÓRFÃOS DE SANTOS

Nos capítulos anteriores tratamos das transformações sofridas pela cidade de Santos no início do século XX e da expansão e diversificação da instrução oferecida à população. Mostramos também a forma como os engenheiros entraram na Diretoria do Asilo de Órfãos e as primeiras medidas por eles tomadas no sentido de alterar os propósitos e a forma de educação ministrada naquela instituição.

Neste capítulo aprofundaremos-nos sobre a educação, que passou a ser ministrada no Asilo de Órfãos, cuja documentação pode-se analisar. Por meio desta, pode-se conhecer algumas práticas que parecem revelar as representações do grupo de intelectuais de que tratamos anteriormente, assim como suas estratégias.

Mostraremos, em seguida, como a instituição procurou fornecer modelos para a população ao não apenas educar, mas também dar visibilidade aos novos comportamentos exibidos pelos internos, permitindo-se, assim, que tais condutas fossem apropriadas pelo resto da população. Uma cidade na qual o movimento operário era bastante forte, onde o apelo às formas de vida fácil era grande, uma cidade urbanizada e que demandava novos comportamentos nas ruas e outros lugares públicos, uma cidade com cicatrizes trazidas pelas recorrentes epidemias do final do século XIX, tudo isso levou esse grupo de intelectuais a pensar formas de transformar as camadas mais miseráveis da população, representadas pelas crianças internas, em futuros cidadãos civilizados. Com seu exemplo e outras estratégias, essas pessoas pretendiam igualmente mostrar aos seus pares formas por elas consideradas desejáveis, tanto de comportamento, quanto de atitudes de altruísmo, de iniciativa, de responsabilidade, entre outras.

Como marco inicial deste capítulo foi escolhido o ano de 1908, quando os engenheiros passaram a intervir na educação das crianças do Asilo de Órfãos. Como marco final foi escolhido o ano de 1931, pois, naquele ano¹⁸², mudanças na distribuição de subvenções às instituições filantrópicas inviabilizaram a continuação da proposta que vinha sendo desenvolvida no Asilo, assim como em outras instituições filantrópicas. As dificuldades do Asilo (que haviam iniciado

¹⁸² Em primeiro de março, foi suspensa, por ordem do Governo Provisório, a quota do Imposto de Caridade, substituído por uma Caixa de Subvenção criada pelo Decreto n.º 20.351 de 31 de agosto.

com a crise de 1929 quando muitos sócios se desligaram dele ou mudaram-se de cidade) se agravaram¹⁸³. Em 1932, o auxílio referente ao ano anterior ainda não havia sido repassado pelo Ministro do Trabalho, responsável pela distribuição de benefícios às casas de caridade^o o que inviabilizou a manutenção de várias propostas no Asilo de Órfãos. Em um esforço para contornar a crise, muitas crianças internas foram entregues às suas famílias e o controle das finanças passou a ser rigoroso, com extrema contenção dos gastos. Decorrente das mudanças políticas, desfez-se a rede de influências que dera sustentação ao projeto que vinha sendo desenvolvido no Asilo. Embora a instituição continue existindo até hoje, podemos considerar esses acontecimentos como o encerramento de um ciclo do Asilo.

5.1 A rotina dos internos: tempos e espaços

Felgueiras (2008), analisando os internatos, concluiu que esse regime foi pensado como um modo de formar a criança, afastando-a de uma vida sem regras, propícia ao vício e à degradação moral, para torná-la um elemento útil à sociedade. O emprego de dispositivos como a distribuição dos tempos e dos espaços é uma forma de educar o interno.

Segundo Escolano (2008 ano, p. 33),

El tiempo, junto al espacio, constituye uno de los elementos estructurales y estructurantes de la cultura de la escuela. Estructural por lo que tiene de fundamental en la fijación del orden que otorga gobernabilidad a las instituciones destinadas a la formación de la infancia y la juventud; estructurante porque interacciona e influye en la configuración de otros elementos que forman parte de la vida escolar como el espacio, el curriculum, la conducta de los sujetos y las mediaciones instrumentales del funcionamiento de los establecimientos docentes.

O Regimento Interno, aprovado em 1909, e cujas normas passaram a vigir no início de 1910, organizou os tempos e espaços do Asilo de Órfãos e essa organização se refletiu nas práticas educativas, nos ritmos, nas sequências de ações e nos usos dos espaços. Segundo esse mesmo autor, podemos considerar a aprendizagem desses tempos criados que não eram regulados

¹⁸³ O déficit de 1931, originado pela suspensão do pagamento do Imposto de Caridade por parte do Governo Federal e pela perda de outras rendas, foi de Rs 26:033\$440. Seria maior se não houvesse sido paga a subvenção do governo do Estado, de Rs 25:000\$000. O Decreto n.º 21.293, de 14/04/1932 concedeu ao Asilo o auxílio de Rs 5:000\$000 referente ao exercício de 1931.

pelo relógio biológico dos internos, e o uso desses espaços como um elemento a mais do currículo escolar.

No sentido de entender de que forma a divisão do tempo propiciou governabilidade ao internato, uma das dimensões do tempo fixadas pelo documento foi aquela que Souza (1999, p. 129) chama de “tempo de longa duração”, a obrigatoriedade escolar.

O curso primário durava cinco anos no Asilo. As meninas que o completavam, podiam continuar seus estudos em um curso Complementar, ou ingressar no Liceu para se formarem professoras. Para isso, a interna dirigia um pedido, por escrito, à Diretoria, solicitando autorização para prestar o exame de admissão. Aprovada, passava a frequentar as aulas do Liceu Feminino.

Os meninos sem família, quando terminavam o curso primário, eram geralmente transferidos para outro internato, o Instituto Dona Escolástica Rosa, no qual prosseguiram os estudos e aprendiam um ofício, como o de marceneiro, tipógrafo ou alfaiate.

Essa duração do curso primário era a mesma do período em que estava prevista a permanência da criança no internato, já que, ao final do quinto ano a criança teria doze ou treze anos (considerando-se seu ingresso na primeira série com sete anos e sem reprovação durante o curso primário). A esse tempo obrigatório somou-se o tempo de Jardim da Infância, anterior ao curso primário, para crianças menores de sete anos. Elas passavam a frequentar o Jardim a partir dos três anos de idade e nele permaneciam até completarem sete anos. Segundo os estudos de Souza (1999), foi no final do século XIX e início do século XX que se constituiu a arquitetura temporal escolar; portanto, coexistiam cursos primários com diferentes tempos de duração, ou seja, em outras escolas o tempo poderia ser outro. Aproximadamente em 1923 o tempo de duração do ensino primário no Asilo de Órfãos foi reduzido para quatro anos.

Outro tempo de longa duração era a idade de ingresso e permanência no Asilo. Segundo o Regimento Interno, os meninos deveriam ter entre dois e dez anos para serem admitidos e poderiam permanecer até os 14 anos. As meninas deveriam ter entre dois e doze anos e poderiam permanecer até os dezoito anos. Embora essa fosse uma norma, com relação às mulheres não foi sempre atendida. Havia tolerância com relação, principalmente, àquelas sem família.

O tempo de admissão e permanência dos meninos foi alterado em 1922, a pedido das religiosas, que estavam tendo dificuldades em disciplinar os meninos maiores. Após várias deliberações da Diretoria e da Igreja, que interveio no assunto, o Conselho Geral da Associação Protetora da Infância Desvalida¹⁸⁴ resolveu, por proposta da Diretoria, modificar a primeira parte do artigo 3 do Regimento Interno, dando a ele a seguinte redação “O orfelinato masculino só receberá menores de 2 a 7 anos de idade sendo órfãos de pai, e até 10 anos incompletos quando órfãos de pai e mãe e, nos dois casos, dar-lhes-á a educação até 12 anos”. Mesmo após essa decisão, meninos maiores sem família permaneceram no Asilo enquanto aguardavam vagas no Instituto Dona Escolástica Rosa ou outras possibilidades de encaminhamento. Percebe-se, pela tolerância à permanência de internos com idade superior às normas, o entendimento de que a responsabilidade por eles continuava sendo do Asilo de Órfãos até que fossem convenientemente encaminhados.

Outros tempos de longa duração se referem às atividades que os internos poderiam realizar quando tivessem determinada idade. O curso de educação religiosa seria oferecido aos internos apenas a partir dos sete anos. Esse curso, previsto na grade curricular planejada pela Madre Superiora, deveria constituir-se de prédicas sobre a Religião Cristã e as aulas podiam ser dadas na Capela.

O planejamento do uso do tempo também foi feito com relação ao asseio do estabelecimento. A Madre Superiora organizou um rodizio de tal forma que, em dias determinados, cada interna com mais de nove anos estaria ocupando seu tempo em alguma tarefa de limpeza.

Com relação ao que Souza considera tempos de “curta duração”, foram fixadas as datas de início e término do ano letivo a serem cumpridas pelos alunos. As férias iam de 15 de dezembro a 6 de janeiro. As datas de início e término assinalavam o final de um ciclo e início de outro no processo de escolarização, já que as crianças eram avaliadas no final desse ciclo e, se aprovadas, iniciavam um novo ciclo de escolarização mudando de série. Dessa forma, os alunos precisaram adequar seus esforços no sentido de se prepararem para os exames finais, o que imprimia um ritmo anual à aplicação que deveriam ter com os estudos. Assinalando o final do

¹⁸⁴ Ata da reunião do Conselho Geral de 26/ 03/1922.

ano letivo aconteciam festas escolares que marcavam o rito de passagem: dia dos exames, dia das premiações, dia da abertura da exposição dos trabalhos manuais produzidos durante o ano. Na prática, entretanto, nem o período destinado às férias foi estritamente cumprido, nem o que fazer nos domingos e feriados. Houve vezes em que as aulas começaram apenas no início de fevereiro, porque dependiam da presença das religiosas que, tendo viajado, nem sempre chegavam a tempo de iniciarem o ano letivo em janeiro. Isso vem confirmar o que afirma Souza (1999, p. 133-134)

A data de início e término do ano letivo e as férias de inverno sofreram inúmeras variações [entre 1892 e 1933]. [...] Essa ampliação ocorreu mais em razão do descanso do corpo docente, fruto de reivindicações profissionais, do que propriamente tendo em vista os alunos.

O Regimento fixou também as datas dos feriados e o que fazer naqueles dias, alternando, dessa maneira, estudo e lazer. Foi previsto que a Semana Santa se constituiria em um período de férias. Outros feriados seriam os domingos e dias santos, os dias de festas nacionais e o dia 13 de maio, aniversário do Asilo. Apesar de algumas determinações sobre como usar esses dias, as peculiaridades de cada data quebravam a rotina, pois exigiam dos internos a adequação a elas. Na Semana Santa aconteciam as celebrações típicas do culto católico, assim como nos feriados religiosos. Em dias de feriados cívicos, era hasteada a bandeira e as crianças entoavam hinos, quando não participavam de eventos comemorativos externos. Como bem nos lembra Souza, todos esses eventos, no entanto, tinham finalidade educativa. Segundo Gallego (2005, p. 13),

O calendário escolar, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, homens a serem considerados heróis, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, produz esquecimentos. Heróis foram criados, mitos precisavam ser cultivados, era necessário desencadear emoções, encontrar símbolos dos fatos que se desejava recordar e provocar sentimentos para que as crianças aderissem a eles com paixão. Era preciso fazer com que o povo amasse a pátria, seus heróis, comemorassem a era republicana: hinos, hasteamento da bandeira, pavilhão escolar, Orfeão constituíram atividades decisivas na constituição da memória coletiva oficial.

A festa de Natal, promovida pelos Protetores, servia como forma de inculcar nos internos o reconhecimento dos “benfeitores”. Eram distribuídos presentes angariados junto ao comércio pelos Protetores no mês de dezembro. Em contrapartida, poesias, cujo tema era gratidão, eram declamadas e discursos de agradecimento pronunciados pelos internos.

Estudando as festas de Natal realizadas nesse período em Belo Horizonte, Veiga (2000, p. 145) conclui que este

era um movimento da cidade e dos representantes da ‘mais nobre sociedade’, mas evidentemente não era destinado a crianças da ‘boa família’ [...] O dia da criança pobre, o Natal, era o dia da mais alta significação para o assistencialismo, era também o dia clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade.

Segundo essa mesma autora (idem, p. 146), “na busca de dar visibilidade às ações de beneficência, todos eram concorrentes, principalmente no especial momento de Natal”. A festa de Natal celebrada no Asilo de Órfão anualmente relembra os internos sobre sua necessária gratidão pelo que haviam recebido durante aquele ano.

Segundo Escolano (2008, p. 45),

La segunda perspectiva de la organización del tiempo escolar alude a la periodización de las actividades que se llevaban a cabo en el interior de las instituciones, es decir, a los horarios semanales y diarios de la vida cotidiana de los centros. Esta determinación no es una cuestión meramente mecánica y neutra, sino que obedece a toda una cultura pedagógica, teórica y práctica. [...] son decisiones en las que subyacen valores y discursos que afectan a los modos de entender la escuela y al arte de la enseñanza.

Além dos tempos referentes ao ano, havia outros tempos. Segundo Escolano (idem), a semana e o dia são os módulos básicos desses tempos escolares curtos. Aos domingos os internos acordavam cedo para assistir à missa: cerimônia religiosa que assinalava o término de uma semana de estudos e trabalhos. Era a oportunidade de os internos agradecerem a Deus pelo que recebiam.

O dia foi dividido segundo a dimensão temporal e seu uso inteiramente planejado. Foi estabelecido o horário de acordar, de estudar, do banho, das orações, das aulas, dos deveres, do lazer. Os banhos deveriam ser diários, não antes das seis horas no verão e das seis e meia da manhã no inverno. As orações diárias seriam feitas nos dormitórios, pela manhã, ao levantarem e, à noite, ao se deitarem. O tempo de repouso deveria ser de no mínimo nove horas, o que implicava em ter um horário para dormir. Com essas determinações estabelece-se uma rotina. Terminado o dia, ir para os dormitórios, trocar-se para dormir, rezar, dormir, acordar, rezar, tomar banho. Ainda como rotina, duas vezes por semana deveriam ser trocadas as roupas de cama.

As refeições também deveriam obedecer a um ritmo mantido diariamente: às 7h da manhã (café, pão e manteiga), às 10h (almoço), às 13h (uma pequena refeição), às 17h (jantar) e às 20h (chá, pão, manteiga). A proibição de refeições extraordinárias e com alimentos especiais, garantia o ritmo e a uniformidade entre os internos. O auto-controle era a face educativa desse dispositivo.

Durante o dia havia o tempo de aula. O horário das aulas e sua divisão deveriam ser planejados pela Madre Superiora e aprovados pelo Presidente, e de acordo com a grade curricular estabelecida pelo Regimento para as cinco séries. As aulas não deveriam ter mais de uma hora de duração e entre elas deveria haver um descanso mínimo de quinze minutos. Essa duração poderia ser modificada caso se verificasse que o tempo da aula era superior à capacidade de atenção dos alunos. Mesmo aqui os alunos são vistos de maneira uniforme. Não há espaço para a individualidade.

Quando não estavam em aula ou ocupadas com a limpeza do prédio, o tempo das internas deveria ser utilizado na aprendizagem de corte e costura, bordado, crochê, tricô, filé, cartonagem, dobradura, tecelagem, economia doméstica, cozinha, lavagem e engomadura de roupas. Como todas as internas deviam ter noções dessas habilidades, embora pudessem se dedicar também àquelas que atendessem melhor suas aptidões, cabia à Madre Superiora a distribuição do tempo e das internas para essas aprendizagens.

As internas seriam escaladas semanalmente para ajudarem nos trabalhos de cozinha, copa, lavagem, engomadura e conserto de roupas. Uma escala, relacionada à idade da criança e distribuição de responsabilidades condizente com sua faixa etária, seria definida. A limpeza diária do estabelecimento era realizada pelas internas, segundo uma escala que definia as respectivas responsabilidades e horários.

A distribuição de tarefas a serem executadas pelo tempo evitava o ócio. Com isso o controle dos internos tornava-se mais fácil e eles se acostumavam a estar sempre ocupados, o que, em uma sociedade capitalista como a que vinha nascendo, era desejável.

Segundo Felgueiras (2008, p. 100)

A forma como o tempo é repartido e organizado em tarefas denuncia um conjunto de limitações e liberdades que estão intimamente ligadas ao espaço físico em que elas se

realizam, às finalidades e importância que lhes são atribuídas e aos poderes que se exercem simultaneamente nesse espaço, através das teias de relações nele estabelecidas.

Nesse sentido, outras medidas disciplinares foram tomadas. A cada interno foi atribuído um número (o de matrícula) e esse número aparecia em seus pertences, identificando-os. Segundo Felgueiras (2008, p. 105)

A disposição dos espaços reflecte uma estreita dependência com ritmos de tempo e práticas educativas e ou escolares. As inovações pedagógicas, quando acontecem, reorganizam os tempos e a distribuição dos espaços. Ter um papel activo nessa redistribuição é também uma manifestação concreta do exercício do poder e pode assumir um carácter disciplinar e disciplinador.

Meninos e meninas foram separados em dois orfanatos e passaram a ocupar espaços diferentes dentro do prédio e nos recreios. Os internos de cada orfanato foram separados em turmas segundo a capacidade dos aposentos existentes, a idade e a compleição física, cabendo a cada uma das turmas seu dormitório, seu “território”. Como o prédio possuía dois andares, havia espaço suficiente. A responsabilidade por cada turma era de uma religiosa, a Prefeita.

Relatório apresentado pelo Presidente em 1916 aponta que as crianças foram divididas da seguinte forma, em 1915:

Tabela 5. Número de crianças internadas em 1916

IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
2 a 3 anos	1	3	4
4 a 7 anos	22	18	40
8 a 14 anos	36	61	97
15 a 18 anos	0	14	14
19 a 21 anos	0	5	5
Acima de 21 anos	0	3	3
TOTAL	59	104	163

Fonte: Relatório apresentado pelo Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida em 1917, relativo ao ano de 1916

As informações acima nos mostram a existência de três turmas masculinas e seis femininas. Provavelmente as crianças com idade inferior a três anos, que ainda não frequentavam o Jardim da Infância, não eram separadas segundo o sexo. Temos, então, dois grupos de meninos, os menores, com idades entre 4 e 7 anos, e os maiores, com idades entre 8 e 14 anos. Com relação ao sexo feminino, temos uma turma de meninas menores, com idades entre 4 e 7 anos, uma ou duas de meninas entre 8 e 14 anos e provavelmente uma turma das maiores¹⁸⁵, com idades acima de 15 anos. A divisão em turmas implicava que cada aluno pertencia a um orfanato, a um dormitório e tinha sua cama. Os espaços “particulares” estavam restritos a este dormitório, sendo o espaço mais “íntimo” a cama de cada interno. A vivência era sempre conjunta, apesar de cada interno possuir seus próprios pertences, como roupas, sapatos, pentes e escova de dentes.

O artigo 46 do Regimento Interno designou uma rouparia para os meninos e outra para as meninas. “Haverá em cada um dos orfanatos a respectiva rouparia onde serão devidamente numeradas todas as peças de roupa de modo a facilitar o mais possível o serviço”. Embora cada interno dispusesse de “roupa modesta” sua, para uso diário¹⁸⁶ e para dormir, a individualidade era camuflada pelos uniformes usados em saídas e atos festivos.

A separação por idade e dormitório se manteve pelo menos até 1939¹⁸⁷. A previsão do número de crianças que o Asilo de Órfãos poderia abrigar naquele ano, considerando-se o número de dormitórios e de camas, indica isso:

¹⁸⁵ Segundo esse mesmo relatório, uma das moças com idade entre 19 e 21 anos era professora, outra auxiliar de Prefeita e três eram efetivas nos serviços de costura e lavagem. Das maiores de 21 anos, duas eram auxiliares de ensino e outra auxiliar de Prefeita. Três meninas, com idades entre 15 e 18 anos, eram alunas do Liceu Feminino Santista.

¹⁸⁶ Marcada com o número de sua matrícula.

¹⁸⁷ Ata de reunião de Diretoria de 17/12/1939.

Tabela 6. Previsão da capacidade de internação de crianças feita em 1939

DORMITÓRIO	TURMAS	IDADE	Masculino	Feminino	TOTAL
Pavilhão Principal – n. 6	Pequenas	2 / 7 anos		46	46
Pavilhão Principal – n. 5	Menores	7 / 10 anos		32	32
Pavilhão Principal – n. 2, 3 e 4	Médias	11 / 14 anos		107	107
Pavilhão Principal – n. 1	Grandes	15 / 18 anos		45	45
Pavilhão Rotary Club	Pequenos	2 / 7 anos	50		50
Pavilhão Soares Gomes	Médios e grandes	7 / 10 anos	40		40
Pavilhão Sanatório	Meninas pequenas e menores	2 / 10 anos		10	10
Pavilhão Sanatório	Meninas médias e grandes	11 / 18 anos		10	10
Pavilhão Santório	Meninos	2/12 anos	10		10
		TOTAL	100	250	350

Fonte: Livro de Atas da Associação Protetora da Infância Desvalida

O quadro indica que a divisão das crianças por tamanho e por dormitório se manteve, apesar do aumento do número de espaços. O prédio original passou a dispor de seis dormitórios e foram criados novos espaços no Pavilhão Soares Gomes¹⁸⁸, no Pavilhão Rotary Club¹⁸⁹, e no Pavilhão Sanatório¹⁹⁰.

Em 1910, quando entrou em vigor o novo Regimento Interno, além da divisão das turmas e da atribuição dos dormitórios, outras mudanças foram introduzidas na área interno do prédio do asilo. Para atender às novas regras relativas à instrução, antigos dormitórios foram transformados em cinco salas de aula mediante instalação de divisórias, e novos quartos de dormir foram criados. Foi reformado o banheiro¹⁹¹ com a instalação de novas peças. Os espaços destinados às

¹⁸⁸ Inaugurado em 1920.

¹⁸⁹ Inaugurado em 1932.

¹⁹⁰ Inaugurado em 1928.

¹⁹¹ O Regimento estabeleceu que todas as crianças deviam tomar banho quando acordassem, mas o número de chuveiros não era suficiente. A partir de um pedido do Presidente, o Secretário de Agricultura forneceu o material necessário para a reforma, ficando a mão de obra a cargo da Associação Protetora da Infância Desvalida.

salas de aula receberam quadros-negros, escrivaninhas, cavaletes e demais materiais necessários para o ensino.

Além de adequar o prédio às novas regras do ensino, a redistribuição dos espaços foi uma forma de assinalar a mudança de poder na instituição. Em uma das salas do prédio passou a funcionar a secretaria da Associação Protetora da Infância Desvalida, com um funcionário externo, escriturário, encarregado de cuidar do atendimento ao público externo e da escrituração. A Capela foi transferida para outro local e o que era ocupado por ela passou a abrigar o Salão Nobre da Associação Protetora da Infância Desvalida. Lugares antes escolhidos pelas religiosas foram reocupados de forma diversa, expressando prioridades e valores.

As diferentes atividades foram atreladas a espaços próprios. Havia lugares de dormir, de ter aulas, de tomar refeições, de aprender trabalhos manuais, rouparia, enfermaria, cozinha, capela. Cada dependência do prédio tinha seu próprio horário de utilização determinado pelo planejamento temporal, assim como o modo adequado de se comportar nele, o que evidenciava o caráter educativo de cada espaço.

As salas de aula eram compartilhadas por meninos e meninas, sob responsabilidade da professora; mas alunos de diferentes gêneros não interagiam nesse espaço: o silêncio era uma exigência na classe. A área para o recreio dos meninos era diferente daquela destinada às meninas. Nos recreios as crianças podiam conversar, brincar. Meninos só se juntavam às meninas em atos públicos e passeios; entretanto, deveriam manter-se de forma organizada e contida nessas ocasiões.

Como às meninas cabiam os afazeres domésticos, elas permaneciam nos diversos espaços no interior do edifício quando não estavam em aula. Os espaços a serem limpos exigiam comportamentos próprios às tarefas desenvolvidas: varrer, tirar pó, arrumar, lavar louças etc. Quanto aos meninos, não há registros de como ocupavam o tempo fora dos horários de aula.

A Capela era local de silêncio e recolhimento, onde a conversa deveria ser com Deus por meio de orações e de determinados gestos a serem praticados, como benzer, ajoelhar, fazer o sinal da cruz.

Conversas e brincadeiras deveriam acontecer nas áreas externas do prédio. Nos passeios, os internos deveriam manter a formação estipulada pelas religiosas e se comportarem de forma

mais contida. Enfim, os diferentes espaços implicavam em diferentes posturas, conforme o que era permitido ou proibido, e sempre tinham um propósito educativo.

Em 1912 foi reformado um dos espaços do prédio principal para que passasse a abrigar o Jardim da Infância que, embora previsto, ainda não havia começado a funcionar. O local foi devidamente mobiliado e foram adquiridos “dons”, já que o método de ensino a ser adotado era baseado em Froebel. Com a inauguração do Jardim, as crianças entre 3 e 7 anos ganharam um novo espaço e uma nova ocupação.

O prédio foi se tornando, ao longo do tempo, inadequado para atender tudo o que se pretendia. Assim, em 1913, foi feito um projeto para a reforma e o aumento das dependências do Asilo, cuja planta foi aprovada pelo Chefe da Comissão de Saneamento que providenciou, gratuitamente, as instalações sanitárias e os esgotos.

O espaço interno do prédio principal do Asilo foi alterado em 1918. Alguns dormitórios foram adaptados, provisoriamente, para abrigar uma enfermaria destinada a receber as crianças do bairro que houvessem contraído gripe espanhola. Essa enfermaria manteve-se em funcionamento por aproximadamente dois meses. Ao final daquele ano, o número de crianças aumentou, pois muitos pais faleceram vitimados pela doença. Foi dada, provisoriamente a seguinte solução: os aposentos destinados a três classes, no andar superior, transformaram-se em dormitórios provisórios. Isso foi possível porque, devido à epidemia, o ano letivo terminou em novembro.

Para atender ao aumento do número de crianças, foi comprada uma casa que ficava nos fundos do terreno do Asilo. O dormitório dos meninos maiores foi transferido para esse prédio, distante do anterior e distante do das meninas, promovendo maior separação espacial por gênero.

A Associação Protetora da Infância Desvalida, após a compra desse prédio, foi adquirindo terrenos naquela quadra. Isso possibilitou o início da construção de um prédio especialmente destinado a abrigar a escola, o Pavilhão Escolar.

Em maio de 1924 a sala do Pavilhão Principal na qual funcionava a 2ª série foi adaptada para servir de refeitório às Irmãs; também foi adaptado o cômodo do pavimento superior do Asilo, destinado à biblioteca, para que servisse de arquivo anexo à Secretaria. Essa mudança no Pavilhão Principal indica mudanças nas necessidades do Asilo. Com o aumento do número de

internos e, conseqüentemente, do número de documentos referentes a eles, novos espaços foram criados.

No 25 de Dezembro de 1924 foi inaugurado o Pavilhão Escolar¹⁹², e o Recreio Coberto anexo¹⁹³ e a capacidade do Asilo passou a ser de 250 crianças, visto que as classes deixaram de ocupar espaços do Pavilhão Principal. Os espaços antes ocupados pelas salas de aula foram transformados em dormitórios.

Podemos considerar que isto significou uma abertura da instituição¹⁹⁴, pois o Pavilhão Principal e o Pavilhão Soares Gomes passaram a servir de moradia, tendo a escola um espaço próprio. Novas formas de ocupação dos espaços implicaram na expectativa de novos modos de estar nestes lugares. Ficou mais nítida a separação entre lugar de aprender, estudar, e lugar de dormir, tomar banho e tomar as refeições.

Em 1926, a Diretoria resolveu construir outro prédio, o Pavilhão Sanatório, cuja planta encontra-se abaixo. O prédio projetado para abrigar o Pavilhão Sanitário tem uma área interna livre, para maior circulação de ar, três enfermarias coletivas, sala para o atendimento dentário e para os curativos e uma cozinha que permite autonomia no preparo das refeições destinadas aos doentes.

¹⁹² A discussão sobre os espaços do Pavilhão Escolar serão feitas adiante, quando for abordada a instrução dos internos.

¹⁹³ Ata da reunião de Diretoria de 15/02/1925.

¹⁹⁴ Segundo a acepção de Goffman (1974) acerca do que é uma instituição “fechada”.

Figura 7. Planta do Pavilhão Sanatório

Durante as obras de construção do Pavilhão Sanitário resolveu-se construir um prédio isolado para abrigar a Capela¹⁹⁵. A instalação da Capela em prédio próprio significou a

¹⁹⁵ Ata de reunião de Diretoria de 20/02/1927.

transformação do Pavilhão Principal em um prédio “leigo”. O coro da antiga Capela no interior do Pavilhão Principal foi desmanchado e aproveitado na nova. A Capela externa deu um ar de colégio religioso ao Asilo e ao mesmo tempo criou um espaço próprio para as cerimônias católicas.

No final do ano as obras da Capela e do Pavilhão Sanitário estavam praticamente concluídas e foram tomadas providências no sentido de mobiliar os dois prédios: foram adquiridos equipamentos para o gabinete dentário¹⁹⁶ e para a sala de curativos¹⁹⁷; para mobiliar as enfermarias, encomendadas 36 camas, 22 criados mudos, três mesas, nove cadeiras, uma mesa para exames, três mesas para refeição dos doentes, 30 portas e três biombos, todos os móveis de ferro esmaltado.

O prédio da Capela, a ser inaugurado no mesmo dia do Pavilhão Sanitário, levou a Diretoria a discussões acerca das treze janelas, pois parte dos diretores desejava que fossem fechadas por vidros foscos por economia, e parte queria que fossem colocados vitrais. A solução foi dada pelo Tesoureiro, que propôs a encomenda dos caixilhos e que fosse pedido às pessoas “de fé católica que frequentam e protegem o Asilo, a cada uma o donativo de um vitral¹⁹⁸” (como foi feito nas Igrejas do Embaré e na do Coração de Jesus), no que houve concordância.

Em março de 1928, contrariando as expectativas de inauguração conjunta do Pavilhão Escolar e da Capela, as enfermarias do Asilo de Órfãos foram ocupadas pelas crianças da ala pediátrica do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santos, vítima de desmoronamento. O uso do espaço como Hospital contribuiu para reforçar o significado do prédio: lugar de cuidar da saúde.

Quando as crianças retornaram ao prédio do Hospital, o Pavilhão Sanitário passou a servir aos internos. No dia 6 de maio de 1929 passaram a ser oferecidos, naquele prédio, atendimentos oftalmológico e otorrinológico. No final daquele ano foram adquiridos, para o gabinete de antropometria, um espirômetro e dois antropômetros.

¹⁹⁶ Um equipo, um esterilizador, um armário, uma mesa-armário para ferros e material dentário.

¹⁹⁷ Material cirúrgico, pequena mesa para curativos, um forno Pasteur, alguns ferros e outras miudezas.

¹⁹⁸ Ata da reunião de Diretoria de 04/12/1927.

Com a saída da Capela e da enfermaria do Pavilhão Principal, novos destinos foram dados a espaços daquele prédio. A sala, antes ocupada pela Capela, acabou sendo adaptada para receber as visitas dominicais feitas pelos familiares aos internos. A antiga sala onde ficava o gabinete dentário foi transformada em saleta de visitas. A clausura das Irmãs ganhou espaço novo. Substituiu-se o forro do Salão Nobre. Foram encomendadas mobílias para o Salão Nobre e mais bancos para a nova Capela.

Construídos os jardins, em novembro de 1930, transferiu-se o antigo galinheiro (inconvenientemente próximo ao Pavilhão Escolar e ao Pavilhão Sanitário) para os fundos do terreno. A destinação de uma área aberta para o lazer das crianças indica uma mudança na concepção sobre a forma de ocupação do tempo definida em 1909, vinte anos antes.

A construção de jardins e desses dois prédios reconfigurou o espaço do Asilo, agora totalmente ocupado. O Pavilhão Principal tornou-se estritamente residencial. O Pavilhão Sanitário, sob a direção da Irmã Isabel do Precioso Sangue, atendia à saúde e tornou-se um lugar onde as moças maiores podiam aprender a tratar dos doentes. As crianças menores, doentes, podiam agora, permanecer no Asilo e receber tratamento adequado. O espaço servia para o isolamento em caso de doenças contagiosas¹⁹⁹. O Pavilhão Soares Gomes, com a diminuição do número de meninos em 1922, passou a funcionar como internato masculino. O Pavilhão Escolar era o prédio da escola. A Capela era o local das celebrações religiosas.

Após a construção do Pavilhão Escolar, do Pavilhão Sanitário, da Capela e do jardim, o Pavilhão Principal passou a ser ocupado da seguinte forma:

¹⁹⁹ Antes da construção do Pavilhão Sanitário, muitas crianças faleceram vitimadas por doenças contagiosas.

Figura 8. Plantas do Pavilhão Principal

O Salão Nobre ocupou o local anteriormente da Capela. No andar térreo também ficou a Sala de Trabalhos onde as internas aprendiam trabalhos manuais, a sala de costura, a sala da diretoria, portaria, secretaria, enfermaria, três refeitórios (masculino, feminino e das Irmãs), a copa das religiosas e dois quartinhos. Uma reforma, feita em 1914, havia introduzido uma ala central no antigo prédio em H, na qual passaram a funcionar copa, cozinha, dispensa,

almoxarifado e sala de engomar. Além dessas dependências existiam, neste andar, alguns sanitários. A realização de aulas de Trabalhos Manuais e de Costura nesse prédio não deixa de configurar este espaço como “doméstico”, já que essas atividades são caracteristicamente realizadas no espaço do lar.

O andar térreo era ligado ao piso superior por três escadas, uma defronte à Secretaria, que se bifurca ao meio do caminho e outras duas mais ao fundo, uma de cada lado do prédio. Essas duas escadas davam acesso, cada uma, a um dormitório. No total eram seis dormitórios destinados aos internos e um às Irmãs, sendo que em cada dormitório dos internos havia um espaço destinado à Prefeita daquela turma. À Madre Superiora foi destinado um quarto particular. Outro quarto ficou vago, provavelmente destinado a visitas ou alguma eventualidade. Na parte central, sobre as dependências da cozinha, ficavam os banheiros e três rouparias.

No final de 1930 foi modificada a disposição das camas do Pavilhão Soares Gomes, destinado aos meninos, e a lotação do Asilo foi elevada para 285 crianças. Considerando-se os prédios que serviam de moradia e a possibilidade de 15 lugares no Pavilhão Sanitário, o Asilo podia acomodar 330 internos. Durante as férias escolares daquele ano foram feitas obras de conservação do Pavilhão Escolar, inaugurado seis anos antes, “tendo sido adaptada convenientemente a pequena sala ao lado das demais para funcionamento da aula da 1ª Divisão, isto devido ao grande número de alunos da 1ª série²⁰⁰”. Obras também foram feitas no Pavilhão Sanatório, pois a Madre Superiora e a Irmã Isabel haviam reclamado que o prédio era muito quente. Foram abertas as janelas das enfermarias dos meninos e das meninas.

O prédio concebido para servir ao Asilo de Órfãos, construído no final do século XIX, revela concepções acerca do que era esperado daquele tipo de instituição quando foi projetado. O espaço atendia vários propósitos: morar, estudar, adoecer, rezar. Gradualmente foram modificadas as concepções acerca da distribuição dos espaços.

O primeiro espaço a deixar o Pavilhão Principal foi o lugar de estudar, com a construção do Pavilhão Escolar. A destinação do espaço coberto do recreio à educação física criou novos hábitos entre os internos ao abolir o sedentarismo. Em seguida, mas quase simultaneamente, saíram a enfermaria e a Capela. A existência de um lugar próprio para tratar dos enfermos,

²⁰⁰ Ata de reunião de Diretoria de 08/02/1931.

agregou valor à saúde, pois os atendimentos médico e dentário ganharam espaços próprios e junto com o gabinete de antropometria revelaram a importância da medicina preventiva.

Voltando à afirmação de Escolano (2008) “*El tiempo, junto al espacio, constituye uno de los elementos estructurales y estructurantes de la cultura de la escola*”, podemos perceber, pelas mudanças dos espaços, as mudanças na cultura escolar do Asilo de Órfãos.

5. 2 O Asilo e a cidade

Uma das características do projeto de educação concebido e implantado no Asilo de Órfãos foi a mudança na relação entre a instituição e a cidade de Santos. Até 1904, a instituição era o que Goffman descreve como instituição total.

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1974, p. 17).

Segundo esse autor, existem instituições mais fechadas do que as outras e esse fechamento é simbolizado pela barreira que estabelece com o mundo externo. Pode-se considerar que receber o primeiro grupo de crianças de outra instituição em 1904²⁰¹ representou uma fresta, assim como as saídas no Natal nos três anos seguintes.

Nada se compara, entretanto, com a abertura que houve a partir de 1908. Embora a festa de Natal tenha passado a não mais ser comemorada fora do Asilo, durante o ano os internos tiveram várias oportunidades de sair do mesmo e várias pessoas puderam visitar o Asilo. Essa

²⁰¹ Naquele ano, um grupo de crianças do Grupo Escolar Cesário Bastos visitou o Asilo.

abertura, entretanto, tinha, também, a intenção de dar visibilidade à educação ministrada: expor modelos de comportamento dos internos à população pobre foi uma preocupação da Diretoria do Asilo de Órfãos, no sentido de que esses fossem imitados. As saídas das crianças do isolamento do prédio foram uma forma de dar visibilidade a modos naquela época considerados civilizados de se portar.

Assim, os internos puderam ser vistos em procissões, missas e locais frequentados pelo público em geral. Também puderam ser contemplados em diversos meios de transporte, como bondes, barcos e trem. Estiveram presentes em eventos, com pouca ou grande quantidade de pessoas, e sempre cuidou-se que se comportassem adequadamente, segundo os moldes estabelecidos no Asilo.

As saídas externas, além de fornecerem modelo às populações empobrecidas, mostraram às classes mais abastadas a forma adequada de se educar. Os eventos internos, visitas ao Asilo, exames públicos, festas, além da promoção dos responsáveis pela educação deram visibilidade às práticas educativas.

A rede de sociabilidade criada a partir do Asilo de Órfãos incluía autoridades em educação, políticas, religiosas e civis.

As visitas das autoridades em educação eram previstas, já que era através delas que se fazia a inspeção escolar. Em 1915²⁰², o Inspetor Escolar do Estado, Mauricio de Camargo, esteve no Asilo. Em abril de 1921²⁰³, Sampaio Dória, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, compareceu acompanhado de Zenon de Moura, Delegado Regional de Ensino, e Delfino Stockler de Lima, Inspetor Escolar. No ano seguinte²⁰⁴, Zenon de Moura retornou ao Asilo, desta vez acompanhando Guilherme Kuhlmann, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, e Carlos Borba. Essas autoridades, a pedido, deixavam registradas no Livro dos Visitantes suas impressões e, em geral, suas palavras eram transcritas nas atas de reuniões de Diretoria e em algum jornal local.

²⁰² Dia 22 de abril de 1915.

²⁰³ Dia 28 de abril de 1921, segundo ata de reunião de Diretoria de 12/06/1921.

²⁰⁴ Dia 22 de janeiro de 1922, segundo ata de reunião de Diretoria de 22/03/1922.

Em 1917²⁰⁵, algumas das autoridades políticas que tiveram oportunidade de testemunhar o cotidiano do Asilo foram: Altino Arantes, Presidente do Estado e, no ano seguinte²⁰⁶, o Conde d'Eu, que fez a visita acompanhado do príncipe D. Pedro. O Conde havia proposto, em 1889, a criação do Asilo e havia doado, na ocasião, uma quantia em dinheiro para que fosse instalado. Retornando ao Brasil e estando em Santos, a visita indicou que ele ainda mantinha vínculos com o projeto.

Outras autoridades políticas eram convidadas a visitar o Asilo. O convite tinha, em geral, a intenção de conseguir apoio político, uma vez que a Associação Protetora da Infância Desvalida dependia de verbas para a manutenção do Asilo e de favores, como isenção fiscal e doação de equipamentos. Demonstrar simpatia às autoridades políticas e dar visibilidade à instituição tinham esse intento. Ilustrando isso, em 1921 “no dia 22 de agosto, [Victor de Lamare] prestou homenagem, oferecendo um ramo de flores, ao Exmo. sr. Dr. Epitacio Pessoa, Presidente da Republica, na ocasião em que passou em frente ao edifício do Asilo”²⁰⁷.

A instituição também tinha ligações com autoridades eclesiásticas. Quando foi criada a Diocese de Santos, em 1925, ao primeiro Bispo nomeado foi disponibilizada a Capela para que celebrasse missas e pudesse, com a celebração de certas cerimônias, angariar verba necessária ao seu sustento. Naquele ano, D. José Maria Parreira Lara foi convidado a presidir a entrega dos presentes de Natal e dos prêmios escolares aos internos do Asilo de Órfãos. Quando ele foi transferido, o Asilo compareceu ao seu embarque e à recepção do novo Bispo.

Convites para eventos religiosos feitos à Diretoria ou aos internos eram geralmente atendidos. Várias vezes, prestigiavam, com sua presença, missas e procissões celebradas por diversas paróquias. O Coro do Asilo inúmeras vezes participou de celebrações solenes.

Permitir a filiação das internas à Pia União das Filhas de Maria, disponibilizando o prédio para que pudessem se reunir e comandar o grupo, também reforçou a solidariedade com a Igreja. A presença de uma Congregação Católica na direção do Asilo propiciou inúmeras oportunidades de convivência com autoridades religiosas.

²⁰⁵ Dia 19 de junho de 1917, segundo ata de reunião de Diretoria de 22/07/1917.

²⁰⁶ Dia 21 de janeiro de 1918, segundo ata de reunião de Diretoria de 27/02/1921.

²⁰⁷ Ata de reunião de Diretoria de 25/09/1921.

A Associação Protetora da Infância Desvalida mantinha relacionamentos com várias entidades da cidade; delas recebia convites e cumprimentos, trocavam relatórios e visitas. Entre essas entidades podemos apontar as escolas. A Academia de Comércio, o Liceu Feminino Santista, o Instituto Dona Escolástica Rosa, espaços de convivência de Adolfo Porchat de Assis, Raimundo Sóter de Araujo, Diva de Lamare Porchat de Assis e outras pessoas ligadas ao grupo enviavam convites para formaturas e festas anualmente, assim como os grupos escolares da cidade. Com o Grupo Escolar da Vila Macuco, inaugurado em 1915, havia troca de material didático.

A cidade, em expansão, através da Associação Predial de Santos (espécie de consórcio), sorteava mensalmente as matrículas de seus associados e os sorteados recebiam dinheiro necessário para a construção de moradias. A Associação Protetora da Infância Desvalida, além de ser sócia, enviava geralmente duas ou três internas para esses sorteios (conforme o número de matrículas a serem sorteadas), o que dava credibilidade aos mesmos.

Dependendo das verbas e das mensalidades recebidas pelo Asilo, muitas vezes este tinha dificuldades em arcar com custos de transporte quando os internos eram convidados para eventos externos. O bom relacionamento com a *The City of Santos Improvements*, através de seu gerente, Bernardo Browne²⁰⁸, garantia a gratuidade. As internas que estudavam no Liceu também obtinham passes para que, sem ônus, pudessem estudar. Esse gerente também contribuiu financeiramente para a compra da mobília necessária às enfermarias do Pavilhão Sanitário, além de ter fornecido gratuitamente as instalações elétricas.

Outra companhia que teve grande presença no cotidiano do Asilo foi a Companhia Docas de Santos. Proprietária de uma pedreira, em geral fornecia pedra, areia e outros materiais para a construção de prédios e de muros. No ano anterior à inauguração do Pavilhão Sanitário, os internos tiveram oportunidade de serem examinados e de fazerem exames de sangue na Fundação Gafrè e Guinle, oferecidos pelo Inspetor Geral da Companhia Docas de Santos, Ismael Coelho de Souza.

A partir dos novos Estatutos aprovados em 1914, mensalmente, duas pessoas, um homem e uma mulher, assumiam o papel de Protetores do Asilo. A função principal deles era arrecadar

²⁰⁸ Ele pertencia à Maçonaria.

dinheiro para a manutenção do internato e, nesse sentido, promoviam eventos beneficentes dos mais variados tipos, tanto culturais, como peças de teatro e concertos de piano ou canto, e de entretenimento, como festivais, apresentação de prestidigitação, teatro de marionetes. A promoção de tais eventos propiciou à população mais abonada oportunidades de lazer e cultura, projetando a imagem da Associação Protetora da Infância Desvalida e, junto com ela, a das pessoas que contribuíam para sua existência. Os Protetores eram pessoas valorizadas pelo que faziam. Na época a pobreza não era entendida como um problema social e a benemerência era vista como forma de melhorar as condições das classes menos favorecidas. Através de suas ações, eles serviam de modelo às pessoas de posses.

O relacionamento com a cidade também se manteve através de atitudes “simpáticas” por parte da Associação Protetora da Infância Desvalida. Através de doações ela foi acumulando um patrimônio que incluía um terreno de vasta extensão, entre a Avenida Ana Costa e o Morro do Jabaquara. Dois dos canais projetados por Saturnino de Brito atravessavam esse terreno. Os sócios, através do Conselho Geral, doaram à cidade a área necessária para a construção deles. Em outra ocasião, doaram outra parte desse terreno para a abertura de uma rua próxima à Avenida Ana Costa.

O envolvimento de várias autoridades políticas e religiosas com o Asilo de Órfãos de Santos, em uma época em que a cidade estava enriquecida com o café, levou-as a usar o Asilo como forma de propaganda do que se fazia no Estado. Assim foi que, em 1919²⁰⁹, o Prefeito pediu autorização para filmar o Asilo em dia de funcionamento normal para a produção de uma fita de propaganda do progresso do Estado de São Paulo, o que foi permitido pela Diretoria. Além de servir aos propósitos da Prefeitura, ajudou a dar visibilidade à instituição.

Os jornais locais divulgavam amplamente fatos relacionados ao Asilo, passeios dos internos, festas de final de ano, comemorações do aniversário da Associação Protetora da Infância Desvalida, especialmente o Jornal “A Tribuna”. Indicando pertencer à rede de sociabilidade das pessoas responsáveis pelo Asilo, convites eram encaminhados anualmente à Diretoria do jornal para a posse da Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida e esta, por sua vez, recebia convites para as festas de aniversário do Jornal. Certa ocasião, o Jornal

²⁰⁹ Dia 4 de outubro, segundo ata de reunião de Diretoria de 17/08/1919.

solicitou a participação de algumas internas em um sorteio que estava promovendo. Em 1915, ao promover um debate sobre a instituição de uma taxa municipal destinada à educação no município de Santos, foram convidadas a opinar pessoas ligadas ao projeto de educação do Asilo.

Visando mostrar o envolvimento do Asilo com a cidade, a Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, em 1918²¹⁰, (quando a gripe espanhola atingiu a cidade de Santos) desocupou uma área no Pavilhão Principal e nela montou uma enfermaria destinada ao atendimento das crianças do bairro Vila Macuco, sob a responsabilidade de Adolfo Porchat de Assis²¹¹. Uma subscrição feita pela Associação Comercial de Santos, que entregou à Diretoria do Asilo a importância de cinco contos de réis²¹², viabilizou a ação.

Como o bairro no qual ficava o prédio do Asilo era habitado por pessoas muito pobres, o Vice-Prefeito, Joaquim Montenegro, em entendimentos com a Diretoria, combinou que fossem preparadas refeições nas cozinhas do Asilo para serem distribuídas aos enfermos da vizinhança. Para isso, a Prefeitura autorizou que os gêneros alimentícios necessários fossem requisitados diretamente a uma firma comercial em nome dela. Em atendimento ao pedido de Joaquim Montenegro, todos os dias, às 10h e às 16h, eram distribuídas porções de caldo, sopa, café e pão com a ajuda dos atiradores do Tiro nº 598, dirigidos por seu comandante, Tenente Vicente Garcia.

No dia 16 de novembro, a despeito da proibição da entrada de visitas no prédio do Asilo, apareceram os dois primeiros casos de gripe entre os internos. “Sucessivamente foram caindo outras crianças, até o máximo de 175 [...]”. Nenhum interno faleceu. Das crianças do bairro que foram atendidas no Asilo, algumas foram curadas, outras faleceram, outras ficaram órfãs e permaneceram no prédio aguardando definição de seu destino.

Terminada a epidemia, foi constatada a necessidade de ampliar o número de vagas, pois eram muitas as crianças órfãs. A solução encontrada foi a compra de uma casa que ficava próxima ao Asilo, de propriedade da Congregação do Puríssimo Coração de Maria. A casa foi comprada e vinte meninos maiores junto com duas Irmãs puderam ser transferidos para ela, permitindo o aumento de vagas no prédio principal.

²¹⁰ Ata de reunião de Diretoria de 10/11/1918.

²¹¹ Raimundo Sóter de Araujo encontrava-se adoentado e havia pedido uma licença.

²¹² Ata de reunião de Diretoria de 10/11/1918.

O atendimento que vinha sendo dispensado pelo Asilo de Órfãos foi amplamente divulgado pelos jornais, mostrando as ações da instituição à população santista. Como resposta, várias pessoas enviaram donativos ou se propuseram a se tornar sócias da Associação Protetora da Infância Desvalida. Outro evento ligado a esse também trouxe visibilidade ao asilo. Por ocasião da epidemia, cinco crianças da cidade haviam conseguido angariar dinheiro junto à população. A diretoria resolveu comprar tecido para que fossem confeccionadas, pelas internas, roupas destinadas às crianças necessitadas. Prontas as roupas, estas foram distribuídas pelos asilados por ocasião da semana do Natal, fato amplamente divulgado e que pode servir de exemplo às crianças da cidade.

Além disso, a Associação Protetora da Infância Desvalida mantinha relacionamento com o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Frequentemente crianças e religiosas eram internadas naquele hospital, apesar da existência de outro na cidade, o Hospital da Beneficência Portuguesa. Em algumas ocasiões, crianças órfãs pela morte dos progenitores que estavam hospitalizados foram encaminhadas ao Asilo. Sempre que surgiam vagas no Instituto “Dona Escolástica Rosa”, pertencente ao hospital, estas eram colocadas à disposição do Asilo para a transferência dos meninos com idade para aprender um ofício. Os medicamentos necessários ao tratamento dos internos eram fornecidos gratuitamente pela Santa Casa.

Em 10 de março de 1928, a ala pediátrica da Santa Casa de Misericórdia, que ficava no sopé do Monte Serrat, foi destruída por uma avalanche de parte do morro. O Pavilhão Sanatório, construído no terreno do Asilo de Órfãos para abrigar a enfermaria, estava pronto e prestes a ser inaugurado. Esse local foi disponibilizado para a internação das crianças da ala atingida. Os enfermos foram acomodados nas 36 camas que haviam sido compradas e permaneceram naquele espaço por 4 meses, de 13 de março a 30 de junho, até que o hospital pudesse se reorganizar para recebê-las de volta.

Em ofício, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Alberto Bacarat, agradeceu “o conforto moral e material dispensado àquela Irmandade por ocasião da terrível catástrofe, alojando boa parte dos enfermos daquele hospital no Sanatório do Asilo”²¹³. O fato foi

²¹³ Ata de reunião de Diretoria de 27/03/1928.

amplamente divulgado pelos jornais, aumentando a admiração da população pelo Asilo de Órfãos.

Esse “bom relacionamento” com a cidade facilitou a difusão de modelos à população da cidade. As transformações sofridas por ela levaram à adoção de práticas educativas inspiradas em modelos considerados civilizados. A intenção não era apenas fazer do Asilo de Órfãos um lugar de produção de um novo cidadão, mas também irradiar um novo padrão de conduta para além daquele espaço. Esperava-se, com isso, que as futuras gerações, representadas pelos internos e pelas outras crianças da cidade, exibissem padrões de comportamento considerados civilizados. A educação das crianças internadas, na medida em que estabeleceu hábitos de higiene, pretendeu minimizar a possibilidade de retorno das epidemias. Preparou mulheres para que tivessem filhos saudáveis e os criassem convenientemente. Ensinou-as a cuidar de suas casas. Preparou-as para que pudessem ter uma profissão digna e honesta. Foram práticas baseadas na crença de que a ignorância das gerações anteriores deveria ser responsabilizada pelas mazelas enfrentadas pela cidade.

Por outro lado, o Asilo também forneceu modelos às pessoas mais abastadas da cidade, ensinando-as a serem caridosas e a valorizarem atividades culturais, tais como ópera, teatro, concertos de piano, já que a maioria dos eventos associados ao nome do Asilo de Órfãos era desse tipo.

5. 3 Aprender a se comportar: dispositivos disciplinares

O Regimento Interno aprovado em 1909, com relação à disciplina educativa, estabeleceu, em seu artigo 18, que “Os dois orfanatos ministrarão educação física, intelectual, moral e doméstica”.

Tratarei agora da educação moral e da educação física ministradas no Asilo de Órfãos, a partir do momento em que passaram a vigorar as novas normas. Com relação à educação moral, o artigo 36 diz que:

A educação moral será ministrada, não só pela disciplina interna do estabelecimento, onde os asilados despertarão seus sentimentos afetivos, formarão seu caráter, dirigirão

sua vontade, como também pelo ensino cívico e moral, compreendido nas **normas e exemplos** de inteira e extrema moralidade que a Irmã Superiora fará cumprir no estabelecimento. (grifo nosso)

Abrangerá essa espécie de educação a formação do *caráter social* e do *caráter cívico* dos asilados, procurando os encarregados da educação despertar neles as noções de patriotismo, o respeito e a obediência às leis de ordem social, política, jurídica e econômica, bem como os princípios de justiça, formando de todo esse conjunto uma perfeita *moral social*.(grifo do autor)

A educação moral envolveu a aprendizagem de alguns valores, entre eles a disciplina. Ulrico Mursa e Victor de Lamare foram exemplos de disciplina, coerentemente com o que diz o trecho destacado acima. Não se pode falar em *ensinar* disciplina sem *ser* disciplinado.

Assim que assumiu a posição de Primeiro Secretário, em 13 de maio de 1908, Victor de Lamare verificou a documentação existente e o prédio no qual funcionava o Asilo de Órfãos. Encontrando várias irregularidades, tratou de saná-las. Além de identificar os problemas, propôs soluções, as quais foram aceitas pela Diretoria. Podemos afirmar que ele começou administração organizando o que encontrou fora de ordem. Esta foi uma característica predominante e marcante em sua gestão.

Para manter a escrituração em perfeita ordem, providenciou para que fosse instalada no prédio a Secretaria da Associação Protetora da Infância Desvalida, tendo sido contratado um escriturário que, das 11 às 15 horas, atendia as pessoas que procurassem o Asilo. O edifício, repleto de cupins, foi reformado e modernizado com a instalação de energia elétrica e de lâmpadas. Foi criado um novo Livro de Matrículas, no qual foram registrados os nomes dos internos que efetivamente residiam no Asilo, tomando-se cuidado de anotar, ao lado do novo número de matrícula, o antigo. Foi criado um Livro de Inventário dos pertences do Asilo.

As normas criadas pelo novo Regimento Interno visavam estender a disciplina a todos os sujeitos e a todas as coisas do Asilo de Órfãos. Pelas novas regras, a Diretoria, as crianças, as religiosas, o médico, o dentista e o capelão precisaram adotar formas organizadas de planejar e agir. A disciplina passou a ser exigida de todos os sujeitos da escola.

As ações precisaram passar a ser planejadas. Uma das pessoas às quais foram atribuídas responsabilidades pelo planejamento foi a Madre Superiora. Os artigos 23 e 32 estabeleceram, respectivamente, que “A Superiora fará o programa da educação física [...]” e “[...] será organizado um horário pela Irmã Superiora [...]”. O artigo 41 estabeleceu que “[...] a Irmã

Superiora fará a escala das educandas que têm de ocupar-se durante a semana do asseio do estabelecimento.” Com relação às refeições, “A tabela de alimentação será organizada pela Irmã Superiora”. E, como principal responsável pelo estabelecimento, ela também deveria apresentar “à aprovação do Presidente a distribuição do serviço pelas demais Irmãs”. O Regimento Interno reforça, em seu artigo 74, “A distribuição das horas para o estudo, para as aulas, para os trabalhos manuais e domésticos, para as refeições, recreio e descanso será especificamente determinada pela Irmã Superiora, com aprovação do Presidente”.

Mas não foi apenas ela quem precisou planejar. As educadoras também receberam essa atribuição. “Os modos e métodos de ensino serão organizados pelas respectivas professoras”, diz o artigo 34. “As Irmãs encarregadas das aulas organizarão, mensalmente, além dos demais deveres, um boletim sobre a aplicação e o comportamento do aluno [...]”

O médico teria, além das atribuições inerentes ao cargo, de acordo com o artigo 66, “ter a seu cargo um livro-registro com o movimento da enfermaria” e “apresentar no fim do ano ao Presidente um pequeno relatório do serviço a seu cargo. O escriturário deveria, segundo o artigo 70, “ter sob sua guarda e em boa ordem e conservação todos os papéis e documentos do arquivo da Associação”.

Ao examinarmos os documentos que restaram desse período, constatamos, através deles e do que está registrado neles, que muitas das regras acima foram cumpridas. Os relatórios anuais do Presidente incluíam o relatório do médico. Os Livros de Atas e os Livros de Matrícula estão organizados. Quanto ao planejamento dos horários e das aulas, entretanto, não pudemos confirmar se foram colocados em prática. Podemos apenas supor que sim, pois foram feitos muitos elogios ao aproveitamento dos alunos pelas bancas de exame e as internas que prestaram exames para o Liceu foram aprovadas²¹⁴.

A distribuição das tarefas e o planejamento contribuíram indiretamente para que os internos aprendessem a ser disciplinados, pois passaram a ser fornecidos novos modelos. No entanto, também foram adotadas algumas medidas, mais incisivas, já relatadas anteriormente, como o banho diário obrigatório, as refeições com hora certa, uma rouparia para cada orfelinato

²¹⁴ Havia na cidade uma escola que dava um curso preparatório para os exames, e as internas foram aprovadas sem o frequentar.

onde as roupas, numeradas, deveriam ser organizadas. Cada criança tinha, para uso pessoal, sapato, pente, escova de dentes. Os internos passaram a ter que colocar as coisas em seus lugares, sempre que as usavam, e a procurá-las no lugar correto.

Quebrando a rotina estabelecida de horários para estudos, lazer e execução de diversas atividades, e contrariando o rigor extremo das normas, passeios coletivos foram proporcionados aos internos, com a participação de um grupo ou de todos os internos. Estes aconteciam muitas vezes a convite de alguém, outras por iniciativa da Diretoria. Os passeios tinham duas finalidades: ensinar a criança como se comportar em público e mostrar o que havia sido aprendido no Asilo.

Os passeios incluíam a ida a matinês e visitas. Em 1910²¹⁵, a pedido de Victor de Lamare, o proprietário do Coliseu propiciou aos internos a oportunidade de comparecer, em certo domingo, a uma matinê. Em julho de 1914, a Madre Superiora acompanhou 30 educandas ao Asilo de Mendicidade em retribuição a uma visita que o Asilo havia recebido dos internos daquela instituição em maio desse mesmo ano. No verão de 1915, quando o Presidente do Estado, Rodrigues Alves,

esteve na praia do Guarujá, em convalescença de grave enfermidade, foram àquela praia em visita a sua Excia., os asilados acompanhados das respectivas Irmãs que dirigiam o asilo, gentilmente recebidos pelo ilustre enfermo, que ficou bastante sensibilizado por essa demonstração de estima e veneração, teve sua Excia., palavras de animação para os asilados, prometendo ao mesmo tempo, da sua parte dispensar o seu concurso no que estivesse ao seu alcance em benefício do Asilo.²¹⁶

Também foram feitos passeios a convite de pessoas da cidade com a presença de todos os internos. No Natal de 1916, o proprietário de um famoso centro de recreação, o Miramar, convidou as crianças a comparecerem a uma matinê nesse local, onde receberam guloseimas e presentes. Em março de 1919, os marinheiros do Encouraçado Floriano fizeram uma festa a bordo. As crianças foram convidadas e compareceram. Os internos também fizeram²¹⁷ um passeio à Ilha Barnabé e foram além da Barra de Santos. A partir de 1922, os educandos (cerca de 220) fizeram diversos passeios a Conceição de Itanhaém em trem especial a convite do

²¹⁵ No dia 5/06/1910.

²¹⁶ Ata de reunião de Diretoria de 28/02/1915.

²¹⁷ No dia 13/10/1929.

superintendente da *Southern São Paulo Railway Company*. A Sociedade Beneficente dos *Chauffeurs* de Santos também levou todas as crianças (240) para passear de carro pelas ruas da cidade²¹⁸.

Em outras ocasiões as saídas não incluíram todos os internos. Na inauguração do Colégio de Nossa Senhora do Carmo²¹⁹, compareceu uma comissão de internos acompanhada de Irmãs. Em um festival²²⁰ promovido pelos Protetores do Asilo em benefício da instituição realizado no Coliseu, quinze educandas participaram de um “quadro vivo”. Em 1918²²¹, dez educandas compareceram a uma homenagem prestada ao Coronel Joaquim Montenegro, Vice-Prefeito da cidade, sendo que uma delas fez uma saudação “ofertando um buquê de flores em nome do Asilo”. Como estes, vários outros passeios aconteceram: de carro, de trem, de barco, de bonde.

Santos, cidade escolhida como moradia por muitos portugueses, teve um período em que as procissões eram frequentes. As crianças participaram de muitas delas. A procissão exigia um caminhar ordenado e em ritmo compassado, canto coletivo coordenado, atitudes de respeito com relação às imagens e aos demais participantes. A frequência a esse tipo de cerimônia religiosa ajudou a educar, ao lado da frequência às Missas. As crianças foram a muitas, tanto as festivas como as de sétimo dia, além das que iam regularmente, aos domingos e dias santificados, previstas pelo Regimento.

Reinava no Asilo, apesar de a rotina ser por vezes quebrada, a ordem, segundo as falas de algumas pessoas que a puderam presenciar, como Mauricio de Camargo, Inspetor Escolar do Estado, que, em inspeção feita em 1915, registrou, no Livro dos Visitantes, sua satisfação com a boa ordem e o asseio que lá encontrou. Benedito Pinheiro também elogiou “[...] o asseio, a disciplina, [...]”²²².

As relações entre as pessoas também passou a ser disciplinada. Foram estabelecidas hierarquias e o respeito a elas foi sempre exigido. As crianças precisavam atender e respeitar a Prefeita, a professora ou quem estivesse responsável por elas. As religiosas, o capelão, o médico

²¹⁸ No dia 01/11/1925, segundo ata de reunião de Diretoria de 27/12/1925.

²¹⁹ Ata de reunião de Diretoria de 31/03/1917.

²²⁰ Dia 25/08/1917, segundo ata de reunião de Diretoria de 02/09/1917.

²²¹ Dia 22/12/18, segundo ata de reunião de Diretoria de 29/12/1918.

²²² Ata de reunião de Diretoria de 28/01/1917.

e o dentista prestavam contas à Madre Superiora e atendiam suas determinações. Esta, por sua vez, respondia ao presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida. O Presidente prestava contas de seus atos e pedia autorização para suas ações à Diretoria.

Foi estabelecida a prática de solicitações *por escrito*. Embora isso não estivesse explícito no Regimento Interno, esta passou a vigorar. Ao lado da correspondência externa, enviada por entidades ou pessoas físicas à Associação Protetora da Infância Desvalida, encontram-se registradas nas atas as cartas, ofícios e requerimentos recebidos das pessoas do próprio asilo.

Em 1916, Madre Maria Helena, Superiora, enviou ofício comunicando que a Irmã Carolina estava doente, que, por isso, iria mandá-la para o sul do país, sede da Congregação, e pedia ajuda em dinheiro. No ano seguinte, ela enviou ofício comunicando que o capelão havia sido transferido para o Rio de Janeiro e que seria substituído pelo Frei Raphael Williens.

Os pedidos das moças, como estudar no Liceu, morar com alguma família, ingressar na Congregação, necessitavam pedido por escrito. Em 1917 Estefânia Menezes enviou requerimento comunicando que, tendo completado 21 anos de idade, iria residir em companhia da família do Dr. João Freire Junior, mas continuaria a lecionar no Asilo. O mesmo se dava com relação a outras pessoas do Asilo, como o médico e o dentista.

Com relação à disciplina, as pessoas também seguiam normas com relação ao uso dos espaços, como as meninas o refeitório feminino, os meninos o masculino. A forma como se comportar nesses espaços também era ensinada. Na capela e em sala de aula os internos deveriam manter silêncio, no refeitório deveriam sentar-se corretamente. Em passeios, deveriam manter-se organizados. Tudo o que faziam implicava na avaliação das pessoas responsáveis por eles e qualquer deslize era comunicado ao superior imediato e, eventualmente, ao Presidente. As pessoas disciplinadas faziam jus a prêmios. A recompensa, como ser escolhido a participar dos passeios oferecidos, vinha no final do ano ou durante o mesmo.

O artigo 36 do Regimento Interno apresentado anteriormente estabeleceu que também fazia parte da educação moral “a formação do *caráter social* e do *caráter cívico* dos asilados”. Civismo não significava apenas patriotismo, mas valores como respeito aos outros e às leis, justiça e honra. Já o patriotismo era incentivado por meio de comemoração no Asilo de algumas datas cívicas, da participação em eventos cívicos externos e de preleções. Todos os anos eram

solenemente celebrados no Asilo os dias da Independência, da Proclamação da República e da Bandeira com o hasteamento da bandeira.

O ensinamento cívico também era feito através da participação em eventos externos. Em sete de setembro de 1917, cinquenta educandos participaram da instalação da Liga Nacionalista, no Politeama Rio Branco²²³ e, na mesma data, “como ensinamento cívico, foi comemorada no Asilo com toda a solenidade a data da proclamação da nossa Independência”²²⁴.

Ainda naquele ano, em virtude da Primeira Guerra Mundial, o Presidente do Asilo fez uma reunião com as Irmãs que eram professoras e

fez uma longa preleção sobre o estado de guerra a que fomos arrastados pela Alemanha, historicizou o papel do Brasil desde o começo da conflagração européia, sempre protestando contra os processos de barbárie empregados pelos alemães, leu os telegramas do presidente do estado e do presidente da república e recomendou às irmãs que nas aulas, recreios e sempre que se oferecesse oportunidade, incutissem no espírito dos educandos o sentimento de amor pátrio e o dever de sempre trabalharem e se dedicarem pelo nosso Brasil²²⁵.

Exemplos de civismo também foram oferecidos. O segundo aniversário da entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial foi celebrado em Santos com uma missa solene e o coral do Asilo de Órfãos cantou na ocasião. Em maio de 1918, a pedido do Primeiro Secretário, Augusto Marinangeli, o coro cantou na missa por alma dos “valentes soldados italianos mortos em defesa da pátria”²²⁶.

Outros eventos externos prestigiaram heróis santistas. Em 7 de setembro de 1920, uma comissão de educandas visitou o túmulo do Patriarca da Independência e depositou flores. No ano seguinte, a prefeitura de Santos organizou um “grande préstito cívico” em homenagem a José Bonifácio e todas as crianças do asilo compareceram a ele.²²⁷ Em 1924, uma comissão de 15 educandas deu guarda de honra ao monumento de Bartolomeu de Gusmão em festa cívica

²²³ O Politeama Rio Branco foi um cinema que existiu na cidade. Ficava ao lado da Igreja do Rosário.

²²⁴ Ata de reunião de Diretoria de 29/09/1917.

²²⁵ Ata de reunião de Diretoria de 18/11/1917.

²²⁶ Ata de reunião de Diretoria de 26/05/1918.

²²⁷ Ata de reunião de Diretoria de 25/09/1921.

promovida pela Câmara Municipal, comemorativa do segundo centenário de nascimento desse santista.

O respeito ao outro e a solidariedade eram desenvolvidos não apenas pelos exemplos dados, mas também por ações diretas, como em 1918, quando no auge da gripe espanhola, os internos que não estavam doentes ajudaram na confecção de sopas fornecidas pelo asilo aos moradores das redondezas. A instituição recebeu um donativo e, com ele, o presidente comprou tecido. As meninas maiores confeccionaram roupas distribuídas às crianças pobres pelos internos no dia 22 de dezembro.

Procurou-se, também estimular a honestidade. Um fato que ilustra isso ocorreu em janeiro de 1911. Uma das atas registra que

no último passeio feito pelas asiladas ao Itararé, foi encontrada na praia uma carteira contendo em dinheiro [em branco] por uma das asiladas e entregue à Irmã Superiora e, por esta, entregue ao presidente que fez anunciar pelos jornais e depois de ter plena certeza do seu dono, fez entrega ao Sr. Otto Offen, exigindo desse senhor o respectivo recibo²²⁸.

Outros valores cívicos cultivados no asilo foram o respeito às leis e à justiça, ensinados principalmente através de exemplos pessoais. Quando Victor de Lamare soube que, pelo Código Civil, havia necessidade de tornar o Asilo pessoa jurídica, tomou logo todas as providências e, em 1917, a Associação Protetora da Infância Desvalida já havia sido registrada em cartório. Quando precisou regularizar a escola em 1918, atendeu rapidamente ao que se pedia. As compras efetuadas eram pagas regularmente, apesar das dificuldades financeiras que porventura atravessavam. Comprou os terrenos adjacentes ao edifício do Asilo e os pagou pontualmente. Interessado em incorporar um terreno que era da *Southern São Paulo Railway Company* ao Asilo, adquiriu outro, na mesma rua e propôs a permuta, aceita.

Outra demonstração de honestidade foi quando, em 1918, o delegado Bias Bueno doou ao Asilo jóias apreendidas, cujo dono não havia sido localizado. A Diretoria pensou inicialmente em aceitá-las, mas acabou rejeitando as jóias por considerar que na realidade não se tratava de uma

²²⁸ Ata de reunião de Diretoria de 10/01/1911.

doação do delegado, mas sim de uma forma de essa autoridade penalizar o delinquente. Muitos outros episódios poderiam ser citados, porém não é esse o foco deste trabalho.

Outro valor ensinado aos internos foi o de gratidão. Em 1916, faleceu em São Bernardo do Campo uma filha de Raimundo Sóter de Araujo. Representando o Asilo, compareceram ao enterro realizado em Santos, além do Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida, seis educandas acompanhadas por uma Irmã. Foi uma forma de mostrar ao médico do Asilo gratidão e solidariedade.

Em 1919, Guimar Novaes, pianista famosa, veio a Santos e fez um concerto em benefício do Asilo²²⁹, promovido pelos Protetores. No dia seguinte, “essa insigne pianista, [...] visitou o Asilo e, num requinte de gentileza, tocou para que as Irmãs e educandas pudessem ouvi-la”. Em reconhecimento à sua ação, foi colocada uma chapa de prata no piano que ela tocou.

A formação do *caráter social* também compunha a educação moral e deu-se através da aprendizagem de normas sociais, ou seja, aprender a viver em sociedade. Aos internos foram proporcionadas várias experiências de convivência nos moldes como esta se dava na época.

Um tipo de experiência foi com relação a aniversários. Quando alguém da Diretoria ou do círculo de relacionamentos do asilo aniversariava, uma comissão de asilados, acompanhada por uma ou mais Irmãs, fazia uma visita para apresentar os cumprimentos.

Com relação a falecimentos, se a pessoa fizesse parte do círculo de amigos do Asilo ou fosse autoridade, declarava-se luto e hasteava-se a bandeira do Asilo a meio-mastro. Complementando, era celebrada missa de 7º ou de 30º dia na Capela do Asilo, e todos ou alguns internos compareciam a ela. Se a missa fosse em outro local, o Asilo era representado por um grupo de internas e por uma Irmã. Eram homenageados dessa forma políticos, como Bernardino de Campos, falecido em 1915. Foi hasteada a bandeira social em funeral por três dias e foi enviado telegrama de pêsames ao seu filho, Carlos de Campos. O mesmo foi feito por ocasião da morte de Vicente de Carvalho, Azevedo Junior e João Galeão Carvalhal. Em outras ocasiões, sócios da Associação Protetora da Infância Desvalida falecidos receberam mesma deferência.

²²⁹ O concerto foi realizado no dia 27/09, conforme registro em ata de reunião de Diretoria de 07/10/1919.

Outro tipo de experiência com normas de convivência referia-se à recepção ou despedida de viajantes. A ligação entre Santos e São Paulo, ou interior do Estado, era feita pela São Paulo Railway. Entre Santos, Rio de Janeiro ou outros portos, por mar. Inúmeras vezes os internos compareceram à estação de trens ou ao porto para receber ou se despedir de autoridades civis, religiosas ou pessoas que colaboravam com o Asilo. Em março de 1917, uma comissão de educandos compareceu ao embarque do Frei Alexandre Reinders, capelão, para o Rio de Janeiro. Em outro momento, um grupo acompanhou dois grupos de Campinas que haviam se apresentado no Miramar, em evento promovido pelos Protetores em benefício do Asilo, à estação de trem. Houve ocasiões em que todos os internos compareceram, acompanhados por Victor de Lamare e as Irmãs²³⁰. Um deles foi à recepção ao primeiro Bispo da Diocese²³¹ de Santos, Dom José Parreira de Lara. Em outras, apenas um grupo de internos compareceu, representando o Asilo.

Um dos eventos externos que se tornou rotina foram os sorteios da Associação Predial de Santos. Mensalmente, durante anos, esta Associação promoveu sorteios para a aquisição da casa própria com a participação de internas. Geralmente eram solicitadas duas, que, às vezes, eram presenteadas. Apresentar-se nestas circunstâncias envolvia cumprimentar pessoas, manter uma postura socialmente aprovada e agradecer se fosse o caso.

A participação nos vários eventos externos, como casas de espetáculos, o Coliseu, o Miramar, ou cinemas como o Politeama, deram oportunidade aos educandos de aprenderem a se comportar em público. O mesmo podemos afirmar com relação às festas realizadas no Asilo.

A própria norma de redigir requerimentos à Diretoria foi uma forma de preparar as internas para esse tipo de correspondência, usada em várias situações da vida social

A educação física, segundo o Regimento Interno, abrangeria “[...] higiene do corpo, do vestuário e da alimentação” e também através de “diversos exercícios e jogos que concorram racionalmente para o completo desenvolvimento físico das crianças”, segundo o artigo 19.

A formação de hábitos de higiene incluía o asseio do corpo: banho diário, frio ou morno dependendo da estação do ano, passou a ser rotina. Escovar os dentes, cortar as unhas, usar

²³⁰ No dia 18/04/1925, segundo ata de reunião de Diretoria de 18/04/1925.

²³¹ A Diocese de Santos foi instalada em 12/04/1925.

roupas limpas também foi ensinado. As meninas eram ensinadas a limpar o prédio, a manter limpa a cozinha e seus utensílios, a lavar verduras e legumes.

A ingestão de alimentos saudáveis e a alimentação nas horas certas também foram práticas higiênicas ensinadas aos internos. O fato de os alimentos serem escolhidos de acordo com as recomendações do médico do Asilo e preparadas com a colaboração das internas, levou-as a aprender a escolher os mais saudáveis e a usar formas corretas de higienizá-los. O cardápio, o mesmo para todos, habituou o paladar aos alimentos oferecidos. Não “lambiscar” fora de hora era considerado hábito saudável e medidas tomadas no sentido de que isso não acontecesse contribuíram para que adquirissem bons hábitos.

Com relação aos hábitos de sono, o Regimento Interno estabeleceu que os internos deviam dormir pelo menos nove horas por noite. Dormir cedo foi um hábito cultivado, pois as crianças costumavam acordar cedo, inclusive aos domingos, para comparecer à missa.

As camas possuíam colchão, travesseiro e eram forradas por lençóis e colcha. Pode parecer estranho destacar isso nos dias de hoje, mas nas moradias populares da época esse padrão não era usual. As crianças aprenderam não apenas a usar roupas de cama, mas a trocá-las duas vezes por semana.

Outra forma de cuidado com o corpo foi a prática de atividades físicas. O Regimento Interno estabeleceu que os exercícios e jogos deviam ser apropriados à idade. As aulas de ginástica estiveram sempre presentes na rotina do Asilo, na forma de ginástica sueca. As aulas eram dadas para as crianças do Jardim da Infância e do curso primário.

Outro hábito higiênico foi o cuidado com a saúde. Com a presença do dentista uma vez por semana e do médico diariamente, as crianças eram rotineiramente examinadas, o que possibilitou que criassem hábitos de tratar dos dentes e do corpo.

O fato de testemunharem cuidados com relação à saúde, ensinou-as a valorizar formas corretas de cuidar de si e de outros indivíduos. Em 1916, surgiram no Asilo vários casos de sarampo [62]. Como forma de impedir que a doença se propagasse, os internos doentes foram isolados, o que amenizou o problema. Foi uma oportunidade de os internos aprenderem que doentes com enfermidades contagiosas não deviam permanecer em contato com as demais pessoas. Em 1920, vários casos de varíola ocorreram na Santa Casa de Misericórdia e foram

vacinadas todas as crianças do Asilo²³². Elas puderam aprender que a vacina não deve ser temida, pois previne doenças.

As crianças e religiosas acometidas de doenças mais graves eram encaminhadas pelo médico à Santa Casa, onde eram tratadas. A Diretoria, nesses casos, acompanhava o desenrolar da enfermidade, o que ensinava aos internos que se devia cuidar e dar apoio aos doentes. Um desses casos foi o de uma interna, Isolina Rodrigues. Em dezembro de 1919 ela foi internada em Mogi das Cruzes. A Madre Superiora, a pedido de um dos diretores foi visitá-la. Posteriormente a enferma foi transferida para um Hospital em Rio Claro, no qual ficou internada por algum tempo até falecer. O tratamento e a internação foram pagos pela Associação Protetora da Infância Desvalida.

A educação não formal, projetada para o Asilo de Órfãos e colocada em prática, propiciou aos internos a aprendizagem de valores morais, como disciplina, honestidade, justiça, civismo. Também aprenderam modos de sociabilidade adequados à cultura da época, como a forma de se comportarem em determinadas datas, como aniversários e morte, a chegada ou partida de pessoas, como se portar em eventos públicos e particulares. Hábitos higiênicos também foram uma preocupação dos educadores.

O Regimento Interno previa que fosse dada “educação física, intelectual, moral e doméstica”. Podemos dizer que as práticas educativas até aqui descritas referem-se à educação física e moral. A seguir abordaremos o modo como foi concebida e deu-se a educação intelectual. A educação doméstica será objeto da última parte deste capítulo.

5. 4 A instrução

As religiosas ministravam as aulas para alunos de diferentes níveis de conhecimento, todos reunidos em uma mesma classe. As crianças eram divididas apenas por tamanho, maiores e menores. Em geral, uma interna mais adiantada atuava como adjunta de sala. Foi assim que

²³² Ata de reunião de Diretoria de 08/08/1920.

Maria Judith Tomazelli²³³ se preparou para ser professora e acabou exercendo essa função como religiosa, no Colégio “Puríssimo Coração de Maria”²³⁴, instalado pela Congregação do Puríssimo Coração de Maria em Rio Claro, em 1909.

O Regimento Interno, aprovado em 1909 para o Asilo de Órfãos previu a introdução do ensino simultâneo. No final daquele ano, Victor de Lamare, na época Vice-Presidente, e a Madre Superiora, Irmã Clementina, avaliaram as crianças em idade escolar e as dividiram segundo o grau de adiantamento, em cinco séries de educação primária e uma classe de Jardim da Infância.

Tabela 7. Previsão da distribuição dos alunos pelas classes

CLASSES	NÚMERO DE CRIANÇAS
1ª série	40
2ª série	14
3ª série	14
4ª série	19
5ª série	09
Curso Complementar	10
Jardim da Infância	21 ²³⁵

Fonte: Atas da Associação Protetora da Infância Desvalida

A reestruturação do espaço interno do Asilo permitiu que no ano seguinte, 1910, as aulas começassem a ser dadas em salas separadas. O ensino simultâneo demandou mais Irmãs para atuar como professoras. Considerando que havia apenas duas religiosas capacitadas para lecionar,

²³³ Maria Judith Tomazelli nasceu em Trento, na Áustria. Tinha sete anos quando, em 15 de abril de 1896, com sua irmã, Augusta Angelina Tomazelli, de quatro anos, foi internada no Asilo de Órfãos a pedido do Cônsul daquele país, já que haviam ficado órfãs de pai e mãe. Maria Judith foi adjunta da classe dos menores de 1903 a 1908. Em 13 de março de 1908 entrou como aspirante à Congregação do Puríssimo Coração de Maria. No dia 15 de maio de 1909 foi para Rio Claro com as irmãs. Requereu retirada do asilo em dois de março de 1910, quando tinha 21 anos. Sua irmã matriculou-se como ouvinte no Liceu Feminino Santista em 1909. Entrou para a mesma congregação em 20 de janeiro de 1913, quando tinha 21 anos.

²³⁴ Para maiores informações, ver o trabalho de Paula Leonardi, 2002.

²³⁵ Apesar de terem sido escolhidos, as aulas do Jardim da Infância só começaram em 1913.

entre elas a Madre Superiora, houve a substituição de duas religiosas que exerciam funções mais simples por outras mais instruídas. Não se conhece, entretanto, qual o arranjo feito para que as seis classes, cinco de ensino preliminar e uma complementar, funcionassem com apenas quatro professoras.

O Jardim da Infância era destinado a atender crianças com idades entre os três e sete anos. Meninos e meninas tinham obrigatoriedade de frequentar este grau de ensino, assim como a escola primária. As meninas, tendo concluído o primário, podiam seguir o curso complementar, que, segundo Souza (1999, p.132) havia sido transformado em curso profissional de formação de professores em 1885.

O Jardim da Infância foi implantado apenas em 13 de maio de 1913, dia do aniversário do Asilo de Órfãos, sendo escolhida como professora a Irmã Arsênia do Divino Coração, ex-interna. Uma sala foi reformada, foi encomendado o mobiliário e foram recebidos os objetos²³⁶ necessários para esse grau de ensino. Esta Irmã permaneceu como professora até 1921, quando foi substituída por Irmã Ângela.

O Regimento Interno deixou a cargo da Madre Superiora a escolha das disciplinas do curso complementar. Ela organizou o horário de aulas segundo normas estabelecidas no regimento: duração máxima de uma hora com intervalos de quinze minutos, pelo menos. O horário previa dias de feriados e períodos de férias e foi organizado segundo uma grade curricular para cinco anos de instrução primária, incluída no Regimento Interno. A Madre submeteu tal horário ao Presidente para aprovação.

²³⁶ Enviados pelo Sr. Cardim, da Escola Normal, a pedido do Presidente.

Tabela 8. Disciplinas a serem ministradas na escola do Asilo de Órfãos a partir de 1910

1ª série	Leitura	Aritmética	Lições de coisas	Caligrafia	
2ª série	Leitura	Aritmética	Lições de coisas	Caligrafia	Português
3ª série	Leitura	Aritmética	Geografia	Caligrafia	Português
4ª série	Leitura	Aritmética	Geografia do Brasil	Morfologia geométrica (1ª parte)	Português
5ª série	Leitura	Aritmética	História do Brasil	Morfologia geométrica (2ª parte)	Português

Fonte: Regimento Interno do Asilo de Órfãos de 1909

Os conteúdos para o ensino da Leitura e da Aritmética foram organizados em ordem gradativa de dificuldade, assim como o de Português, que se iniciava na segunda série. O ensino de Aritmética manteve os conteúdos fixados anteriormente para as escolas primárias paulistas. Previu o domínio do cálculo, frações, sistema métrico e geometria, preparando os alunos para questões da vida prática e para o exercício de determinadas profissões.

Tabela 9. Conteúdos a serem abordados em Leitura, Aritmética e Português

	LEITURA	ARITMÉTICA	PORTUGUÊS
1ª série	Cartilha e primeiro livro	Numeração e adição	-
2ª série	Segundo livro de leitura	Subtração e multiplicação	Fonologia
3ª série	Terceiro livro de leitura	Divisão	Ditado e noções de taxonomia
4ª série	Quarto livro de leitura	Frações ordinárias e decimais	Ditado, composições e noções de morfologia
5ª série	Autores nacionais: prosa e verso	Sistema métrico, complexos	Ditado, composição e noções de sintaxe

Fonte: Regimento Interno do Asilo de Órfãos de 1909

O ensino foi planejado de forma que se iniciasse pelas Lições de Coisas, ou seja, pelo conhecimento da realidade imediata do aluno, passando, depois, com a Geografia, para o conhecimento dos astros, da Terra, chegando ao Brasil e a Santos; em seguida passava-se ao conhecimento de História, centrando-se no ensino sobre o Estado de São Paulo e o município santista.

Tabela 10. Conteúdos a serem desenvolvidos: conhecimento do mundo

1ª série	Lições de coisas
2ª série	Lições de coisas
3ª série	Geografia: noções de geografia astronômica
4ª série	Geografia do Brasil: noções gerais resumidas, sendo mais detalhado o estudo do estado de São Paulo e do município de Santos
5ª série	História do Brasil: noções gerais resumidas, sendo mais detalhado o estudo do estado de São Paulo e do município de Santos

Fonte: Regimento Interno do Asilo de Órfãos de 1909

Percebe-se, por esse planejamento, que um ou ambos autores do Regimento Interno possuíam noções de educação, apesar de um deles ser engenheiro e outro advogado. A inclusão de Lições de Coisas como disciplina precursora dos conhecimentos mais acadêmicos, como Geografia e História, embora acontecesse de forma um pouco tardia(já que era praticada na província desde a década de 80 do século anterior) indicava que os autores desse programa de ensino tinham conhecimento dela e optaram por inseri-la como uma disciplina e não permeando todo o programa.

Complementando esse ensino, o regimento previu, em seu artigo 26, “passeios escolares” a serem conduzidos pela Madre Superiora, “[...] aos domingos, dias santos e feriados, sempre que for possível e o tempo permitir [...] recomendáveis não só como medida higiênica como também por oferecer margem à aquisição de noções úteis”. Em seu parágrafo único, a Diretora é orientada a chamar “a atenção dos educandos sobre o que encontrar digno de observação e aproveitar-se-á

dos fatos e fenômenos que lhe caem sobre as vistas para dar-lhes lições de topografia, geometria, ciências naturais, artes e indústrias, etc.”.

Foram muitos os passeios empreendidos pelos internos, porém, uma ausência comum quando se trata de historicizar as práticas escolares, não se sabe se a religiosa cumpriu o que estava previsto, ou seja, se aproveitou as saídas para instruí-los.

A quantidade de aulas de cada disciplina não foi prevista pelo regimento. O planejamento da divisão do tempo e das disciplinas foi delegado à Madre Superiora que deveria apresentá-lo ao Presidente para aprovação. Em 1917, as aulas começaram no dia primeiro de fevereiro, “de acordo com o programa marcado pelo regimento interno”. Isto sugere que a programação feita inicialmente vinha sendo cumprida. Durante certo tempo, cada classe foi atribuída a uma única professora. A partir daquele ano, encontramos referências a professoras de matérias específicas, como Geografia e História, o que sugere alguma alteração.

A escola manteve cinco séries pelo menos até 1923. Não se sabe se em 1924 ainda existiam essas cinco séries, mas, a partir de 1925, quando a escola foi instalada em prédio próprio, eram apenas quatro séries.

Tabela 11. Número de alunos da escola do Asilo de Órfãos

	MENINAS	MENINOS	TOTAL
1910	-	-	127
1914	60	32	92
1915 ²³⁷	83	57	140
1916	83	57	140
1917	90	63	153
1925 ²³⁸	-	-	228

Fonte: Livros de Atas e Relatórios da Associação Protetora da Infância Desvalida

As religiosas foram responsáveis pelas aulas até 1918, sem que fosse cobrado delas qualquer tipo de certificação profissional. Em maio de 1918, a Associação Protetora da Infância Desvalida recebeu um ofício enviado por Oscar Thompson, Diretor Geral da Instrução Pública pedindo que, conforme estipulava a Lei nº 1579 de 19 de dezembro de 1917, fossem enviadas as plantas do prédio e outros documentos para que as aulas pudessem continuar a funcionar.

Para atender o que era exigido²³⁹, Victor de Lamare expediu ofícios para as pessoas que faziam parte de sua rede de solidariedade que vinham servindo como examinadores em vários anos letivos. Foram pedidos que emitissem atestados sobre a competência das Irmãs como professoras a Adolfo Porchat de Assis, Diretor da Escola de Comércio “José Bonifácio”, Artur Porchat de Assis, Diretor do Instituto “Dona Escolástica Rosa, Padre Gastão de Moraes, professor do Liceu Feminino Santista, Benedito Calixto, professor do Liceu e da Associação Instrutiva José Bonifácio, Drs. Abel de Castro, José B. Pereira das Neves e Sóter de Araujo e ao Professor

²³⁷ Segundo Relatório apresentado pelo Presidente em 1916, referente a 1915, naquele ano não frequentavam as aulas no Asilo duas internas, “Imbecis”, dois internos (um esteve afastado das aulas por doença e outro era auxiliar do jardineiro) e 16 moças. Dessas, uma era auxiliar de Prefeita, três estavam matriculadas no Liceu Feminino Santista e doze eram efetivas nos serviços de costura, cozinha, lavagem e engomadura.

²³⁸ Ano em que as aulas passaram a ser dadas no Pavilhão Escolar.

²³⁹ Vide nota de rodapé de n. 174, à página 153.

Delfino Stockler de Lima, Inspetor Literário Municipal. Recebidos os atestados, estes foram enviados ao Diretor da Instrução Pública junto com o restante da documentação exigida. O Dr. Oscar Thompson enviou ofício autorizando o funcionamento das escolas mantidas pela Associação Protetora da Infância Desvalida.

Até 1918, as aulas começavam em janeiro e terminavam próximo ao dia de Natal. Os exames eram realizados em meados de dezembro. As crianças do Jardim da Infância também passavam por exames.

Os convidados eram escolhidos com cuidado, considerando-se as conveniências do momento. As bancas eram compostas a partir do convite do Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida e dão uma mostra das pessoas pertencentes a sua rede de sociabilidade:

Tabela 12. Bancas de exame da escola do Asilo entre 1910 e 1930

ANO	PRESIDENTE	EXAMINADOR	EXAMINADOR
1910	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Dr. Raimundo Sóter de Araujo	Dr. Adolfo Porchat de Assis
1911	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Dr. José de Barros Costa Pereira das Neves	Dr. Artur Porchat de Assis
1912	Antonio de Oliveira Passos Sobrinho (representando o Inspetor Literário)	Padre Antonio Ferreira	Dr. João Carvalhal Filho
1914	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Padre Gastão de Moraes	Abel de Castro (professor)
1915	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Irmão Gandolfo (Ginásio Santista)	Aristóteles Ramos de Menezes (professor da Academia de Comércio)
1916	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Diva de Lamare Porchat de Assis (substituindo Alberto Veiga)	Benedito Pinheiro (substituindo Valdomiro Silvera)
1917	Joaquim Montenegro (vice- prefeito municipal)	Heitor de Moraes (vereador)	Dr. Victor de Lamare
1919	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Eduardo A. Vahia de Abreu (professor da Academia de Comércio)	Rosalina da Silva
1920	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Nicanor Ortiz	Irmão Marcos
1921	Primo Ferreira (Inspetor de Ensino)	Benedito Pinheiro	Ciro Lacerda
1922	Dr. Zenon de Moura (Delegado Regional de Ensino) e Delfino Stockler de Lima (Inspetor Municipal de Instrução)	Dr. Bruno Barbosa	Padre Visconti
1923		Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte	Julio César de Toledo Murat

1925	Antonio Primo Ferreira (Inspetor Distrital de Ensino)	Antonio Eberle dos Santos (professor da Academia de Comércio)	Eduardo Vahia de Abreu (professor da Academia de Comércio)
1926	Antonio Primo Ferreira (Inspetor Distrital de Ensino)	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Dr. [em branco] Gascon e Dr. Ariosto Guimarães
1927	Antonio Primo Ferreira (Inspetor Distrital de Ensino) e Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Dr. Gervásio Bonavides (professor do Liceu e da Academia de Comércio)	Irmão José Marcelo (Reitor do Ginásio Municipal Santista)
1929	Antonio Primo Ferreira (Inspetor Distrital de Ensino)	Dr. Ismael de Souza (diretor geral da Companhia Docas de Santos)	
1930	Delfino Stockler de Lima (Inspetor Literário)	Dr. Samuel Leão de Moura (presidente do Rotary Club de Santos)	Dr. Victor de Lamare

Fonte: Livros de atas da Associação Protetora da Infância Desvalida

A tabela acima nos mostra que o Presidente da Banca costumava ser uma autoridade, em geral da área de educação. Os convidados eram professores do Liceu Feminino Santista, da Academia de Comércio e do Ginásio Municipal Santista, do Colégio dos Irmãos Maristas, ou ainda médicos, advogados, engenheiros ou políticos, conforme os interesses da Associação Protetora da Infância Desvalida. Muitas vezes a escolha dos convidados tinha a intenção de apresentar a aprendizagem dos internos, tanto que foram registradas nos livros de atas as palavras elogiosas dos examinadores.

Inicialmente as cerimônias de encerramento do ano letivo eram duas: o dia dos Exames e a festa de Natal. Aos poucos mais cerimônias foram se incorporando a elas. Na década de 1920 já eram quatro: exames dos alunos da escola primária, exame das prendas domésticas, entrega de prêmios e o “Natal dos Asilados”. O aumento do número de solenidades possibilitou que mais pessoas fossem prestigiadas e fossem testemunhas dos resultados alcançados pelo Asilo na educação dos internos.

O Regimento Interno previa um sistema de controle do comportamento das crianças mediante regime de premiações e punições²⁴⁰. Castigos físicos, provavelmente existentes, já que foram a causa de queixa de algumas asiladas²⁴¹, foram substituídos por admoestações, privação

²⁴⁰ Em 1920, uma aluna foi “eliminada exemplarmente”, sendo entregue a seu irmão, casado, por ter agredido fisicamente uma religiosa. Ata de reunião de diretoria de 29/02/1920.

²⁴¹ Em 1910 quatro asiladas fugiram na tarde de 13/05. Na mesma noite foram localizadas e levadas de volta ao Asilo. Relataram que haviam fugido porque haviam sido castigadas por uma religiosa.

de participação em algumas atividades ou mesmo “reclusão solitária”²⁴², conforme o grau de gravidade da infração cometida. Havia um boletim mensal “sobre a aplicação e comportamento do aluno”²⁴³ apresentado ao Presidente pelas educadoras. Em abril de 1917²⁴⁴, “para servir de estímulo aos bons educandos e corretivo aos maus, [o Presidente] inaugurou no dia 15 um ‘Quadro de Honra’ e um ‘Quadro Negro’ tendo dado o resultado que esperava”.

Premiações não eram exclusividades do Asilo de Órfãos, outras escolas também premiavam seus alunos. Denunciando a permeabilidade entre a cultura local e a cultura escolar do asilo, em 1917 o Prefeito Municipal ofereceu medalhas de ouro a três alunas consideradas as mais aplicadas e de comportamento exemplar. No final desse ano, a Prefeitura e a Câmara instituíram prêmios (medalhas de ouro) para o aluno ou aluna *mais distinto(a)*²⁴⁵ de várias instituições de ensino. Foram atribuídos nomes conhecidos aos prêmios: *Caetano de Campos*, *Cesário Mota* e *Bernardino de Campos*, aos alunos dos grupos escolares “Barnabé”, “Cesário Bastos” e “Vila Macuco”. *Brás Cubas* e *Andradas* aos alunos do Instituto “Dona Escolástica Rosa”, *D. Diva de Lamare Porchat de Assis*, *D. Robertina Simonsen* e *Tarquínio Silva* para as alunas do Liceu que mais se distinguissem, *José Bonifácio*, para a Escola de Comércio “José Bonifácio”²⁴⁶ e *Dr. Victor de Lamare* para o Asilo de Órfãos.

Em 1917, três meninas do Asilo foram igualmente merecedoras do prêmio, consideradas em igualdade de condições. A Prefeitura enviou mais duas medalhas de ouro, denominando os prêmios extras de *Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça* e *Aureliano de Souza Nogueira da Gama*²⁴⁷. Naquele ano duas medalhas de ouro foram entregues ao melhor aluno e à melhor aluna do Jardim da Infância, por iniciativa de Carmen Neri, cujo marido esteve presente aos exames daquele grau de ensino. No ano seguinte, os funcionários da Agência Especial do Correio de Santos “resolveram instituir dois prêmios de aplicação aos alunos do Asilo de Órfãos que mais se

²⁴² Art. 75 do Regimento Interno.

²⁴³ Art. 64 do Regimento Interno.

²⁴⁴ Ata de reunião de Diretoria de 29/04/1917.

²⁴⁵ Jornal “A Tribuna” de 02/12/1917.

²⁴⁶ Antiga Academia de Comércio de Santos.

²⁴⁷ Nome dos fundadores do Asilo de Órfãos.

distinguissem no corrente ano, em homenagem ao Exmo. Sr. Dr. João Galeão Carvalho²⁴⁸”. O prêmio destinado ao menino receberia o nome de João Galeão Carvalho. A menina escolhida receberia o prêmio Branca Galeão Carvalho. Esses prêmios, duas Cadernetas de Poupança da Caixa Econômica Estadual no valor de 250 mil réis cada, foram entregues, no dia de Natal, ao aluno e à aluna que mais se aplicaram ao estudo, “aliado ao comportamento exemplar constatado pelos quadros de honra”²⁴⁹. Em 1924, foi enviado por Antonio Barbosa um anel de ouro para ser dado “à aluna que mais se distinguir nos exames finais do ano letivo”²⁵⁰. No ano seguinte, o engenheiro das Docas, Ismael de Souza também ofereceu um prêmio em dinheiro a ser entregue ao aluno ou aluna com melhor resultado nos exames. Os prêmios eram distribuídos por autoridades em uma das solenidades realizadas no final de ano, perante uma audiência, o que dava visibilidade ao projeto de educação adotado no Asilo e dava à premiação um caráter solene.

Os alunos da escola primária faziam jus a prêmios de aplicação e de comportamento. Além das premiações no final do ano, quando as crianças eram convidadas a participar de eventos externos, como matinês de cinema, eram escolhidas aquelas de melhor aplicação e comportamento. Por terem feito as melhores composições referentes à Proclamação da República e ao Dia da Bandeira, duas educandas foram premiadas em 1922.

A Associação Protetora da Infância Desvalida, por iniciativa de Victor de Lamare, também abrigou uma creche em 1920, com o nome “Abrigo da Infância”, destinada a “recolher [crianças] durante o dia, dando-lhes alimentação e instrução, as crianças cujas mães necessitam empregar-se.”²⁵¹

A proposta apresentada no início do ano dependia da ampliação das instalações do Asilo. Em outubro, ela ainda não havia sido colocada em prática e ele, em reunião²⁵², argumentou que

como pensa que é de muita necessidade a criação desse abrigo, pois é grande o número de mães que não podem procurar os meios de subsistência por não poderem deixar os filhos a sós em casa, nem terem outro qualquer lugar onde possam deixá-los, propõe que

²⁴⁸ Ata de reunião de Diretoria de 24/03/1918.

²⁴⁹ Ata de reunião de Diretoria de 29/12/1918.

²⁵⁰ Ata de reunião de Diretoria de 09/11/1922.

²⁵¹ Ata da reunião de Conselho Geral de 09/05/1920.

²⁵² Ata de reunião de Conselho Geral de 04/10/1920.

a título de experiência, seja o Abrigo, desde já instalado e, em caráter provisório, funcionando no próprio edifício do asilo.

A proposta foi finalmente aceita a título de experiência, ficando a Diretoria encarregada de fazer o regulamento. A creche receberia meninos com idades entre 2 e 7 anos e meninas entre 2 e 12 anos. Chegaram a ser matriculadas seis crianças no final daquele ano, mas não se teve notícias sobre por quanto tempo funcionou, nem se mais crianças foram admitidas.

Além do ensino regular, os internos tiveram oportunidade de desenvolver outras habilidades. Em 1918, foi doada ao asilo uma máquina de escrever Remington. Irmã Alice, professora da 5ª série, começou a praticar datilografia para que pudesse ensinar às internas que fossem escolhidas. Foram também dadas aulas de solfejo, ministradas graciosamente por Luiz Nardi, suspensas por ocasião da gripe espanhola e retomadas no início do ano seguinte. A professora Adalgisa Salles também ofereceu-se para ministrar uma aula de geometria prática, “nos moldes seguidos nas aulas do estado”²⁵³, duas vezes por semana, mas não se sabe se elas foram efetivamente ministradas.

A Associação Protetora da Infância Desvalida preocupou-se em conhecer outras escolas. Em março de 1917, Victor de Lamare enviou em visita duas Irmãs, professoras, ao Grupo Escolar “Cesário Bastos”. Foram recebidas por seu Diretor, Antonio Primo Ferreira, que doou livros e outros materiais escolares ao asilo. No ano seguinte, em julho, as Irmãs Arsênia e Modesta visitaram o Jardim da Infância da Escola Normal e a Escola Modelo em São Paulo. Em 1919, Irmã Alice do Coração de Maria, professora, também esteve em São Paulo, e visitou Grupos Escolares e a creche Barão de Limeira.

As salas de aula funcionaram no prédio principal até o encerramento do ano letivo de 1924. Em 19 de março do ano anterior foi iniciada a construção de um prédio próprio para abrigar uma escola. Os desenhos e o projeto arquitetônico foram encomendados ao arquiteto H. Fillinger e a construção à firma Sociedade Anônima de Construções “Casa Bittencourt”, escolhida entre três concorrentes. O prédio e o recreio coberto, anexos, foram inaugurados no dia 24 de dezembro de 1924.

²⁵³ Ata de reunião de Diretoria de 24/04/1919.

Figura 9. Planta do Pavilhão Escolar

O prédio construído para abrigar a escola tem formato de U. Nele estão dispostas cinco salas de aula do mesmo tamanho e uma sala bem maior. Existem também três salas bem menores e as dependências dos sanitários. Todas as salas têm janelas que se abrem para a parte externa do prédio. As portas das salas de aula que possuem o mesmo tamanho, a de duas salas menores e a dos sanitários dão acesso a um corredor. Esse corredor pode ser acessado do exterior por três pequenas escadas colocadas estrategicamente em cada uma de suas extremidades. A sala maior e uma das menores têm entrada independente. Esse prédio liga-se a uma área coberta com tamanho equivalente à área ocupada pela escola.

A sala maior, segundo está indicado na planta, destina-se à classe do Jardim da Infância. As cinco salas do mesmo tamanho destinam-se a cinco classes de alunos. Havendo duas primeiras séries, a 1ª Divisão e a 2ª Divisão, e outras três séries, a segunda, a terceira e a quarta, todas essas salas seriam ocupadas. Das duas salas pequenas que davam acesso ao corredor, uma

era destinada a abrigar a biblioteca e a outra a servir como sala dos professores. A sala menor contígua à sala do Jardim da Infância era a sala de música. Não foi planejada sala para a direção.

A área coberta, denominada recreio coberto, foi construída para que nela fossem realizados os exercícios de ginástica e as aulas do Jardim da Infância e era ligada ao Pavilhão Principal.

Segundo Vinão (2005, p.19),

A consideração do espaço escolar como um espaço segmentado – no qual se distinguem, em primeiro lugar, as zonas edificadas das não edificadas e, dentro de ambas, as atribuídas a uma ou mais de uma função ou tarefa, dos espaços livres de atribuição, e abertos, portanto, a possíveis atribuições futuras – coloca, como primeira questão, a existência ou inexistência de um espaço específico para determinada função ou tarefa. Sua inexistência indicaria, em cada caso, a consideração de tal tarefa como não necessária ou a escassa importância a ela atribuída. Sua existência, *sensu* contrário, seria um bom indicador da sua relevância inicial. E, junto a ela, seriam também bons indicadores sua localização, sua relação com outros espaços, suas dimensões e sua disposição interna. [...]

No caso do Pavilhão Escolar, todos os espaços receberam uma destinação. Existem as salas para aulas do primário e do Jardim, esta bem maior do que as demais. Podemos atribuir esse tamanho a vários fatores: número de crianças, tipo de atividades desenvolvidas e, o menos provável, à importância desse grau de ensino. É mais provável a segunda possibilidade, levando-se em conta que o método escolhido era baseado no empregado no Jardim da Infância anexo à Escola Normal de São Paulo e que estava prevista a utilização, também, do espaço do recreio para essas aulas.

Quanto às outras dependências, a existência de uma biblioteca nos revela a importância atribuída à leitura. Fato interessante é a existência de uma sala dos professores, uma vez que inexistia uma sala destinada à direção da escola.

Os sanitários ficam próximos às salas dos maiores e isso nos leva a questionar sobre seu uso pelos menores. A sala destinada às aulas de música é distante das salas de aula, mas vizinha à sala do Jardim da Infância. Isso sugere a crença de que as atividades desenvolvidas na sala dos menores não seriam afetadas pelas aulas de música.

Um corredor ligando as salas e dando acesso a elas sugere que, além de servir para a entrada e saída das crianças e professores, também servia para que as atividades desenvolvidas nas salas pudessem ser vigiadas.

A concorrência para a aquisição do mobiliário foi aberta em fevereiro de 1924. Analisadas as propostas, as mesas e cadeiras foram encomendadas a Jacinto Galante e o restante da mobília ao Instituto Dona Escolástica Rosa. Segundo o contrato, os armários da biblioteca deveriam ter o fundo e as prateleiras de cedro. A organização da biblioteca ficou a cargo de um dos diretores, João Salerno, que conseguiu angariar 145 livros encadernados e entregou-os numerados e catalogados.

Para a inauguração, foram expedidos ofícios convidando autoridades. O público foi convidado pelos jornais. Compareceu um grande número de pessoas. Victor de Lamare pronunciou um discurso e Adolfo Porchat de Assis foi convidado a cortar a fita simbólica. Após a cerimônia, houve apresentação dos asilados e demonstração prática de ginástica sueca. Seguiu-se a festa de “Natal dos Asilados” realizada no recreio coberto, com “uma secção de recitativos e danças pelas crianças do jardim da infância e farta distribuição de prendas e doces a todos os educandos²⁵⁴”. Terminado o festival, os protetores entregaram, a trinta e sete internas, cadernetas de poupança, da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, no valor de cem mil réis cada.

Em 1925, com a transferência das aulas para o Pavilhão Escolar, os espaços do Pavilhão Principal que até então vinham sendo usados para as aulas, foram transformados em dormitórios.

5.5 As internas e seus caminhos

Matos (2001), ao estudar o feminino e o masculino em Santos no período compreendido entre 1890 e 1930, mostrou o cotidiano da população pobre na cidade. Esse tema é relevante para que possamos entender a educação feminina no Asilo de Órfãos.

²⁵⁴ Ata de reunião de Diretoria de 15/02/1925.

Através da educação, foram forjadas identidades masculinas e femininas, considerando que

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2001, p. 11).

A separação de corpos e as diferenças no tratamento recebido por meninos e meninas contribuíram para a produção de homens e mulheres segundo as representações do grupo, o que resultou na alteração do Regimento Interno de Asilo de Órfãos, que representava o poder na época.

No primeiro capítulo, falou-se dos cortiços e do movimento das elites da cidade com relação à sua extinção. As camadas mais pobres do município moravam precariamente e mesmo aqueles que se mudaram para a região do Macuco ou para outras áreas da cidade moravam de forma precária. Segundo Matos (2001, p. 2)

O “sonho americano” e a atração exercida pelo porto prosseguiram, concentrando um significativo contingente de trabalhadores, toda uma massa que excedia largamente as necessidades do mercado. Como consequência, aviltavam-se os salários, criavam-se formas múltiplas de atividades temporárias e domiciliares, ampliavam-se o subemprego e o emprego flutuante de uma população que garantia sua sobrevivência com ocupações casuais, mediante improvisação de expedientes variados, eventuais e incertos. [...] Entrecruzando o público e o privado, a mulher [que morava em um estabelecimento comercial] administrava o lar e o negócio, trabalhando duramente no balcão de madrugada a madrugada.

A autora destaca que “as mulheres de Santos sempre estiveram muito presentes no universo do trabalho, nas fábricas, nos estabelecimentos comerciais familiares ou em ‘atividades informais’.”

A rotina doméstica das esposas dos trabalhadores portuários era diretamente afetada pelo horário de trabalho de seus maridos e pelo tipo de carga com o qual lidavam. Além disso, conforme a sazonalidade, os salários desses trabalhadores flutuavam. Muitos desses trabalhadores, por problemas de saúde, precisavam abandonar precocemente suas atividades na

estiva, restando, às mulheres, o ônus de sustento da família, além do desempenho das atividades domésticas. Trabalhavam como catadoras de café e de restolho em porões, armazéns e mercado, costuravam sacas de café, ou trabalhavam como empregadas domésticas, particularmente como lavadeiras.

A aceitação de que eram funções femininas os cuidados com a casa e os filhos era compartilhada por médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, segundo Rago (1985). Para essa autora, a construção de um novo mundo implicou na imposição de um modelo de família burguesa às classes operárias. A instituição de hábitos moralizados, costumes regrados, significava revelar, na lógica do poder, o modelo de organização familiar a ser seguido pelas pessoas pobres. Isso era feito pela designação da forma de moradia popular e pelos papéis sociais a serem exercidos no interior do espaço doméstico. A família nuclear, instalada em uma moradia que preservava a intimidade, deveria seduzir o trabalhador. O papel da *esposa-dona-de-casa-mãe* deveria ser o de preocupar-se com os cuidados com a infância (riqueza potencial da nação), com os horários a serem cumpridos pelo marido, com os cuidados com a higiene e a saúde da família.

Ao observar que o cotidiano das mulheres pobres residentes em Santos não permitia muitas vezes o devido cuidado com a prole e que as meninas eram, por um lado, mais vulneráveis que os meninos e, por outro, as futuras educadoras das crianças, a instituição sempre deu preferência à internação de meninas, havendo, geralmente, uma proporção de duas meninas para um menino. A vulnerabilidade era especialmente sentida por ser uma cidade portuária que recebia tripulantes masculinos e que abrigou inúmeros imigrantes do sexo masculino que vieram, sozinhos, “tentar a vida”.

Além da preferência pela escolha de meninas, havia distinção com relação ao tempo em que poderiam permanecer morando no Asilo. Os meninos permaneciam no Asilo por menos tempo que as meninas, geralmente até os catorze anos. As meninas, embora o Regimento Interno estabelecesse idade máxima de dezoito anos, na prática isso não se sustentava. Muitas delas, principalmente aquelas que não tinham família, permaneciam no asilo até bem mais tarde²⁵⁵.

²⁵⁵ Em 1921, Leonor Alves Machado, tendo já 30 anos, obteve permissão para continuar no Asilo como auxiliar do serviço interno. Em 1939, outras duas internas residiam no Asilo, uma com 42 anos de idade e outra com 36 anos. A diretoria resolveu que uma delas, eficiente como lavadeira, permaneceria morando no asilo como lavadeira e a outra, *completamente inábil* permaneceria morando no asilo até que a diretoria achasse um *destino conveniente*.

Com a aprovação dos Estatutos em 1914, a Associação Protetora da Infância Desvalida se desobrigou de profissionalizar os internos do sexo masculino. Os Estatutos anteriores, aprovados em 1889, previam a educação profissional dos internos, mas isso nunca foi colocado em prática. Com a abertura, em 1908, do Instituto Dona Escolástica Rosa, a profissionalização passou a ser dada por este outro internato. O Asilo de Órfãos, com a aprovação dos novos Estatutos, fez a opção pela formação feminina. As educadoras cuidariam dos meninos enquanto ainda não tivessem idade para a profissionalização.

O menino que permaneceu mais tempo internado foi um que já residia no Asilo quando o Regimento foi aprovado, parálítico das pernas e que não tinha “juízo perfeito”. Em 1911, com 17 anos, foi transferido para o Asilo dos Inválidos. Na mesma ocasião outro menino, de 15 anos, foi transferido para o Asilo de Mendicidade.

Em 1922 um dos artigos do Regimento Interno foi modificado e a idade máxima de permanência para os meninos passou a ser de doze anos, embora isso não tenha sido rigorosamente cumprido com meninos sem família; mas, de qualquer forma, a idade sempre foi apenas ligeiramente superior à estabelecida.

Ao chegarem na idade limite estipulada pelo Regimento Interno, os meninos que possuíam família eram entregues a ela. Aqueles que não a tinham, havendo vagas, eram transferidos para o Instituto Dona Escolástica Rosa. Em geral eram encaminhados os mais velhos. Entre 1910 e 1930, aproximadamente quarenta meninos foram para aquele instituto. Alguns meninos, poucos, foram transferidos para a Escola de Aprendizes Marinheiros.

A Diretoria, em 1917, conseguiu colocação como aprendiz para um dos internos nas oficinas da Companhia Docas de Santos e sua guarda foi transferida para o tio. Dois anos depois, o proprietário de uma tipografia colocou à disposição do Asilo duas vagas para aprendiz em suas oficinas e dois meninos foram escolhidos para essas vagas.

Pelo que foi exposto acima, era fato notório na cidade que, embora o Asilo internasse meninos, a permanência deles na instituição era provisória, ou seja, até que o interno tivesse condições de se profissionalizar. De qualquer modo, as oportunidades para os internos e para as internas diferiam em termo de status. Os meninos deveriam se tornar operários; as meninas poderiam alçar postos diferenciados, como professoras. A proteção ao sexo feminino foi

facilitada pela permanência das religiosas da Congregação do Puríssimo Coração de Maria. A devoção à Maria que, virgem, concebeu e foi mãe, passou a servir de modelo a ser seguido pelas internas.

A presença das Irmãs também propiciou que, em 1908, fosse fundado no Asilo, um ramo da Pia União das Filhas de Maria com o nome “Filhas de Maria da Imaculada Conceição de Maria Santíssima”, que perdurou até 1950. No dia 31 de maio foram recebidas 32 aspirantes, todas internas, algumas das quais constituíram a diretoria provisória. Semanalmente elas se reuniam e eram convidadas a comparecer a vários eventos religiosos, como missas e procissões. Já que em 1922 retringiu-se a permanência dos meninos maiores de 12 anos, as procissões passaram a ser frequentadas apenas por internas maiores, principalmente pelas Filhas de Maria.

A virgindade, entendida como um *estado*, ou seja, pela integridade da carne, é entendida, também, pela religião católica como *virtude* (CORBIN, 2008). A concepção sem relação carnal pela Virgem Maria, é, então, admirada. O culto à Virgem Maria implicava em valorizar a virgindade, ou seja, preservar a castidade. Essa virtude preparava as moças para serem recompensadas após a morte.

Segundo Corbin (2008, p. 68), as religiões cristãs, como a Católica, induzem algumas práticas entre as mulheres, como a virgindade, o controle dos impulsos do corpo e o controle sobre posturas e gestos. A virgindade, segundo esse autor, não é, para o Catolicismo, uma disposição do corpo, mas da alma, e quem conseguir preservá-la poderá “entrar nas cortes angelicais”.

Aos olhos da igreja, a virgindade é, ao mesmo tempo, um estado, definido pela integridade da carne, quer dizer, pela ‘abstinência de todo ato venéreo consumado’ e uma virtude que é ‘perfeita abstinência de toda ação voluntária ou de todo prazer oposto à castidade, com a resolução de permanecer sempre nesta abstinência. (CORBIN, 2008, p. 69)

A virgindade também é exaltada pela poesia romântica, segundo Corbin, que apresenta a jovem mulher intocada de uma forma idealizada, pura, fervorosa e bondosa, o que ajuda a reforçar as representações acerca do ideal feminino. A fascinação pela virgindade também unia os médicos e os autores da literatura erótica.

O tempo entre a puberdade e o casamento, na época, apresentava maiores perigos. Com a ausência de métodos contraceptivos e com a medicina ainda relativamente despreparada para

enfrentar as doenças sexualmente transmissíveis, a preservação do corpo da jovem era uma preocupação constante. Segundo Corbin, a perda da virgindade levava a dramas interiores (inclusive remorsos), ao estigma e à desvalorização da moça em vista do futuro matrimonial antes da revolução sexual, ocorrida ao longo do século XX.

Corbin também aborda a questão das vestes das religiosas, dizendo que têm por finalidade a negação do corpo, já que devem atribuir valor à alma considerada eterna. O hábito das religiosas que cuidavam do Asilo eram bastante sóbrios e, na altura do peito, apresentava um coração bordado em relevo. Essa roupagem lembrava a todos o “Puríssimo Coração de Maria”, venerado pela Congregação. Dessa forma mantinha-se a presença de Maria como exemplo a ser seguido.

A religião católica também tinha efeitos sobre as posturas e gestos. O silêncio era valorizado nos conventos e entendido como domínio de si, ao facilitar o exame interior e preparar para a oração, além de evitar a ocorrência de conversas fúteis, maledicências e distrações. A convivência com as religiosas, as orações, a frequência aos cultos também contribuíram para a disciplina do corpo dos internos.

A moderação, o controle dos gestos, dos olhares, os modos de andar e sentar, as posturas das mãos, também são valorizados pelas religiosas. “[...] o modelo proposto pelas religiosas difunde-se, com menor rigor, dentro dos internatos e por toda sociedade, sob influência dos confessores, diretores de consciência e por meio da influência exercida por uma literatura de piedade [...]” (CORBIN, 2008, p.87).

A presença de um ambiente impregnado pela religião católica inspirava confiança para com o cuidado com as crianças. Por vezes os juízes entravam em entendimentos com a Associação Protetora da Infância Desvalida para que o Asilo acolhesse crianças retiradas de prostíbulos. Em 1910²⁵⁶, o Dr. Luiz Porto Moretz-Sohn de Castro, Juiz de Direito da Segunda Vara solicitou a admissão de uma menina de 7 anos, natural de Portugal, “por não se achar a mesma [a mãe] em condições de moralidade para tê-la em sua companhia”. No ano seguinte, outra menina de 11 anos e um menino de seis anos também foram internados a pedido do juiz. Nos anos seguintes outras crianças foram internadas na mesma situação.

²⁵⁶ Ata de reunião de Diretoria de 10/11/1910.

Da mesma forma, em 1912, a mãe de uma das internas de 15 anos requereu a retirada de sua filha e seu pedido não foi atendido porque a Comissão de Sindicância soube que “a requerente vive amasiada com seu cunhado, com quem tem um filho”. A Associação Protetora, através dessa recusa, mostrou sua preocupação com a integridade moral das crianças internadas.

O clima religioso, embora mais presente antes das transformações introduzidas pelo Regimento Interno aprovado em 1909, permaneceu durante todo o período em que as religiosas moraram no Asilo. Consideremos que, sem família, a vida religiosa correspondia a uma vida honesta, compatível com os novos valores. Com a aprovação da diretoria, cinco internas ingressaram na Congregação entre 1910 e 1931, conforme tabela abaixo.

Tabela 13. Internas que entraram para a Congregação do Puríssimo Coração de Maria

ANO	NOME	IDADE
1910	Maria Judith Tomaselli	21 anos
1912	Patrocinia Netto	17 anos
1912	Maria Rey	27 anos
1913	Augusta Angelina Tomaselli	21 anos
1922	Anna Gonçalves	21 anos

Fonte: Atas da Associação Protetora da Infância Desvalida

A instituição investiu principalmente na formação feminina. O Regimento Interno acentuou as diferenças entre a educação a ser dada aos meninos e as meninas. Uma das novidades foi a inclusão da obrigatoriedade da educação doméstica para as internas.

Segundo Soihet (2009, p. 362-3), no final do século XIX e início do século XX,

a implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava.

O entendimento era de que às mulheres cabia o cuidado com a casa e os filhos. Embora fosse permitido às internas que demonstrassem vocação licença para prosseguirem os estudos e se formarem professoras, todas deveriam se preparar para serem boas donas de casa, segundo o que se esperava na época. Eventualmente a mulher podia estudar e trabalhar, mas isso não a dispensava das tarefas domésticas. Essa parece ter sido a representação dos homens que elaboraram o Regimento Interno.

Segundo Louro (2009, p. 446), referindo-se à virada do século XIX para o XX,

“[...] um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as ‘mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas’, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a construção do *caráter*²⁵⁷; sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, *o pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro.

Isto coincide com o que Rago (1985, p. 63) havia apurado em seus estudos, “a preocupação com sua educação [da mulher] visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica”. Desta forma, “não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela”. Deslocar a mulher da esfera pública do trabalho para o lar pode ser entendido como estratégia masculina no sentido de mantê-las longe das tentações. Os trabalhos domésticos ganharam novo formato, baseados em preceitos higiênicos e na racionalidade e não seriam mais aprendidos apenas por imitação dos modelos vigentes até então. Assim aconteceu no Asilo com relação ao ensino de bordado e de preparação dos alimentos, já usuais antes da aprovação do Regimento Interno, mas de maneira informal, para quem o desejasse, ministrado pelas religiosas. Segundo Louro (2009, p. 458) o que na verdade ocorreu foi um “aumento da complexidade e parcelarização dos conhecimentos, apoiando-os em conhecimentos científicos, desdobrando-os em etapas sequenciais, dando-lhes, enfim, uma roupagem escolar e didática”.

²⁵⁷ Grifos da autora.

O planejamento dos horários dos serviços e aulas, o planejamento das aulas, o rodízio entre as internas, o planejamento das refeições e escolha dos alimentos a partir das recomendações do médico fizeram parte desse ensinamento. A futura dona-de-casa deveria planejar a execução dos trabalhos domésticos e sua distribuição durante o dia, fazer a higiene da casa e das roupas de forma “adequada”, escolher os alimentos saudáveis para sua família e cuidar da saúde desta.

Dentro dessa lógica, a educação doméstica, pelo Regimento Interno de 1909, tornou-se obrigatória para todas as asiladas maiores de nove anos. As mulheres deveriam aprender a realizar trabalhos domésticos, tais como corte e costura, bordado, crochê, tricô, filé, cartonagem, dobradura, tecelagem, economia doméstica, cozinha, lavagem e engomadura, “podendo, de acordo com a aptidão, se aplicar posteriormente a uma destas artes²⁵⁸”. O uso do termo “artes” no documento revela a forma como eram postas essas habilidades. Quem as tivesse era considerada “superior”, valorizada. Além dessas prendas, a partir de nove anos de idade todas deveriam ajudar no asseio do prédio do Asilo.

Segundo Louro (2009, p. 447) “Elas [as mulheres das camadas populares] deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país [...]”. Essas habilidades eram não só condição para constituição de um “lar”, mas também garantia para que as internas que “precisassem trabalhar” encontrassem empregos na cidade. O aburguesamento da população abriu espaço para que as mulheres de Santos trabalhassem como cozinheiras, copeiras, lavadeira, costureiras, bordadeiras, como aponta Matos (2004, p. 22-23)

Numa conjuntura de rotatividade da mão-de-obra, fruto de um mercado de trabalho com flutuações cíclicas, os serviços domésticos eram uma das atividades que absorviam um dos maiores contingentes de trabalhadores, particularmente mulheres e menores. Mulheres casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais, brancas ou negras, sós ou acompanhadas com filhos, empregavam-se para diversos serviços em casas de família. [...] O trabalho domiciliar feminino foi intensamente utilizado em Santos, através de atividades como: costura, bordados e manufatura de flores, elaboração de enxovais de cama e mesa, bordados para noivas e batizados, confecção de roupas, mercadorias de carregação e costura da sacaria para o café.

²⁵⁸ Art. 41 do Regimento Interno.

Assim foi que em 1910 Maria Alessia Rebarrière, maior de 21 anos, nascida na França, solicitou que fosse dada baixa em sua matrícula para empregar-se em uma residência. A Comissão de Sindicância informou-se sobre a família para a qual ela pretendia trabalhar. A Diretoria aprovou, porque a Comissão de Sindicância relatou que obteve “as melhores informações da pessoa em cuja casa pretende obter emprego”.

Esse entendimento sobre o papel da mulher pode ser constatado nos jornais locais. Em 1913, semanalmente, um dos jornais²⁵⁹ publicava artigos na seção Crônica Parisiense, assinados por Suzanne Caron, cujos títulos vão nesse sentido, como “As qualidades de uma boa dona de casa” e “Os lares modernos”.

Reforçando esta visão acerca do papel da mulher, Victor de Lamare chegou a fazer contar de seu relatório anual de 1912/1913 publicado em jornal²⁶⁰ que

As asiladas mais crescidas continuam assiduamente na prática dos serviços domésticos, sendo neste ano o resultado bastante satisfatório, o que muito nos deve alegrar porque, repito aqui o que disse em meu relatório passado, “é a cozinha, a lavagem, a engomadura e a costura, **a educação de mais proveito e utilidade para as nossas asiladas.** (grifo nosso)

Em 1928²⁶¹ esse ponto de vista se mantinha, pois ele afirmou que a intenção do Asilo de Órfãos era de que as educandas saíssem do Asilo “com os elementos necessários para ser uma boa mãe de família, ajudar seu marido ou ganhar os meios de subsistência com honestidade e preparo adequado”.

Naquele mesmo ano, D. Carolina P. da Costa ofereceu três lugares na Escola Doméstica Profissional Feminina às educandas do Asilo. Victor de Lamare decidiu

Agradeça-se e comunique-se que infelizmente não podemos aceitar, visto que em nosso Asilo as educandas de maior idade praticam as prendas domésticas adaptáveis a sua natureza e a sua vida futura podendo assim sair com os elementos necessários para ser uma boa mãe de família, ajudar seu marido ou ganhar os meios de subsistência com honestidade e preparo adequado²⁶². Entretanto, se se apresentar oportunidade de alguma

²⁵⁹ Jornal *A Tribuna*. Exemplares de 1913.

²⁶⁰ Jornal *A Tribuna* de 16/05/1913.

²⁶¹ Ata da reunião de Diretoria de 12/08/1928.

²⁶² Ata de reunião de Diretoria de 12/08/1928.

educanda querer aperfeiçoar seu preparo profissional, pediremos licença para aceitar o oferecimento por ser o ensinamento que a Escola Profissional ministra superior ao que é dado no nosso Asilo.

As habilidades exigidas das mulheres com relação ao cuidado com a casa e os trabalhos manuais eram motivo de exames e premiações. Eram avaliadas as habilidades de lavar, engomar, cozinhar e costurar. Em geral a Banca era constituída por três damas da sociedade e os prêmios eram destinados às internas mais prendadas. A primeira avaliação, que ocorreu em 1916, foi uma exceção, pois tinha entre os examinadores um pintor e professor de desenho, Benedito Calixto de Jesus.

A exemplo de outras escolas da cidade, o Asilo fazia, no final do ano, uma exposição dos trabalhos manuais realizados pelas internas, confirmando que “as práticas escolares são práticas culturais, donde são modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhadas socialmente e historicamente” (VIDAL, 2006, p. 158). Assim, encontramos nos jornais de 1913 a relação dos trabalhos manuais produzidos por cada aluna do Grupo Escolar “Barnabé” e do “Cesário Bastos”. A renda com a venda dos trabalhos era aplicada para a compra do material necessário para a aprendizagem no ano seguinte. A venda foi posteriormente substituída por um sorteio, talvez por ser mais lucrativo.

Em 1920, acompanhando a modernização, foram incluídas aulas de bordado à máquina, tendo sido contratada uma professora externa. Em 1926 cogitou-se a inclusão de aulas para a confecção de flores artificiais, porém preferiu-se que fossem dadas aulas de datilografia, consideradas pelo Presidente “de grande futuro para as nossas educandas que, convenientemente adestradas no manejo dessas máquinas, ficariam em condições de poderem ganhar suas subsistências, pois com facilidade encontrarão colocação em casas comerciais, embora modestas [...]”²⁶³. Ilustrando a mudança de entendimento acerca do papel masculino, nesse mesmo ano, a título de experiência, o professor Anibal Sadocco foi convidado a ministrar aulas de trabalho em cerâmica aos meninos.

As mudanças com relação ao que era esperado das internas aconteceram sutilmente, acompanhando as mudanças culturais da cidade. Já se admitia, em 1924, que uma moça pudesse trabalhar em escritórios e se manter sozinha, independentemente do casamento. As internas

²⁶³ Ata de reunião de Diretoria de 26/10/1924.

puderam diplomar-se em cursos de corte e costura, habilitando-se para trabalhar como costureiras e, no final dos anos quarenta, foi instalada no asilo uma Escola de Costura.

A partir de 1925 os prêmios passaram a ser dados pelo tipo de prenda doméstica avaliada: lavagem, cozinha, engomadura, bordados à máquina, bordados à mão. Em 1929, os funcionários municipais angariaram uma importância e a entregaram em donativo ao Asilo. Os juros desse dinheiro deveriam ser depositados em uma caderneta de poupança em nome da moça com maiores predicados. Atribuíram ao prêmio o nome D. Maria Saraiva de Souza Dantas em homenagem à progenitora do prefeito da cidade na época.

Coerentemente com essa representação, o casamento das internas foi algo extremamente valorizado no Asilo de Órfãos. O pretendente solicitava a mão da moça, esta era consultada e o futuro marido avaliado. Se considerado trabalhador e responsável, recebia consentimento. Se a noiva fosse menor de idade, era pedida autorização ao Juiz de Direito. A pedido da noiva, a Associação Protetora da Infância Desvalida fornecia o enxoval. As cerimônias, civil e religiosa, eram realizadas no Asilo com a presença de associados e demais internos. Os padrinhos eram pessoas da diretoria ou influentes na sociedade. Após a solenidade era dada uma festa em comemoração. A população era convidada pelos jornais, que depois faziam a reportagem.

Tabela 14. Internas que se casaram

NOME DA INTERNA	NOME DO NOIVO	Ano do casamento
Ida de Miranda	João Vieira de Souza	1911
Florinda da Fonseca	Nicolau Barreiros	1917
Anna Weimann	João Siqueira	1919
Diva Braga	Faustino de Mello	1920
Cecilia de Paiva Andrade	Cyro de Lacerda	1922
Maria Clotilde F. de Barros	João Ferreira Junior	1922
Augusta Rodrigues	-	1924
Marietta de Oliveira Ferreira	Manoel Godinho Junior	1926
Risoleta de Souza Campos	Lauro Vaz de Lima	1929
Cecilia Mendes	José Valentim	1929

Fonte: Atas da Associação Protetora da Infância Desvalida

No período foram dez as internas que se casaram. Com relação às que ingressaram na vida religiosa, o dobro. As cerimônias de casamento realizadas em 1922 e 1929 foram realizadas no mesmo dia, o que emprestou maior pompa a elas.

A maternidade também era valorizada pelo saber médico difundido desde meados do século XIX. Médicos tentavam persuadir a mulher de que o amor materno era um sentimento inato, puro e sagrado. A maternidade, aprendiam as internas, deveria dar-se dentro do casamento, como a da Virgem Maria que desposou São José. Com o casamento, as internas podiam enfim realizar sua “vocação” maior: ser mãe. As internas eram preparadas para, no lar e na maternidade, poderem contribuir para que novas gerações, criadas dentro dos princípios da higiene e do trabalho, pudessem construir um “Brasil melhor”. Rago (1985, p.80) destaca que naquele período “A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação”.

A maternidade desejada era a que resultasse no nascimento de crianças saudáveis e cuja mãe pudesse amamentar convenientemente. Logo, o Asilo investiu não apenas no fornecimento de uma alimentação sadia, mas também incluiu a prática de ginástica sueca pelas internas. As aulas foram introduzidas no início de 1918²⁶⁴ e eram ministradas pelo professor Paulo Crocine.

No final daquele ano, entretanto, ocorreu a epidemia de gripe espanhola e as aulas foram suspensas. A suspensão resultou não somente de questões de saúde; problemas financeiros decorreram da epidemia, já que várias crianças, cujos pais foram vitimados pela doença, permaneceram internadas e, para acomodá-las, foi necessário investir na aquisição de um novo prédio. As aulas foram reiniciadas em junho de 1920 e continuaram fazendo parte do programa durante muitos anos, sempre sob responsabilidade daquele professor. Foi ele que, em 1923, para melhor acompanhar o desenvolvimento físico das educandas, pediu que fossem impressas cadernetas sanitárias.

Inicialmente a ginástica sueca tinha a finalidade de demonstração nas festas de final de ano. A partir de 1926 ela passou a ser dada diariamente, exceto aos sábados e domingos, e tornou-se objeto de exame no final de ano, junto aos das várias séries e do Jardim da Infância.

²⁶⁴ Ata de reunião de Diretoria de 25/02/1918.

Em 1931 o professor foi obrigado a deixar de ministrar as aulas de ginástica e quem as assumiu foi Alzira Ravazzani.

Se, por um lado, o Asilo investia na saúde das internas por meio da Ginástica Sueca, por outro tratava as internas que tinham problemas de saúde. Jovina Zumminich tinha saúde frágil e foi hospitalizada em 1912 e 1913. A Diretoria, usando isso como justificativa, recusou entregá-la em tutela. Isolina Rodrigues, outra interna tendo também adoecido, foi internada em Mogi das Cruzes no Hospital da Sociedade Mogiana de Beneficência. Posteriormente a moça foi removida para a Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, onde faleceu em 1920. As duas internações foram pagas pela Associação Protetora da Infância Desvalida. Em 1920, uma interna, quase cega, ainda permanecia internada. Só saiu porque requereu verbalmente ao Presidente autorização para ir residir com uma família da cidade.

Além do casamento, as internas podiam optar em permanecer solteiras. As que continuaram residindo no Asilo após a idade estabelecida e sem família fizeram tal opção. Em 1915 permaneciam no Asilo, apesar da idade superior à estipulada pelo Regimento Interno, doze internas que trabalhavam nos serviços de costura, cozinha, lavagem e engomadura. Leonor Alves Machado, em 1920, com 30 anos de idade, requereu “permitir continuar a mesma no Asilo como auxiliar do serviço interno²⁶⁵” e obteve consentimento.

Outras internas solteiras, ao completarem 21 anos, passaram a residir em residências de famílias de sócios da Associação Protetora da Infância Desvalida. Duas delas foram Alzira Rodrigues que, em 1923, passou a residir na casa do Comendador J. Alfaya Rodrigues (um dos diretores do Asilo) e Maria Rodrigues que, em 1925, foi residir com a família de Norberto Paiva Magalhães.

Outras internas com 21 anos, quando tinham alguém da família, pediam para morar com ela, como Carolina Monteiro que, em dezembro de 1921, foi residir com sua mãe, Deolinda Monteiro.

As internas que desejassem, poderiam se formar professoras. Algumas ingressaram no Liceu e passaram a exercer o magistério. No dizer de Louro (2009, p. 450)

²⁶⁵ Ata de reunião de Diretoria de 27/02/1921.

A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão *natural*²⁶⁶, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação das crianças. [...] Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e ‘naturais educadoras’, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. [...]

A criação do Liceu e a permissão para que as internas do Asilo de Órfãos ingressassem no mesmo indica a aceitação por Victor de Lamare e do grupo de intelectuais aos quais me referi anteriormente, de que o magistério era uma profissão compatível com a natureza feminina.

A contratação de ex-internas como professoras e funcionárias do Asilo sugere que, apesar de “emancipadas” o melhor lugar para elas era o próprio internato, na medida em que as protegia dos perigos externos. O mesmo se pode dizer com o apoio dado à Estefânia para que se tornasse professora da Escola Maternal do Liceu. Além disso, com o trabalho no Asilo, elas poderiam servir de modelo às demais internas.

Embora o Regimento Interno²⁶⁷ previsse que as “asiladas que tenham completado o curso primário e que pela sua inteligência e aproveitamento mostrem desejo de aprender” poderiam fazer o curso complementar a ser oferecido no Asilo, em 1909 a primeira candidata a professora pediu permissão para prestar o exame seletivo no Liceu e foi aceita, dispensada das taxas de matrícula. Primeira a concluir o curso, Estefânia Menezes²⁶⁸ recebeu a carta de professora em 18 de dezembro de 1912. Sabendo que a Associação Feminina Santista havia aberto uma vaga de professora para a escola maternal, a diretoria do Asilo a inscreveu como concorrente. Em primeiro de março de 1913 ela foi nomeada professora da Escola Maternal “Anália Franco”. Não se tem notícias de o curso complementar ter sido mantido, pois depois dessa interna, outras também foram admitidas no Liceu.

²⁶⁶ Grifo da autora.

²⁶⁷ Artigo 28.

²⁶⁸ Estefânia Menezes nasceu em Portugal. Foi internada no asilo com 6 anos de idade no dia 18 de janeiro de 1902. Fez exame de admissão para o Liceu Feminino Santista em fevereiro de 1909, sendo aprovada com grau 8. Recebeu o diploma de professora no dia 14 de dezembro de 1912 e nomeada professora da Escola Maternal “Eunice Caldas” no dia primeiro de março de 1913. Em abril de 1919, entretanto, ela contraiu matrimônio e deixou de lecionar no asilo.

Em 1915, ingressaram no Liceu mais duas internas, Alzira Ravazzani²⁶⁹ e Rita Gonçalves. Alzira formou-se professora em 1919 e recebeu da diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida um anel por ocasião de sua formatura. Depois, ingressaram no Liceu Carolina Monteiro e Marcelina Siqueira em 1916 e, em 1920, Maria Clotildes e Albertina Campos também o fizeram.

Algumas das internas que se formaram no Liceu passaram a lecionar para as crianças do Asilo. A partir de 1917, Estefânia assumiu as aulas de Geografia e História Pátria na 4ª série do Asilo, além de continuar lecionando na escola maternal do Liceu. Alzira Ravazzani, outra das internas que se formou no Liceu, foi nomeada escriturária interina do Asilo por um mês em 1919. Como consideraram seu desempenho adequado, foi contratada para esse cargo em 1920 com a idade de 20 anos. Na mesma época foi nomeada professora de piano dos internos e foi registrada em Ata, a pedido de um dos diretores, “a satisfação de que se acha possuída a diretoria pelo fato de pela primeira vez uma asilada passar a auxiliar da administração, como escriturária, e ao mesmo tempo professora, fato este que servirá de exemplo às demais educandas e será um incentivo para as que ainda estão no asilo sigam o exemplo dessa sua aplicada colega”²⁷⁰.

Em 1919, o número de religiosas em condições de ministrar aulas, segundo a Superiora Geral da Congregação, diminuiu²⁷¹ e mais internas formadas pelo Liceu passaram a atuar como professoras da escola do Asilo. Em 1920, como o número de crianças era grande, a 1ª série foi subdividia em duas classes (1ª Divisão e 2ª Divisão) e Augusta Rodrigues²⁷² e Carolina Monteiro foram chamadas para assumir estas classes, a última ainda cursando o 4º ano do Liceu.

Em agosto de 1920, Augusta Rodrigues, que trabalhava sem remuneração, foi contratada. No ano seguinte, Carolina Monteiro, já diplomada, foi nomeada professora de História do Brasil

²⁶⁹ Alzira Ravazanni foi admitida no asilo com 16 meses encaminhada pelo Juiz de Órfãos no dia 28 de março de 1901. Foi batizada na capela do Asilo, tendo como padrinhos um dos diretores, Dr. João Nepomuceno Freire Junior e D. Carolina R. de Andrade. Prestou exame de admissão no Liceu Feminino Santista em 2 de fevereiro de 1915 e foi aprovada com grau 9. Casada, passou a se chamar Alzira Ravazzani Silva.

²⁷⁰ Ata de reunião de Diretoria de 05/06/1919.

²⁷¹ O Decreto de 1918, que regulamentou a Lei n. 1579 de 1917 que normatizava o funcionamento das escolas particulares, pode ter contribuído para isso.

²⁷² Augusta Rodrigues foi admitida no Asilo no dia 5 de janeiro de 1906, com 3 anos de idade. Casou-se em 1924 e passou a se chamar Augusta Rodrigues Ferro. Em 1925, no fim de sua gravidez, pediu dois meses de licença, sendo atendida. O mesmo se deu em anos posteriores.

da 4ª e 5ª séries. Em 1923, por falta de uma religiosa que pudesse conduzir as aulas de uma das 1ª séries, foi nomeada a educanda Risoleta de Souza Campos²⁷³.

Algumas dessas professoras, ex-internas, foram morar com a família ou a de seus padrinhos, apesar de continuarem com o trabalho na escola do Asilo. Estefânia, ao completar 21 anos, foi residir²⁷⁴ com a família do Dr. João Nepomuceno Freire Junior, ex-presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida e advogado da mesma. Dois anos depois, tornou-se sócia da Associação Protetora da Infância Desvalida por proposta de Alzira Ravazzani, e passou a contribuir mensalmente com 2\$000. Em 1919, com 23 anos, casara e deixou de lecionar no Asilo.

Alzira Ravazzani, por sua vez, com o casamento de Estefânia, mudou-se²⁷⁵ para a residência do Dr. João Nepomuceno Freire Junior, seu padrinho de batismo. No ano seguinte tornou-se sócia da Associação Protetora da Infância Desvalida, por proposta do Presidente, passando a contribuir mensalmente com 2\$000. Essa ex-interna afastou-se diversas vezes das funções que lhe foram atribuídas por problemas de saúde e seu salário, embora com redução, continuou a ser pago.

Apesar de maiores de idade e capazes de garantir sua subsistência, pois tinham emprego, a proteção dos diretores se mantinha na medida em que as levavam para seus lares, o que demonstra a representação que eles tinham acerca dos perigos a que estava sujeita uma jovem sem a família. Não se acreditava que pudessem “cuidar de si mesmas”. Como salientou Louro (2009, p. 454) “A professora terá de ser produzida, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela deve ser, ao mesmo tempo, dirigida e dirigente, profissional e mãe espiritual, disciplinada e disciplinadora.”

Augusta Rodrigues, formada, mas ainda residindo no Asilo, sócia da Associação Protetora da Infância Desvalida desde 1919, casou-se em 1924 com 21 anos no edifício do Asilo, e passou a assinar Augusta Rodrigues Ferro. Em 1925, grávida, trabalhou até o sétimo mês. No ano

²⁷³ Risoleta de Souza Campos foi admitida no asilo com 8 anos de idade, no dia 13 de abril de 1914, junto com dois irmãos. Era órfã de pai e sua mãe faleceu em 1918. Casou-se no dia 17 de abril de 1929 com Lauro Vaz de Lima e teve como padrinhos no casamento civil Victor de Lamare e sua esposa, Conceição Menezes de Lamare.

²⁷⁴ Em 1917.

²⁷⁵ Em 1919.

seguinte engravidou novamente. O mesmo aconteceu em 1930. Até então o espaço do asilo havia sido reduto de religiosas, solteironas e virgens. A gravidez passou a ser um fenômeno comum.

Alzira Ravazzani casou-se mais tarde quando tinha aproximadamente 30 anos, assumindo o nome de Alzira Ravazzani Silva. Ela e Augusta Rodrigues trabalharam no Asilo durante muitos anos mesmo depois de casadas. Augusta teve vários filhos, Alzira menos. No término de gravidez, era-lhes concedida licença de dois meses, com remuneração, pois o governo ainda não havia regulamentado as licenças por gestação. Sempre que precisavam se afastar por questões de saúde ou gravidez²⁷⁶, licenças remuneradas eram-lhes concedidas. No impedimento de uma dessas professoras, a outra assumia suas funções.

Além do curso primário, outras aulas eram oferecidas aos internos. Em 1918, Victor de Lamare propôs à diretoria a contratação de um professor para dar aulas de Ginástica Sueca. Foi contratado o professor Paulo Crocine, com ordenado de cem mil réis. Posteriormente, em 1925, as aulas passaram a ser diárias, com exceção dos sábados e domingos. Esse professor foi obrigado, pela Lei n. 19.576 de 8 de janeiro de 1931, a deixar as aulas do Asilo. Estas passaram, em abril daquele ano, a ser ministradas por Alzira Ravazzani, que já lecionava essa disciplina no Jardim da Infância e no Liceu, tornando-se ela, então, além de professora de música e auxiliar do Jardim da Infância, auxiliar de secretaria, escriturária e professora de Ginástica com um ordenado de Rs500\$000.

Em 1918 foi aberto um curso de enfermagem, para as internas que tivessem essa vocação, ministrado pelo médico Raimundo Sóter de Araujo. As aulas começaram a ser dadas duas vezes por semana, nas quartas-feiras e sábados das 15 às 16 horas. Dr. Sóter de Araujo adoeceu e não foi possível saber se houve prosseguimento do curso. Além disso, no final daquele ano, a gripe espanhola interrompeu as atividades regulares do Asilo.

Durante essa gripe, entretanto, algumas internas tiveram a oportunidade de trabalhar como auxiliares de enfermagem na enfermaria montada no Asilo, junto a uma das religiosas que era enfermeira, exercitando-se, portanto, na profissão. A construção do Pavilhão Sanitário e a permanência, nele, de crianças da ala pediátrica da Santa Casa de Misericórdia de Santos também

²⁷⁶ Duas filhas de Augusta, Therezinha e Antonietta, e dois filhos de Alzira, Paulo e Oswaldo, eram alunos da escola do Asilo em 1936.

deram chance de as internas trabalharem como auxiliar de enfermagem. Uma delas, Marcalat Sarah, em 17 de outubro de 1929, pediu que fosse dada baixa em sua matrícula porque iria trabalhar na Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Algumas das internas que viveram no Asilo entre 1910 e 1931 tornaram-se religiosas. Outras tornaram-se professoras, enfermeiras, donas de casa, escriturárias. Àquelas que solicitaram, foi dado o enxoval necessário para o casamento ou para o noviciado, em uma demonstração de aprovação. Considerando-se, entretanto, o número de meninas que foram internadas no Asilo de Órfãos, os casos citados no texto constituem exceção. No entanto, as que permaneceram no mesmo por determinado período aprenderam a desempenhar tarefas domésticas e puderam usar esse conhecimento em suas vidas posteriormente. As alternativas profissionais, entretanto, foram restritas àquilo que se considerava compatível com a mulher naquele período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi objeto desse trabalho o Asilo de Órfãos de Santos. Na pesquisa realizada, o meu objetivo foi compreender a inserção do Asilo de Órfãos na cidade de Santos e conhecer a cultura escolar dessa instituição. Recortei o período 1908-1931, entendendo que nesse período, a cultura institucional do Asilo se diferencia dos períodos antecedentes e subsequentes. Nessa empreitada, nem sempre consegui ter acesso a fontes que me permitissem alcançar o entendimento que buscava. Se o que me levou ao Asilo de Órfãos foi o desejo de conhecer um pouco da história das crianças nele confinadas, desejo este despertado pelas narrativas de minha avó, infelizmente o que encontrei foram apenas o registro dos nomes dessas crianças e alguns poucos indícios sobre o modo como viveram seus anos de confinamento na instituição. As atas da Associação Protetora da Infância Desvalida e os Livros de Crônicas da Congregação ajudaram-me a reconstruir um pouco do cotidiano do Asilo, mas não me permitiram dar voz aos internos e às religiosas que atuaram na instituição, fornecendo-me apenas indícios de suas práticas. Sabemos, por exemplo, da resistência da Madre Superiora às medidas de reestruturação implementadas a partir de 1908 apenas pelos ofícios que ela submissamente redigiu; sabemos das estrepolias das crianças, pelas punições de que foram vítimas e do comportamento infantil desejado, pelos prêmios de aproveitamento e de comportamento que a instituição distribuía. Essa limitação das fontes, especialmente no caso da História da Infância, é no entanto, como observa Gouvea (2008, p. 105) “uma limitação que circunscreve e singulariza o campo”, já que, dificilmente, temos em mãos fontes em que são as próprias crianças que falam e apenas temos acesso a “produções materiais e simbólicas sobre e para a criança”.

Ressalvada essa limitação, foi-me possível adentrar a cultura institucional do asilo, trazendo à cena os dispositivos disciplinares e seu papel na educação ministrada pela instituição. Pude considerar o papel educativo do espaço e do tempo escolar, assim como mapear os conhecimentos escolares que a instituição ministrava. De modo geral, pude compreender como esses dispositivos e conhecimentos se articularam institucionalmente, compondo uma modalidade de educação feminina condizente com o entendimento que prevalecia na época sobre o papel do homem e da mulher na sociedade.

Embora recebesse meninos e meninas, vimos que, a partir de 1908, a ênfase foi dada à educação feminina. Naquele ano foi inaugurado o Instituto Dona Escolástica Rosa que, em regime de internato, passaria a capacitar meninos para o exercício de profissões que pudessem exercer assim que se formassem e, assim, pudessem se manter. Os Estatutos da Associação Protetora da Infância Desvalida, aprovados em 1889, haviam previsto a formação profissional dos meninos, mas até aquele ano, esta não havia sido colocada em prática. Com a abertura daquela escola profissionalizante, os meninos internados no Asilo de Órfãos passaram a ser transferidos para aquela escola quando atingiam a idade prevista para a matrícula.

Até 1908, o que contribuiu para a não profissionalização dos meninos foi a representação da Associação Protetora da Infância Desvalida acerca do papel do Asilo. Para a mantenedora, o internato deveria apenas suprir a ausência de um lar, atendendo às necessidades básicas das crianças e, na medida do possível, fornecer instrução. A tutela era vista como um recurso alternativo e, sempre que possível, as crianças eram encaminhadas para famílias que se propusessem a acolhê-las. Com a mudança na concepção desse papel, a partir de 1908, a Associação Protetora da Infância Desvalida passou a entender que o Asilo, mais do que cuidar, deveria educar. E a profissionalização dos meninos prevista mas não atendida, passou a ser assumida pelo Instituto Dona Escolástica Rosa.

Com os meninos maiores encaminhados para o Instituto, restaram as meninas, que passaram a ser o foco principal da educação oferecida no Asilo. A mudança no Regimento Interno, aprovado em 1909, ratificou essa opção. Aliás, durante a leitura das atas, por vezes fiquei em dúvida sobre a efetiva permanência dos meninos na instituição, já que eram raras às menções a sua presença.

Formar moças honestas, em uma cidade portuária, foi uma forma de higiene social. Pobres, corriam o risco de serem seduzidas pela “vida fácil”. Honestas, poderiam se tornar donas de casa e mães. Poderiam constituir família, nos moldes idealizados pela burguesia. A permissão de práticas ligadas à religião, como ida a procissões, a frequência às missas, a filiação à União das Pias Filhas de Maria, possibilitou que as internas assimilassem valores como virgindade e fidelidade conjugal. A educação feminina a partir dos nove anos de idade passou a incluir a obrigatoriedade da educação doméstica e o dever de desempenhar funções referentes à

manutenção do asilo. Prendadas, as mulheres poderiam exercer o papel de donas de casa segundo os moldes racionais e higiênicos vigentes. A introdução do ensino simultâneo e seriado propiciou a valorização do conhecimento e tornou possível um novo destino para as internas: seu encaminhamento para o magistério ou para o exercício de funções outras, que demandavam um melhor preparo. Convenientemente instruídas, poderiam também ser melhores esposas, ajudando o chefe da família a administrar a casa e o seu salário e instruindo os filhos. Os cuidados com a saúde, através da ginástica, alimentação correta, higiene, preparavam um corpo saudável apto a gerar filhos e a cuidá-los adequadamente. A possibilidade de frequentarem lugares públicos e privados, sabendo como se portar nos mesmos, possibilitou que assimilassem as regras de convivência vigentes, que se tornassem “civilizadas”. Saberiam se portar em público e na vida privada.

Para compreender melhor a ação social do Asilo foi necessário recuar no tempo, de modo a relacionar as mudanças que reestruturaram a instituição a partir de 1908 às transformações pelas quais passou a cidade, Santos, a partir das últimas décadas do século XIX. Essas mudanças, de início mais lentas, foram se acelerando, no ritmo do crescimento da cidade. Embora tenha seguido uma ordem cronológica para apontar as intervenções na cidade, isso não significa que eu tenha entendido que as mudanças culturais tenham se dado em sucessão. Elas obedeceram diferentes temporalidades e atingiram de forma diferente os diversos segmentos que a compunham. Coexistiram práticas e representações antigas e novas, outras se fundiram e pode ter ocorrido, mesmo, a permanência de algumas. Particularmente, as transformações culturais resultantes dessas transformações, trouxeram à cidade novas representações, novos entendimentos, propiciando a hibridação cultural, entendida como “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2003, p. XIX). Entre essas transformações, importa referir, especialmente, o processo de inclusão na população local da etnia afro (ex-escravos) e de imigrantes vindos de diferentes países e lugares; o contato com viajantes nacionais e estrangeiros; o acesso a publicações de outros países (reimpressas aqui); e a ida de moradores locais para o exterior.

Entre essas transformações é preciso destacar as relativas à educação. Tais transformações, especialmente as que se deram entre os anos de 1902 e 1908, atenderam aos dois

significados que Faria Filho (2002) confere, recorrendo à Vincent, Lahire e Thin (2001), ao termo escolarização. Por um lado, houve uma expansão na oferta de instrução na cidade, e ao mesmo tempo, foi se dando uma “[...] paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados”. A cidade foi adaptando seu ritmo à temporalidade escolar: horários de aulas, férias escolares, tempo de matrícula e outros.

As transformações pelas quais passou a cidade de Santos desde as décadas finais do século XIX foram de tal monta que o asilo, nos moldes em que foi concebido em 1889, se tornou obsoleto em 1908. O modelo filantrópico que norteou a criação e manutenção da instituição passou a ser visto como superado. Não cabia mais apenas cuidar de crianças até que fossem tuteladas por famílias que a isso se dispusessem, ou que tivessem condições de cuidar delas mesmas; era preciso prepará-las para exercer seu papel na sociedade. O Regimento Interno, aprovado em 1909, continha as representações vigentes acerca do novo papel do Asilo de preparar os novos cidadãos. E preparar novos cidadãos implicava em um deslocamento acerca do entendimento das relações de gênero e de questões subjacentes.

Mas, a despeito dessa ruptura de modelo, houve no Asilo de Órfãos um processo de acomodação e hibridação. A alteração do contrato que a Associação Protetora da Infância Desvalida tinha com a Congregação do Puríssimo Coração de Maria e a introdução de um novo Regimento Interno em 1909 encontraram resistência da parte das religiosas durante algum tempo, mas as novas regras acabaram por ser acatadas. Por um lado, as Irmãs foram incorporando o estilo da administração de Victor de Lamare e esse engenheiro, por sua vez, foi cedendo aos poucos à cultura religiosa das Irmãs, mudando algumas de suas posturas.

Lembrando Kuhlmann (2007), o que impulsionou a criação de associações e instituições da criança, no final do século XIX, foi a *proteção à infância*, o cuidar de sua saúde e sobrevivência. Segundo esse mesmo autor (p. 465), “o final do século XIX e o início do século XX demarcam um período em que a infância e sua educação integram os discursos sobre a edificação dessa sociedade ‘moderna’”. O Asilo de Órfãos de Santos foi uma dessas instituições, voltado, inicialmente, para a guarda e proteção das crianças e, em seguida, para sua educação. Mas, não foi, em Santos, um empreendimento isolado. Ele fez parte de um projeto educacional

filantrópico posto em funcionamento por uma rede de instituições que aglutinou um grupo de intelectuais e políticos da cidade. Essas instituições dividiam funções complementares: duas delas, - o Asilo de Órfãos e o Instituto Dona Escolástica Rosa - cuidavam de crianças órfãs ou de crianças cujas famílias não tinham condição de cuidar delas. O Asilo cuidava das meninas e dos meninos menores de doze ou treze anos, que, a partir dessa idade, passavam a ser responsabilidade do Instituto. A Escola Docas era destinada a ministrar instrução primária aos filhos dos operários da Companhia Docas de Santos. O Liceu Feminino Santista e a Academia de Comércio de Santos (as duas outras instituições que integravam a rede) eram destinados aos jovens que quisessem e pudessem prosseguir seus estudos.

Nessa rede de instituições, um grupo de intelectuais e políticos, na sua maioria vinculados à Maçonaria, partilhou projetos e construiu parcerias e laços de amizade, prestando seus serviços em regime de voluntariado. Adeptos da maçonaria e do filantropinismo, esses personagens integraram, sem dúvida, redes de relações mais amplas que ainda não foram suficientemente mapeadas. Trazendo-os à cena da história da educação paulista, este trabalho espera ter contribuído para esse mapeamento, juntando-se a outros estudos, como o de Pereira (1996), que apontou a presença da Maçonaria em iniciativas educacionais em Santos. Dessas iniciativas, algumas ainda estão, hoje, em funcionamento: a Casa da Criança de Santos, antigo Asilo de Órfãos, mantida pela Loja D. Pedro I e o Educandário Anália Franco, da Loja Fraternidade. Outras deixaram de existir, como uma escola noturna de instrução primária e o Grupo Escolar “Fraternidade”.

Os trabalhos pioneiros de Carmen Silvia Vidigal de Moraes (1981 e 1990) e Maria Lucia Hilsdorf (1986, 2005) sobre algumas das principais iniciativas educacionais dos republicanos paulistas têm demonstrado à exaustão a pertinência de um trabalho de mapeamento das redes de relações entre maçons, protestantes e republicanos nas décadas que imediatamente antecederam e sucederam à proclamação da República. Hilsdorf (2011) vem também encarecendo a importância de pesquisas sobre o papel do filantropinismo na história educacional paulista no século XIX e início do século XX. O que espero é que este trabalho tenha trazido uma contribuição importante para o referido mapeamento e para uma melhor compreensão do filantropinismo na história da educação no Estado de São Paulo.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo do Estado de São Paulo.

Arquivo do Museu Nacional (Rio de Janeiro).

Arquivo da Casa da Criança de Santos.

Arquivo da Congregação do Coração de Maria.

Arquivo particular – Maria Aparecida Franco Pereira.

Centro de Documentação da Universidade Católica de Santos.

Fundação Arquivo e Memória de Santos.

FONTES PRIMÁRIAS

1.1 Documentos

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. **Livro de Atas:** 23/06/1901 a 10/12/1909.

_____. **Livro de Atas:** 30/12/1909 a 21/10/1913.

_____. **Livro de Atas:** 07/12/1913 a 09/02/1919.

_____. **Livro de Atas:** 23/02/1919 a 22/03/1922.

_____. **Livro de Atas:** 26/03/1922 a 29/06/1924.

_____. **Livro de Atas:** 03/08/1924 a 30/05/1926.

_____. **Livro de Atas:** 25/07/1926 a 12/08/1928.

_____. **Livro de Atas:** 23/09/1928 a 26/04/1931.

_____. **Regimento Interno.** 1909.

_____. **Contrato firmado com as Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria.** 1909.

_____. **Estatutos.** 1914.

_____. **Relatórios.** 1914 e 1916

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. **Código de Posturas.** Fundo Intendência: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1883.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. **Código de Posturas.** Fundo Intendência: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1897.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. **Livro de atas.** Período de 1901 a 1903. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. **Livro de atas.** Período de 1903 a 1905. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. **Livro de atas.** Período de 1905 a 1908. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. **Livro de registro das leis municipais.** Período de 1902 a 1906. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. **Livro de registro das leis municipais.** Período de 1906 a 1908. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

CONGREGAÇÃO DO PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA. Livro I de Crônicas. Período de 1889 a 1933.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 88 de 8 de setembro de 1892. **Reforma a instrução pública do Estado.** Disponível em:
www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei%20n.%,%20de%2008.09.1892.htm. Acesso em: 16/07/2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Regulamento da Instrução Pública de São Paulo** em execução a Lei N. 520 de 26 de Agosto de 1897 – Decreto n. 518 de 11 de Janeiro de 1898. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas_primeira_republica_Regulamento_Interno_1897.html. Acesso em: 07/03/ 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Regulamento da Instrução Pública de São Paulo** em execução à Lei N. 520 de 26 de Agosto de 1897.

Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1898/decreto%20n.518,%20de%2011.01.1898.htm>. Acesso em: 07/03/2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto n. 2944 de 08/08/1018** que regulamenta a Lei n. 1579 de 19/12/1917. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto%20n.2.944,%20de%2008.08.1918.htm>. Acesso em: 07/03/2011.

1.2 Artigos e Periódicos

ALMEIDA DE MORAES. Francisco Correa. Braz Cubas. **Revista do Instituto histórico e geográfico de São Paulo**, Tipografia do Diário Oficial, v. 18, 1913. Disponível em: http://www.archive.org/stream/revistadoinstitu18instuoft/revistadoinstitu18instuoft_djvu.txt. Acesso em 02/03/2011.

A TRIBUNA. Jornal. Santos, exemplares de 02/08/1902, 19/03/1903, 16 e 28/06/1903 e 16/05/1907.

A TRIBUNA. Jornal. Santos, exemplares de 1908, 1913, 1918, 1932.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Jornal. São Paulo, exemplares de 1889.

BOLETIM DA FEDERAÇÃO MARIANA FEMININA, II, (20), nov./dez. Santos, 1943.

BOLETIM DA FEDERAÇÃO MARIANA FEMININA, IX, (49), abr./maio. Santos, 1950.

CIDADE DE SANTOS, Jornal. Santos, 01/07/1907 a 22/05/1908.

DIÁRIO DE SANTOS, Jornal, 1907 a 1913.

ESCOBAR, Carlos de. Associação Feminina. **Jornal “A Tribuna”**, 12 de Dezembro de 1902, p. 1. Centro de Documentação da Universidade Católica de Santos.

_____. Associação Feminina. **Jornal “A Tribuna”**, 16 de Dezembro de 1902, p.1. Centro de Documentação da Universidade Católica de Santos.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Anuários de Ensino**. Anos: 1907-1908, 1908-1909, 1909-1910, 1910-1911 e 1918.

SANTOS SILVA, José. Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos. **Revista Estrella Azul**, número comemorativo ao 25º aniversário, 13 de abril de 1930.

TESTAMENTO de João Octávio dos Santos. 12.12.1889, 1º Tabelião de Santos, Capitão Joaquim Fernandes Pacheco. Centro de Documentação de Santos.

TRINDADE, Laércio. **Indicador Santense**: anuário. Santos: Tipografia da Casa Rembrandt, 1912. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h013.htm>
Acesso em: 22/07/2011.

1.4 Livros

CONCEIÇÃO, Julio. **Instituto D. Escholástica Rosa** – Monografia – 1900-1908. São Paulo: Wiszflg Irmão. Centro de Documentação da Universidade Católica de Santos, 1908.

PORCHAT DE ASSIS, Arthur. **Eduquemos** – um manual para a formação de professores, 1915. Centro de Documentação da Universidade Católica de Santos.

FONTES SECUNDÁRIAS

2.1 Dissertações e Teses

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. 1992. **A peste e o plano:** o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1992.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. 1989. **O discurso do progresso:** a evolução urbana de Santos (1870-1930). Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. 1969. **Santos,** o porto do café. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

CARVALHO, Rosiméri Maria de. **Um imposto para a instrução pública:** o alvitre de *A Tribuna* (1915) e a “municipalização” do ensino em Santos. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GALDINO, Antonio Carlos. 2006. **Campinas, uma cidade republicana:** política e eleições no oeste paulista (1870 – 1889). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana:** jornalista, político, educador. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LEONARDI, Paula. **Puríssimo Coração:** um colégio de elite em Rio Claro. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LODI-CORRÊA, Samantha. Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

LOPES, Betralda. **O Porto de Santos e a febre amarela**. 1974. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

MENEZES, Roni Cleber Dias de. **O grupo do Almacém Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: o colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869 a 1892)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

NEGRÃO, Ana Maria. **Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos” (1870-1960)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ROCHA, José Fernando Teles da. **Práticas sociais e pedagógicas no asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1896-1950)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2005.

SILVA, Edith Badini da. **Saneamento urbano e expropriação dos corpos: as epidemias e a orfandade em Santos (1889-1932)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SILVA, Ilíada Pires da. **A Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade Sócio-profissional docente: 1901-1910**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Wilson Dias da. **O Instituto Dona Escolástica Rosa: a gestão de Pedro Crescenti-1934 a 1945**. 1910. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2010.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889-1914)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 1996.

2.1 Livros e Artigos

ALMEIDA, João Carlos Maciel de. **A Loja Fraternidade na História da Maçonaria Santista**, 2001. Versão para E-Book de Sérgio Moita. Disponível em: www.readoz.com/publication/read?i=1016648. Acesso em: 04/02/2011.

AQUINO, Ítalo de. Apontamentos sobre a história do café em São Paulo: das origens a 1930. In: ODÁLIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista – República**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

BORGES, M. E. L. . Representações do Brasil Moderno para ler, ver e ouvir no circuito dos Museus Comerciais Europeus, 1906-1908. **História** (São Paulo), v. 26, p. 92-117, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**. V.5, nº8/9, set.1984/abr.1985, pp. 35-68.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. XIX.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Irene. **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. Anais do Encontro. São Paulo: FAU-USP, 1985, p. 03-19.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, n. 5, v. 11, jan./abr. 1991, p.173-191.

CORBIN, Alain. A influência da religião. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História do corpo**: da Revolução à Grande Guerra. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA E SILVA SOBRINHO, José da. **Santos noutros tempos**. 1953. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1953.

COSTA E SILVA SOBRINHO, José da. **Romagem pela terra dos Andradas**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S.A., 1957.

ESCOLANO BENITO, Agustín, La invencion del tiempo escolar. In: FERNANDES, Rogério e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs.). **O tempo na escola**. Porto, Portugal, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, mai/jun/jul/ago, 2000, p. 19-34.

_____. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa In: LOPES, Alice Casemiro e MACEDO, Elisabeth. **Disciplinas e integração curricular; história e políticas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

_____. GONÇALVES, Irlen Antonio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, jan./abr. 2004.

FELGUEIRAS, A organização do tempo da criança em internato. In: FERNANDES, Rogério e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs.). **O tempo na escola**. Porto, Portugal, 2008.

FONTES, Martins. **Poesias completas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1936.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** – história da violência nas prisões. 34 ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

GALLEGO, Rita. Dias em vermelho no calendário: feriados, festas e comemorações cívicas nas escolas primárias paulistas (1890-1929). **28ª Reunião da ANPED**, 16 a 19 de outubro de 2005.

GAMBETA, Wilson Roberto. “Desacumular a pobreza”: Santos, limiar do século. **Espaço & Debates**. Revista de estudos regionais e urbanos, ano IV, n. 11, p. 17 – 27, 1984.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GITAHY, Maria Lucia Caira. **Ventos do mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

_____. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de Festa. **Luso-Brazilian Review**, v. 41, n.1, 2004, pp. 80-106.

GONÇALVES, Alcindo. **Desenvolvimento econômico da baixada santista**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2006.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol – séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HERSCHMANN, Micael M. O Imaginário Moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo (1900-1937). In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Tempos de Escola: fontes para a presença feminina na educação – São Paulo – Século XIX**. São Paulo: Editora Plêiade, 1999.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão longe, tão perto: as meninas do Seminário. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. Da circulação para a circularidade. Propagação e recepção de idéias educacionais e pedagógicas no oitocentos brasileiro. In: PINTASSILGO, Joaquim, FREITAS, Marcos Cesar, MOGARRO, Maria João, CARVALHO, Marta M. Chagas de. **História da Escola em Portugal e no Brasil**. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

_____. Alemanha e Brasil: A Circulação de Modelos Culturais e Pedagógicos antes de Pestalozzi. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de e PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). **Modelos culturais, saberes pedagógicos e instituições educacionais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2011.

HONORATO, Cezar. **O polvo e o porto: a Cia Docas de Santos (1888-1914)**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, 2001, p. 09-43.

KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. In: **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

_____. O saber para prever, a fim de prover – a engenharia de um Brasil moderno. In: **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

LANNA, Ana Lucia Duarte. **Uma cidade na transição – Santos: 1870-1913**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LOURENÇO, Elaine e RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Leitura e formação do cidadão republicano na escola elementar paulista. In: ODÁLIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista – República**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2001.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

_____. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS FONTES, Antonio. **Poesias completas**. 6ª volume. Santos: Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio em Santos, 1936.

MARTINS, Ana Luiza. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História, Memória e cotidiano privado: o feminino e o masculino no porto do café (1890-1930). In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. xxx, n. 2, p. 9-26, dez. 2004.

_____. Santos: o porto e a cidade – entradas e saídas. **Anais ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos: um porto para o café – cidade, cotidiano e trabalho. In: ODÁLIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). **História do Estado de São Paulo**: a formação da unidade paulista – República. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**. São Paulo: Alfa - Omega, 1974.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais**: Asilo de Órfãs (1870-1960). Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIOROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 18, jun. 2007.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. O porto de Santos no século XIX – pontes e trapiches. **Leopoldianum**, vol. VII, n. 19, 1980, p. 83-91.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. O comércio cafeeiro na praça de Santos: o comissário de café (1870- 1920) In: _____ (org.) **Santos: café e história**. Santos: Leopoldianum, 1995.

_____. **Santos nos caminhos da educação popular**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Mulheres da elite: “Missionárias do Progresso” (1902-1920). **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. Uberlândia: Minas Gerais, Brasil. 17 a 20 de abril de 2006.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Tradição e modernidade no *state-building* paulista durante a Primeira República (1889-1930). In: ODÁLIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). **História do Estado de São Paulo**: a formação da unidade paulista – República. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

PRATA, Ranulpho. **Navios iluminados**. São Paulo: Scritta, 1996.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890- 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Revista do Instituto Heraldico-Genealógico, ano IV, nº 7, 1940. Disponível em: http://www.familiaridade.com.br/biografia_pessoa.asp?id_pessoa=160464. Acesso em 18/03/2011.

RIBEIRO, Julio. **A Carne**. 1888.

Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000112.pdf. Acesso em 18/03/2011.

RODRIGUES, Olao. **Nos tempos de nossos avós**. Santos: Gráfica “A Tribuna”, 1976.

ROSEMBERG, André. **Ordem e burla** – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880. São Paulo: Alameda, 2006.

SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira** (1889-1930). Petrópolis: Vozes, 1975.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. O estado de São Paulo no século XX: café, indústria e finanças na dinâmica da economia paulista. In: ODÁLIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista – República**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

SAES, Guilherme Azevedo Marques de. O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898). In: ODÁLIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista – República**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

SAHLINS, Marshall. **História e cultura: apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SANTOS, Francisco Martins do. História de Santos. In: LICHTI, Fernando Martins. **Poliantéia Santista**. São Vicente: Caudex, 1986.

SANTOS, José Maria dos. **Os republicanos paulistas e a abolição**. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria e CAMARA BASTOS, Maria Helena (org). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. II - Século XIX, Petrópolis: Vozes, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics as history**. New York: Columbia University Press, 1999.

SILVA, Ivanilson Bezerra da; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **A cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder na cidade de Sorocaba no final do século XIX**. Disponível em: www3.fe.usp.br/secoes/semana08/completos/80.swf. Acesso em 26/11/2011.

SILVA, Ilíada Pires da. Educadores Paulistas: regeneração social, república e não. In: FERREIRA, Antonio Celso; DE LUCA, Tania Regina; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs). **Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: UNESP, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SOARES, Marcilio Braghetta (ASSECOB). **Introdução à formação econômica da baixada santista**. Santos: Prodesan Gráfica, 1984.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, no. 54. São Paulo, dez. 2007.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n.2, p. 127-143, jul./dez.1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. A difusão da escola primária em Campinas. In: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do. **Memórias da educação: Campinas (1850-1960)**.Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

TANURI, Leonor Maria. **O Ensino Normal no estado de São Paulo (1890-1930)**. Estudos e Documentos, v. 16, São Paulo: FEUSP, 1979.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. 1994. Tese (Doutorado em História). Unicamp, 1994.

_____. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, set/out/nov/dez 2002, p. 90-103.

_____. GOUVEA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação e Pesquisa**. [online]. 2000, vol.26, n.1, pp. 135-160.

_____. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

VIDAL, Diana. Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. **Historia de la Educación**, n. 25, 2006.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto; CALEFFI, Anderson Manoel. Novos tempos demandam novas práticas: a Academia de Comércio de Santos. **Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Esporte, cidade e modernidade: Santos. In: MELO, Vitor Andrade de. (Org.) **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

VINCENT, Guy; LAHIRE, B.; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 33, p. 7-48, jun. 2001.